



Revista de 
Villegagnon

ISSN 1981-3589

Revista Acadêmica da Escola Naval Número 2 - Ano 11 - 2007







Caro Leitor,

Apresento, com satisfação, o segundo número da *Revista de Villegagnon*. Reunindo, mais uma vez, artigos de docentes, oficiais, aspirantes e praças que servem nesta Escola, a *Revista* tem a nobre missão de divulgar temas relevantes para a formação acadêmica e profissional dos nossos aspirantes, além dos projetos e atividades aqui desenvolvidos.

A repercussão da *Revista* dentro e fora da Marinha ressalta a importância da difusão de conhecimento. Assim, para que ainda mais leitores tenham acesso à *Revista de Villegagnon*, sua versão *on-line* está disponível no site da Escola Naval (www.en.mar.mil.br).

Agradeço aos patrocinadores e a todos que contribuíram para o sucesso desta publicação.

Boa leitura.

Eduardo Bacellar Leal Ferreira
Contra-Almirante
Comandante





REVISTA DE VILLEGAGNON
ANO II – NÚMERO 2 – 2007

Revista de Villegagnon é uma publicação anual, produzida e editada pela Escola Naval.

Eduardo Bacellar Leal Ferreira
Contra-Almirante
Comandante

Editor
CMG (RM1) Ricardo Tavares Verdolin

Conselho Editorial
CMG (Ref) Paulo Roberto Gotaç
CMG (RM1) Júlio Roberto G. Pinto
CMG (RM1- IM) Cícero Pimenteira
CMG (RM1) Pedro G. dos Santos Filho
Professora Ana Paula Araujo Silva

Revisão:
CMG (RM1) Júlio Roberto G. Pinto e
Professora Ana Paula Araujo Silva

Diagramação e Arte final:
Lucia Moreira
(luciahmoreira@yahoo.com)

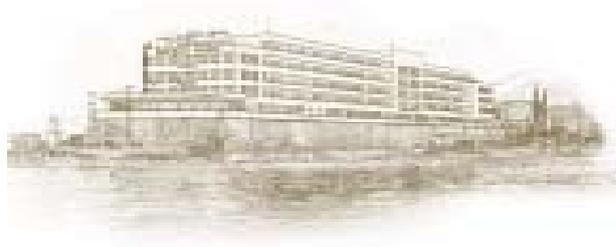
Impressão:
Wal Print Gráfica e Editora

Agradecimentos:
NE Brasil, FC Moisés, SO Odair,
Fotógrafo Eduardo, Asp Mercadante;
Asp Flávio e Asp Esguiam.

Os artigos enviados estão sujeitos a cortes e modificações em sua forma, obedecendo a critérios de nosso estilo editorial. Também estão sujeitos às correções gramaticais, feitas pelos revisores da revista.

As informações e opiniões emitidas são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não exprimem, necessariamente, informações, opiniões ou pontos de vista oficiais da Marinha do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Sobre a urgência de líderes educadores em tempos de desencanto | 5 |
| O céu: ciência e mitologia | 12 |
| Os Arquiduques | 18 |
| Vírus antártico – uma viagem ao mundo gelado | 24 |
| Da importância da língua literária na formação do leitor | 32 |
| Escola Naval: as tendências da orientação desportiva | 37 |
| A XX Viagem de Instrução de Guardas-marinha e a história naval | 44 |
| Evolução das Operações Anfíbias no século XXI: “Littoral warfare” e “forward...from the sea” | 50 |
| “...Um ato de desespero...” | 56 |
| A sociedade brasileira | 62 |
| A importância estratégica do capital intelectual | 66 |
| Nossas raízes | 70 |
| Um caminho para a liderança | 74 |
| A Regata Escola Naval: do lazer à performance, um grande espetáculo | 80 |
| Investigando a metáfora “a vida é uma guerra” no linguajar marinheiro | 87 |
| Palavras de nosso oficial da Marinha dos Estados Unidos | 94 |
| Os preparativos para o Dia D | 98 |
| O Direito Internacional Humanitário: uma iniciação | 104 |
| Notícias da Ilha de Villegagnon | 106 |
| Liderança militar: analisando assuntos da atualidade | 108 |
| Da Casa das Formas a Villegagnon | 110 |
| Intercâmbio com a United States Naval Academy (USNA) | 116 |
| Crimes eletrônicos: os perigos do mundo digital | 121 |
| Origem das palavras | 124 |
| Zonas de Processamento de Exportação: um mecanismo de promoção de crescimento econômico | 127 |
| A importância do esporte nas relações de liderança | 132 |
| Atendimento de saúde na Escola Naval | 134 |



Nossa Capa:
Vista aérea da Escola Naval tendo, ao fundo, a entrada da Baía de Guanabara

SOBRE A URGÊNCIA DE LÍDERES EDUCADORES EM TEMPOS DE DESENCANTO

CF(T) Erica Barreto Nobre

APRESENTAÇÃO

A perplexidade toma conta dos responsáveis pela formação e gerenciamento de recursos humanos nas Forças Armadas. Do recrutamento e seleção para ingresso às opções de carreira, passando pelas diversas etapas da formação, os profissionais do século XXI parecem distanciar-se cada vez mais dos ideais abnegados da profissão das armas. Qual é o perfil da geração contemporânea de profissionais? Quais são seus valores e objetivos? “DINHEIRO” parece ser a única palavra de ordem, a causa e a solução de todos os males, o caminho dileto para a felicidade. Será?

INTRODUÇÃO

Na era do “consumo, logo existo”, na qual a lógica do capitalismo neoliberal engendra a ideologia vigente e permeia valores e relações, nasce o homem pós-moderno: materialista, refém da ditadura do prazer e da liberdade incondicional, polimorfo e amorfo. Gilles Lipovetsky, filósofo francês, afirma que “O grande problema atual é a fragilização dos indivíduos – suicídio, ansiedade, depressão, medo dos desastres ecológicos, medo da Aids, medo de envelhecer, medo do desemprego; a modernidade tinha confiança no futuro; agora temos a dúvida.” (Folha de São Paulo – 14/03/04). Se, por um lado, a nova geração de profissionais prima pela flexibilidade, é multifuncional, conectada, informada e transita com desembaraço entre tecnologias diversas; por outro lado, “surge a primeira geração sem culpa, despolitizada de compromissos, repleta de jovens céticos, insatisfeitos. Geração de reduzida capacidade de maravilhar-se, entusiasmar-se, comprometer-se. Uma geração desencantada.” (Jornal O DIA – 06/2007).

Após esta breve contextualização introdutória, pretende-se desenvolver o tema proposto em cinco tópicos, buscando refletir sobre as possíveis causas e soluções para uma crise de sentido e de paixão que parece vitimar nossa sociedade e que muito inquieta aqueles que compartilham a missão de orientar e educar as novas gerações. O primeiro tópico, “A ditadura do

O professor medíocre diz.

O bom professor explica.

O professor superior demonstra.

O verdadeiro professor INSPIRA”

(autor desconhecido)

Líderes e professores inspiram...

prazer”, trata da questão da conquista da maturidade e do percurso psicológico constitutivo do ser humano como tal, que evolui do puro princípio do prazer para a complementaridade do princípio da realidade. No tópico “A falência do princípio de autoridade”, discute-se a importância dos limites na educação e na formação do caráter e o esvaziamento dos papéis de autoridade que se propaga em todos os segmentos da sociedade, começando pela família. O terceiro subtítulo “Quando a autoridade também emana do afeto” trata do inevitável entrelaçamento e comprometimento de vidas e de afetos na relação entre pessoas. Ninguém sai incólume de uma relação interpessoal e não existe outra forma de viver que não seja intensamente. Líderes e educadores transcendem a virtualidade internautica e estão disponíveis para se relacionarem face a face e olho no olho com o outro. A autoridade que é exercida com base no afeto é a única que verdadeiramente educa, promovendo interiorização de valores e mudança de atitudes, e não meramente de comportamentos. No quarto tópico, “A felicidade reduzida a cifrões”, questiona-se o mito do dinheiro como única ou principal fonte de motivação e de satisfação, especialmente no âmbito profissional. Finalmente, na quinta parte, “Por um sentido na vida”, que conclui este artigo, discute-se a premência de dar um sentido maior à existência, de ter um projeto de vida e o papel dos líderes educadores nesta empreitada de inspiração e resgate do encantamento.

A DITADURA DO PRAZER

A manchete da Revista do Jornal O Globo é: “Geração Analgésico – Psicanalistas dizem que os jovens revelam crescente intolerância à dor e à frustração, desafiando professores e pais”

(26/06/05). Em outra manchete pode-se ler: *“Falsa felicidade – banalização da depressão gera uso indevido de medicamentos – felicidade em pílulas”* (2004). Nossa sociedade passou a ter menos tolerância à dor, tanto física quanto emocional e a buscar compulsivamente o prazer individual, imediatista e descartável. O psicólogo americano Steven Hayes alerta: *“Não fuja da dor”*...felicidade demais é que não é normal. *“Asartimanhas que usamos para escapar da aflição nos desviam de nossos objetivos de vida. E é por eles que vale a pena viver.”* (revista Veja – 03/2006). Seja qual for a abordagem psicológica que se eleja, é inescapável concluir que simplesmente não há possibilidade de amadurecimento psicológico sem algum tipo de sofrimento. Não há crescimento sem frustração e dor.

Pretende-se desenvolver este ponto de vista a partir da abordagem psicanalítica. Sigmund Freud, tão freqüente e, indevidamente, acusado pelos males da permissividade na educação, na verdade, afirma que: *“A civilização começa com a repressão”* (O Mal-Estar na Civilização, 1930), já que somos regidos inconscientemente pelo princípio do prazer, que é limitado pelo princípio da realidade. E a realidade está no outro, está no social, na vida dos indivíduos em grupo com suas normas e sanções. A teoria freudiana mostra-nos que a civilização é incompatível com as pulsões e com o princípio de prazer. Para que os seres humanos vivam em sociedade, devem submeter-se a restrições tanto em relação à sexualidade quanto às tendências agressivas. É necessário que haja repressão para que os impulsos animais convertam-se em impulsos humanos e é através de uma transformação fundamental de sua natureza que o homem animal converte-se em ser humano. Ele deve aprender a renunciar ao prazer momentâneo, fugaz, incerto, substituindo-o por um prazer adiado, mais sofisticado e elaborado e socialmente aceitável. A sublimação, o mais maduro dos mecanismos de defesa do ego, consistiria justamente na gratificação de um impulso, cuja finalidade de prazer é preservada, mas o objeto é convertido em socialmente valorizado. Ela permite que as pulsões sejam canalizadas, ao invés de simplesmente represadas. Se por um lado há uma insuperável tensão entre indivíduo e sociedade, o mal-estar, a que se refere Freud, por outro lado, toda a civilização, com sua produção tecnológica, científica, artística e cultural, depende da capacidade, exclusivamente humana, de adiar a satisfação e de aprender a obter satisfações substitutivas. O ser humano, portanto, por ser um animal social, que vive em coletividade e necessita de

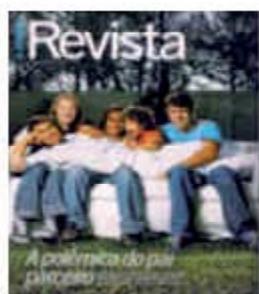
seus congêneres para sobreviver, não se pode instalar nessa espécie de nirvana, que é o princípio de prazer. O processo de socialização implica frustrações graduais, impostas pela educação, que se inicia na família e se amplia na escola, devendo conduzir o indivíduo ao princípio da realidade, à capacidade de sublimação e à força de ego. Se prevalece a permissividade, o indivíduo pode tornar-se desde imaturo e frágil até sociopata. Por outro lado, se a educação é excessivamente repressora, o indivíduo pode tornar-se neurótico, limitado em sua criatividade, produtividade e capacidade de amar. Princípio do prazer e princípio da realidade, embora antagônicos, caminham juntos, emparelhados, um só se reconhece no outro e vice-versa. Portanto, como prega o Budismo, o melhor caminho é o caminho do meio. Mas a medida certa em educação é difícil de se encontrar, até porque varia, conforme o indivíduo. Na época em que Freud criou a Psicanálise, a educação em geral pecava pelo excesso de rigidez e severidade e o mal do século era a neurose; no século XXI, pecamos pelo excesso de benevolência. O produto das tendências educacionais que prevalecem na atualidade é a imaturidade - a incapacidade para suportar sofrimento, superar obstáculos, contornar dificuldades, criar alternativas e persistir em objetivos almejados. Falta “endurance”! Afinal, *“disciplina é a ponte que liga nossos sonhos às nossas realizações”* (Pat Tillman).

A FALÊNCIA DO PRINCÍPIO DE AUTORIDADE

O que estaria acontecendo com a família, “célula máter da sociedade”? Educar é exercício árduo de paciência e abnegação. É “investimento” de risco a fundo perdido. Mas, em tempos de Pós-Modernidade, todos anseiam por liberdade incondicional e auto-satisfação. A equação da educação das novas gerações, portanto, não fecha, parece não ter mais uma solução possível ou suficientemente satisfatória. Os papéis de autoridade e de referência estão estigmatizados. São “lugares” que todos se esquivam de ocupar, confundindo autoridade com autoritarismo, e omissão e permissividade com liberalidade e diálogo. Ambos os pais desejam ser belos e jovens para sempre e estão no mercado de consumo e de trabalho, competindo por dinheiro e projeção. A tarefa de educar e de transmitir valores tende a ser delegada pelos pais para a escola. Mas as escolas, especialmente as particulares, muitas vezes funcionam como empresas, tratando o aluno como um cliente a quem se deve apenas agradecer. Cliente contrariado dá trabalho para os pais, que reclamam



PAIS AUSENTES
Pesquisa diz que a maior queixa dos filhos é negligência dos pais.



A POLÊMICA DO PAI PARCEIRO
Especialistas alertam que a amizade entre pais e filhos deve ter limites.



MÃE QUE PARECE IRMÃ
Educadores e psicanalistas discutem os prós e contras de comportamentos que eliminam a diferença entre as gerações.



PROFESSORES SOB PRESSÃO
Pesquisa nacional mostra que educadores não são respeitados nas escolas.

com a escola e que podem escolher outra escola concorrente no mercado. A escola deve evitar a todo custo evasão de capital; portanto, professores que pretendam exercer autoridade e dar limites aos seus alunos podem não receber o devido respaldo da administração da escola. A mensagem implícita é “o cliente (aluno) tem sempre razão”.

O ser humano nasce extremamente dependente, a criança pequena não tem sequer consciência de si própria como indivíduo. A personalidade humana só se constitui em relação a um “outro”, inicialmente a mãe e o pai e, posteriormente, outras figuras adultas significativas. Pais e professores devem ser próximos e disponíveis, mas não podem ter status de “coleguinhas”. Esta é uma falácia nociva. Amigos se elegem ou se excluem, pais e professores, não. Amigos são expectadores interessados. Educadores têm poder e responsabilidade sobre o destino dos jovens que estão sob sua guarda, têm obrigação de tomar atitudes cerceadoras, quando avaliam que o comportamento dos filhos ou dos alunos implica riscos para a integridade física e psicológica deles próprios ou de outros. Nem sempre acertam em suas avaliações, mas estar presente tomando estas decisões e exercendo este papel será sempre o menor dos erros, passível de ser cometido pelo adulto, em seu exercício como educador. A liberdade ilimitada, que os jovens tanto exigem e alardeiam, tende a ser vivenciada, na verdade, de forma extremamente ameaçadora, quando é experimentada na plenitude de sua devastadora desproteção e solidão. O limite dado por quem cuida, simultaneamente firme e terno, é continente, apaziguador e necessário para a constituição de uma personalidade saudável. A falta de referências na educação, típica da contemporaneidade, vem sendo identificada como uma

das possíveis causas do aumento de um tipo de transtorno de personalidade denominado *borderline*. Este se caracteriza pela ausência do desenvolvimento de um sentido claro de identidade e pela instabilidade geral de relacionamentos, afetos e impulsos. As alternativas às lacunas familiares são escassas, já que a busca dos jovens por modelos de identificação e referências também não encontra eco, nem nas instituições, cada vez mais desacreditadas, nem na política, onde grassa o oportunismo, a notória falta de ética e a impunidade. A sociedade como um todo carece de lideranças positivas e de figuras legítimas de autoridade. A filósofa Hanna Arendt (1906-1975), ao discorrer sobre a questão da autoridade, afirma:

“Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder ou violência. Onde a força é usada, a autoridade em si fracassou. A autoridade se define em contraposição tanto à coerção pela força como à persuasão através do argumento. A relação de autoridade entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder de coerção ou recompensa do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado.”

Na atualidade, é a legitimidade do princípio da autoridade que se encontra ameaçada. Defrontamo-nos dia a dia com o corolário de conseqüências desse processo degenerativo, que se imiscui na sociedade. Há um constrangimento tácito associado à existência da hierarquia e ao necessário exercício da autoridade. A recente notícia do roubo seguido de espancamento de uma empregada doméstica, consumado por um grupo de cinco jovens universitários de classe média alta,

evidencia a urgência do resgate dos limites na educação. Neste lamentável episódio de violência, o contraste entre o depoimento do pai da vítima, um simples pedreiro, e o do pai de um dos agressores, empresário, convida à reflexão. Este último afirmou que a sociedade não podia culpar as famílias ou os pais pelo ocorrido, e que os agressores eram apenas “crianças”, que estudavam, e que não podiam ser presas. O outro pai declarou: *“Sinto um pouco de pena deles (os agressores) pela falta de estrutura (...). Eles precisam de tratamento, que os pais olhem para ver se estão dando atenção a eles. Sou pai de quatro filhos, íntegro e trabalhador. Não pude dar uma bicicleta aos meus filhos, mas dei limites.”* Diante da pungência desta declaração, que dispensa comentários, concita-se os educadores a exercerem, ética e responsabilmente, mas sem pudores, a sua autoridade.

QUANDO A AUTORIDADE TAMBÉM EMANA DO AFETO

Falou-se da necessidade do educador saber dizer “NÃO”, dar limites e exercer autoridade e da importância do princípio da realidade. Seria então o ato de educar um mero exercício frio de poder, visando a subjugação de desejos? Seria um calvário espinhoso para os mestres e, mais ainda, para os jovens aprendizes? O que poderia viabilizar este processo? A única resposta que se visualiza para esta questão resume-se em uma palavra: **afeto**. Somente o genuíno interesse e respeito pelo desenvolvimento de outro ser, em toda a sua singularidade, nos autoriza a exercer influência sobre ele e a tomar decisões que afetem a sua vida. Falar de afetividade no âmbito militar envolve um certo tabu. O tema em si parece para muitos piegas e lugar comum, mas o óbvio às vezes precisa ser dito e repetido: a única motivação confiável para tomar decisões difíceis em questões de educação é o amor. Analisando-se a questão sob a perspectiva do sucesso do processo de influência do educando, pode-se afirmar, também, que a base de poder social da referência (French & Raven, 1969), associada à qualidade do relacionamento, à admiração pelo agente influenciador e à identificação com ele, seria aquela que enseja mudanças de atitude mais profundas. Juntamente com a base de poder social da competência, a referência possibilita a interiorização de crenças e de valores. O educador Celso Antunes (2005) afirma que o que mais ajuda a aprender é a empatia transmitida pelos professores. A conquista de uma classe se faz pela emoção e afeto, externando, junto com as palavras e conteúdos, nossa alegria em ensinar e nosso entusiasmo em perceber nossos alunos se transformando no que

de melhor eles se podem tornar. Educadores e líderes são capazes de amar indiscriminadamente todo ser humano, ainda que com lucidez e veemência reprovem determinadas condutas e comportamentos. Sentem empatia e solidariedade por sua humanidade básica e comum. Compartilham a crença de que: *“Sou humano, e nada do que é humano me é estranho”* (Menandro, Atenas, 342 – 292 a.C.). Citando mais uma vez Celso Antunes: educar *“requer que se tenha sobre cada etapa, cada dia, cada descoberta, cada aventura, um ouvido pleno de empatia, um olhar carregado de paixão, uma ajuda sem pressa, marcada pela serenidade da ternura.”*

A FELICIDADE REDUZIDA A CIFRÕES

Ser rico é o desejo de 75% das crianças americanas, segundo levantamento da Professora Juliete Schor no livro *“Born to Buy”*. Reproduzindo valores da cultura hegemônica, pesquisa aponta que a maioria dos brasileiros considera que sucesso pessoal está ligado à melhoria econômica (Jornal Valor – junho 2007). Para que se possa elucidar melhor a abrangência e penetração dessa ideologia, também aqui, na Escola Naval, ao se constituir, no corrente ano, um grupo de trabalho para estudar atratividade da carreira naval, a questão da remuneração financeira ocupou grande parte das discussões, tanto no que se refere às causas quanto no que diz respeito às soluções. Ora, não se pretende ingenuamente negar a importância do aspecto financeiro e o direito a um salário digno, mas tão somente promover uma reflexão sobre a supervalorização do dinheiro como receita de felicidade, evidenciar a ideologia subjacente às práticas que transformam, todos os dias, necessidades supérfluas em básicas, alimentando a engrenagem do consumismo desenfreado e estéril. Contrariando a mentalidade vigente, o psicólogo Frederick Herzberg (1923 – 2000) demonstrou, através de sua teoria, que o salário, bem como outros fatores meramente “higiênicos” do trabalho, quando degradados, podem provocar profunda insatisfação no trabalhador e até rebeliões; contudo, se adequadamente atendidos, conduzem o indivíduo da insatisfação apenas à neutralidade. Herzberg propõe que outra ordem de incentivos seria mais eficaz para gratificar e verdadeiramente trazer felicidade e realização ao trabalhador; por exemplo, a possibilidade de utilizar plenamente seu potencial, de criar e inovar, a autonomia de decisão, a percepção do sentido e importância do trabalho e o reconhecimento. Buscando exemplos práticos da teoria mencionada, pode-se citar, na área

militar, a experiência do Capitão-de-Mar-e-Guerra Michael Abrashoff, no comando do navio de guerra americano USS Benfold, que relata, em seu livro “Este Barco Também É Seu” (2006), que a taxa de realistamento de praças, após um ano de práticas inovadoras de administração e liderança, saltou de 28% para 100% de retenção de pessoal. Na área esportiva, o caso recente do técnico de futebol do Botafogo também faz pensar. As manchetes de jornal (LANCE! - junho 2007) destacam: “*Cuca recusa proposta milionária do futebol árabe e segue no Fogão. O glorioso emociona quem trabalha lá.*” Juninho, capitão do time, também abriu mão de proposta financeiramente mais vantajosa para permanecer no Botafogo. Cuca afirma que prefere lutar pelo campeonato brasileiro. Túlio quer terminar a carreira atuando pelo Botafogo. Outros jogadores do time mencionam a identificação e o carinho entre time e torcida. A alegria e o entusiasmo transbordam nesse time, que não parece privilegiar cifrões à custa de ideais.

POR UM SENTIDO NA VIDA

Em resumo, nos primórdios deste terceiro milênio parecemos viver sob a égide de uma lógica perversa: por um lado, uma criação permissiva e paternalista que cultiva a imaturidade; por outro, um mercado de trabalho padrao, selvagemmente competitivo, que reifica e descartabiliza o ser humano, reservando a poucos o privilégio do consumo de bens sofisticados e da ostentação – única forma de auto-afirmação no mundo, passível de ser reconhecida, no âmbito de uma hierarquia de valores que privilegia o materialismo. Diante da frustração vivenciada pela imensa maioria, que está fadada a não conseguir nem “ser”, nem “ter”, sem recursos e sem força de ego para empreender e fazer acontecer, muitos enveredam pelo caminho da fantasia e da ficção ou...da virtualidade compulsiva. Programas de computador como “The Sims” e, a última novidade, “Second Life” permitem que o indivíduo recrie magicamente a realidade a seu bel-prazer. Neste último, é possível se recriar através de um “avatar”, escolhendo sua aparência física, mantendo relações de amizade e de amor, efetuando transações financeiras através de uma moeda virtual, esta sim comprada com seu cartão de crédito, a única realidade concreta da “brincadeira”. Como romper este círculo vicioso de nonsense e de desencanto? Segundo Viktor Frankl (1905-1997), psicoterapeuta de influência existencialista, o esforço para encontrar um sentido para a vida é a força motivacional fundamental no homem. Se não é possível encontrar fora de si, no mundo, um sentido pronto e definitivo, é preciso estar sempre construindo um

sentido novo para a própria vida. Nesta empreitada de escolha de um projeto de vida e de atribuição de sentido à existência, nada mais profícuo do que poder contar com mentores. Líderes educadores ou educadores líderes, íntegros, automotivados, maduros e focados em auto-realização despertam nos demais a imagem daquilo que eles poderiam ter sido ou que podem ainda, talvez, vir a ser. Tais personalidades transmitem razões de esperança no mundo em geral e uma fé mais profunda no futuro e na humanidade. Para resgatar os legítimos ideais de bem comum e abnegação da profissão militar, necessitamos urgentemente de líderes com perfil de educadores, nos navios, nas OM de terra e, mais do que nunca, nos Órgãos de Formação, como a Escola Naval. Líderes selecionados e treinados para tal fim, que, além de competência técnico-administrativa e de capacidade de comando, vibrem com a idéia de serem mentores e detenham competências de inteligência emocional, tais como: autoconhecimento, autocontrole emocional, automotivação, empatia e habilidade de relacionamento pessoal (D. Goleman, 1995). Aqueles que funcionam como agentes multiplicadores, junto aos jovens em formação, devem ser francos e verdadeiros, mas não pessimistas. Ceticismo, cinismo e amargura são a antítese do educador. É preciso gostar de estar com gente, de resolver problemas humanos. É preciso saber estabelecer prioridades, distinguindo, dentre tantas atribuições urgentes, aquela que é realmente a atribuição mais importante: acompanhar e orientar os aspirantes no percurso de sua formação como homens, como cidadãos e como Oficiais da Marinha do Brasil, se for esta a sua verdadeira vocação.

Bibliografia

1. ABRASHOFF, Michael . *Este Barco Também É Seu* . São Paulo: Cultrix, 2006
2. ANTUNES, Celso . *Relações interpessoais e auto-estima: a sala de aula como um espaço do crescimento integral* . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
3. GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional* . Rio de Janeiro : Objetiva, 1995.
4. LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. Santos: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1970.
5. FRENCH, John R. P. & RAVEN, Bertram. *As Bases do Poder Social*. In: CARTWRIGHT, Dorwin & ZANDER, Alvin (org.). *Dinâmica de Grupo: Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Editora Herder, cap. 32, 1969.
6. PENNA, Antônio Gomes . *Introdução à Psicologia Política* . Rio Janeiro: Imago Ed.: 1995.

O BB SEGURO AUTO está fazendo



Agência: ESCOLA NAVAL

Em um mercado altamente competitivo como o de seguros de automóveis, com produtos e serviços muito semelhantes, a diferença está na certeza de poder contar com uma instituição sólida no momento de utilizar as garantias de sua apólice.

Há 10 anos, com o objetivo de oferecer soluções inovadoras em seguros de veículos que contribuam para fidelização dos clientes do Banco do Brasil, surge a Brasilveículos Cia. de Seguros, fruto da associação de duas empresas seculares e tradicionais no cenário nacional: o Banco do Brasil e a Sul América Seguros.

Atualmente, a Brasilveículos figura entre as maiores empresas seguradoras do mercado com uma frota segurada superior a 800 mil itens. Na qualidade de grande e antigo parceiro da Marinha, o Banco do Brasil disponibiliza **condições especiais no seguro de automóveis para todos os militares (ativos e inativos), servidores, extensivamente a seus pais, cônjuges, filhos e dependentes econômicos.**

Além de preços competitivos, temos os diferenciais de pagamento: 1ª parcela com débito em conta flexibilizado em até 29 dias, opções de 04 vezes sem juros ou em até 10 vezes com adicional de fracionamento. Na internet, o cliente poderá contratar ou renovar seu seguro em 06 vezes sem juros, bastando acessar os sites: www.bbseguroauto.com.br ou www.bb.com.br.

10 anos.



O BB Seguro Auto dispõe de uma variedade de coberturas, serviços, benefícios e promoções adequados às necessidades de cada cliente, tais como:

- **Coberturas de danos parciais e totais para o veículo segurado** com cobertura em todo **Mercosul**.
- **Avaliação do veículo pelo Valor de Mercado** com possibilidade de **Garantia Adicional pelo Valor de Novo**, na hipótese de veícs. zero km.
- **Cobertura para danos materiais e pessoais causados à terceiros**.
- **Garantias Adicionais** de Vidros, Acidentes Pessoais de Passageiros, Danos Morais, Carro Reserva, Equipamentos, Extensão de cobertura para países da América Latina, etc.
- **Opções de franquias** – normal, reduzida e majorada.
- **Bonificação pela experiência do segurado**, revertendo em descontos no preço do seguro e na franquia do veículo.
- **Transferência de bônus entre pais, filhos e cônjuges**.
- **Maior Segurança ao veículo e seus ocupantes com** inspeção veicular gratuita, troca gratuita de pastilhas e discos de freio, curso on line de direção defensiva e proteção antifurto.
- **Serviços** de Reboque, assistência em viagem, carro substituto em caso de pane mecânica, disponibilização de táxi em caso de acidente, assistência residencial, chaveiro, troca de pneus, motorista substituto.
- **Vantagens exclusivas com descontos em** locação de veículos, peças e serviços, estacionamentos, spas e instalação de película protetora.
- **Renovação antecipada:** possibilidade de renovar seu seguro até 30 dias antes do vencimento.

No momento do sinistro, o cliente poderá contar com:

- **Vantagens e Benefícios no Atendimento:** Promoção Carro Reserva em caso de sinistro pelo tempo do reparo ou desconto de 25% na franquia (vide regulamento vigente), Assistência imediata, Reboque, etc.
- **Central de Atendimento especializada** com atendimento 24 horas – 0800 970 0022
- **Informações de procedimentos pela Internet.**
- **Aviso de sinistro e posição atualizada do processo pela internet.**
- **Mensagens SMS pelo celular.**
- **Agilidade e facilidade no envio de documentação de indenização integral pelo Sedex, com despesa reembolsável.**

Cotações e Contratações:

- Nas mais de 5.000 agências do BB, distribuídas por todo território nacional.
- Central de Atendimento BB Seguro Auto: 0800 282 0400
- Internet – site: www.bbseguroauto.com.br ou www.bb.com.br

Uma apólice de seguros deve representar sinônimo de tranquilidade para o cliente. Este é o nosso negócio, proporcionar tranquilidade às pessoas.

- BB Seguro Auto é um produto da Brasilveículos Cia. de Seguros, comercializado pela BB Corretora e Administração de Seguros

** Confira os benefícios e promoções vigentes por UF no site www.bbseguroauto.com.br.

O CÉU: CIÊNCIA E MITOLOGIA

Aspirante Leonardo Monteiro Ervatti

O céu sempre foi e continua sendo um mistério para os homens. Ele é fonte de inspiração, idéias e muitas perguntas. Ao contemplar o céu noturno em meio às luzes da cidade e toda a evolução, nossos olhos não conseguem perceber a beleza infinita da esfera celeste. O céu estrelado foi talvez a primeira atividade especulativa do homem conforme inscrições e construções em pedra que datam de até 30.000 anos atrás. Neste passado remoto, o céu era observado com espanto, admiração e respeito, provocando profundo sentimento de idolatria. O desconhecimento das causas dos fenômenos astronômicos trazia temor. Os astros eram divinos e o céu sagrado servia de morada aos deuses.

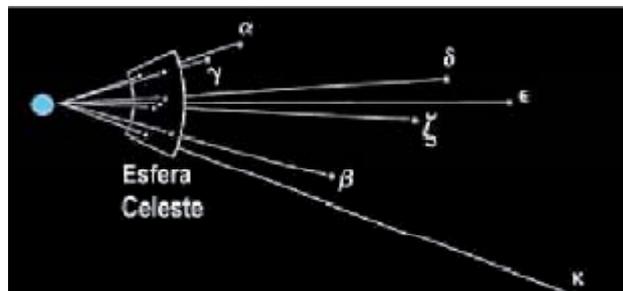
Contemplando o céu em noites extremamente límpidas e sem iluminação artificial, os homens inventaram as constelações: figuras imaginárias de seres mitológicos, animais e objetos nos alinhamentos estelares. Cada povo ou tribo tinha as suas próprias constelações e, para memorizá-las, criavam mitos.

A partir de agora iremos viajar um pouco neste céu infinito, entender um pouco da origem das constelações, o porquê da necessidade do homem de criar tais magníficos desenhos e também as mensagens que eles nos passam. Buscando fazer uma interessante abordagem científica e mitológica.

UM POUCO DE CIÊNCIA:

Antes de prosseguir vamos ver alguns conceitos astronômicos que proporcionarão um melhor entendimento.

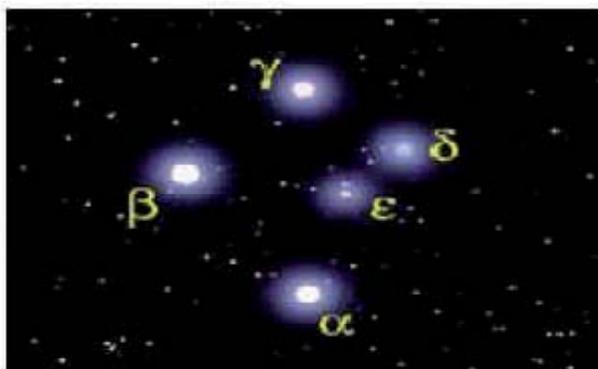
A **esfera celeste** é um globo fictício de raio indefinido, cujo centro radial é o olho do observador que se situa na Terra. Assim todos os objetos que se encontram no céu podem ser projetados em tal esfera (figura ao lado). Muitas das civilizações antigas acreditavam que as estrelas estavam equidistantes da Terra e que a esfera celeste existia na realidade como o "local" onde elas estavam posicionadas. O *firmamento*, ou suposto *firmamento* dos antigos, não tem existência real, é portanto uma ilusão de ótica. No entanto, apesar de incorreto, este modelo é uma útil abstração. É a que usamos para representar graficamente o céu na esfera celeste. Assim, conforme a Terra gira em seus

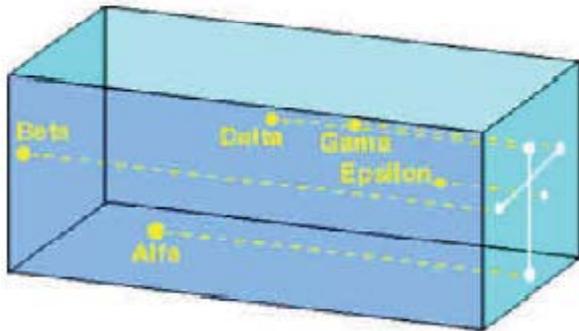


movimentos, temos a impressão de ver a esfera celeste e todas as estrelas, constelações e astros nela contidos girarem bem acima de nossas cabeças.

A **eclíptica** é definida como a circunferência imaginária correspondente à trajetória aparente do Sol na esfera celeste. O eixo da eclíptica é uma reta perpendicular à eclíptica e passa pelo centro da Terra.

As **constelações** são grupos de estrelas fixas que aparecem próximas no céu formando desenhos. Esses desenhos imaginários são as constelações. Constelação, do latim *constellatio*, significa reunião de estrelas, um agrupamento arbitrário de estrelas que representa a silhueta de entes mitológicos, animais ou objetos. Estas estrelas podem, na verdade, estar bastante distantes uma da outra, e não ter nenhuma relação. Ao olhar para as estrelas vê-se que muitas possuem em seu brilho intensidades diferenciadas (**magnitude**). Importante ressaltar que o brilho da estrela não está relacionado com sua distância em relação à Terra. É o que acontece com a famosa constelação do cruzado do Sul onde a estrela mais brilhante é coincidentemente a mais afastada. Observe a figura do cruzado do Sul:





Na figura acima podemos ver o afastamento real das estrelas na constelação do cruzeiro do Sul.

As Estrelas Fixas são aquelas que fazem parte das constelações e receberam este nome por sua posição não variar ou variar muito pouco na esfera celeste com o tempo. Já os **Planetas**, palavra que deriva do grego e significa “astro errante”, mudam de posição constantemente percorrendo trajetórias definidas na esfera celeste.

A ORIGEM DAS CONSTELAÇÕES

As constelações mais antigas surgiram entre os povos da Mesopotâmia, há quatro mil anos. Elas surgiram um pouco da mesma forma que hoje as crianças descobrem imagens nas nuvens. É fácil entender como os desenhos surgiram: nos tempos antigos as pessoas tinham céus completamente livres de poluição luminosa e tinham inúmeras noites para observar as estrelas. Com o passar dos dias, começaram a agrupá-las e a imaginar figuras no céu, desenhadas pelas estrelas. Certo é que esta sistematização do céu e a “descoberta” das constelações, tiveram por mais incrível que possa parecer, um vínculo importantíssimo no desenvolvimento e evolução da espécie humana. É importante ressaltar que mesmo com meios pouco desenvolvidos o homem foi capaz de aperfeiçoar a técnica de observar o céu, fazendo associações que ainda usamos até hoje!

O fundo estrelado foi de fundamental importância para que o homem constatasse as primeiras verdades sobre o Universo. Marcando as posições do Sol, da Lua, e dos planetas sobre o fundo das estrelas fixas, deduziu as leis que regem os movimentos planetários e percebendo a regularidade dos movimentos aparentes dos astros, criou e mensurou o tempo, surgindo assim

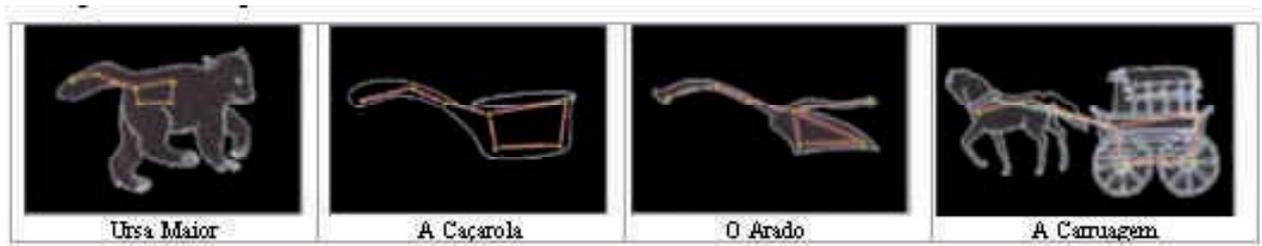
os primeiros calendários. Esta regularidade dos movimentos criou condições para a divisão do tempo em anos, em estações e também em meses. Com o passar do tempo, as figuras desenhadas no céu pelas estrelas e pela imaginação do homem passaram a apresentar certa sazonalidade, sendo que algumas apareciam na Primavera, outras no Verão, outras no Inverno e outras ainda no Outono. Descobriram assim um método confiável e, aparentemente, imutável para o controle da semeadura. A agricultura pôde desenvolver-se para um nível superior, permitindo melhores colheitas, ano após ano, e permitindo que a arte do cultivo evoluísse. Os mitos associados a cada constelação, segundo alguns estudiosos, serviam precisamente para ajudar a memorizá-las, e também para entender os fenômenos que ocorriam aqui na Terra.

Dá-se início, então, aos registros dos astros, estrelas e constelações. Começando com Cláudio Ptolomeu (127-145 d.C.) e terminando com o abade francês Nicolas-Louis Lacaille (1713-1762). As 88 constelações que hoje conhecemos são apenas as que foram convencionadas pela União Astronômica Internacional, como uma forma de sistematização do céu noturno.

É interessante notar que o modo como “juntamos os pontos” e enxergamos uma imagem familiar no céu varia muito para cada civilização, para cada cultura. Assim, é natural que hoje não consigamos compreender certos desenhos representados nas constelações. Grande parte delas, como já vimos, são de mais de quatro mil anos, deixadas pelos babilônicos e, depois, pelos gregos em sua rica mitologia.

Na constelação de Touro, por exemplo, há um aglomerado estelar (com 7 estrelas principais) que recebeu uma denominação especial: para os gregos eram as Plêiades, ou Atlântidas, 7 mulheres que foram transformadas em pombas por Zeus e colocadas nos céus. Já para algumas tribos indígenas no Brasil eram simplesmente um enxame de abelhas, e para outras uma bela índia de nome Ceíui.

Outro asterismo muito significativo é visto na constelação da Ursa Maior. Na França era conhecida como A Caçarola, e na Inglaterra como O Arado. Na China foi vista como O Burocrata Celestial, e na Índia como Os Sete Sábios. Na Europa medieval era chamada A Carruagem, ou A Carroça de Charles. Os egípcios colocaram esta constelação dentro de um grupo maior de estrelas e a desenharam como uma procissão de um touro aparentemente puxando um homem na horizontal.



A MITOLOGIA DAS CONSTELAÇÕES

“ Revestir a realidade de mitos, os gregos foram grandes nesta arte...”

Depois de falar um pouco de astronomia e das constelações de uma forma científica, partiremos agora para uma parte muito interessante. Faremos uma viagem mitológica através das constelações. Veremos que por de trás de simples desenhos, histórias ricas e encantadoras se tecem uma com as outras, o céu deixa de ser o manto negro salpicado de pontos brilhantes e se transforma em um verdadeiro campo de batalha onde heróis travam homéricos duelos com bestas lendárias, donzelas em apuros são salvas por valentes heróis e onde deuses e deusas regem, equilibram e influenciam a humanidade. Histórias que surgiram num tempo muito distante, mitos e lendas que continuam a nos transmitir a cultura de incríveis civilizações.

Para começar, contarei a história da constelação de Órion e a de Escorpião que possuem uma íntima ligação com as estações do ano.

O CAÇADOR E O ESCORPIÃO:

Para cada estação do ano, os antigos perceberam que certas constelações eram mais visíveis que outras no céu, se posicionando em um lugar que permitia sua visualização por várias noites seguidas, estas eram as *constelações símbolo*. Órion: simboliza o verão para o hemisfério sul e o inverno para o hemisfério norte; Leão: outono para o sul e primavera para o



Fig 2

norte; Escorpião: inverno para o sul e verão para o norte; Pégaso: primavera para o sul e outono para o norte.

Diz a lenda que **Órion**, filho de Poseidon (deus dos mares), era um grande guerreiro e caçador e além disso amante da astronomia. Caçava por gosto e sempre que saía era acompanhado por dois cães de caça que o ajudavam em suas aventuras.

Certo dia, acreditando em todo seu poder e capacidade, Órion ofendeu **Ártemis**, a **deusa da caça**, ao gabar-se de que poderia matar qualquer animal selvagem. Desafiou a deusa, dizimando os animais da Terra. Indignada com a situação, Ártemis incumbiu um escorpião de veneno mortal de matá-lo, como punição por seu comportamento. Órion morreu, e por causa disso, desde então, vemos na esfera celeste Órion caindo para o mundo inferior, enquanto **Escorpião** ascende no céu.

Órion, porém, não ficou morto para sempre. Ele foi ressuscitado por **Ofiúco**, o “portador da serpente”, que representa o **deus da cura**, Asclépio, ou Esculápio.

Ofiúco tratou Órion com um remédio especial que agiu como antídoto para o veneno do Escorpião. No céu, Ofiúco é uma constelação que se encontra bem acima de Escorpião. O tratamento de Ofiúco restaurou a vida de Órion, de modo que vemos Órion subindo de volta ao mundo, enquanto o Escorpião submerge no oeste debaixo do calcanhar de Ofiúco.

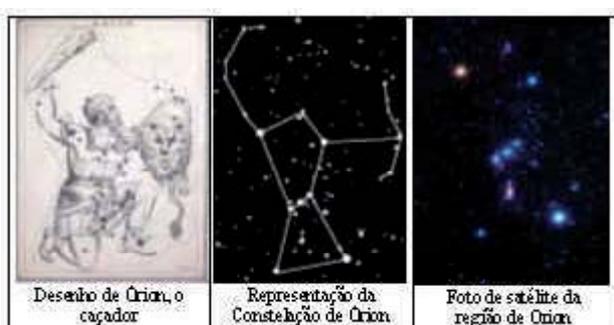
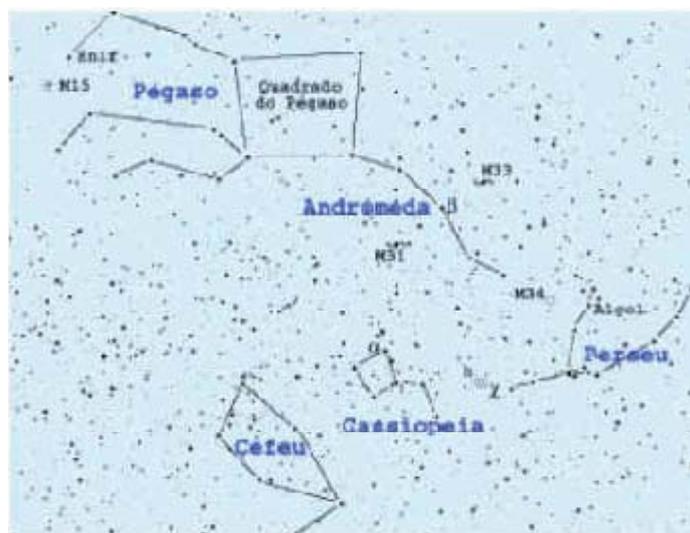
Interessante saber que o símbolo da medicina (fig.1) que hoje conhecemos teve origem e base no símbolo de Ofiúco, o deus da cura, que sempre era retratado com um cajado e uma serpente (fig.2).

Para identificar Órion, devemos localizar 3 estrelas próximas entre si, de mesmo brilho, e alinhadas. Elas são chamadas **Três Marias**, e formam o cinturão da constelação de Órion. Seus nomes são



Fig 1

Mintaka, Alnilan e Alnitaka. Seus dois cães de caça, são representados pelas constelações do **Cão Maior** e do **Cão Menor**. A estrela mais brilhante do Cão Maior, **Sírius**, é também a estrela mais brilhante do céu, e é facilmente identificável a sudeste das Três Marias. **Procyon** é a estrela mais brilhante do Cão Menor, e aparece a leste das Três Marias. Órion e Escorpião foram colocados no céu de lados **diametralmente opostos** da esfera celeste, simbolizando sua eterna batalha; assim, quando Escorpião surge no céu a leste marcando o Inverno para o hemisfério Sul, Órion desaparece a oeste levando o Verão para o hemisfério Norte.



A Constelação de Escorpião

O ROMANCE DE ANDRÔMEDA E PERSEU

Proponho, agora, um passeio pelo céu de Outubro que nos leva ao encontro de um dos mais belos mitos da antiguidade grega que ficaram imortalizados nas estrelas: o de **Andrômeda e Perseu**.

Ao norte da esfera celeste, podemos localizar a constelação de **Cassiopeia**, rainha da Etiópia. Muito perto, e igualmente fácil de identificar, está a constelação de **Cefeu**, rei da Etiópia e marido de Cassiopeia, **Andrômeda** era filha dos dois.

A Rainha Cassiopeia era uma mulher excessivamente presunçosa que ousou se vangloriar de que ela era mais bonita do que as Nereidas, seres do mar de extraordinária beleza. As Nereidas ficaram tão ofendidas pela arrogância da vaidosa rainha que imploraram a Poseidon que a punisse. Em resposta ao apelo das Nereidas, Poseidon enviou o monstro do mar **Cetus** para devastar a Etiópia. Tal monstro também figura no elenco celeste, sob a forma da **constelação da Baleia** (próxima das constelações de Peixes e Aquário).

Quando o rei Cefeu perguntou ao oráculo o que ele devia fazer para acalmar a ira do deus, foi-lhe dito que ele deveria dar sua belíssima filha virgem em sacrifício ao monstro do mar. Deste modo, ele acorrentou Andrômeda a um rochedo na costa do Mediterrâneo, em Jaffa, onde presentemente está a cidade de Tel Aviv, Israel, à espera da aproximação do monstro. Já com a princesa presa a um rochedo, para que se cumprisse o seu triste destino, interveio então o outro protagonista da história: **Perseu**, que surgiu montado no cavalo alado **Pégaso**. As respectivas constelações são fáceis de localizar: Perseu perto de Cassiopeia e Andrômeda; o Pégaso no seguimento desta última, dispondo-se quatro das suas estrelas mais brilhantes num quadrilátero fácil de identificar mesmo no céu urbano, e conhecido justamente como **Quadrado do Pégaso**.

Perseu era filho de Zeus e, atendendo a um desafio, foi destruir e decaptar a Medusa, uma temível criatura com cabeleira de serpentes cujo olhar podia transformar qualquer criatura viva em pedra. Recebendo a ajuda de Atenas, que segurou um espelho de bronze no qual ele podia ver a imagem da medusa, ao invés de olhar diretamente para sua terrível face, conseguiu finalmente despachá-la. Do sangue da Medusa misturado a água do mar nasceu o belo cavalo alado Pégaso, que serviu de montaria a Perseu para retornar para casa. Em seu retorno, ao sobrevoar a costa da Etiópia, Perseu viu abaixo uma linda princesa atada numa rocha. A Beleza de Andrômeda encantou Perseu, e assim ele se apaixonou. Ele trazia consigo a cabeça da Medusa e utilizou-a para petrificar e matar o Terrível monstro que devoraria sua amada, libertando-a do rochedo e das correntes. A cabeça da Medusa, que o próprio Perseu havia decepado, é representada pela estrela **Algol**, uma *estrela variável*, isto é, cujo brilho varia periodicamente (neste caso num período de 2,87 dias). O seu nome, de origem

árabe, significa “cabeça do demônio”.

A vida de Andrômeda foi salva por Perseu, e como em todo belo conto ele posteriormente pede a mão de sua amada em casamento.



Astréia, deusa da Justiça

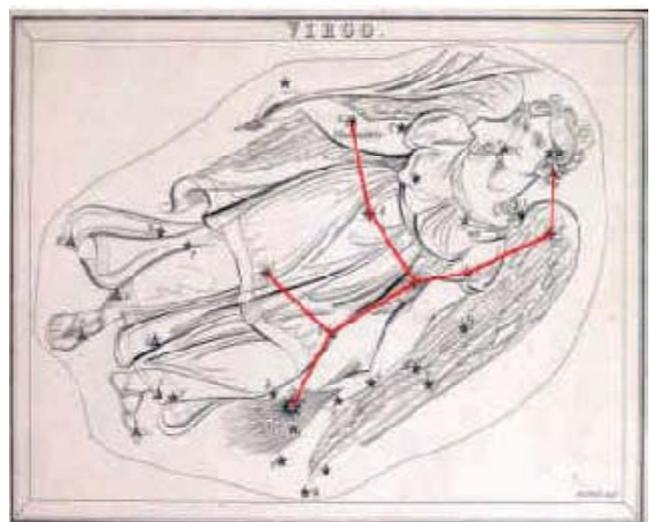
A VIRGEM ZODIACAL:

Um dos exemplos mais notáveis de uma constelação com múltiplas lendas é, sem dúvida, a da *Virgem* do Zodíaco. Teria sido uma das primeiras a ter sido nomeada, sempre sob a forma de uma donzela.

Uma remota lenda faz da Virgem zodiacal a **deusa da Justiça, Astréia**, o que se adequou muito bem à sua posição ao lado da **Balança** (A **Constelação de Libra**). *Hesíodo* (séc. VIII A.C.) proclama que ela é a filha direta de **Zeus**, seu poema diz: “a Justiça está sentada ao lado de Zeus”. Segundo esse mito, na idade do ouro ela vivia entre os homens a quem dera as leis para governo das sociedades civilizadas. Mas, ofendida e triste com a degenerescência da humanidade, a deusa justa voou aos céus na forma de constelação (a Virgem é representada muitas vezes com asas).

A mais interessante diz que a virgem representa **Ceres** (a Deméter romana), **deusa da agricultura** e da fertilidade dos campos. Ceres tinha uma filha, a encantadora **Cora** (Perséfone ou Prosérpina). Quando esta, num dia primaveril, despreocupadamente colhia flores, vê abrir-se de repente uma fenda na terra e surgirem cavalos negros como carvão, atrelados a uma carruagem conduzida por um cavaleiro negro de face invisível. Era o deus das trevas, **Hades** (Plutão), que se apaixonara por ela e a raptara. O desgosto de Ceres, sua mãe, ao saber que sua única filha havia sido seqüestrada foi terrível. Desesperada, vagou pela Terra decidindo abandonar a sua condição divina até que sua filha retornasse para ela.

O exílio que Ceres impôs a si mesma fez a Terra se tornar estéril, as plantas não produziam flores nem frutos, toda a natureza secara havendo escassez de alimentos. Zeus foi obrigado a intervir para salvar a humanidade. Ele ordenou a Hades que devolvesse Perséfone à sua mãe, mas ela já não podia regressar inteiramente do reino dos mortos, pois havia sido desposada por Hades. Foi obtido então um acordo segundo o qual Ceres retornaria ao Monte Olimpus e Perséfone dividiria o ano em duas partes: metade com a sua mãe e a outra metade no Inferno. Esta é a razão pela qual a Terra floresce, quando Perséfone deixa o Inferno para estar com a sua mãe, trazendo a Primavera e o Verão aos mortais como um sinal da alegria de ambas as divindades. Quando chega o momento de Perséfone deixar sua mãe para ir ao



Inferno, o Outono e o Inverno cobrem a Terra em sinal de profunda tristeza.

O mito é claramente uma alegoria. O período passado com Hades corresponde ao tempo em que as sementes estão debaixo da terra; quando na superfície, com sua mãe Ceres, é o tempo da verde Primavera em que tudo floresce e mais tarde dá os seus frutos. Esta lenda seguramente nasceu quando o **solstício** (maior afastamento do Sol em relação à Terra) **de Verão**, época da colheita dos cereais, caía nesta constelação, ou seja, a posição que o Sol ocupava percorrendo a eclíptica em seu movimento aparente na esfera celeste era exatamente em cima da constelação de Virgem. Nos dias de hoje, com o movimento de precessão do eixo da Terra, os solstícios são marcados por outras constelações. Conclui-se, então, que a Virgem marcava o solstício de Verão mais ou menos 5.000 anos a.C. data em que a agricultura se desenvolvia primordialmente.

O DIVINO E O RACIONAL

Encerro, então, este artigo acreditando ao menos ter trazido curiosidades a respeito do Céu e das

estrelas. Espero ter despertado o interesse de todos durante as viagens mitológicas e em algumas pequenas explicações científicas.

Sugiro àqueles que quiserem localizar precisamente as constelações no céu noturno que o façam utilizando um programa disponível na Internet chamado Stellarium (www.stellarium.org) de fácil de utilização, e/ou consulte um mapa celeste.

O Céu sempre foi e sempre será fonte de infinita inspiração humana. Uma das respostas que o homem continua a buscar, uma das perguntas que insistimos em responder. Em uma mistura de divino e racional, buscamos explicações científicas e prosseguimos em nossas pesquisas, tentando elucidar como tudo começou, e, ao buscar esta resposta, o homem eleva seu pensamento, seu coração, sua mente, seus telescópios e satélites de última geração e suas pesquisas para o firmamento infinito.

Para alguns, o Céu representa uma imensa equação matemática pronta para ser resolvida, para outros, uma bela paisagem pintada por Deus. Teorias e poemas nunca faltarão enquanto chegar a noite trazendo a beleza celeste e infinita para os homens.

"Ora (dizeis) ouvir estrelas!" (Olavo Bilac)

*"Ora (dizeis) ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso!" E eu vos direi, no entanto,
Que, para ouvi-las muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...*

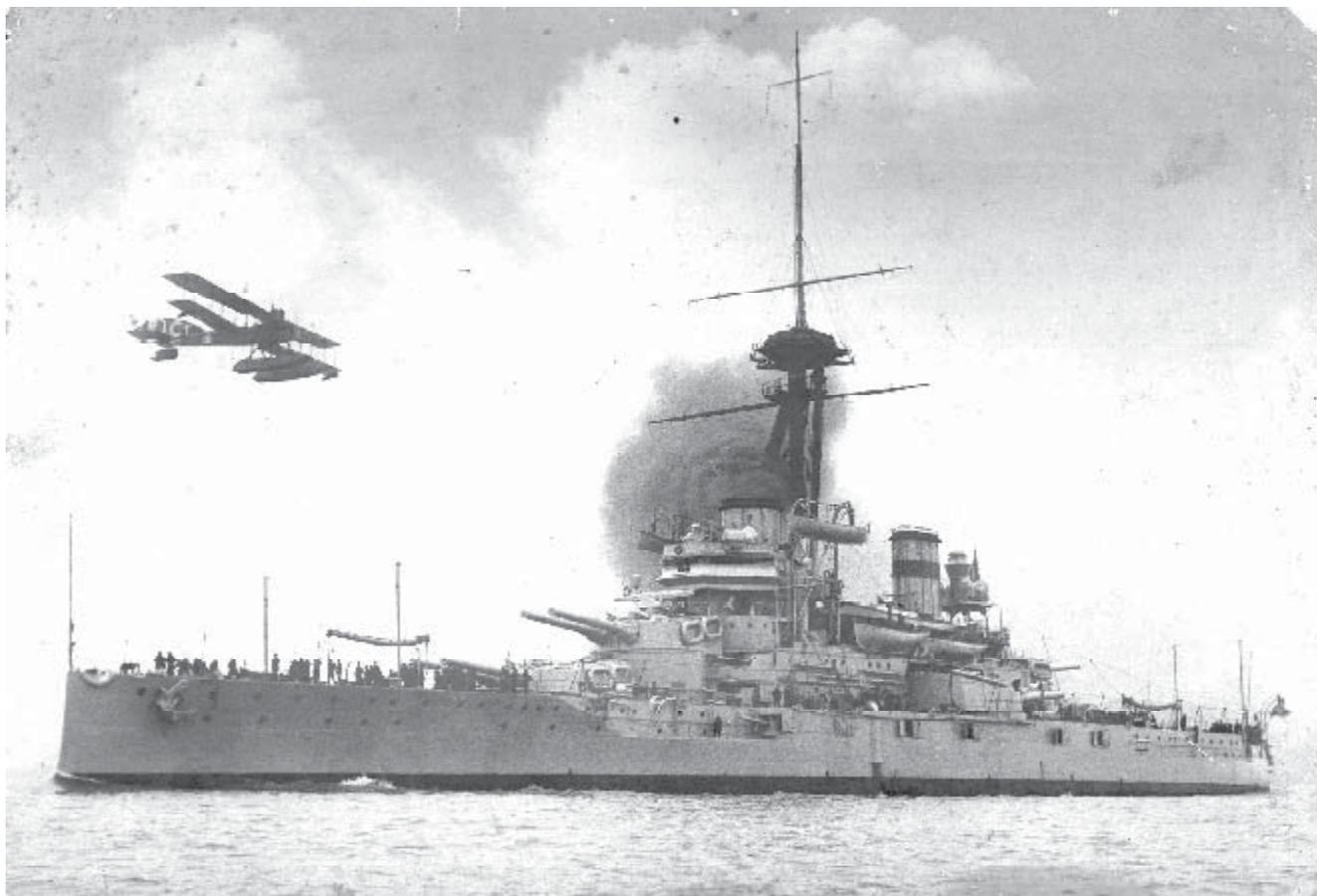
*E conversamos toda noite, enquanto
A Via Láctea, como um pálido aberto,
Cintila. E, ao vir o sol, saudosos e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.
Dizeis agora: "Tresloucado amigo!
Que conversas com elas? Que sentido
Tem o que dizes, quando não estão contigo?"*

*E eu vos direi: "Amai para entendê-las!
Pois só quem ama pode ter ouvido
Capaz de ouvir e de entender estrelas".*

*"Crescemos. Tornando-nos
adultos. Envelhecemos.
E os mistérios continuam dentro
de nós, fora de nós.
O que o gênero humano sabe é
pouco.
O que deseja saber, é muito.
O que há de ignorar, sempre, é
infinito, como o céu."*

Roque Scneider

OS ARQUIDUQUES



CMG (RM1) Pedro Gomes dos Santos Filho

Início da década de 1920. A situação da Marinha mostra-se bastante precária. É patente o desânimo dos oficiais e praças. Os reflexos das Revoltas da Armada e dos Marinheiros, leis de promoção deficientes que impedem o fluxo de carreira e a falta de preparo do pessoal para acompanhar a transformação de uma Marinha a vela para uma Marinha moderna contribuem para esse estado de espírito. Recursos para a modernização dos meios flutuantes e criação de uma infra-estrutura de apoio são negados à Força Naval. Os meios navais apresentam um estado lamentável, em decorrência da incapacidade de ser efetuada uma manutenção adequada no país. Dois navios, imunes ao vírus do desânimo, não se enquadram nesse cenário desalentador.

21 de fevereiro de 1922. Os encouraçados São Paulo e Minas Gerais suspendem para realizar exercícios de tiro sobre alvo rebocado, com os propósitos de adestrar suas tripulações, testar novos sistemas de direção de tiro e fazer uma demonstração ao Presidente da República, Epitácio Pessoa, embarcado no Minas. Este navio é o primeiro a abrir fogo a 12.000 metros sobre o ex-Alagoas, a reboque do Laurindo Pitta. A segunda corrida é do São Paulo, na mesma distância. Ambos executam seis meias salvas com os canhões de 305 mm. O hidroavião empregado como observador de tiro, com a tarefa de fotografar os acertos e as colunas d'água levantadas pelas granadas dos navios, envia o resultado. Como não havia intenção de destruir o alvo e sim enquadrá-lo com as salvas, o objetivo é atingido. Jornais do Rio de Janeiro como o Correio da Manhã, JB, O Jornal, Diário do Comércio e outros publicam notícias

elogiosas à Esquadra. O exercício, primeiro deste tipo realizado pela Marinha do Brasil, é considerado um sucesso.

Madrugada de cinco de julho de 1922. Um disparo de canhão do Forte de Copacabana dá o sinal para que outras unidades militares do Rio de Janeiro – a 9ª Companhia do 1º Regimento de Infantaria, sediado na Vila Militar e a Escola Militar de Realengo – aderissem à revolta militar contra o governo de Epitácio, representante das estruturas de poder da República Velha. Tropas legalistas conseguem deter as ações da 9ª Cia e da Escola Militar. Os revoltosos do Forte ficam sozinhos, mas não se rendem.

Seis de julho de 1922. A Marinha é chamada a intervir. A tarefa é bombardear o Forte de Copacabana, ainda revoltado. Para cumpri-la, na madrugada desse dia transpõem a barra do Rio de Janeiro o Encouraçado São Paulo e o Contratorpedeiro Paraná. O Encouraçado Minas Gerais, retirado às pressas do dique no dia anterior, às 7 horas também sai à barra, dirige-se até a altura da ilha de Cotunduba e, de acordo com determinações superiores, retorna sem abrir fogo. Às 7h25m o São Paulo entra em postos de combate. Três torres de 305 mm estão guarnecidas. Logo em seguida, o Forte faz dois disparos. *Ossplashes* não são avistados. O Encarregado Geral da Artilharia comunica que não se pode precisar para onde são dirigidos os tiros. Às 8 horas o São Paulo abre fogo com a primeira salva. “Tiros curtos com boa direção”. Doze minutos depois, a segunda salva. “Não observado”. O tempo está firme, mar calmo, mas a visibilidade não é boa. O nevoeiro e a fumaça dos disparos prejudicam a observação da terceira e quarta salvas. A última salva é disparada precisamente às 08:30 horas. “Acerto”! “Avistada explosão na muralha do forte”. “Munição esgotada, alma limpa, despendidas 20 granadas”. Às 09h07min o Forte iça a bandeira branca.

Tanto no exercício de tiro quanto na ação de combate o desempenho dos navios, principalmente do São Paulo, foi impecável. Os dois encouraçados, ao contrário de outros navios da Esquadra, estavam em excelentes condições de material e adestramento. A sua atuação, ilustrada pelas passagens históricas descritas, faz surgir a seguinte pergunta: Qual a principal razão que permitiu aquelas belonaves alcançarem um padrão elevado de eficiência, apesar de todas as dificuldades vividas pela Marinha à época? A resposta é simples: a motivação de um grupo de jovens oficiais especialistas em artilharia, dedicados de corpo e alma à Marinha e ao seu navio. Eram chamados “Os Arquiduques”.

Enquanto em 1922 surgiam no Brasil Movimentos que desejavam mudanças nas artes, como o responsável pela Semana de Arte Moderna e na política, como o Movimento Tenentista, na Esquadra brasileira um Movimento trabalhava forte e promovia mudanças no campo militar-naval. Seu nascimento ocorreu no Encouraçado São Paulo durante o período de modernização dos sistemas de direção de tiro, executado nos estaleiros do *Brooklin*, Estados Unidos, no período de agosto de 1918 a janeiro de 1920. Nesta ocasião, os oficiais artilheiros tiveram a oportunidade de aprender os segredos dos modernos equipamentos de *fire control* e adotar no navio o sistema norte-americano de organização baseado em Divisões subordinadas a Departamentos, novidade para a Marinha do Brasil. O acesso à nova tecnologia de direção de tiro desenvolvida durante a Primeira Guerra Mundial e a quebra de paradigma na organização dos serviços de bordo contagiaram os jovens oficiais do Departamento de Artilharia. Motivados, decidiram colocar o seu navio no mesmo nível de adestramento daqueles que haviam conhecido no país amigo. Traduziram e, mais do que isso, adaptaram as publicações e manuais norte-americanos às características do encouraçado brasileiro e, com esforço diuturno, adestraram a guarnição, tornando o São Paulo um eficiente navio de batalha, que se destacava pelo aspecto marinheiro, apresentação do pessoal subalterno, excelente desempenho em fainas e exercícios e, sobretudo, pelo entusiasmo contagiante demonstrado por toda a tripulação. Não foi por acaso que o espírito dos Arquiduques brotou no Departamento de Artilharia. Lá estavam os melhores. Era o tempo em que o entusiasmo pelos canhões desde cedo tocava os jovens oficiais. Período da supremacia do canhão de grosso calibre, fator decisivo na Batalha de Tsushima, ocorrida em 1905, cientistas de renome e conceituados oficiais de todas as Marinhas dedicavam-se à balística e à artilharia. Além disso, a eficiência operativa dos navios era medida, naquela época, quase exclusivamente pelos resultados dos exercícios de tiro.

Após a chegada do São Paulo ao Brasil, o Movimento espalhou-se pela Esquadra. O primeiro a receber os bons fluidos foi o Minas Gerais, que também iria realizar um período de modernização nos EUA (agosto 1920 – novembro 1921). Mais tarde, em escala decrescente de intensidade, o entusiasmo dos Arquiduques se alastrou para os cruzadores e contratorpedeiros.

O início, porém, não foi fácil. Antes da admiração veio a inveja. Em virtude da postura de superioridade

adotada pelos jovens oficiais artilheiros do São Paulo após o período nos EUA, alguns oficiais começaram a ficar incomodados e jocosamente os apelidaram de “Os Arquiduques”.¹ Assim eram tratados no “jornal da praia”² quando, obviamente, não estavam presentes. E o apelido, como surgiu? Tudo leva a crer que foi devido às várias viagens de representação realizadas pelo garboso encouraçado.

Quatro meses após regressar do período de modernização, o São Paulo seguiu para a Europa para trazer o Rei Alberto I da Bélgica e esposa em visita ao Brasil. Em setembro de 1920, retornou à Europa para levar de volta os soberanos e, no regresso, transportou para o Rio de Janeiro os restos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz. Era, portanto, um navio “nobre”, considerado por muitos como o melhor da Marinha. Referindo-se a essa viagem, o civil João Pedro da Veiga Miranda, Ministro da Marinha, proferiu um discurso no qual tecia elogios ao navio e enfatizava a fidalguia com que os oficiais haviam se portado ao transportar um Rei a bordo. Provavelmente, este discurso serviu de inspiração ao apelido, reforçado tempos depois, quando, mais uma vez, o São Paulo teve a oportunidade de realizar nova “viagem real” ao transportar para o Brasil o herdeiro do trono italiano, o Príncipe de Piemonte, Humberto de Savóia, que vinha da Argentina.

Além de ser a motivação para o apelido, há indicações de que o embarque do Rei Alberto também reforçou nos oficiais do belo encouraçado o gosto pelo esporte. O monarca ganhara fama pela sua participação na Primeira Guerra Mundial e acabara de patrocinar os jogos olímpicos no seu país. Como parte das comemorações em honra à sua visita, realizou-se no campo do Fluminense Football Club, no Rio de Janeiro, uma grande parada esportiva com cerca de 1500 atletas, que representavam os clubes da cidade. Sucesso total, de acordo com os jornais da época. Para encerrar os festejos, um jogo de futebol. Seleção da zona sul vestindo camisa com as cores da Bélgica contra seleção da zona norte, com a camisa da Liga Metropolitana. O Rei era, portanto, militar, desportista e admirador do futebol. E os Arquiduques se identificavam com Sua Alteza.

A identificação era tão grande que foi um Arquiduque, Alberto de Lemos Basto, o primeiro presidente da Liga de Esportes da Marinha. Outro oficial de destaque na função de presidente da Liga foi também um Arquiduque: Jair de Albuquerque, Encarregado de Artilharia do Encouraçado São Paulo durante longo

período na segunda metade da década de 20, que dá seu nome ao Ginásio Esportivo do Colégio Naval. É interessante registrar que a Liga de Esportes da Marinha existia oficialmente desde 1916, mas foi somente nessa época, graças ao entusiasmo de alguns oficiais, muitos dos quais Arquiduques, que sua ação se tornou efetiva e produziu excelentes resultados com relação à disciplina do pessoal subalterno. Também foi presidente da Liga o Arquiduque Harold Reuben Cox, que mais tarde atingiu o Almirantado. Irmão do introdutor do futebol no Rio de Janeiro, principal fundador e primeiro presidente do Fluminense Football Club, Oscar Cox, Reuben adorava esporte, principalmente o futebol. Quando aspirante, jogava no Fluminense, enquanto seu amigo e colega de Turma, Benjamin Sodré, irmão de um dos fundadores do Botafogo, disputava o campeonato carioca pelo clube alvinegro. O oficial por muitos considerado o verdadeiro iniciador do movimento, o Arquiduque-mor, Capitão de Corveta Eleazar Tavares, também era grande incentivador da prática de esportes pelas tripulações dos navios.

Os Arquiduques levaram o espírito esportivo para bordo. Viviam com o cronógrafo na mão contando o tempo das fainas e exercícios e procuravam sempre melhorar. Exigiam o cumprimento das “regras do jogo”. Como consequência, o navio conseguia excelentes resultados, com destaque nos exercícios de tiro. Há quem afirme que foram aqueles oficiais os responsáveis por um dos períodos mais brilhantes da artilharia naval, atingindo um estágio altamente profissional nos exercícios de tiro real. O apelido tornou-se marca de excelência. Relatório confidencial elaborado pela Missão Naval Americana, contratada para orientar o preparo da Marinha do Brasil, comentava sobre o São Paulo: “Esse navio poderia figurar com brilho em qualquer linha de encouraçados norte-americanos”.

Em novembro de 1924, a surpresa. Eclode a bordo um movimento revolucionário. É o Tenentismo refletindo-se na MB. Na manhã do dia 4, chega ao Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, a notícia de que o São Paulo está revoltado, com os canhões das suas torres apontados para o Palácio do Catete, sede do Governo, esperando a adesão de outros navios, da aviação naval e da flotilha de submersíveis. O líder da revolta é o Primeiro-Tenente Herculino Cascardo, que junto com seis outros segundos-tenentes e vários praças conseguem dominar o encouraçado, quando a metade da guarnição estava licenciada. O Almirante Alexandrino tenta ir a bordo

argumentar com os revoltosos. Sua lancha é recebida com um tiro de canhão de 47 mm. Ele, então, se dirige ao Minas Gerais e dá ordens ao Comandante para preparar para atacar o navio irmão. Antes de qualquer reação por parte do Minas, o São Paulo suspende e, sem atirar contra o Palácio do Catete, sai da Baía da Guanabara sob o fogo do Forte Copacabana. A situação vivenciada dois anos antes está, naquele momento, invertida. A Fortaleza de Santa Cruz também dispara sobre o navio, que mesmo atingido consegue escapar. Na saída da barra, os legalistas presos se rebelam nas cobertas, havendo lutas e tiros. Saldo: vários feridos e um suboficial morto. Controlada a situação pelos revoltosos, o São Paulo assume o Rumo Sul, com intenção de se juntar às tropas rebeladas naquela região. Ao ter a notícia que está sendo perseguido pelo Minas, constatar que seu calado não permite a entrada no porto de Rio Grande e surpreso com a falta de suprimentos, demanda Montevidéu, onde a guarnição solicita asilo. Alguns revoltosos conseguem ir para o Rio Grande do Sul, se incorporam aos rebeldes e participam de campanhas terrestres contra o governo. É importante registrar que todos os Arquiduques, mesmo sendo oficiais modernos, se mantiveram ao lado da legalidade. Nenhum dos tenentes revoltosos era considerado um deles.

Refeitos das feridas desse episódio, os Arquiduques do São Paulo conseguem reconstruir o moral da tripulação. Um ano depois não mais se observa a bordo o menor vestígio do incidente. A disciplina e o entusiasmo dos oficiais e praças fazem com que o navio vivencie de 1926 a 1930 mais um surto de grande eficiência, em companhia de outros navios da Esquadra. Relatório do Ministro, relativo a 1929, assinala que nos últimos três anos o Programa de Exercícios de Tiro da Esquadra havia ultrapassado em intensidade e eficiência quaisquer períodos anteriores. Após a vitória da Revolução de 30 até ao final da década, a Marinha, novamente, passará por duros momentos e terá a sua eficiência operativa mais uma vez reduzida. O Movimento, nesse período, lentamente desaparece.

Os Arquiduques deixaram lições que devem sempre ser lembradas aos mais jovens.

A primeira é que a falta de recursos e a incompreensão da sociedade sobre o papel das suas Forças Armadas não devem influir na motivação dos homens do mar. Para os Arquiduques, insuficiência de recursos não era um problema insolúvel. Com criatividade e dedicação, conseguiam superar os obstáculos. Consideravam cada exercício,

principalmente os de tiro, um desafio. Um bom resultado motivava a tripulação e incitava os outros navios a buscar o mesmo grau de eficiência, criando um ambiente de competição extremamente favorável ao adestramento.

A troca de experiências com Marinhas mais desenvolvidas – preocupando-se, não em imitar, mas adaptar para a nossa Marinha aquilo que for conveniente – deve ser estimulada. Os ensinamentos colhidos pelo São Paulo e Minas Gerais durante os períodos de modernização nos EUA trouxeram grandes vantagens. A organização em Departamentos e Divisões foi, talvez, a principal. A Organização Interna Administrativa (OIA) do São Paulo serviu de base às organizações internas dos outros navios até a chegada dos cruzadores Barroso e Tamandaré, no início da década de 50. Um oficial, testemunha da época dos encouraçados, afirmou que apesar de toda a complexidade tecnológica aplicada no projeto e construção daquelas modernas unidades de combate, a sua organização tornava muito mais fácil dar serviço ali do que no velho navio a vela Benjamin Constant. A capacidade de realizar os reparos necessários, adquirida durante a modernização, foi outra enorme vantagem conquistada, que proporcionou o prolongamento da vida operativa daqueles navios, orgulho da Esquadra. Mais uma vantagem daquele período foi o grande salto tecnológico alcançado, não só nos sistemas de direção de tiro, mas também em outros sistemas de bordo, com a instalação de equipamentos mais sofisticados, o que motivava a atualização do preparo técnico das tripulações.

A revolta de 1924 mais uma vez ensinou que paixões políticas desmedidas podem gerar crises, trazer prejuízos sensíveis para a disciplina e abrir feridas contundentes que demoram a cicatrizar. Isto aconteceu com o São Paulo, mas, felizmente, durou pouco. O comportamento irrepreensível dos Arquiduques no episódio evitou o pior e proporcionou o rápido restabelecimento da disciplina a bordo.

Outra lição importante diz respeito ao esporte. A utilização da prática esportiva para manter alto o moral das tripulações e, assim, criar a bordo um ambiente de competição e camaradagem, é um meio precioso de educação e disciplina, constituindo-se em uma ferramenta adequada para aprimorar o adestramento. Os Arquiduques reforçaram o que o Almirante Henrique Aristides Guilhem, na sua obra “Conselhos aos jovens oficiais”, de 1915, já recomendava:

“Para amenizar a parte penosa dos exercícios e fainas e estimular a vontade dos homens da guarnição, concorre com tua parte para que tenham uma forma *sportiva*. O embarque de carvão, um exercício de tiro, um exercício de socorro, se não tiver uma feição *sportiva* torna-se monótono.” Logo a seguir, aconselhava o Almirante: “Anima os *sports* entre os homens da guarnição, promovendo regatas, *teams* de futebol e exercícios diversos”. Os conselhos foram seguidos à risca pelos Arquiduques e as conseqüências, as melhores possíveis.

A importância do Fogo Sagrado, incentivado desde a Escola Naval, ficou evidenciada nas atitudes desses bravos oficiais. Eles demonstraram seu intenso amor à Marinha e devotamento à grandeza da profissão. Souberam transmitir essas qualidades às praças, por intermédio da sua vibração ao conduzir o serviço, o quarto, as fainas e os exercícios. Sem dispor de grandes recursos, mas com um ardente Fogo Sagrado, foram responsáveis por um período considerado a fase áurea da artilharia naval e exemplos para as gerações de novos tenentes, que lhes seguiram os passos com intensa admiração.

E, finalmente, os Arquiduques deixaram para sempre a bela lição de amor ao seu navio, sentimento tão caro aos marinheiros. Sua relação com o encouraçado São Paulo traduziu o que na linguagem do mar se chama “Espírito de Navio”, sentimento expresso com rara fidelidade em um dos versos da poesia “O Barco”, de Julio Andréa, Oficial de Marinha e historiador:

“Por incrível que seja e estranho nos pareça
A bordo, no convívio – a nau e os marinheiros
Nada mais eles são que uma mesma cabeça
Duas forças vitais, dois irmãos companheiros”.

Para bem definir as qualidades dos Arquiduques, nada melhor do que as palavras de quem com eles conviveu e os admirou, o Ministro da Marinha Veiga Miranda:

“Robustos, instruídos, apaixonados pela profissão, dedicadíssimos a seus encargos, todo o enlevo daqueles moços era o seu navio, remodelado, belo, imponente, guarnecido por um pessoal que eles procuravam elevar moralmente, civicamente, disciplinarmente, de forma a constituir um conjunto militar naval irrepreensível”.

Resta, portanto, fazer uma justa e legítima homenagem àqueles oficiais de escol, os Arquiduques

Durval Teixeira, Alberto Lemos Basto, Alfredo Andrada Dodsworth, Clodoveu Celestino Gomes, Aarão Reis Filho, Eleazar Tavares, Rodolfo Fróes da Fonseca, Amphilóquio Reis, Harold Reuben Cox, Oscar de Almeida, Augusto Pereira, Álvaro Nogueira da Gama, Antonio da Motta Ferraz, Guimarães Bastos, Jair de Albuquerque, Fernando Cochrane, Antonio Sabino Cantuária Guimarães, Carlos Penna Botto, Américo Jacques Mascarenhas da Silveira, Archimedes Botelho Pires de Castro, Paulo Bosísio, e a todos que seguiram os seus exemplos.

BIBLIOGRAFIA

1. ALENCAR, Carlos Ramos de. Alexandrino: o Grande Marinheiro. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1989.
2. BRASIL. Ministério da Marinha. História Naval Brasileira, Volume V, Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
3. CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. O Tenentismo na Marinha. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
4. CRUZ, Augusto Lopes da, O Almirante Harold R. Cox um notável oficial da Marinha do Brasil (1892 – 1967) lembrado por seus amigos, colegas e admiradores. Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Do Livro, 1973.
5. GAMA, Artur Oscar Saldanha da. Brasileiros no sinistro triângulo das Bermudas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
6. GUILHEM, Henrique Aristides. Conselhos aos jovens oficiais. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.
7. MIRANDA, João Pedro da Veiga. Quatorze meses na pasta da Marinha. 2 ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1982.
8. PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. Footballmania. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
9. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

(Footnotes)

¹ Fosse à década de 1970 e 80 seriam chamados de “Os Babilacas”.

² Conversas entre oficiais no pátio ou cais do Ministério da Marinha, enquanto não chegavam as lanchas que os levariam aos navios.

Tecnologia Naval para Produtos e Serviços de Qualidade



Construção e reparo de meios navais, integração de sistemas de combate, fabricação de munição de médio e grosso calibres, sistemas digitais, guerra eletrônica e apoio logístico integrado.



Naval Technology Applied to Quality Products and Services

Naval Shipbuilding and Repair, Systems Integration, Ammunition Production of Medium and High Calibers, Digital Systems, Electronic Warfare, Integrated Logistic Support.

Empresa Gerencial de Projetos Navais
Edifício 8 do AMRJ - 3º andar - Ilha das Cobras - Centro
Cep.: 20091-907 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Tels.: (21) 3907-1600 Fax: (21) 2233-5142
E-mail: marketing@emgepron.mil.br Site: www.emgepron.com.br

EMGEPRON
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

VÍRUS ANTÁRTICO – UMA



VIAGEM AO MUNDO GELADO



Aspirantes: Leonardo Gomes de Araújo e

Daniel de Mello Barreira Tavares

INTRODUÇÃO

Com um título como este poderíamos pensar: “Seria um novo vírus descoberto? Uma previsão de epidemia? Uma reportagem de biologia?”. Felizmente não. A expressão “vírus antártico” surge como forma de expressar a emoção de brasileiros que passaram um período de suas vidas na região antártica e que a vislumbraram, conheceram sua importância e aprenderam a respeitá-la.

Assim que soubemos de nossa indicação para este intercâmbio, começamos a nos preparar, separar os documentos necessários e, logicamente, contar para todos nossos familiares. O que pudemos notar de antemão é que havia mais dúvidas do que afirmações. Muitos perguntavam “O que é que se pode fazer lá?”, “Vai lá para somente ver gelo?”, “É Antártica ou Antártida?”, e alguns faziam perguntas mais ousadas, como “Por que o Brasil e a Marinha gastam dinheiro com algo tão longe se não damos conta nem mesmo daquilo que está perto de nós?”. Sentimos que surgia uma oportunidade de mudar o que estava em nossa volta e foi com este espírito que partimos, numa viagem em busca de conhecimentos e respostas.

Pudemos vivenciar um momento inesquecível em nossas vidas, conhecer muitas coisas novas e aprender muito nesta viagem à Antártica. O que objetivamos com o presente texto é compartilhar o que pudemos trazer de lá e, verdadeiramente, contaminar a todos com nosso “vírus antártico”.

CURIOSIDADES GERAIS

Em grego temos a palavra ANTARTIKUS, com a parte inicial (ANT) passando a idéia de “contrário”, “oposto” e sua parte final (ARTIKUS) significando Urso. Assim, temos algo como “o oposto ao urso”. Fez sentido? Concordo que ainda não. Mas existe. Esta palavra “Urso” faz referência à estrela polar no Norte que, pertencente à constelação da Ursa Menor, indica nosso Norte (Ártico). Desta forma, e com uma interpretação mais rebuscada, temos Antártica como o “oposto ao Norte”, logo, Sul. Já o termo Antártida é

proveniente de uma oposição ao termo Atlântida (o continente lendário que afundou no atlântico). O que ocorre hoje em dia é que temos a utilização dos dois termos por diversos pesquisadores e nações (podemos ver, até mesmo, a utilização de ambos os termos em um único artigo!). O Brasil adotou oficialmente o nome Antártica e é este termo que a Marinha do Brasil e o PROANTAR utilizam.

Um ponto que chama bastante atenção é a reunião de superlativos que a Antártica apresenta: Mais remota, mais ventosa, mais desértica, mais estéril, mais inabitável do planeta... Acredito que bastaria pensar um pouco mais para duplicar esta relação. Encontramos no verão uma área de aproximadamente 14 milhões de km² (cerca de 1,6 vezes nosso Brasil). Esta área cresce enormemente no inverno, quando (apesar de alguns desencontros entres os estudiosos que fornecem esta informação) pode alcançar até 30 milhões de km², devido à formação de uma capa de gelo que circula o continente. No já citado inverno, temos noites que duram quatro meses e temperaturas de -70°C a -20°C, tendo sido registrada a mínima de -89,2°C. Nesta região 4 minutos são suficientes para transformar uma calma total em rajadas de vento a 180 km/h. Associada à intensidade do vento existe uma regra que diz que para cada 2 km/h temos a diminuição de 1°C na sensação térmica. Assim, com temperatura de -10°C e vento a 20 km/h teremos uma sensação térmica de -20°C. Estas temperaturas baixas também determinam o tempo de sobrevivência do homem caso caia na água. Se um homem cai nas águas geladas da Antártica, morre de hipotermia em aproximadamente 90 segundos. Esta informação



assustadora nos é passada tão logo chegamos à região, acompanhada da dica para evitar o problema: “Não Caia!”.

É uma região, definitivamente, assustadora e apaixonante. Sentimos o quão somos pequenos diante da força da natureza e essa força, aliada à sua beleza natural, nos fornece uma nova dimensão de vida, reformulando conceitos sobre quem somos e qual nossa importância.

VISÃO CIENTÍFICA

Já foi contaminado pelo “vírus antártico”? Ainda não? Então prossigamos agora com um olhar mais científico.

Um das teorias que faz o mundo voltar os olhos para Antártica é a Teoria da Deriva Continental. Ela diz, utilizando uma linguagem mais simples, que os continentes eram todos unidos e formavam um único bloco chamado “Pangéia”. Devido a forças que a citada teoria exemplifica, o bloco se partiu em três, sendo um deles (“Gondwana”) formado pela Antártica, América do Sul, África, Áustria e Índia. Após uma nova repartição, a Antártica se deslocou rumo ao sul. A importância desta teoria está na possibilidade da existência de inúmeros recursos minerais na terra gelada. Tida como uma suposta continuidade dos Andes, podemos presumir a presença de ouro e prata na região gelada. Como também poderia ser uma continuação da África, teríamos diamantes. Acreditando que “Gondwana” tivesse clima temperado (ou talvez tropical), podemos supor que sua vegetação se tornaria resíduos fósseis e teríamos imensas quantidades de petróleo. Novas notícias informam que foram encontrados fósseis e foi comprovada a existência de uma floresta em grande



parte do continente. Estes fatos dão o suporte necessário à teoria da deriva continental e aumentam as chances de existência de grandes quantidades de recursos minerais a serem explorados. Isso tudo sem mencionar que esta região possui mais de 90% de toda água doce de nosso planeta.

Ainda com enfoque na ciência, pesquisas com determinados tipos de peixes antárticos mostram tipo de respiração cujo estudo poderia ajudar na solução dos problemas respiratórios de recém-nascidos. Fazem-se também diversos estudos sobre os fitoplânctons da região, organismos aquáticos microscópicos que têm capacidade fotossintética e que vivem dispersos flutuando na coluna de água. Acredita-se que o fitoplâncton é responsável pela produção de cerca de 98% do oxigênio da atmosfera terrestre.

Em alguns locais as condições climáticas e geológicas têm feito da Antártica um laboratório para viagens espaciais. Reprodutora fiel das condições existentes no planeta Marte, a Antártica possibilita ensaios para verificar possibilidade de vida em nosso planeta vizinho.

Outro ponto de estudo é a Glaciologia, que estuda as geleiras e desvenda a história da Terra. Características da Antártica fazem com que sua precipitação guarde amostras da atmosfera no solo. O estudo das moléculas que compõem parte do solo recolhido identifica quais partículas estavam suspensas no ar e determina uma efetiva volta ao passado, permitindo o registro evolutivo da Terra. Para melhor ilustrar, um buraco de 10m de profundidade nos permite detectar a radioatividade dos testes nucleares dos anos 40 e 50. Um buraco mais profundo comprova que a revolução industrial aumentou em 25% a quantidade de CO² no ar.

Por último (aqui cabe ressaltar que existem inúmeros outros exemplos de pesquisas científicas que exaltam a importância da Antártica), hoje sabemos que a atmosfera tem influência global. Não se polui somente a atmosfera de nosso local, estamos poluindo o mundo como um todo. Esta compreensão permite melhor identificação e estudo de fenômenos como o buraco de ozônio e o efeito estufa.

Agora que foi visto um pouco da importância da

Antártica, podemos concluir que investir lá significa ter visão voltada para o futuro. Sendo um local de condições muito diferentes dos demais continentes, encontramos nele muitas respostas e possíveis soluções para crises que afetam os demais continentes.

A QUEM PERTENCE E O QUE É O TRATADO DA ANTÁRTICA

Visto toda sua importância, é natural que apareça o desejo de explorar e declarar-se dono destas terras. Levadas por motivos diferentes, muitas nações chegam ao continente gelado e reivindicam para si o território. Buscando resolver (ou adiar) o problema das disputas territorialistas, cria-se o Tratado da Antártica (1959).

Ele determina o uso da região apenas para finalidade de paz, promove e incentiva a liberdade científica e a cooperação internacional. As reivindicações territoriais ficam congeladas (e novas não são permitidas) por período indefinido. Ficam proibidos a explosão nuclear e o armazenamento de lixo radioativo. Prega-se a proteção e conservação do local. Posteriormente, em 1991, o Protocolo de Madri, ressaltando a proteção ao meio ambiente, vem proibir a exploração dos recursos minerais da Antártica, permitindo revisão das cláusulas somente no ano de 2041.

Estas regras determinadas pelo Tratado da Antártica são seguidas rigorosamente. Ficamos surpresos com as relações políticas que encontramos na terra do frio. Havia, efetivamente, uma cooperação internacional. Verificamos que os países se ajudam, trocam informações, prestam socorro uns aos outros. Arriscaria dizer que encontrei uma nação antártica, onde não havia imposição de fusos e todos se preocupavam com o desenvolvimento e manutenção do local. Como o pessoal que vive nas bases ou estações de pesquisa passa lá cerca de um ou dois anos, todo rosto novo é bem-vindo. Desenvolve-se uma maior noção de importância da presença das outras pessoas, e aprende-se a respeitar e ajudar mais os outros (algo que estamos perdendo em nossos continentes habitados). Para complementar esta idéia de ajuda mútua, vamos citar um exemplo. Lá existem refúgios, uma espécie de cabana abrigada, de portas sempre destrancadas, equipados com alimentos e materiais necessários à sobrevivência de um eventual explorador perdido (mantimentos, aquecedores, ferramentas, barracas, livros...), independente de sua nacionalidade.

O BRASIL NA ANTÁRTICA

Um ponto importante a ser ressaltado é que existem, de acordo com o Tratado da Antártica, classificações das nações que possuem interesse na Antártica. Sendo o Status de Nação Consultiva aquele que permite participar efetivamente das decisões sobre o continente gelado (poder de voto). Para se obter tal status é necessário realizar substancial atividade científica no local. É nesse contexto que se encaixa o Brasil.

De olho no futuro, adere, ainda sem direito de voto, ao Tratado em 1975. Após a criação do PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro - 1982), realizamos nossa primeira operação nas águas geladas (Operação Antártica I, ou OPERANTAR I) entre o final de 1982 e início de 1983 (verão no hemisfério Sul), já buscando um local para nossa futura Estação Antártica. Obtido sucesso nesta operação, conseguimos nos tornar membro consultivo ainda em 1983. A partir daí, consecutivos sucessos nos trazem aos dias de hoje, quando acabamos de realizar a OPERANTAR XXV (na qual estivemos presentes) e nos preparamos para a XXVI.

Nossos interesses na região podem ser divididos em três principais vertentes, a saber: interesses estratégico, científico e econômico. No primeiro (estratégico), temos a ligação atlântico-pacífico pelo estreito de Drake, de enorme valor potencial como rota de navegação marítima. As outras ligações existentes entre os dois citados oceanos (Canal do Panamá e Canais do Ártico) podem, diferentemente de Drake, ser facilmente controladas por poucos que exerçam influência na região. Quanto ao cunho científico, além das possibilidades já mencionadas, o Brasil dá especial atenção à meteorologia, visto que temos a consciência de sua atuação global. Uma frente fria vinda do pólo sul afeta nossa agricultura. Se previstos fenômenos como a Friagem, podemos tomar providências ou nos preparar de algum modo para que possamos minimizar seus efeitos. Quanto ao interesse econômico, seguimos o desejo das demais nações, recursos minerais e água doce. Um trecho que exemplifica bem o interesse econômico, escrito por Marques, 1994, nos diz: "A verdade é que estas geleiras imensas recobrem antigas florestas e jazidas de minerais, muitas pedras preciosas, ouro, prata, carvão, ferro, urânio, manganês, petróleo e outras riquezas de difícil acesso, cujas montanhas geladas abrigam 100 mil quilômetros cúbicos de carvão e cujo solo esconde reservas da ordem de 45 bilhões de barris

de petróleo e 115 trilhões de pés cúbicos de gás natural”.

“O PROANTAR veio ativar setores de universidades e instituições que estavam parados, dando motivação a pesquisadores e criando, algumas vezes, novas tecnologias no Brasil”. “Participar do PROANTAR faz do Brasil um dos membros que decidirá o destino do continente antártico”.

ARY RONGEL, EACF E NOSSA VIAGEM

Substituindo o antigo NApOc Barão de Teffé, que atuou até a OPERANTAR XII, o NApOc Ary Rongel (H-44) é um navio pequeno em suas dimensões, mas é chamado a bordo de “O Gigante Vermelho”. Sua importância na região é o que traz sua grandiosidade. Arriscaríamos dizer que sem o gigante vermelho não conseguiríamos fazer nossa OPERANTAR. Ele é necessário para a implantação e retirada de projetos, apoio à Estação Antártica Comandante Ferraz e responde pela vida de muitos brasileiros que atuam na região. Logo que subimos a bordo do Ary Rongel, pudemos notar que nos encontrávamos em um navio diferente. Atuar em região de extremos exige maior profissionalismo por parte dos tripulantes e obriga superação constante. Como exemplo, por muitas vezes, quando estávamos diante de um campo de gelo

à noite, vimos que chegava a hora de render serviço, mas o quarto que estava para sair decidia ficar para ajudar o quarto que entra. Tínhamos dois quartos de serviço olhando para a proa tentando identificar algum “growler” se aproximando. Ficava claro que todos colocavam os interesses do navio acima dos próprios, deixando um grande legado para nós.

Grande navio responsável por apoiar muitos projetos, fazia muito mais do que estava escrito em suas ordens para a comissão. Bastavam alguns pesquisadores informarem que, apesar de não estar no projeto sobrevôo na região para aerofotogrametria, seria muito importante fotos aéreas da região que o Comandante já reunia seus oficiais para estudar a possibilidade de atender a este pedido (e quase sempre atendia!). Observamos a dificuldade que existe em comandar. Rotineiramente o Comandante sentia necessidade de alterar seus planos e modificar horários devido à instabilidade da região. Decisões difíceis, desde permitir que as aeronaves levantassem vôo até adiar a retirada de pessoas acampadas no gelo há meses, deviam ser tomadas a todo momento. O legado deixado pelo navio e por todos os oficiais de bordo foi dos melhores possíveis. Vivenciamos o significado da palavra superação e obtivemos inúmeros exemplos de como ser e agir ao longo de nossas carreiras.



A respeito da Estação Antártica Comandante Ferraz, soubemos que foi iniciada sua construção em 1984. Desde nossa primeira operação já procurávamos um lugar abrigado que atendesse uma série de quesitos. Ao fim, escolhemos a Baía do Almirantado, na Ilha do Rei George, arquipélago da Ilhas Shetland do Sul. Para manutenção do local temos um grupo-base composto por 10 militares que a guarnecem por um ano, que se sacrificam para manter o local nas melhores condições possíveis. Temos sido exemplo de estação, e nosso processo de coleta de lixo é modelo na região. Vizinhos de poloneses, russos, chilenos, chineses, argentinos, coreanos, peruanos e outros mais, temos sempre mantido contato e nos ajudamos, principalmente no tocante à saúde e cuidados médicos.

Ao pisar em Ferraz, sentimos verdadeiramente um pedaço de Brasil na Antártica. Toda aquela impressão de ambiente hostil oferecido pelos módulos verdes em oposição ao branco da neve é rapidamente extinta ao se adentrar na estação, passando pela região “Rio 40 graus” (uma sala aquecida dentro da estação) e chegando às nossas instalações, onde encontramos confortáveis camarotes, uma excelente praça-d’armas (local das refeições) e outros compartimentos, como módulos de pesquisa, sala de cinema, sala de acesso à internet, biblioteca... Conseguimos, de fato, viver bem na Antártica. É claro que para que tudo isso funcione é preciso que o chefe da estação consiga unir os interesses de diversos pesquisadores aos da base. Tarefa não tão fácil, por não se tratar apenas de militares, mas que tem sido facilmente exercida, dada a capacidade de nossos militares escolhidos para comandar Ferraz.

Quanto ao nosso intercâmbio, iniciamos nossa viagem no dia 20 de janeiro de 2007, no 4º voo de apoio da FAB. As escalas foram as seguintes: Rio – Pelotas, Pelotas – Punta Arenas (Chile), Punta Arenas – Antártica. Ao fim da última escala, nos apresentamos no Ary Rongel, onde realizamos diversas atividades, dentre as quais destacamos: acompanhamento das atividades dos oficiais intendentess e eletrônicos, acompanhamento do serviço no passadiço, ajuda na instalação e retirada de acampamentos de pesquisa, vôos de helicóptero (HU-1), atividades e passeios de bote (Big Krill), visita à Estação Antártica Comandante Ferraz, convívio com a tripulação e com os pesquisadores, condução do cerimonial à Bandeira, baldeação do navio, fundeio e manobra do navio, travessia do Estreito de Drake, atracação na cidade de Ushuaia (Argentina), participação nos eventos do

navio no porto, partida de futebol contra a Marinha Argentina e representação no navio Uruguaio General Artigas.

Cabe aqui uma observação sobre o estreito de Drake, que é um trecho de mar aberto que separa a América do Sul da Península Antártica, e tem a fama de ser o local com as mais perigosas condições de navegação do planeta. “As águas do Atlântico Sul, do Índico e do Pacífico Sul juntam-se em torno da Antártica formando o Oceano Austral, que é a única massa de água que circula o planeta sem nenhum obstáculo, em eternas correntes para Leste. Mas, no encontro do Pacífico com o Atlântico, este enorme volume de água fica afinilado entre a América do Sul e a Península Antártica, fazendo com que as correntes acelerem-se ainda mais. Junte-se a isto as diferentes profundidades e os ventos uivantes, que são os maiores fatores para a formação de ondas gigantes, acrescentem-se as águas geladas e os icebergs que derivam para todos os lados, e não fica difícil entender porque a passagem do Drake tem uma fama tão ruim”.

No dia 16 de fevereiro de 2007, regressamos ao Rio de Janeiro, totalizando 26 dias deste inesquecível intercâmbio. Pudemos conhecer Pelotas, a ESANTAR, o museu Antártico, Punta Arenas e Ushuaia. Mas diante de tantas informações de valor cultural especial, o que fizemos no porto ou o que conhecemos nesses locais se torna pequeno para ser mencionado.

COMENTÁRIOS FINAIS

Imagine em uma única viagem sentir felicidade, conhecer um mundo novo, presenciar belezas animais, ver paisagens naturais inesquecíveis, expandir a mente, aumentar sua noção de política, praticar seu aprendizado em outras línguas, entender outras culturas, viver cada momento sabendo que eram momentos únicos e especiais, ter plena consciência de que se estava presente em mais do que uma viagem, adquirindo novas experiências e absorvendo um aprendizado diferente a cada dia. Imagine o que significa entender que mesmo que o trabalho seja árduo, que as dificuldades sejam inúmeras e crescentes, e que a força da natureza esteja como um obstáculo, transmitindo seu frio mais intenso, o calor da nossa motivação é capaz de nos aquecer e nos manter seguindo adiante. Não há dúvidas, voltamos outra pessoa. Fomos verdadeiramente contaminados pelo “vírus antártico”, e, mais do que isso, estamos buscando contaminar a todos.

100 ANOS DE INOVAÇÕES VOLVO PENTA 1907-2007



© primeiro motor **1907**. O primeiro motor de popa **1922**. Turbo diesel **1954**. Rabeia **1959**. Rabeia Saildrive **1971**. DuoProp **1982**. Conceito Compressor/Turbo/Aftercooler - linha KAD **1991**. Injeção eletrônica Diesel (EDC) **1995**. Volvo Penta IPS 2005. Docagem com Joystick **2006**.

Um século de inovações. Um século de criatividade. Um século com Volvo Penta.

Com inovações reconhecidas mundialmente com a rabeia, o DuoProp e o Volvo Penta IPS a Volvo Penta vem liderando o desenvolvimento da indústria náutica pelos últimos 100 anos

Conheça um pouco mais destes 100 anos de inovações em www.volvopenta.com/br

**VOLVO
PENTA**

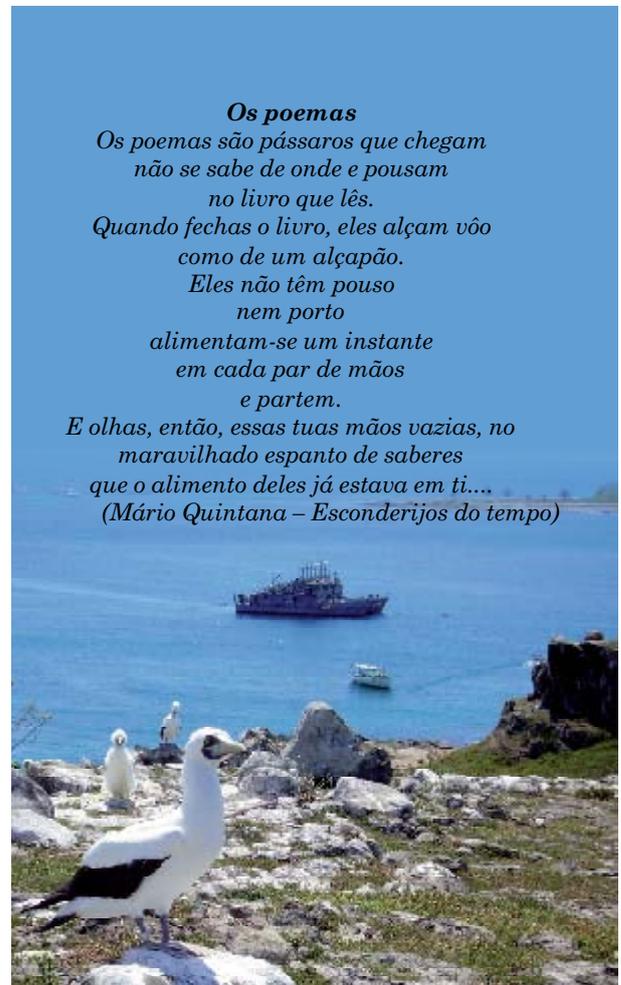
DA IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA LITERÁRIA NA FORMAÇÃO DO LEITOR

Professora Marina Coelho Moreira César

A não ser em casos muito específicos de comunidades sem escrita (ágrafas), extremamente isoladas, que praticamente nunca tiveram contato com o mundo exterior, não há comunidade de falantes que não reconheça a importância do aprendizado da leitura e da escrita para o seu desenvolvimento. A despeito dessa consciência, no entanto, não é raro o professor de língua materna, no dia-a-dia escolar, deparar-se com o que considera um certo desinteresse, uma certa indiferença e até mesmo uma certa rejeição aos estudos da língua materna por parte do aluno.

Perplexo e bastante preocupado com essa situação, o professor se indaga: como despertar no aluno a consciência de que a língua é um bem cultural intrínseco à sua identidade? como fazê-lo compreender que a ampliação do seu saber lingüístico está intimamente comprometida com a descoberta de novos horizontes para compreender o mundo e, principalmente, a si próprio? como levá-lo a refletir sobre o seu uso lingüístico, desenvolvendo a sua capacidade criativa e aprimorando a sua competência lingüística? como desenvolver-lhe o gosto pela leitura e quebrar a resistência (ou temor) em escrever, de maneira geral, e mesmo em falar, especialmente em situações mais específicas, ou mais formalizadas, como na exposição oral de suas idéias diante de seus colegas, apresentando um trabalho, por exemplo? como intervir nas suas aulas, removendo os entraves que, mesmo depois de tantas propostas e reformulações pedagógicas, continuam dificultando o ensino de Língua Portuguesa, comprometendo-lhe a eficiência?

A verdade é que, conquanto o desenvolvimento dos estudos lingüísticos, principalmente nas últimas



Os poemas

*Os poemas são pássaros que chegam
não se sabe de onde e pousam
no livro que lê.*

*Quando fecha o livro, eles alçam vôo
como de um alçapão.*

*Eles não têm pouso
nem porto*

*alimentam-se um instante
em cada par de mãos
e partem.*

*E olhas, então, essas tuas mãos vazias, no
maravilhado espanto de saberes
que o alimento deles já estava em ti...*

(Mário Quintana – Esconderijos do tempo)

décadas, tenha avançado bastante, as práticas de ensino na sala de aula, infelizmente, não têm mudado substantivamente. Pesquisas variadas, com dados precisos e mais detalhados, com indicadores de região, idade, classe social, entre outros, dão-nos conta de que esse ensino continua bastante insatisfatório, não conseguindo atingir o seu objetivo maior: ampliar a competência lingüística dos alunos, levando-os a refletir sobre a língua e tornando-os leitores e produtores eficientes de textos.

É ainda bastante comum estudar-se a língua materna segundo uma perspectiva prescritiva, centrada em uma metalinguagem gramatical que nem sempre é muito bem compreendida pelos estudantes e que acaba limitando os processos lingüísticos a simples unidades e fatos que necessitam de identificação e classificação, ignorando-se a análise de seu funcionamento, de seus usos. Privilegia-se o estudo de um sistema abstrato, onde exemplos soltos, frases artificiais, pré-fabricadas sob medida, só ganham vida nas páginas das chamadas gramáticas pedagógicas e dos manuais escolares, verdadeiras cartilhas, que o aluno acaba decorando para obter aprovação no final do ano letivo.

Os múltiplos e variados saberes, valores, culturas e histórias dos diversos grupos que compõem uma comunidade de fala, da qual faz parte tanto o professor quanto o estudante, são desconsiderados, e a comunidade de falantes é caracterizada como uma entidade monolítica, homogênea, uniforme que, ao se expressar, em qualquer circunstância, usa uma língua unitária, estável, perfeitamente acabada.

A falta de uma visão mais abrangente dos estudos lingüísticos, conjugada com a presença de uma perspectiva centrada em valores pré-estabelecidos, tem contribuído sobremaneira para que se reforcem falsas dicotomias, como a que situa linguagem poética ou estética e linguagem lógica ou científica em campos opostos. Refletindo uma concepção enraizada na civilização ocidental, que supervaloriza as ciências exatas em detrimento das ciências humanas (principalmente por influência do racionalismo de Descartes e do ideário positivista), as duas atividades de linguagem são consideradas compartimentos estanques, pólos diametralmente opostos, como se seus princípios fossem antinômicos, conflitantes, inimigos inconciliáveis, excludentes. O mundo da imaginação, da sensibilidade, sob essa perspectiva, contrapor-se-ia ao mundo da razão, da lógica analítica.

Por isso, até certo ponto, não é de surpreender o fato de o discente, às vezes, fazer comentários em que essa visão dicotômica se explicita e, ademais, um forte viés preconceituoso e depreciativo se desvela: "Literatura é chato"; "Poesia é para moças". "Homem não lê poesia, romance, essas coisas...". Não sendo devidamente orientado, ao longo do processo escolar, para a dialética profunda que existe entre racionalismo e sensibilidade, "O Binômio de Newton é tão belo como a Vênus de Milo / O que há é pouca gente para dar por isso", como destaca Álvaro de Campos (1986:343), um dos heterônimos de Fernando Pessoa, o estudante acaba por desvalorizar dois universos: o literário e o feminino.

Na verdade, tanto o discurso poético quanto o discurso lógico ou analítico (assim como o discurso retórico e o discurso dialético) têm a mesma finalidade: são modalidades de que se servem os seres humanos para influenciar pela palavra os outros seres humanos. Porém, enquanto o primeiro se circunscreve no âmbito do possível, dirigindo-se à imaginação, à representação, obtendo a sua credibilidade em razão de o interlocutor aguçar o seu juízo crítico e deixar-se participar do mundo de percepções, evocações e sentimentos do poeta, o segundo se preocupa em

provar a veracidade das conclusões, a partir de premissas admitidas como indiscutivelmente certas pelo ouvinte ou leitor.

Chegar-se à racionalidade científica, ao conhecimento racional da verdade, sem passar pela intermediação da fantasia é impossível, "nada mais resolutamente metafórico do que a linguagem dos matemáticos ou a dos geógrafos" (Barthes, 2004:147). A experiência com o mundo das coisas, concretas ou não, demonstra que a construção do saber científico não pode prescindir da abertura da imaginação à imensidade do possível, do vir a ser:

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá mas não pode medir seus encantos.

A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar: divinare.

Os sabiás divinam.

(Barros, 2002:53)



Sabiá: ave símbolo do Brasil

Para Moacyr Scliar, consagrado escritor da Academia Brasileira de Letras e médico, a fronteira que delimita literatura e ciência - terreno da imaginação, de um lado; terreno da lógica, de outro - é ilusória. Em recente entrevista, confidencia que sua literatura se beneficiou bastante da leitura de textos científicos e que, na realidade, as humanidades, quer dizer, a literatura, a língua, a filosofia e a arte, não podem prescindir do rigor lógico da ciência, assim como a ciência não pode abdicar da flexibilidade, da liberdade de imaginação que resulta da prática humanística:

Acho que o texto científico prima pela objetividade, pela concisão e pela precisão. Essas qualidades, paradoxalmente, ajudam muito no texto literário. A escrita de um texto ficcional não necessariamente rejeita essas qualidades que caracterizam o texto científico. Não existe aquilo, que no passado se falava. De duas culturas separadas: a literária e a científica.

(Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamphoje/ju/maio2004>>. Acesso em: 3 fev. 2007)

A imaginação é a ponte que une o conhecimento sensorial, que alarga as percepções e as formas de sentir e pensar o mundo, e o pensamento lógico; ela é essencial à vida humana. Todo conhecimento humano origina-

se dela, o que levou Croce a afirmar que, “se o homem não fosse animal fantástico, não seria também animal lógico”. No campo da linguagem propriamente dito, não se pode esquecer que a linguagem é a primeira manifestação específica do ser humano e é por seu intermédio que os seres conhecem o mundo e a si mesmos, transmitindo informações, exprimindo emoções, atuando sobre os outros, mantendo ou reforçando os laços sociais, etc. Como atividade intersubjetiva, dialógica, - “*poder falar e poder entender*” - ela é a forma necessária de manifestação do “pensamento”, tanto lógico, quanto poético e prático.

Circunscrita à sua realidade histórica, a linguagem, sem deixar de ser logos semântico (expressão significativa), traço constante e definidor da linguagem, nos atos lingüísticos, é também logos apofântico (expressão lógica), logos fantástico (expressão poética) e logos pragmático (expressão prática), ou seja, qualquer expressão significativa (logos semântico), dependendo de uma orientação, de uma determinação particular, pode ser considerada sob qualquer uma destas três formas, pois que “as contém, as três, como indiferenciadas” (Coseriu, 1987:182).

A origem da linguagem poética (logos fantástico) se perde na vastidão de tempos imemoriais. Ela surgiu no momento em que o ser humano exerceu pela primeira vez sua capacidade de imaginar, de engendrar sonhos, de dar asas à fantasia, de criar novas palavras, novas realidades, novos mundos, muito diferentes do já conhecido. Os primeiros registros escritos de língua literária datam do século XV ou XVI a.C. No início, ainda ligados à oralidade, sob a forma de poesia, eram textos mais para serem recitados e ouvidos, nas praças, nos teatros, nos templos, nos salões, como a epopéia sânscrita *Maabárata*, que narra feitos de guerra; como os textos de cunho religioso (*Vedas, Antigo Testamento e Novo Testamento, Analectos, Tao Te King*) e como as obras de grandes escritores: Homero (*Ilíada, Odisséia*), Horácio (*Odes, Arte Poética*).

A preocupação com a gênese da poesia (linguagem poética) vem desde a antiga civilização grega. De acordo com Aristóteles (1973:445), primeiro filósofo a dedicar-se ao estudo do fenômeno poético, a poesia é fruto de duas causas naturais:

- a imitação (mimese) da ação (práxis), congênita no homem, pois ele é o que mais imita entre todos os seres viventes e é por imitação que ele aprende as primeiras noções, e

- o fato de os seres humanos se comprazerem no imitado, chegando a contemplar, com prazer, as

representações mais exatas das coisas que, normalmente, lhes causam repugnância, até as de cadáveres.

Assim, a imitação faz parte da natureza humana e a função de poeta (escritor), em virtude disso, é de especial relevância para a sociedade. Não é seu papel voltar-se para o passado e dedicar-se simplesmente a narrar o acontecido, o conhecido (isso é da competência do historiador), mas apontar para o futuro, enxergando “prenúncios”, “vendo e ouvindo inexistências”, “contemplando os restos” (Barros, 2001):

[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em versos as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa), – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. (Aristóteles, 1966:78)

O poeta, ainda segundo a visão aristotélica, é por excelência o fabulador, aquele que imita as ações e a vida, a composição dos atos; o que urde o mito, a trama dos fatos, a intriga, o primeiro e o mais importante elemento da tragédia. Não se trata, no entanto, de imitar copiando pura e simplesmente a realidade, refletindo-a como se fosse um espelho ou registrando-a como um mero retrato, uma fotografia, mas “interpretando a realidade através da representação literária ou ‘imitação’” (Auerbach, 1971:486), já que, ao ordenar os dados do mundo conhecido, o poeta faz operações que privilegiam, trazem à luz, iluminam certos aspectos do real, como o que passa despercebido, o que normalmente é desprezado, *as minudências*, enquanto outros são deixados de lado, em segundo plano, mantidos na sombra. “A mim interessam as coisas que normalmente ninguém valoriza. Porque o real está no escondido”, confessa Lya Luft.

Em outras palavras, há uma reorganização do real, integrado em uma estrutura de signos que já não reflete o mundo extralingüístico conhecido, mas uma realidade personalíssima, construída segundo a visão do poeta. O material bruto da realidade passa a elemento de composição de um sistema de signos, isto

é, a realidade numa obra de arte é efeito de linguagem. Na realidade poética, realizam-se todas as possibilidades da língua; “a literatura contém todos os saberes” (Barthes, 2004:118).

Dessa forma, ao expandir a experiência sensível e intelectual do discente, ampliando-lhe a informação estética e a competência discursiva, para que a sensibilidade criativa, aguçada pelo espírito crítico, seja desbloqueada, o professor estará libertando o aluno de uma visão limitadora, estreita, redutora sobre a língua, contribuindo para a construção de um mundo menos automatizado, menos padronizado, menos artificial, mais instigante, mais estimulante, mais humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Poética. São Paulo: Abril, v. IV, 1973. p. 443-525. (Col. Os pensadores).

_____. Poética. Porto Alegre: Globo, 1966.

AUERBACH, Erich. Mimesis. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BARROS, Manoel de. Livro sobre nada. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Tratado geral das grandezas do ínfimo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BARTHES, Roland. O rumor da língua. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CAMPOS, Álvaro de. Poesias de Álvaro de Campos. In: PESSOA, Fernando. Obra poética. Rio de Janeiro: Aguillar S.A., 1986.

CARVALHO, Olavo de. Aristóteles em nova perspectiva. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

COSERIU, Eugenio. Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

CROCE, Benedetto. Logica come scienza del concetto puro. Bari: Laterza, 1971.

JAKOBSON, Roman. Questions de poétique. Paris: Seuil, 1973.

LUFT, Lya. Falar, calar. Veja. São Paulo: Abril, nº 36, 7 set. 2005, p.18.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa no Brasil: uma visão crítica. Confluência. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 29-30, p.43-56, 1º e 2º semestres de 2005.



ROSA DAS VIRTUDES, OS VALORES QUE NORTEIAM A MB



**OTIMISMO, COMPETÊNCIA, MORAL,
ENTUSIASMO, CARÁTER,
PERSEVERANÇA E DEDICAÇÃO,
devem constituir o alicerce
de sua vida na Marinha.**

ESCOLA NAVAL: AS TENDÊNCIAS DA ORIENTAÇÃO DESPORTIVA

1º SG- FN- MU Marcelo Pereira Marujo

RESUMO: A Orientação, modalidade desportivo-educacional, no século XXI se apresenta como alternativa emergente capaz de se inter-relacionar dinamicamente com expressivas áreas da sociedade contemporânea. O desporto Orientação necessita para sua realização da constante inter-relação do trinômio Educação – Esporte - Natureza. O desporto da natureza como internacionalmente é conhecido a orientação, possibilita a participação de todos e, o mais importante, em diferentes e distintas concepções. O presente estudo se desenvolveu com orientistas da Escola Naval por intermédio de investigações sócio-históricas e, também, das seguintes estratégias metodológicas: pesquisa teórica e observacional. Nessa perspectiva, através de um questionário normativo apreendemos as Tendências da Orientação de orientistas da Escola Naval. Os resultados mostraram as seguintes predominâncias: Tendência



A Orientação como prática recreativa em áreas naturais.

Educacional 21,2%, Tendência de Saúde 20,6%, Tendência Recreativa 20,5%, Tendência Naturalista 20,2% e Tendência Competitiva 17,5%. Portanto, consideramos que essas Tendências compreendem eloqüentes conteúdos que são necessários para o desenvolvimento formativo dos atletas. Ademais, o equilíbrio entre as Tendências denota o quanto a Orientação propicia desenvoltura educacional,



Equipe de Orientação em Brasília (GptFNB) 1ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Orientação 2007

sobretudo, sustentabilidade socioambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Orientação - Tendências da Orientação - Formação - Teorias Implícitas - Meio Ambiente.

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

A Orientação é o desporto-educacional do Século XXI. A Orientação é uma atividade desportivo-educacional praticada na natureza, que vem se apresentando como alternativa emergente capaz de inter-relacionar-se dinamicamente com expressivas áreas da sociedade contemporânea em prol da sustentabilidade global. A Orientação necessita para sua realização da constante sinergia da relevante tríade: Educação - Esporte - Natureza (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2005, p. 3)¹.

A Orientação é uma modalidade desportivo-educacional que favorece o desenvolvimento formativo de seus praticantes mediante sua imensurável capacidade de integrar distintas áreas de conhecimento em todos os níveis educacionais.

A Orientação é capaz de promover o desenvolvimento sustentável do planeta tão importante para a qualidade de vida das futuras gerações, pois se reverte numa atividade educacional dinâmica de caráter eminentemente socioambiental. Assim, aguça em seus praticantes uma considerável e iminente melhoria na performance educacional, do senso de orientação, da tomada de decisão, da atenção, da concentração, da ética, do espírito de socialização, da visão interdisciplinar e, sobretudo, da suscitação preservacionista para se atingir maior sustentabilidade.

Nesse delineamento, temos por certo que a Orientação contém subsídios necessários e suficientes para proporcionar uma formação generalizada para os orientistas². Tal capacidade formativa se faz presente mediante a incontestável trans/multi/interdisciplinaridade com expressivas áreas/disciplinas do sistema educacional.

Sob outro prisma, as Teorias Implícitas, possivelmente, contribuirão para a (re)construção tanto do pensamento quanto da ação dos orientistas. Porquanto a mudança da prática implica também a mudança do pensamento, as Teorias Implícitas desses atletas podem (re)construir novos conceitos para a própria Orientação.

Portanto, defendemos o factível empreendedorismo da Orientação e, conseqüentemente, o seu diferencial como práxis



A Orientação viabilizando meios para a promoção de uma vida mais saudável.

desportivo-educacional emergente capaz de permear o contexto educativo em prol da responsabilidade socioambiental³. Além disso, tal proposição também objetiva cooperar com a melhor formação dos orientistas de forma que lhes possibilite desenvolver um maior senso de criatividade, crítica e reflexão.

A PROBLEMÁTICA

A Orientação existe no mundo, como desporto, há mais de um século e, no Brasil, onde ainda não tem o reconhecimento merecido no meio educacional, está há 35 anos. Na Europa, em especial na Suécia, desde 1935 integra os currículos escolares. Esta modalidade desportivo-educacional é totalmente capaz de romper com as ultrapassadas visões academicistas e instrumentais intrínsecas à formação. Destarte, numa dimensão didático-pedagógica, contém subsídios suficientes e necessários à proposição de metas para a formação do orientista numa visão construtivista.

Numa outra ótica, há tempos observamos o quanto o Meio Ambiente vem se deteriorando, tanto numa micro quanto numa macro dimensão, fator que se reverte em preocupação para os esportes que têm como campo de jogo as áreas naturais (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007a). Outrossim, essa degeneração indubitavelmente é fator de muita preocupação e da mesma forma requer nossa mobilização. Contudo, a conscientização que vem impulsionando o desenvolvimento sustentável está despontando como ação global comum para todos pela vida.

Por fim, as políticas que obstaculizavam a disseminação de atividades no Meio Ambiente ganharam maior amplitude em face da necessidade de se promover a sustentabilidade. Agora, várias leis nacionais incentivam tais práticas, como por exemplo: a Constituição Federal em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação e a Lei da Educação Ambiental nº 6.938/81, artigo 2º, inciso X (MEDAUAR, 2007), a qual ostenta que nossas ações enquanto educadores promotores de uma sociedade mais reflexiva devem permear as problemáticas globais na intenção de proporcionar e desenvolver atividades de “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (MEDAUAR, 2007, p. 785).

AS CARACTERÍSTICAS DAS TEORIAS

As características teóricas contribuem para o dimensionamento do percurso investigativo com a finalidade de nos proporcionar subterfúgios necessários para a convergência de idéias que nos possibilitarão melhores elucidações pertinentes ao objeto de estudo.

Diante destas dimensões, utilizaremos as seguintes categorias teóricas: Formação e Teorias Implícitas. A seguir, apresentaremos os subsídios das supracitadas categorias:

Formação: A formação constitui-se num processo de construção da identidade profissional. Inclui a aprendizagem como um processo de reconstrução de conhecimentos, ou seja, de trabalhar as Teorias Implícitas de forma crítica, criativa e reflexiva. Além disso, a formação profissional é entendida como um processo permanente de aquisição, estruturação e reestruturação de condutas, saberes, habilidades, ética, hábitos intrínsecos ao desenvolvimento de competências para o desenvolvimento da formação (MARCELO GARCÍA, 1987; 1999; RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER, 2003; NÚÑEZ; RAMALHO, 2004).

Teorias Implícitas: As Teorias Implícitas se definem como uma síntese de conhecimentos culturais e de experiências pessoais que utilizamos na nossa vida cotidiana. São construídas pelos indivíduos num contexto social compartilhado pelo mesmo grupo cultural. As Teorias Implícitas enquanto elementos do pensamento são bases para a ação. São teorias porque constituem um conjunto mais ou menos integrado e consistente de idéias. Expressam-se quando a atividade tem uma orientação pragmática que exige um ponto de vista sobre a realidade (MARRERO, 1988; RODRIGO; RODRÍGUEZ; MARRERO, 1993).

OBJETIVO DO ESTUDO

Apreender as Teorias Implícitas, conseqüentemente, apresentar as Tendências da Orientação Desportiva de orientistas da Escola Naval.



A Orientação favorecendo o desenvolvimento educacional.

QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A presente investigação compreende estratégias metodológicas teóricas e observacionais (KREPPNER, 2001) necessárias para promover, numa perspectiva científica, o seu progresso correlacional com a finalidade de facilitar o estudo sobre a formação.

Outrossim, os estudos sobre as Teorias Implícitas iniciaram-se através da corrente cognitiva, variante da Psicologia Cognitiva (RODRIGO; RODRIGUÉZ; MARRERO, 1993). Posteriormente, essas teorias começaram a ser estudadas através da observação e da entrevista.

Sob outro enfoque, numa linha construtivista, as Teorias Implícitas passaram a ser estudadas de forma que as normatizações denotavam o diferencial para sua apreensão. Daí, o surgimento do Questionário Normativo para sua apreensão.

Nesse direcionamento, ostentamos que explorar as Teorias Implícitas é ter a certeza da integração e, em especial, da maior mobilização entre a ação e o pensamento do orientista para a reversão de tais ações em prol de sua formação e do recrudescimento da Orientação.

CONTEXTO EMPÍRICO E CARACTERIZAÇÃO

O estudo foi realizado na mais antiga instituição de ensino superior do país - Escola Naval, desde 1938 estabelecida na Ilha-fortaleza de Villegagnon - cidade do Rio de Janeiro/RJ-Brasil. Todos os 25 participantes da pesquisa são integrantes da Equipe de Orientação da instituição e estão cursando o Bacharelado em Ciências Navais nas seguintes áreas: mecânica, eletrônica, sistemas de armas e administração de sistemas. Todos são do sexo masculino. Em relação aos anos de curso, estão distribuídos na seguinte proporção: 32% no 4º ano, 24% no 3º ano, 20% no 2º ano e 24% no 1º ano. Todos os orientistas já participaram de competições nacionais e regionais, embora alguns possuam pouco tempo de experiência no desporto, como podemos observar a seguir: 48% mais de 2 anos, 28% de 1 a 2 anos e 24% menos de 1 ano de experiência. A média de idade dos orientistas da Equipe de Orientação é de 21 anos.

PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES

As informações foram processadas através do software MODALISA 4.5⁴. Este programa de

Computação auxiliou de forma considerável no tratamento dos dados; assim, melhorando a qualidade e, sobretudo, agilizando o processamento das informações. Além disso, possibilitou o uso da Estatística Descritiva; por conseguinte, facilitando a interpretação, a organização e a representação dos dados no que concerne às frequências e aos gráficos.

QUESTIONÁRIO NORMATIVO

O questionário normativo possui tal denominação pelo fato de seguir necessariamente algumas normas e procedimentos comuns, porém necessários para a classificação, reestruturação e ordenação das idéias principais em prol dos objetivos a serem alcançados.

O questionário normativo foi adaptado pelo pesquisador espanhol Javier Acosta Marrero na Espanha no final da década de 80 para promover estudos sobre as Teorias Implícitas (RODRIGO; RODRÍGUEZ; MARRERO, 1993). Assim, este instrumento de coleta de dados tornou-se uma norma para se apreender tais Teorias.

As Teorias Implícitas de orientistas, conseqüentemente, possibilitam-nos conhecer quais são as Tendências dos orientistas da Escola Naval sobre a Orientação no Brasil.

QUESTIONÁRIO NORMATIVO: FUNCIONALIDADE

É composto de 50 questões, divididas em 5 grupos com 10 questões cada. Assim, cada grupo de 10 questões se relaciona com uma Tendência; todavia, estas questões estão distribuídas estrategicamente de forma aleatória no questionário com a finalidade de não direcionar nem facilitar possíveis correlações.

No concernente às questões, relacionamos a cada uma 8 (oito) níveis que variam de 0 (zero) a 7 (sete), onde somente poderá ser associado um nível por questão. Assim sendo, a associação dos investigados com as questões representam o seu índice de concordância ou não com as mesmas.

TENDÊNCIAS DA ORIENTAÇÃO NO BRASIL

A seguir, apresentaremos as Tendências da Orientação e seus respectivos conteúdos e/ou especificidades (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NUÑEZ, 2007b).

TENDÊNCIA EDUCACIONAL: Permite à Orientação um considerável valor formativo, especialmente, inerente ao potencial interdisciplinar e contextual peculiar desta modalidade desportiva. Apóia o desenvolvimento escolar através de praxis alternativa muito criativa com a finalidade de dinamizar o ensino. Planeja a Orientação como disciplina capaz de se inter-relacionar com as demais disciplinas em todos os níveis de ensino. Acredita que o Turismo é uma indústria de conhecimentos. A Orientação tem sua relevância na Educação porque permite integrar socialmente as relações entre os orientistas. Considera-se que a Orientação desenvolve de forma completa o orientista (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007b, p. 464).

Objetivo: Melhorar o desenvolvimento integral do orientista com intuito de facilitar o alcance de seus respectivos objetivos educacionais intrínsecos aos distintos níveis de ensino.

Modelo e Conteúdos Prioritários: Conteúdos do currículo escolar e do projeto pedagógico.

Avaliação e/ou Controle: Parâmetros conceituais, procedimentais e atitudinais.

Modelo que Subsídia: Ensino, praxis fundamentada na teoria e informação.

TENDÊNCIA DE SAÚDE: Considera essencial a Orientação como expressivo meio de promoção da saúde. Concede à Orientação valores que contribuem para a reabilitação, recuperação e constante manutenção do físico e da mente. Colabora para amenizar as dificuldades na aprendizagem escolar e, em especial, contribui para o aumento de atividades interdisciplinares com a intenção de melhorar o convívio diante das inertes rotinas educacionais e sócio-profissionais. Idealiza a Orientação como um meio de prevenção de doenças e combate ao sedentarismo (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007b, p. 464).

Objetivo: Melhorar a performance físico-mental e manter uma boa saúde.

Conteúdos Prioritários: Atividades físicas moderadas e, sobretudo, adaptadas entre os sexos, as faixas etárias e graus de dificuldades técnicas. Evolução das qualidades físicas em prol da melhoria da saúde. Esporte e atividades físicas saudáveis.

Avaliação e/ou Controle: Parâmetros médicos e físicos relacionados com a saúde e aquisição de atitudes e hábitos saudáveis.

Modelo que Subsídia: Médico e integração do Ensino da Orientação no conteúdo Transversal da Saúde.

TENDÊNCIA RECREATIVA: Entende a Orientação, a qual necessita para sua realização de áreas naturais, como um meio emergente de entretenimento e diversão mais completo, especialmente por integrar, simultaneamente, o físico e a mente. Nesse direcionamento, considera-se de fundamental importância a satisfação e o prazer que o binômio Esporte-Natureza proporciona durante a atividade prática da Orientação. O desenvolvimento das atividades de Orientação sempre se converge numa terapia na natureza (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007b, p. 464).

Objetivo: Realizar atividades, especialmente recreativas e, ainda, baseadas na experiência de sentir-se muito bem durante as práticas.

Meios e Conteúdos Prioritários: Atividades físicas bastantes lúdicas e recreativas. Jogos na natureza e atividades agradáveis.

Avaliação e/ou Controle: Parâmetros de aquisição de atitudes positivas para a realização de atividade física e aquisição de novos hábitos esportivos. Grau de diversão contínuo para o orientista.

Modelo que Subsídia: Estudo teórico e prático da Orientação, de forma prazerosa, baseado num flexível processo de vida social atrelado ao esporte-educacional.

TENDÊNCIA NATURALISTA: Entende a Orientação como um expressivo instrumento pedagógico aliado à Educação Ambiental. Defende que o Desporto da Natureza possa sensibilizar os orientistas no concernente à promoção do desenvolvimento sustentável do planeta, especialmente, pelo desporto ser realizado sempre em contato com a natureza. Acredita que o contato ativo com o meio ambiente possa suscitar progressivamente o senso de preservação tão necessário à melhoria da qualidade de vida (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007b, p. 464).

Objetivo: Desenvolver a capacidade naturalista e ecológica, tanto numa perspectiva individual quanto coletiva.

Meios e Conteúdos Prioritários: Atividades Naturalistas e ecológicas. Expressão Naturalista.

Avaliação e/ou Controle: Parâmetros naturalistas e relacionados à preservação ativa.

Modelo que Subsídia: Estudo teórico e prático do novo naturalismo e da ecologia.

TENDÊNCIA COMPETITIVA: A Orientação tem como objetivo fundamental promover a força do

indivíduo em prol da competição. Considera que o treinamento da Orientação é essencialmente uma atividade física educativa. Nessa perspectiva, concede à Orientação um valor de utilidade para favorecer a realização de atividades da vida cotidiana. Ainda, denotar durante o treinamento de rendimento que tal finalidade deve suscitar um maior espírito de competitividade na Orientação (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2007b, p. 465).

Objetivo: Atingir melhorias constantes de resultados. Basear-se no rendimento das qualidades físicas, motrizes, desportivas e na filosofia de superação dos seus próprios limites.

Meios e Conteúdos Prioritários: Atividades físicas e desportivas com ênfases nos resultados. Evolução contínua das condições físicas e desportivas.

Avaliação e/ou Controle: Parâmetros físicos e desportivos contemporâneos adaptados à Orientação.

Modelo que Subsidiaria: Ensino metodológico e produto de proposição de rendimento constante.

PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Os resultados foram auferidos após uma criteriosa análise dos níveis de polaridade⁵ e de tipicidade⁶ (MARUJO; LIDIANE MARUJO; NÚÑEZ, 2006), os quais nos possibilitaram observar os índices extremos nas referidas análises de aceitação e, ainda, relacioná-los aos menores níveis. Dessa maneira, captamos as questões mais aceitas e dentre essas, as menos influenciadas pelos maiores índices de rejeição.

Portanto, consideramos tais fundamentações teóricas em sua magnitude necessárias e suficientes para corroborarmos a essência e a conseqüente finalidade da nossa pesquisa.

RESULTADO DO ESTUDO

Os resultados se convergiram nas Tendências da Orientação de orientistas da Escola Naval, as quais são apresentadas na seqüência com os seus respectivos índices percentuais: Tendência Educativa 21,2 %, Tendência de Saúde 20,6 %, Tendência Recreativa 20,5 %, Tendência Naturalista 20,2 % e Tendência Competitiva 17,5%.

Nessa perspectiva, temos as Tendências como aliadas para se trabalhar a Orientação em prol da formação; logo, sempre com a intenção de aproximar o pensamento dos orientistas às possibilidades de os desenvolverem por intermédio das variadas e

distintas concepções e especificidades intrínsecas ao desporto-educacional do século XXI.

CONCLUSÃO DO ESTUDO

O presente estudo nos proporcionou a apreensão das Teorias Implícitas de orientistas da Escola Naval. Em conseqüência, as Teorias Implícitas apreendidas através do Questionário Normativo representam as suas Tendências sobre a Orientação.

Os resultados evidenciam a predominância das Tendências Educacional e de Saúde, seguidas, respectivamente, das Tendências Naturalista, Recreativa e Competitiva.

Ademais, consideramos que o fato de conhecermos as Tendências da Orientação, possivelmente, contribuirá para sabermos quais serão as funções da Orientação na formação educacional dos orientistas.

Portanto, defendo a tese de que a Orientação enquanto desporto-educacional reverte-se estrategicamente num emergente norteador capaz de integrar consistentemente eloqüentes variáveis sociais contemporâneas, como Educação – Esporte – Natureza, as quais indubitavelmente são imprescindíveis para o recrudescimento da sociedade. Mediante esta objetivação, desejamos que a Orientação contribua com a formação dos orientistas e estes, para o desenvolvimento sustentável do planeta tão necessário para a melhoria da qualidade de vida das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO. *Escola Natureza*. Disponível em: <<http://www.cbo.org.br>>. Acesso em: 24, mai. 2007.

KREPPNER, K. (2001) *Observation d the longitudinal approach in infancy research*. In: LAMB, M. KELLER, H. *Infant development: Perspectives from German-speaking* (pp. 151-178). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

MARCELO GARCÍA, C. *El pensamiento del Profesor. Adiciones CEAC, Barcelona, 1987.*

MARCELO GARCÍA, C. *Formação de Professores: Para uma mudança educativa*. Porto Editora, Portugal, 1999.

MARRERO, J. A. *Teorías Implícitas y Planificación del Profesor. Universidad de La Laguna, 1988. Tesis Doctoral no publicada.*

MARUJO, M. P.; LIDIANE MARUJO, E. L.; NÚÑEZ, I. B. *Educação – Esporte – Natureza*. In: X Semana de Extensão

da Universidade Federal Fluminense, X, 2005, Niterói, RJ. *Anais... Niterói, RJ: UFF, 2005.*

_____. *As Teorias Implícitas de orientadores da Escola Naval/Brasil sobre a Educação Física.* Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd100/as-teorias-implicitas-de-orientadores-da-escola-naval/brasil-sobre-a-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 26, set. 2006.

_____. *El juego en la naturaleza: orientación deportiva.* Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/juego-en-la-naturaleza-orientacion-deportiva.htm>>. Acesso em: 25, jan. 2007a.

_____. *Orientação Desportiva: Tendências no Brasil. Pesquisa em educação física (Org.). Paula Fontoura. Jundiaí, SP: Fontoura Editora, 2007b.*

MEDAUAR, O. (Org.) *Constituição Federal. Coletânea de Legislação Ambiental. 6. ed. ver., ampl. e atual. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.*

NÚÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. (Org.) *Fundamentos do Ensino-Aprendizagem no Novo Ensino Médio: das Ciências Naturais e Matemática. Porto Alegre: Sulina, 2004.*

RAMALHO, B. L.; NÚÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. *Formar professor – profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2003.*

RODRIGO, M. J.; RODRÍGUEZ, A. e MARRERO, J. *Las teorías implícitas: una aproximación al conocimiento cotidiano. Ed. Visor, Madrid, 1993.*

Científica da Confederação Brasileira de Orientação.

¹ Projeto de Extensão: Educação - Esporte - Natureza. Aprovado na X Semana de Extensão da UFF (2005). Autoria: Prof. Ms. Marcelo Pereira Marujo, Prof^a. Lidiane Estevam Lima Marujo e Prof. Dr. Isauro Beltrán Núñez.

² Denominação criada em assembléia nacional da Confederação Brasileira de Orientação em janeiro de 2006 para denominar o atleta deste desporto.

³ Responsabilidade socioambiental – consideramos ser e, sobretudo, ter a ética como respeito e comprometimento para com as ações intrínsecas às políticas socioambientais necessárias para o desenvolvimento sustentável do planeta.

⁴ MODALISA 4.5 - Software utilizado para tratamento de dados qualitativos. Programa obtido pelo intercâmbio da UFRN - Linha de Pesquisa: Formação e Profissionalização Docente - com a Universidade de PARIS VIII – FRANÇA.

⁵ Polaridade – É um índice que nos possibilita mensurar o nível que um indivíduo concorda, com certa exclusividade, com uma determinada teoria.

⁶ Tipicidade – É um índice que nos possibilita saber se um indivíduo, no que concerne a concordância com uma determinada teoria, está ou não de acordo com a mesma.



Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha

Produtos da CCCPM

PROMORAR - Programa de Moradia da Marinha
Oferece Financiamento Imobiliário, em até 20 anos, visando a aquisição, construção, ampliação de imóvel, ou ainda, a compra de um terreno com a construção concomitante.

ERAP - Empréstimo Rápido Imobiliário
Empréstimo concedido de forma ágil, em até 48 vezes, com as menores taxas do mercado, destinado à complementação de poupança, reforma, aquisição de material de construção, dentre outras aplicações.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial
Em parceria com o Governo Federal e a Caixa Econômica Federal, esse Programa, que visa atender às famílias com renda de até 6 salários mínimos, destina-se ao arrendamento de imóvel. Nesse modelo o beneficiário paga a moradia sob a forma de aluguel, e, ao final de 15 anos, recebe o título da propriedade.

Bolsa de Imóveis
Anúncio de forma inteiramente gratuita, diretamente em nossa página ou procure seu imóvel para compra, venda ou aluguel.

www.cccpm.mar.mil.br
www.cccpm.mb

Endereços

RIO DE JANEIRO- RJ (Sede)

próximo ao 1ºDN
Av. Rio Branco, 39 13º Andar Centro
CEP: 20090-009
Tel: (21) 2105-7400

ANGRA DOS REIS
Colégio Naval - Enseada Alte. Daltista das Neves, s/n CEP 23600-000
Tel: (24) 3379-3044 SISTELMA (8114)3044

BELÉM - PA
R. do Av. Arthur Bernardes, S/Nº
(Prédio Núcleo do N-CAIPM)
CEP: 66115-000
Tel: (01) 3218-4548 SISTELMA (8410)4548
Fax: (01) 3267 0188
E-mail: nancy@cccpm.mar.mil.br

BRÁSILIA - DF
Prédio anexo do Comando da Marinha
Terreo - 81,23 CEP:70055-900
Tel: (61) 3220-3900 SISTELMA (8910)4189
E-mail: barbosa@cccpm.mar.mil.br

FLORIANÓPOLIS - SC (EAMSC)
R. Marinheiro Max Schramm, 3028
CEP: 88095-000
Tel: (48) 3244-0306
E-mail: cccpm@eamsc.mar.mil.br

FORTALEZA - CE
Av. Filomeno Gomes, 30-Jacarecanga
CEP: 60060-390
Tel: (85) 3211-1413 SISTELMA (8350)1001
E-mail: reginaldo@cccpm.mar.mil.br

LADÁRIO - MS
Com 5ºDN
Av. 14 de Março s/n - Centro
CEP: 79370-000
Tel: (67) 3226-1939 SISTELMA (8610) 1207
E-mail: valdir@cccpm.mar.mil.br

MACAÉ
Delegacia de Macaé
Rua Dr. Denuchi de Lima, s/n
Praia de Imbetiba - CEP 27915-590
Tel: (22) 2772-1889 (R.215)
SISTELMA (8150) 1201 / 1202

NATAL - RN

Rua Silvio Péllico, s/nº (anexo ao SPD)
Alecim CEP: 59040-150
Tel: (84) 3201-8378 - Retelma: (8311) 3400
E-mail: dilone@cccpm.mar.mil.br

NOVA FRIBURGO
SNNF - Av. Governador Geremias de Matos
Fontes, S/N CEP 28613-140
Tel: (22) 2522-9916 / 3016
SISTELMA (8350)1301/1302

RECIFE
CPPE - R. de São Jorge, nº25
CEP: 50030-240
Tel: (81) 3424-7111
SISTELMA: (8350)1301/1302
E-mail: luis.pereira@cccpm.mar.mil.br

RIO GRANDE - RS

Com 5ºDN
Av. Almirante Garnier, 70
CEP: 96201-290
Tel: (53) 3233-6176
SISTELMA: (8350) 6176
E-mail: cccpm@5dn.mar.mil.br

SALVADOR

COM 2ºDN - Av. das Naus, e/n, Cidade Baixa
CEP: 40015-270
Tel: (71) 3320-3848 SISTELMA: (8210) 3848
E-mail: lima@cccpm.mar.mil.br

SÃO PAULO - SP

Com 8º DN - R. Estado de Israel, 776
Vila Clementino - CEP 04022-002
Tel: (11) 5084-7492
E-mail: clovia@8dn.mar.mil.br

SÃO PEDRO D'ALDEIA

DAENSPA - Rua Comte. Iturbiel, S/N
Fluminense - CEP 28940-000
Tel: (22) 2621-4209 SISTELMA (8117)4209
Fax: (22) 2621-4047
E-mail: cleidejane@cccpm.mar.mil.br

VILA VELHA

EAMES - Enseada de Inhaó, S/N - Praia
CEP 28100-900 - Tel: (27) 3641-5439

A XX VIAGEM DE INSTRUÇÃO DE GUARDAS-MARINHA E A HISTÓRIA NAVAL

CMG (RM1) William Carmo Cesar

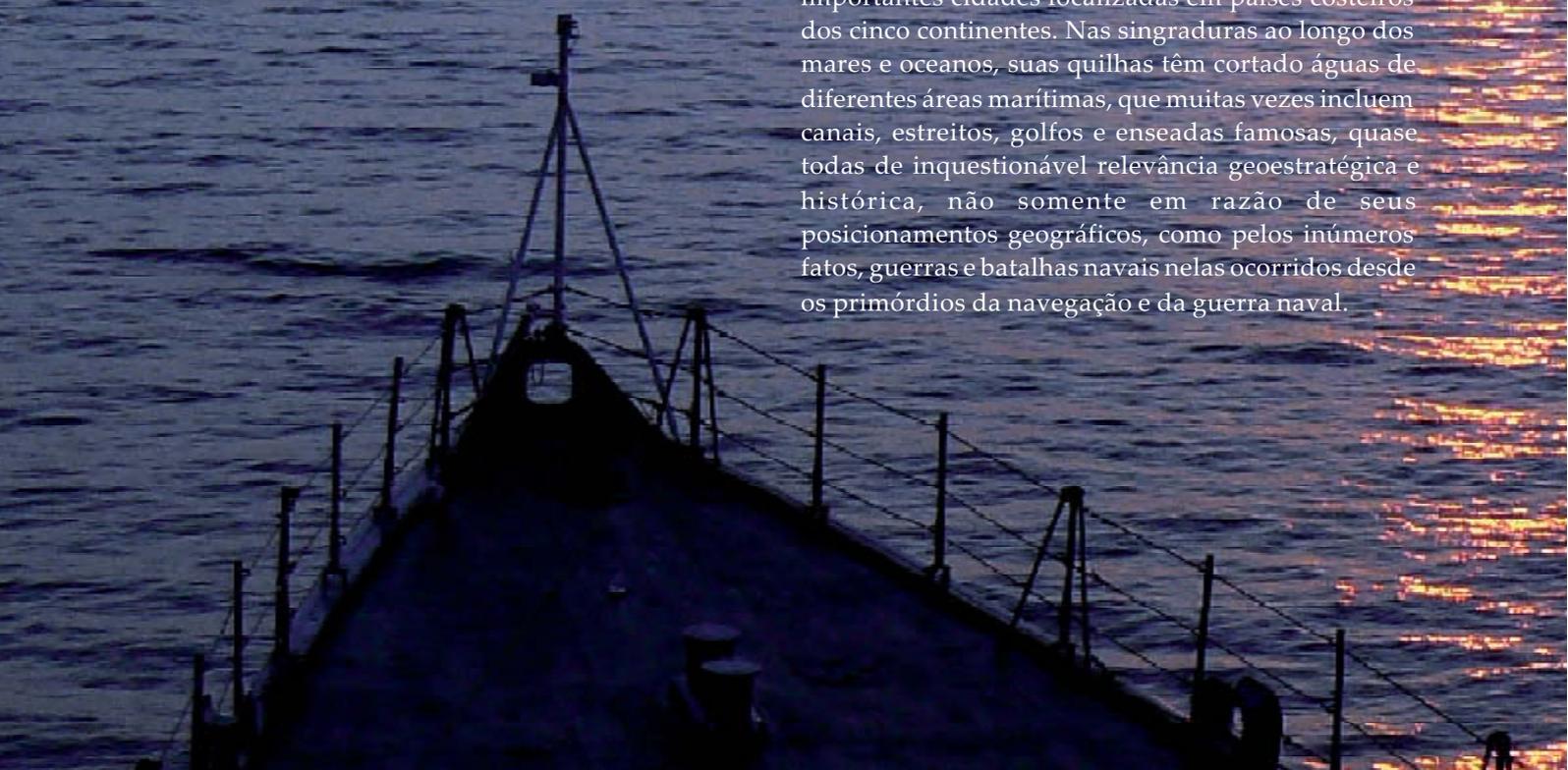
VIAGEM DE INSTRUÇÃO, UMA TRADIÇÃO NAVAL

Embarcar Guardas-Marinha em navios-escola e enviá-los para longas viagens de instrução já se tornou uma tradição naval para muitas Marinhas de Guerra. Tal prática imprescindível tem sua razão de ser: proporcionar ao futuro Oficial de Marinha o necessário e oportuno contato com a vida de bordo, o adequado treinamento marinho e a instrução específica sobre as inúmeras tarefas inerentes à profissão naval, tais como aquelas relacionadas ao Armamento, às Máquinas, à Navegação, às Comunicações, às Operações Navais e de Fuzileiros Navais e aos Serviços de Intendência. A inclusão de portos no exterior permite, ainda, que lhes sejam mostrados os diversos graus de progresso e as diferentes culturas dos países visitados.

No Brasil não tem sido diferente. Desde a época do Império, esse tipo de viagem vem sendo realizado

com alguma regularidade, tradição herdada dos portugueses. Até o final do Século XIX, os nossos Guardas-Marinha (GM) eram embarcados em belonaves da Esquadra, de tipos diversos, como a corveta “Vital de Oliveira” e o cruzador “Almirante Barroso”, a bordo das quais participaram das duas primeiras circunavegações da Marinha Brasileira, em 1879 e 1888, respectivamente. Em 1892 foi lançado o NE “Benjamin Constant”, o primeiro classificado como navio-escola desde a fase de construção, que, conhecido como *Cisne Branco*, em 1908 conduziu os GM na terceira circunavegação brasileira. A partir de então vieram novos navios-escola: o “Almirante Saldanha”, o “Duque de Caxias”, o “Custódio de Mello” e o “Brasil”, nosso último e atual NE, que efetuou sua primeira viagem de instrução em 1987.

Há mais de um século, portanto, os nossos navios-escola vêm realizando esses prolongados cruzeiros de instrução, dentre os quais podemos incluir sete circunavegações, visitando portos e importantes cidades localizadas em países costeiros dos cinco continentes. Nas singraduras ao longo dos mares e oceanos, suas quilhas têm cortado águas de diferentes áreas marítimas, que muitas vezes incluem canais, estreitos, golfos e enseadas famosas, quase todas de inquestionável relevância geoestratégica e histórica, não somente em razão de seus posicionamentos geográficos, como pelos inúmeros fatos, guerras e batalhas navais nelas ocorridos desde os primórdios da navegação e da guerra naval.



EM 2006, UMA NOVA TAREFA PARA O NE BRASIL

Seguindo a esteira de seus antecessores, o NE "Brasil" uma vez mais suspendeu da Baía de Guanabara, ao pôr do Sol do dia 23 de Junho de 2006, para a realização de sua XX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (XX VIGM). Sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Alípio Jorge Rodrigues da Silva, conduziu uma tripulação superior a quatrocentos homens, dentre os quais 160 Guardas-Marinha da Turma Almirante Leal Ferreira e alguns convidados de nossas demais Forças Armadas, da Marinha Mercante, de Marinhas Amigas, do Ministério das Relações Exteriores, além de Servidores Cíveis da Marinha.

No roteiro, portos da América do Sul Atlântica (Montevideu e Buenos Aires) e Pacífica (Valparaíso, Callao e Guayaquil), das Américas Central e do Norte (Panamá e Fort Lauderdale), da Europa Nortatlântica (Cork, Londres, Copenhagen, Hamburgo, Rouen e Lisboa), do Mediterrâneo e mares adjacentes (Pireu, Istambul, Dubrovnik, Civitavecchia e Barcelona) e do Brasil (Fortaleza).

Como das outras vezes, o NE teve como Missão *"prover instrução prática aos guardas-marinha e mostrar bandeira, quando em viagem ao exterior, a fim de contribuir para a formação profissional e cultural dos futuros oficiais e estreitamento de laços com as nações amigas."*

Mas a XX VIGM traria uma grande novidade no que diz respeito às tarefas inerentes ao Departamento de Ensino dos Guardas-Marinha: em decisão inédita do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), a História Naval (HNV) deveria ser ministrada aos GM durante a viagem de 2006.

UM BREVE HISTÓRICO

Ainda ao final do ano de 2005, por determinação do CEMA, foram iniciados estudos preliminares para a inclusão da nova disciplina no Ciclo Pós-escolar do Curso de Graduação de Oficiais da Escola Naval (5º Ano), a ser conduzida a bordo do NE *Brasil*. Essa iniciativa pioneira teve como objetivo levar os GM a identificar a localização e descrever, no espaço e tempo oportunos, os fatos, guerras e batalhas navais ocorridas nas diferentes áreas marítimas de importância histórica percorridas pelo navio.

A partir da decisão acima, começaram a ser tomadas as providências cabíveis no âmbito da Escola Naval, para a formulação do Sumário e respectivo Projeto Específico, necessários à inclusão da História Naval na grade curricular da 3ª Fase da Instrução dos GM.

Foi então elaborado um *Sumário*, abrangente e válido para qualquer área marítima a ser percorrida pelo navio-escola em uma viagem de instrução. Nele foram propostos e aprovados os seguintes objetivos gerais:

- Descrever fatos, guerras e batalhas navais ocorridos nas áreas marítimas de importância histórica, incluídas no roteiro da Viagem de Instrução de Guardas-Marinha.

- Correlacionar com a história naval os objetos dos acervos dos museus marítimos e navais visitados.

Uma vez definidos os objetivos e listadas as unidades de ensino (1.0 - *A História Naval e seus Cenários* e 2.0 - *Os Museus Marítimos e a História Naval*), foi preparado o *Projeto Específico* decorrente. Para a sua formulação, além de ter sido levado em conta o assunto já ministrado na EN para os Aspirantes do 4º Ano do Ciclo Escolar, em História Naval (HNV-I), foram consideradas as diversas áreas marítimas previstas no roteiro da XX VIGM, o que delimitou a abrangência de seu conteúdo.

Paralelamente, foi preparada, como bibliografia indispensável, uma *Apostila de História Naval II*, contendo dados e informações histórico-navais sobre o conteúdo inserido no Projeto Específico.

A HISTÓRIA NAVAL NA XX VIGM

Para ministrar a nova disciplina foram convidados pelo CEMA, e autorizados pelo Comandante da Marinha a embarcar no NE Brasil, de maneira pioneira, os seguintes professores:

- Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de 20/07 a 12/08;

- Eduardo Italo Pesce, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no período de 05/09 a 07/10/2006; e

- CMG (RM1) William Carmo Cesar, Instrutor de HNV-I da Escola Naval, envolvido na elaboração do Sumário, Projeto Específico e na preparação da

Bibliografia Indispensável, indicado pela EN para o período de 23/06 a 02/12/2006.

O curso de HNV-1, iniciado já na primeira perna rumo a Montevidéu, foi desenvolvido em função das travessias. Com esse propósito, o roteiro foi dividido em áreas marítimas e, na medida em que o navio as atravessava, eram abordados em aulas expositivas os principais fatos, guerras e batalhas nelas ocorridas.

Além dessas apresentações em sala, por ocasião de passagens por canais, estreitos, golfos, enseadas, ou nas proximidades ou mesmo ao largo de terra ou ilha, eram divulgados pelo instrutor de HNV, através do sistema interno de comunicações de bordo, textos contendo dados históricos sobre aqueles pontos considerados de importância geoestratégica e histórica, quase sempre acompanhados de indicações sobre suas localizações visuais em relação à proa do navio. Dessa forma foi possível estender à tripulação informações dinâmicas e oportunas sobre cada um desses locais navegados.

Numa contribuição pertinente e oportuna para a formação dos futuros Oficiais, não somente na área de HNV mas principalmente nas de História Contemporânea e Relações Internacionais, os professores civis convidados ministraram várias palestras, as quais foram estendidas aos oficiais do navio.

Durante o percurso entre Fort Lauderdale e Hamburgo, período de tempo em que esteve embarcado, o Professor Francisco Carlos, titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ, abordou os temas:

- *“As novas condições estratégicas na nova ordem mundial (o mundo após a guerra fria, 1991-2006)”*;

- *“A persistência da guerra como risco internacional (a nova agenda internacional)”*; e

- *“As crises internacionais hoje (o caso do Oriente Médio)”*.

O professor Ítalo Pesce, da área de Línguas e Relações Internacionais da UERJ, nas travessias entre





Londres e Lisboa, falou sobre:

- *"As marinhas no Pós-Guerra Fria"*;
- *"O Almirantado Britânico e a organização da Royal Navy"*; e
- *"Missiles, Tanks and Knives: as mudanças na guerra"*.

Os Guardas-Marinha, por sua vez, elaboraram trabalhos em grupo sobre as áreas marítimas visitadas, nos quais foram abordados, além da importância estratégica e o contexto geo-político dessas áreas, os fatos histórico-navais relevantes e as guerras e respectivas batalhas navais acontecidas naqueles cenários.

Durante as escalas nos portos estrangeiros, conforme previsto no Sumário, foram programadas visitas a alguns museus marítimos e navais. Essas visitas permitiram aos GM não apenas conhecer os objetos pertencentes aos acervos dos museus, significativos e de importância para a preservação da história e das tradições navais, como efetuar a sua correlação com fatos, guerras e batalhas navais estudadas.

Foram visitados por grupos de 25/30 Guardas Marinha, acompanhados do Instrutor, os seguintes museus:

- Museo Naval de la Nación, em Buenos Aires;
- Museo Naval y Marítimo, em Valparaíso;
- Museo Naval, em Callao;
- HMS Victory, em Portsmouth;
- Instituto de História Naval e

Navegação, em Hamburgo; e

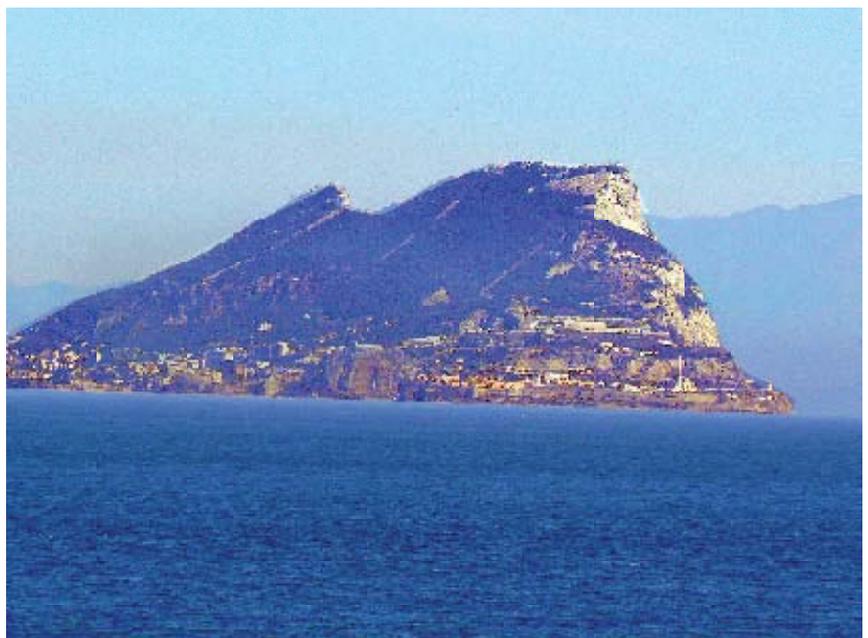
- Museu da Marinha, em Lisboa.

Em quase todas as visitas houve explanação por funcionários locais, acerca não somente do museu, como da própria história naval do país visitado.

O ROTEIRO DA XX VIGM E A HISTÓRIA NAVAL

O roteiro da XX VIGM levou o NE Brasil a navegar os grandes oceanos Atlântico e Pacífico, a singrar os importantes mares do Caribe, do Norte, Báltico, Mediterrâneo, Egeu, Marmara, Jônico, Adriático e Tirreno, a cruzar canais e estreitos famosos como Magalhães, Chilenos, Panamá, Mancha, Skagerrak-Kategate, Sound, Kiel, Gibraltar, Dardanelos, Otranto, Messina e Bonifácio e a adentrar rios históricos como o Prata, o Guayas, o Lee, o Tâmis, o Elba, o Sena, o Tejo.

Graças a esse roteiro, a meu juízo avaliado como excelente, por um período de cinco meses e meio, que incluiu quase uma centena de dias passados no mar e cerca de 70 dias atracados em portos, os Guardas-Marinha e demais tripulantes tiveram a oportunidade de percorrer diversas áreas marítimas e visitar os cenários dos mais relevantes acontecimentos da História Naval Ocidental, como os revelados nos quadros-resumo apresentados a seguir.



| ÁREAS MARÍTIMAS | IMPORTÂNCIA | FATOS, GUERRAS E BATALHAS NAVAIS |
|--|--|--|
| Atlântico SubBacia do Prata Portos: Montevideu Buenos Aires | - Interligação do Atlântico às bacias do Paraná -Paraguai e do Uruguai | - Campanha Cisplatina (1825-1828) - Guerra da Tríplice Aliança / Paraguai (1864-70) - I Guerra Mundial (IGM 1914-18) - Batalha das Falklands – 1914 - II Guerra Mundial / II GM (1939-45) Batalha do Rio da Prata / E “Graf Spee” - 1939- Guerra das Falklands/Malvinas (1982) |
| Estreito de Magalhães Canais Chilenos Pacífico (litoral sul-americano) Portos: Valparaiso Callao Guayaquil | - Interligação do Atlântico ao Pacífico | - Circunavegações de Magalhães /Elcano (1519-22) e de Francis Drake (1577-80) - Guerra do Pacífico (Espanha contra Chile e Peru) - Batalha de Abtao - 1866 - Guerra do Pacífico (Chile contra Peru e Bolívia) - Batalhas de Iquique e de Angamos - 1879 - I GM / Batalha Naval de Coronel - 1914 |
| Canal do Panamá Mar do Caribe Atlântico Norte (Flórida) Portos: Panamá Fort Lauderdale | - Interligação do Atlântico ao Pacífico (Canal do Panamá) | - Viagens de Colombo e de Vespúcio (1498 a 1504) - Guerra dos Sete Anos - Ações navais no Caribe (1756-63) - Guerra de Secessão Americana (1861-65) - Guerra Hispano-Americana (1898) - Questão do Panamá – 1903 / Abertura do Canal – 1914 |
| Atlântico Norte Porto: Cork | - Corredor marítimo entre a América do Norte e a Europa | - Incursões Vikings - séculos IX e X - Viagens marítimas dos séculos XV - XVII (Cabot, Verrazano, Cartier, Corte Real e Hudson) - Guerras da Revolução Francesa (1793-1802) O Glorioso 1º de Junho – 1794 - I e II GM: Guerras Submarinas Alemãs Batalhas do Atlântico I e II - II GM: Caça ao Bismarck - 1941 |
| Canal da Mancha/Inglês Mar do Norte Estreitos de Skagerrak e Kategates Mar Báltico Canal de Kiel Portos: Londres Copenhague Hamburgo Rouen | - Interligação do Atlântico ao Mar do Norte - Corredor marítimo entre as Ilhas Britânicas e o continente europeu - Interligação do Mar do Norte ao Báltico | - Conquista Normanda da Inglaterra - 1066 - Batalha Naval de Dover - 1217 - Guerra dos Cem Anos / Batalha Naval de Sluys- 1340 - Liga Hanseática - Campanha da Armada Espanhola (1588) - Guerras anglo-holandesas (1652-1674) - Guerra da Liga Augsburg (1688-97) Batalha Naval de Beach Head - 1690 Batalha Naval de La Hogue - 1692 - Grande Guerra do Norte / Báltico (1700-1721) - Guerra dos Sete Anos (1756-1763) Batalha de Quiberon Bay – 1759 - Guerras da Revolução Francesa (1793-1802) Batalha de Copenhague- 1801 - I GM / Batalhas de Dogger Bank - 1915 e Jutlândia - 1916 - II GM / Ocupação da Dinamarca e da Noruega – 1940 - II GM / Normandia – 06 Jun 1944 |
| Atlântico Norte Estreito de Gibraltar Porto: Lisboa | - A península Ibérica - Ilhas Madeira e Açores | - Expansão marítima portuguesa – séculos XV e XVI - Conquista de Ceuta na África - 1415 - Guerras da Revolução Francesa/Napoleônicas (1793-1815) Batalha do Cabo S. Vicente – 1797. |
| Mar Egeu Estreito de Dardanelos Mar de Mármara Mar Negro Mar Mediterrâneo Oriental Portos: Pireu Istambul | - Interligação do Egeu e do Mediterrâneo ao mar Negro - Cruzamento de Rotas Comerciais entre o Oriente e o Ocidente - Ilha de Creta | - Guerras Greco-pérsicas (492 - 480 a C) Batalha de Salamina – 480 a C - Guerra do Peloponeso (431 - 404 a C) Batalha de Egospótamo – 405 a C - Bizantinos, Arabes e Turcos Batalha dos Mestros – 655 dC Batalha Naval de Lepanto - 1571 - Guerras da Revolução Francesa (1793-1802) |

| | | |
|--|--|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> Batalha do Nilo ou Abouquir – 1798 - Guerra da Independência da Grécia Batalha de Navarino - 1827 - I Guerra Balcânica (1912-13) - I GM / Desembarque em Galípoli – 1914/16 - II GM / Campanhas Navais no Mediterrâneo (1939-45) |
| <ul style="list-style-type: none"> Mar Jônico Mar Adriático Estreito de Messina Mediterrâneo Central Mar Tirreno <p>Portos: Dubrovnik Civitavecchia</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Interligação Atlântico / Mediterrâneo Ocidental - Ilhas Baleares | <ul style="list-style-type: none"> - Gregos, Etruscos, Romanos e Cartagineses - I Guerra Púnica (264 – 241 a C) Batalhas de Milae - 260 a C e Ecnomo – 256 a C - Guerra Civil Romana Batalhas Navais de Naulochus - 36 a C e Ácio - 31 a C - Guerra Ítalo-Austríaca / Batalha de Lissa - 1866- I GM / Campanhas Navais no Mediterrâneo (1914 - 1918) - II GM / Campanhas Navais no Mediterrâneo (1939 - 1945) Ataque Britânico a Taranto – 1940 Batalha Naval de Matapan - 1941 |
| <ul style="list-style-type: none"> Mar Mediterrâneo Ocidental Estreito de Bonifácio Estreito de Gibraltar | <ul style="list-style-type: none"> - Interligação da Europa com a África, a Ásia e o Oriente Médio - Ilhas: Córsega, Sardenha, Malta e Sicília | <ul style="list-style-type: none"> - Ataque de Francis Drake à Cadiz - 1587 - Guerra de Sucessão Espanhola (1702-13) Batalha de Málaga e Gibraltar – 1704 - Guerra de Sucessão Austríaca (1740-48) Batalha de Toulon - 1744 - Guerras Napoleônicas (1803-15) Batalha de Trafalgar - 1805 |
| <ul style="list-style-type: none"> Porto: Barcelona Atlântico Sul Porto: Fortaleza | <ul style="list-style-type: none"> - Corredor marítimo América do Sul / África - São Pedro e São Paulo e Fernando de Noronha | <ul style="list-style-type: none"> - I GM / Divisão Naval em Operações de Guerra – DNOG (1918) - II GM / Brasil – Escoltas e comboios (1942/45) - Crise Brasil - França / Guerra da Lagosta – 1962 |

CONCLUSÃO

O roteiro de uma Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, com passagens por mares interessantes e diversificados e visitas a portos charmosos e de importância histórica, por si só tende a tornar a viagem naturalmente atraente e cativante.

O aproveitamento da oportunidade ímpar de, simultaneamente, se poder percorrer e estudar áreas que serviram de cenário a relevantes acontecimentos históricos é de um valor inestimável.

Para a História Naval, particularmente, tal prática pode se transformar em um especial e proveitoso campo de análise comparativa entre os poderes navais das múltiplas nações que disputaram o domínio dessas áreas ao longo dos tempos.

Esse aprendizado dinâmico, por certo, tende a contribuir satisfatoriamente para a formação humanística e o aprimoramento histórico-cultural não somente dos GM como também dos demais



membros da tripulação do navio-escola em suas viagens de instrução.

Creio assim ter sido, na XX VIGM do NE Brasil em 2006, uma experiência rica e fascinante.

A meu juízo, portanto, a inclusão da História Naval a bordo do NE alcançou os propósitos desejados.

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES “LITTORAL WARFARE”

Aspirante Guilherme Ferreira Murrel Liali



O fim da Guerra Fria foi, provavelmente, um marco na evolução das doutrinas militares tão grande quanto seu próprio advento. O fim da bipolaridade com a ruína da URSS reacendeu conflitos latentes, adormecidos pelo domínio soviético, bem como a ascensão da potência hegemônica, com suas políticas econômicas por vezes agressivas e seu intervencionismo, exacerbado com os desdobramentos subseqüentes ao 11/9, caracterizando a exaustivamente comentada “Guerra contra o Terror”. Estes acontecimentos mudaram profundamente as bases das forças armadas dos EUA e ao redor do mundo. O conflito para o qual elas se prepararam, durante os anos da “Cortina de Ferro”, desapareceu junto com a União Soviética, e uma série de novas ameaças descortinava-se num horizonte próximo. No tocante específico às operações navais e anfíbias, a principal mudança foi a percepção de que tais ações se dariam em ambientes próximos à costa, e alguns fatos já previamente inovações. Exemplificarei alguns deles, mas sem me ater a uma grande gama de detalhes: durante a Guerra do Vietnam, dois contra-torpedeiros norte-americanos que patrulhavam o golfo de Tonkin, região que abriga o grande porto de Haiphon, foram atacados por lanchas lança-mísseis norte-vietnamitas. Os grandes navios-escolta não possuíam recursos específicos para combater tais alvos, relativamente rápidos e difíceis de engajar por sua pequena assinatura radar e

acústica. Os CTs foram projetados, como a totalidade dos escoltas norte-americanos da década de 60, com capacidades otimizadas para a guerra ASW. Hoje em dia, pequenas unidades armadas com mísseis tornam-se cada vez mais comuns em marinhas diversas por serem uma alternativa não-dispendiosa e eficaz para combater alvos de superfície em ambiente litorâneo ou confinado, onde a pouca profundidade e os contornos do relevo contribuem para sua ocultação, ao mesmo tempo em que limitam a eficiência de grandes navios no tocante às manobras e emprego de sensores.



ANFÍBIAS NO SÉCULO XXI: E “FORWARD...FROM THE SEA”



Passando para a década seguinte, nos anos oitenta, logo após a revolução do Aiatolá Khomeini no Irã, pessoal não-combatente é feito refém na embaixada americana em Teerã. Após meses de relações diplomáticas rompidas e de embargo comercial, uma resolução militar foi autorizada pelo então presidente Jimmy Carter, a operação EAGLE CLAW: uma equipe de resgate heli-transportada formada por comandos Delta, com a missão de tomar a embaixada norte-americana, levar os reféns para um aeródromo próximo e extraí-los por aeronave. Problemas no componente tático da missão aérea (8

helicópteros RH-53D Sea Stallion), com falhas mecânicas que tiraram 3 ANVs de combate, e um acidente que culminou com a perda de mais um RH-53 e de um C-130 levaram ao cancelamento do resgate e os reféns só foram libertados meses mais tarde.

Helicóptero RH-53D, do mesmo modelo utilizado na operação EAGLE CLAW. A aeronave da foto está equipada com supressores de calor nas saídas das turbinas e tanques suplementares de combustível.

Outro fato extremamente elucidativo: no final de 1990, os EUA invadem o Iraque para libertar o vizinho Kuwait. Prontamente, foram enviadas três brigadas



Couçaado da classe IOWA, utilizado durante a guerra do golfo para apoio de fogo naval, disparando sua bateria principal de 406mm.



Canhão MK-45 de 127mm, armamento de médio calibre padrão dos escoltas estadunidenses. Em suas últimas modernizações, incorpora granadas guiadas por GPS, assistidas por foguetes e com capacidade de atingir alvos móveis.

expedicionárias de fuzileiros navais para o Golfo Pérsico. Para dar apoio de fogo às operações anfíbias, foi recomissionado um vetusto couraçado, datado da II GM, da classe Iowa (BB-61), possuindo, apesar da idade, uma inigualável capacidade de apoio de fogo naval (bateria principal de 406mm).

Após o fim da guerra, foi novamente colocado na reserva, deixando o apoio de fogo naval a cargo dos canhões MK-45 de 127mm, equipamento-padrão dos escoltas da US Navy, e seus mísseis BGM-109 Tomahawk. Dando um salto para o início do século XXI, a “guerra contra o terror”, proclamada após o 11/9, viu as Forças Armadas estadunidenses numa série de operações não-convencionais, com o

envolvimento de unidades especiais, notadamente as 101ª Div Aeromóvel, 10ª Div Montanha 82ª Div Aerotransportada, além de membros da Força Delta, S.E.A.Ls, Rangers e do onipresente 160ª Special Operations Air Regiment; ao redor do globo simultaneamente e com intervenções muito rápidas, sempre apoiadas por navios-aeródromos e de desembarque de sua Marinha. Tais unidades especiais são caracterizadas pela mobilidade, nível e abrangência de preparação e prontidão, profundidade em que operam no território inimigo, capacidade de coleta, recepção e transmissão de informações, além da capacidade de cumprir missões incompatíveis com forças convencionais ou que necessitariam de efetivos muito maiores.

Todos estes fatos mostram como o aparato militar norte-americano, notadamente sua Marinha e Corpo de Fuzileiros Navais não estavam em sintonia com os novos desafios deste século. No cerne das necessidades observadas, estava o novo foco das operações navais. Durante a Guerra Fria, a US Navy, dentro de sua doutrina de emprego em “águas azuis”, que representa o cenário em mar aberto, onde grupos-tarefa operam em proveito do estrangulamento de rotas comerciais e de abastecimento e de limitar as operações navais do adversário, preparava-se para um enfrentamento com as frotas soviéticas. Neste contexto, os grandes navios-escolta e submarinos nucleares têm maior desenvoltura e eficiência. Contudo, nos casos enunciados, as ações deram-se em ambientes litorâneos, as “águas marrons”, definidas como o cenário de águas restritas ou confinadas, próximas da linha costeira, onde os meios convencionais têm suas capacidades limitadas pelo relevo e pouca profundidade reinante, o que favorece o emprego de pequenos navios e submarinos de propulsão convencional. Os defensores podem lançar mão de inúmeros recursos que não estão disponíveis para o inimigo por estarem baseados em terra: artilharia de costa, apoio de aviação baseada em terra, cobertura radar e antiaérea, linhas logísticas simplificadas e tropas especiais com maior facilidade de desdobramento. Tal cenário envolve mobilização rápida de tropas, apoio aéreo aproximado e de fogo naval e extensa atividade de vigilância, coleta e interpretação de informações e comando e controle de uma miríade de meios em operações combinadas.

Para suplantar as novas exigências, foi promovida uma verdadeira revolução nos equipamentos e, principalmente, nas doutrinas dos componentes

anfíbios da Marinha e do US Marine Corps. Essas mudanças podem ser, grosso modo, sintetizadas em dois conceitos: Forward...from the Sea e, caso das operações navais, o de Littoral Warfare. O primeiro resume as ações anfíbias futuras, seus objetivos e necessidades. Em poucas palavras, prevê o emprego de uma força expedicionária em todo seu apoio logístico, de comando e controle, saúde, aéreo e de fogo advindo de um esquadrão de navios anfíbios e de um grupo de batalha centrado em navio-aeródromo. Além disso, é capaz de levar tropas e equipamentos até uma praia hostil e além, com uma rapidez e flexibilidade sem precedentes, mantendo o corpo principal a uma distância segura da costa (estipulada em 25 milhas náuticas). Tal capacidade repousa sobre a chamada “tríade da mobilidade”: a aeronave tilt-rotor (rotores móveis) V-22 Osprey que congrega a velocidade, autonomia de voo e capacidade de carga de um avião com a versatilidade, capacidade de operar em convãos reduzidos e decolagem vertical do helicóptero; pelo carro-lagarta anfíbio avançado, AAV (advanced armoured amphibious vehicle), que revoluciona o movimento de terra para o mar por ser capaz de ser lançado de um navio a 25m da costa inimiga e de desenvolver velocidades entre 70km/h e 40km/h dependendo do estado de mar, armado com canhão de 35mm, metralhadora 7.62mm e com blindagem mais leve e resistente que seu “irmão” do US ARMY, o M3A3 BRADLEY; e pela LCAC (landing craft air cushioned), embarcação de desembarque sobre colchão de ar, uma espécie de hovercraft pesado, usado para levar material e pessoal até a cabeça de praia com muito mais rapidez que as embarcações de desembarque convencionais, contribuindo para maior agilidade das operações

anfíbias e para a sobrevivência dos navios do esquadrão anfíbio, já que necessitam de menos tempo próximo à costa para desembarcar sua carga.

A capacidade de apoio logístico para períodos superiores a 30 dias é garantida por esquadrões pré-posicionados em algumas bases estrangeiras dos Estados Unidos, contendo grandes quantidades de suprimentos, veículos e armamentos prontos para serem levados a qualquer lugar do mundo, sem depender de portos amigos próximos a área de atuação. A unidade básica de toda a estrutura descrita e uma unidade expedicionária (nível batalhão) com capacidade de operações especiais integrada a um componente aéreo (asa fixa e rotativa), blindados (carros de combate, viaturas) e apoio de fogo (obuseiros, morteiros, mísseis anti-tanque e anti-aéreos), capaz de ser apoiada e desdobrada pelos



A aeronave V-22 OSPREY, outro componente da “tríade da mobilidade”. Notar a configuração híbrida do arranjo asa-motores que revela suas atribuições tanto de ANV de asa fixa como de rotativa



O AAV possui velocidade na água que varia de 40km/h a 70km/h, dando nova dimensão ao movimento do navio para terra e à mobilidade e proteção blindada para as tropas.



A embarcação de desembarque sobre colchão de ar, LCAC. Sua capacidade de carga gira em torno de 68 toneladas



O LCS proposto pela General Dynamics. Cada uma das duas concorrentes construirá dois navios para avaliação. Notar o casco com a moderna configuração de “trimaran”.

navios do esquadrão anfíbio. Estas novas estruturas, que se tornam referência para várias Marinhas, nasceram das necessidades de pronto emprego, flexibilidade, e capacidade de intervir em ocasiões que exijam ações não-convencionais, mantendo a capacidade de emprego clássico dos Fuzileiros Navais: a tomada de praia hostil, iniciando uma campanha naquele território e aguardando sua rendição por outras tropas que avançarão para o interior do teatro de operações. Tais necessidades foram percebidas em inúmeras intervenções, missões de paz e resgate de reféns no pós-guerra fria.

As alterações nas doutrinas de emprego de meios navais foram igualmente profundas. O conceito de Littoral Warfare trouxe o foco das operações navais para as águas marrons (brown waters), costeiras ou confinadas, em detrimento às já consolidadas atribuições de uma Marinha de águas azuis operando nos oceanos, ao longo de rotas comerciais e no embate de outras forças navais. Tais alterações foram alavancadas pelas particularidades do cenário litorâneo, caracterizado pela restrição às manobras (principalmente para submarinos), com múltiplas ameaças, já que uma das

forças envolvidas pode lançar mão de recursos bélicos baseados em terra (artilharia de costa, aviação, embarcações de pequeno alcance e cobertura radar e anti-aérea) e pelas grandes possibilidades de executar ações não-convencionais ou operações especiais, as quais o próprio teatro de operações e as forças envolvidas proporcionam, principalmente em um combate assimétrico (uma delas possui superioridade em meios e quantitativos). Para fazer frente a estas novas ameaças, a US Navy selecionou dois caminhos distintos: modernizar sua força naval atual, adequando-a as novas missões; e adequar seus requerimentos de meios futuros para tais missões. A primeira

alternativa materializa-se na proliferação de lançadores verticais para mísseis Tomahawk, as constantes modernizações nos canhões MK-45, dotação da maioria de seus navios, a modificação de quatro submarinos nucleares como plataformas para operações especiais, com acomodações para pessoal dos SEALs (mergulhadores de combate), equipamentos de infiltração e exfiltração e toda a capacidade de comando e controle. A outra vertente corre no sentido da adequação de seus futuros navios àquelas novas realidades. Símbolo máximo disto é o programa LCS (Littoral Combat Ship, navio de combate litorâneo). Uma concorrência visa selecionar



Representação artística do futuro contra-torpedeiro da classe ZUMWALT. A imagem mostra os navios executando sua missão primária: ataque a alvos terrestres com mísseis de cruzeiro e apoio de fogo naval.



O outro concorrente do programa LCS da US NAVY é o proposto pela Lockheed Martin possui casco mais convencional mas a mesma configuração modular de seu concorrente.

uma embarcação que proporcione a máxima desenvoltura naquele ambiente em particular. Dificuldade de ser detectado pelo espectro eletromagnético ou acústico, capacidade de acomodar tropas especiais bem como dois helicópteros multi-emprego são algumas das principais exigências. Este programa alterou substancialmente o cronograma de construção naval norte-americano, substituindo várias unidades de superfície originalmente planejadas para dotarem sua Marinha num futuro próximo, onde o navio selecionado no programa LCS, bem como o novo contra-torpedeiro da classe Zumwalt (DD-1000) serão os principais meios de superfície, ao lado dos mais antigos CTs da classe Arleigh Burke.

Outras alterações passam por programas visando a construção de lanchas e pequenas embarcações para transporte de tropas e combate em rios e estuários. O armamento naval e sensores também evoluíram, tanto na otimização das armas já existentes como no desenvolvimento de novos sistemas de armas, como o de defesa anti-aérea de reação rápida RAM (rolling airframe missile), que consiste, basicamente, do corpo do míssil AIM-9 Sidewinder com o seeker (sensor de guiagem) por calor do míssil STINGER.

As transformações nas operações navais e anfíbias, apesar de serem relativamente recentes em sua implementação, já davam sinais durante o conflito do Vietnã e ações subseqüentes como missões de paz, intervenções das Nações Unidas, bem como na Guerra das Malvinas e do Golfo Pérsico. As maiores Marinhas do mundo voltam-se cada vez mais para as

novas doutrinas que surgiram na esteira destas experiências e a vanguarda no campo das operações navais estará com aquelas que assimilarem tais mudanças e as aplicarem de acordo com sua realidade. O combate naval aproxima-se do litoral e as forças navais ao redor do mundo preparam-se para dominar essa nova arena.

Bibliografia:
Tom Clancy's Marines
www.navaltechnology.com
Jane's Annuary
www.sistemasdearmas.cjb.net



Atualmente, o principal navio-escolta da US NAVY é o CT da classe ARLEIGHT BURKE, aqui executando transferência de óleo no mar.

“...UM ATO DE DESESPERO...”

*“As Ciências [naturais] não tentam explicar,
mal tentam até interpretar,
elas principalmente criam modelos.”[1]
John von Neumann (1903-1957)
Físico húngaro, naturalizado americano,
criador das bases axiomáticas da Mecânica Quântica*

CMG(Ref) Paulo Roberto Gotaç

O CIENTISTA

O cientista, personagem central do “ato”, é Max Karl Ernst Ludwig Planck[2,3], mais conhecido, entre a comunidade dos físicos e estudiosos de História da Ciência, simplesmente por Max Planck.

Nasceu em Kiel, Alemanha, no dia 23 de abril de 1858, no seio de uma família com forte tradição acadêmica. Seu bisavô e avô exerceram cargos docentes na área de Teologia na famosa Universidade de Göttingen (a de Gauss) e seu pai, Julius Wilhelm Planck, à época de seu nascimento, ocupava o cargo de professor de Lei Constitucional na Universidade de Kiel. Sua mãe, Emma Patzig, era a segunda esposa de Julius e Planck era o sexto filho da extensa família (dois de seus irmãos se originavam do primeiro casamento do pai com Mathilde Voigt) e , quando nasceu, seu pai já passava dos 40.

Crescendo num ambiente cujos valores básicos emanavam de virtudes tais como a cultura, a honestidade, a justiça, a tradição e a generosidade, Planck iniciou seus estudos básicos em Kiel, transferindo-se com a família, em 1867, para Munich, em decorrência da indicação do pai como professor naquela cidade. Datam dessa época, face ao estimulante ambiente cultural e social reinante em Munich, as origens de seu gosto pela música e pelo alpinismo, atividade que praticou por toda sua vida. Lá frequentou o afamado Maximilian Gymnasium e seu desempenho como estudante nunca pôde ser considerado como brilhante, embora fosse um bom aluno, e seus melhores graus fossem invariavelmente obtidos em música e catecismo, merecendo, durante

quase todos os anos, um prêmio de bom comportamento oferecido pela instituição. Não demonstrou grandes talentos para a Matemática e as Ciências, embora não tivesse decepcionado nessas áreas também.

Foi um de seus mestres, mais para o final do curso no Gymnasium, o primeiro a despertar seu interesse pela Física e pela Matemática, ocasião em que ficou verdadeiramente fascinado pelo caráter universal da conservação de energia. Não foi por acaso, portanto, que Planck se tivesse tornado, anos mais tarde, um dos nomes mais importantes para o desenvolvimento conceitual da ciência da Termodinâmica.

Tendo ingressado na Universidade de Munich em 1874, ainda indeciso sobre que carreira acadêmica seguir, foi, conforme reconhece em seus registros autobiográficos, desestimulado pelos seus professores de Física a escolher esta área, sob a alegação de que era uma ciência fechada, sem perspectivas de desenvolvimento, com respostas prontas para todo novo fenômeno, argumento alinhado com a escola filosófica do Mecanicismo, dominante no final do século XIX.

Assim mesmo, felizmente para a Física, Planck a adotou como projeto de vida, guiado, talvez, pela paixão que lhe despertava a independência do mundo exterior em relação às lides humanas e pelo fato de que era possível a formulação de leis capazes de descrever o universo objetivo, linha de pensamento à qual foi fiel durante toda sua vida.

Era costumeiro, à época, entre os estudantes alemães, o trânsito entre as várias Universidades do país. Não foi diferente com Planck. Em 1877, transferiu-se para a Universidade de Berlin, onde teve

como mestres Weierstrass, Helmholtz e Kirchhoff (o mesmo das leis circuitais, a quem, embora admirasse, considerava seco e monótono como professor), dentre outros. Pelo que se pode depreender de informações do período, adotava uma linha independente e autodidata. Consta que a essa altura, já completamente imerso na Física, dedicou-se à leitura intensiva das obras originais de Rudolf Clausius, o grande formulador da Segunda Lei da Termodinâmica. O caráter absoluto desta lei, o fascinou pela sua capacidade de descrever um enorme gama de fenômenos naturais.

Em 1879 (o ano do nascimento de Einstein), Planck retornou a Munich e recebeu seu grau de doutorado, aos 21 anos, com a tese intitulada “Sobre a segunda Lei da Teoria Mecânica do Calor” . Logo após, em continuação à sua qualificação, mediante a apresentação de trabalhos onde consolidou o conceito de entropia, tornou-se professor independente em Munich (talvez a melhor tradução, para o Português, de “Privatdozent”, cargo não remunerado existente nas universidades alemãs, fundamental para ascensão nas carreiras acadêmicas).

Com a morte de Kirchhoff em 1887, a Universidade de Berlin passou a procurar um nome à altura para substituí-lo. Com uma produção científica já bastante extensa, a escolha acabou recaindo sobre Planck que, em 1888, foi nomeado professor de Física Teórica. O ambiente na Universidade era, à época, extremamente favorável à criação científica, pois contava em seus quadros com os melhores e mais ativos estudiosos da Europa. De lá, Planck só saiu para a aposentadoria, em 1927, tendo sua carreira atingido o ponto culminante quando, em 1900, anunciou a famosa fórmula que explicava o espectro de energia da radiação do corpo negro, de caráter revolucionário e origem do “ato”. Por conta desta descoberta, recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1918.

Politicamente, acreditava na verdade do Estado, assinando, em 1914, um manifesto de apoio ao militarismo alemão. Quando, no entanto, os nazistas, na década de 30, assumiram o poder, Planck não aceitou a direção da principal instituição de pesquisa do país, que ainda leva seu nome, sob a legação de extrema politização dos cargos científicos. Embora tenha permanecido na Alemanha durante toda a 2ª. Guerra, passou, naqueles anos, por enormes dificuldades pessoais e profissionais, já que praticamente todos os grandes nomes do cenário científico do país foram obrigados a emigrar. O período

final do conflito foi particularmente dramático para Planck que teve suas propriedades destruídas pelo fogo aliado, sendo um de seus filhos executado pela Gestapo, como suspeito de ter participado de um atentado frustrado contra Hitler, em 1944. Planck faleceu em 4 de outubro de 1947 em Göttingen, aos 89 anos.

O IMPASSE

No período compreendido entre fim do século XIX e início do século XX era acentuada, como ainda se verifica nos dias atuais, a distinção, nas ciências físicas, entre a atividade experimental e a atividade teórica, embora todos os cientistas daquela época, como os de hoje, enfatizassem a necessidade de um intenso diálogo entre os dois campos, considerando-os igualmente importantes para o desenvolvimento da Física.

Na verdade, não foi sempre assim. Um dos mais importantes e influentes filósofos da Ciência, Immanuel Kant (1724-1804), dentro de sua imensa obra, estipulava que a atividade científica era basicamente constituída de formas e conceitos, qualificados de *a priori*, não experimentais, através dos quais, e só através deles, a experiência concreta se manifestava. Sem querer detalhar o pensamento de Kant, o que seria impossível num relato do porte do presente, pode-se afirmar que uma das conseqüências de seu formidável trabalho foi a hierarquização, nas ciências naturais, das atividades experimental e teórica, colocando esta última num patamar superior. Como afirmara o grande Ludwig Boltzmann [4], “... aos experimentais restaria apenas carregar os tijolos, enquanto aos teóricos caberia a tarefa de com eles construir o edifício”.

Mas a produção experimental é mais ágil que a teórica, e, a partir da segunda metade do século XIX, os experimentais passaram a dispor de mais tempo. Assim, entre um carregamento de tijolos e outro, começaram a montar seus próprios edifícios, cujas formas e constituições desafiavam a capacidade de interpretação e explicação dos teóricos, mantendo-os constantemente ocupados.

Um dos resultados experimentais mais importantes da época dizia respeito ao espectro de energia (quantidade de energia, para cada frequência ou comprimento de onda) exibido por um corpo em equilíbrio termodinâmico a uma dada temperatura. Kirchhoff já havia demonstrado que, quando as paredes do corpo emitem (ou absorvem) toda a radiação que com ele interage (o chamado corpo negro

- tão bom emissor quanto absorvedor), o espectro independe da natureza do material emissor (ou absorvedor), dependendo somente da temperatura absoluta.

Por volta de 1898, técnicas experimentais já tornavam possível encontrar materiais cujos comportamentos se aproximavam bastante aos do corpo negro. Daí a determinar os espectros de energia por técnicas especiais, foi um passo. Tal levantamento estava fortemente ligado a nomes de cientistas pertencentes aos quadros da Universidade de Berlin da época em que Planck lá trabalhava. Os resultados podem ser resumidos pelo que está indicado na figura 1.

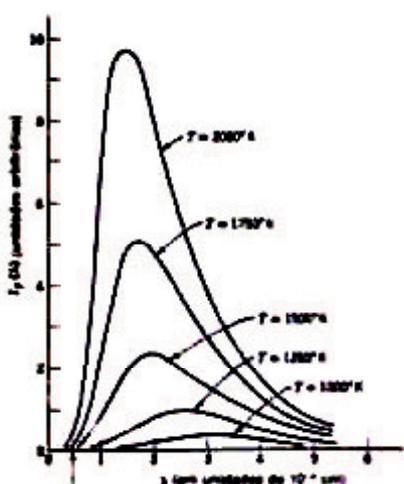


Figura 1 – Distribuição espectral do corpo negro a várias temperaturas absolutas
Fonte: Eisberg (1979) [5]

Nesta figura, o eixo horizontal representa os valores dos comprimentos de onda λ dos vários componentes do espectro e o eixo vertical, a energia $I_T(\lambda)$, emitida pela superfície do corpo negro, por segundo, por 1 cm^2 , para cada comprimento de onda λ , nas temperaturas T indicadas. As áreas sob cada gráfico traduzem a energia total, na temperatura correspondente, para todos os comprimentos de onda e é proporcional à quarta potência da temperatura T , em concordância com outro resultado experimental firmemente estabelecido desde 1879 (Lei de Stefan).

O desafio dos teóricos passou a ser a determinação da forma da função $I_T(\lambda)$, com base nos cânones da teoria física vigente, considerados imutáveis e definitivos no final de século XIX. É evidente que, se a forma de $I_T(\lambda)$ obtida teoricamente concordasse com os fatos experimentais, estariam firmemente

consolidados os princípios da chamada física clássica, que à época, é claro, não era designada por clássica.

Os detalhes da derivação teórica não serão aqui reproduzidos. Alguns aspectos, no entanto, devem ser apontados para não prejudicar o nível de clareza do presente trabalho.

Seja, por suposição, um objeto dotado de uma cavidade que se comunica com o exterior por um orifício de dimensões pequenas comparadas com as da cavidade. A radiação incidente do exterior penetra na cavidade pelo orifício, é refletida continuamente pelas paredes da cavidade, e somente uma pequeníssima parte dela sai de novo por onde entrou, em virtude das dimensões relativas. Assim, o orifício praticamente absorve toda a radiação incidente e pode ser considerado, para efeitos práticos, como um corpo negro. Se, agora, a cavidade for aquecida uniformemente a uma temperatura absoluta T e suas paredes atingirem o equilíbrio termodinâmico com a radiação resultante, parte dela sairá pelo orifício. Como este já foi suposto possuir as propriedades de um corpo negro, será também um emissor perfeito e o espectro por ele emitido fornecerá, para a temperatura, a forma procurada de $I_T(\lambda)$. Ocorre, porém, que, para facilitar o desenvolvimento da modelagem teórica, é mais conveniente o cálculo da quantidade de energia por unidade de volume no interior da cavidade (a chamada densidade de energia), representada por $\rho_T(\lambda)$, proporcional ao valor de $I_T(\lambda)$, com uma constante de proporcionalidade independente de λ e T , fato cuja prova rigorosa não será aqui apresentada. Ou seja: obtido $\rho_T(\lambda)$, obtém-se $I_T(\lambda)$.

Por outro lado, o físico alemão Wilhelm Wien (prêmio Nobel de Física de 1911), trabalhando sobre considerações de Termodinâmica clássica, foi capaz de estabelecer uma fórmula, amplamente confirmada pela experiência, que fornecia, em primeira aproximação, a forma de $\rho_T(\lambda)$. Sua expressão é:

$$\rho_T(\lambda) = \frac{f(\lambda T)}{\lambda^5}$$

Nesta expressão, conhecida como Lei de Wien, $f(\lambda T)$ é uma função do produto λT , a ser determinada pela Física conceitual vigente à época.

Um desenvolvimento teórico, baseado na teoria eletromagnética clássica, capaz de descrever o processo de sucessivas reflexões no interior da cavidade e a determinação, através do emprego de conceitos probabilísticos de distribuição de energia,

devidos a Boltzmann, resultam na seguinte expressão, para $\rho_T(\lambda)$, conhecida como o espectro de Rayleigh-Jeans:

$$\rho_T(\lambda) \propto \frac{8\pi k T}{\lambda^5}$$

O valor obtido confirma a Lei de Wien, com $f(\lambda, T) \propto \frac{1}{\lambda^5} e^{-hc/\lambda kT}$, sendo k , a chamada constante de Boltzmann que surge ao longo da derivação teórica. A figura 2 representa o espectro de Rayleigh-Jeans comparado aos valores experimentais para a temperatura absoluta $T = 1646$ K.

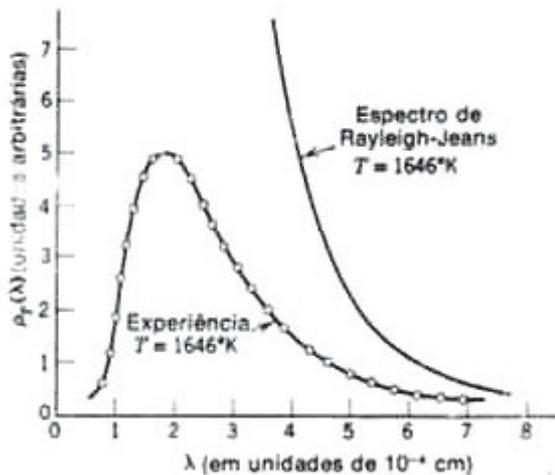


Figura 2 – Comparação dos dados experimentais com o espectro de Rayleigh-Jeans
Fonte: Eisberg (1979)

A enorme discrepância entre os dois gráficos, principalmente na região dos pequenos comprimentos de onda (altas frequências), criou um impasse na Física do final do século XIX. Havia alguma inconsistência básica nos seus princípios; fato grave, pois provavelmente as fundações teriam que ser revistas. Não seria, por exemplo, a propagação da energia eletromagnética radiante, pelo menos para as altas frequências, melhor representada se fosse reexaminada a imagem do transporte ondulatório ocupando continuamente todo o espaço?

O fracasso do modelo clássico ficou conhecido como “a catástrofe do ultravioleta”, por ser notável nas frequências altas (ultravioleta).

“...UM ATO DE DESESPERO”

A solução para o impasse veio de onde menos se esperava: através de uma hipótese ousada, quase um sacrilégio para os cânones da Física vigente,

formulada pela primeira vez ao longo de uma palestra proferida a 14 de dezembro de 1900 por Planck, um cientista pouco afeito a grandes mudanças e rupturas, como se pode depreender do rápido perfil biográfico já apresentado.

Seu teor é o seguinte:

“Qualquer entidade física cuja “coordenada” executa oscilações harmônicas simples (campos elétricos e magnéticos senoidais – radiação – p.ex.) possui somente energias cujos valores são múltiplos inteiros da quantidade $h\nu$, onde h é uma constante universal e ν é a frequência da oscilação”

Ou seja: os valores “permitidos” da energia E , para cada frequência ν , são expressos por:

$$E = nh\nu, \text{ com } n = 1, 2, 3, \dots$$

Assim, por exemplo, o valor de energia $E = \frac{3}{2}h\nu$ é proibido.

Onde está a ousadia? Exatamente no fato da energia da oscilação possuir somente valores discretos (“quantum”), ao contrário do que estabelecia o eletromagnetismo clássico segundo o qual os valores de energia apresentam uma gama contínua de valores. Tal distinção é ilustrada na figura 3.

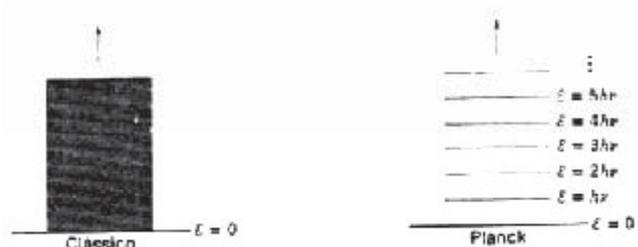


Fig. 3 – Diagrama dos níveis de energia de um oscilador simples (à esquerda) e de um oscilador simples que obedece a hipótese de Planck (à direita).
Fonte: Eisberg (1979)

A introdução da hipótese quântica no desenvolvimento teórico (basicamente a substituição de uma integral por um somatório no cálculo da energia média), cujos detalhes não serão aqui apresentados, resultam na seguinte expressão para $\rho_T(\lambda)$:

$$\rho_T(\lambda) \propto \frac{8\pi hc}{\lambda^5} \frac{1}{e^{hc/\lambda kT} - 1}$$

onde c é a velocidade de propagação das oscilações eletromagnéticas no vácuo (uma

constante). Esta expressão também satisfaz a Lei de Wien, com. $f(\lambda, T) \propto \frac{8\pi^5 hc^2}{15} \frac{1}{\lambda^5} e^{-hc/\lambda kT}$

A impressionante confirmação da radiação de Planck com dados experimentais, para $T = 1646\text{ K}$ (na verdade, para qualquer temperatura), é esquematizada na figura 4. O ajuste dos pontos com a curva teórica permite determinar o valor da constante h , que passaria, a partir daí, a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento subsequente da teoria quântica.

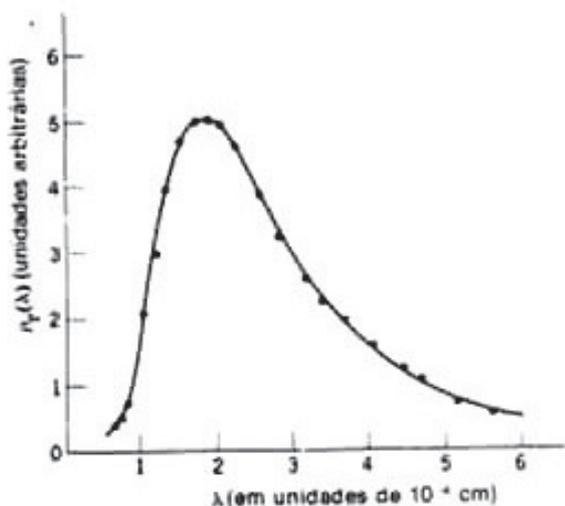


Figura 4 – Comparação do espectro de Planck com dados experimentais. A curva representa o resultado teórico e os pontos os resultados experimentais para $T = 1646\text{ K}$
Fonte: Eisberg (1979)

Ao formular sua hipótese, Planck abria uma pequena fresta para um mundo que nem ele imaginava tão revolucionário. Na verdade, seu objetivo não era revolucionar, embora tenha compreendido que a lei de radiação recém-descoberta continha informações novas sobre os princípios básicos da Física. Nos meses que se seguiram ao anúncio, Planck procurou com denodo deduzir sua fórmula a partir da Física vigente, recusando-se a considerá-la como a semente de uma concepção inteiramente nova e que iria, alguns anos mais tarde e nas mãos de outros cientistas, desencadear a maior revolução nos princípios básicos daquela ciência desde Galileu.

Tais tentativas obsessivas culminaram com sua

interpretação, baseada em princípios estatísticos devidos a Boltzmann, da segunda lei da Termodinâmica, que, segundo ele, conduziria a um resultado equivalente à sua hipótese. Em uma carta escrita aproximadamente um ano após o seu anúncio, Planck sintetiza a situação[2]:

“... todo o procedimento foi um ‘ato de desespero’ porque uma interpretação teórica teria que ser encontrada, não importando quão alto fosse o preço”

Tal atitude talvez tenha contribuído para a relutância da comunidade científica em aceitar com rapidez as concepções novas que a hipótese trazia consigo.

CONCLUSÃO

Apesar de Planck ter formulado a lei da radiação, com características absolutamente inovadoras, seu papel no desenvolvimento subsequente da Física quântica foi irrelevante, pois sua grande busca, na verdade, era enquadrar o sacrilégio nos cânones.

Coube inicialmente a Einstein, em 1905, compreender o caráter fundamental dos quanta de energia e estabelecer resultados até então inexplicáveis dentro do conteúdo da Física, como o efeito foto-elétrico, trabalho que lhe valeu o Prêmio Nobel de Física em 1921. Einstein foi o primeiro a compreender que o caráter descontínuo da luz (radiação) constituía um fato fundamental cuja explicação não se encontrava dentro do esquema clássico.

Durante o período de 30 de outubro a 3 de novembro de 1911, reuniram-se em Bruxelas, sob os auspícios do riquíssimo industrial Belga Ernest Solvay, os maiores nomes (cerca de vinte) da Física da época, a fim de discutir os aspectos revolucionários que estavam influenciando os seus pilares fundamentais. Quase a totalidade já havia sido agraciada com o Prêmio Nobel e outros iriam recebê-lo nos anos seguintes. O mais jovem era Einstein, que contava com 32 anos. Numa de suas cartas relatando suas impressões sob o congresso, declara, sobre Planck [6]:

“Conseguí convencer Planck a admitir um bom número de minhas idéias por ele repelidas há anos. Trata-se de um homem dotado de uma honestidade inata e que pensa nos outros antes de pensar em si próprio.”

As idéias às quais Einstein se referia tiveram inspiração na hipótese da radiação de Planck.

Referências Bibliográficas

1. BOLTZMANN, L. Acerca da Mecânica Estatística. Palestra proferida por Boltzmann no Congresso de Ciências de St Louis, EUA., em 1904. Trad. por Sílvio R. Dahmen, do Instituto de Física, UFRGS, na Revista Brasileira de Ensino de Física, V. 28, no. 3, jul-set. 2006.
2. DAMOUR, T. Si Einstein M'Etait Conté., Paris, Le Cherche Midi, 2005.
3. EISBERG, R.M. Fundamentos da Física Moderna, Rio de Janeiro, Guanabara Dois, 1979.
4. O'CONNOR, J.J.; ROBERTSON, E.F. Max Karl Ernst Ludwig Planck. 18/01/2007. Disponível em: <<http://www-history.mcs.st-andrews.ac.uk/Biographies/Planck.html>>
5. SELLERI, F. Le Grand Débat Sur La Théorie Quantique. Paris, Flammarion, 1986.
6. VON NEUMANN, J. Collected Works, vol VI, Pergamon, Oxford, 1979.



Centro de Análises de Sistemas Navais



O Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), criado em 1975, é uma organização militar da Marinha do Brasil (MB) subordinada ao Estado-Maior da Armada e integrante do Sistema de Ciência e Tecnologia da Marinha. Tem como propósito contribuir para o aprimoramento do processo decisório e do emprego de meios e sistemas da MB. Para tanto, faz extenso uso da Pesquisa Operacional, da Análise de Sistemas, da Engenharia de Sistemas, da Informática, da Estatística e das tecnologias que asseveram segurança à informação, tais como a Criptologia.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos pelo CASNAV, destacam-se: a Avaliação Operacional de Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais; o Sistema Simulador de Guerra Naval - SSGN; o Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo - SISTRAM; o Sistema de Planejamento Operacional Militar - SIPLOM; Sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos e Sistemas Criptográficos.

O CASNAV tem como seus principais clientes na MB: o EMA, o ComOpNav, a EGN, a CAdM, a DTM e o COMCONTRAM. Dos clientes extra-MB, destacam-se: o Ministério da Defesa, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Centro de Excelência e Gestão Empreendedora

A obtenção da certificação ISO 9001: versão 2000 nos seus processos finalísticos, e o reconhecimento na Faixa Bronze do Prêmio Nacional de Gestão Pública, têm demonstrado a qualidade dos seus serviços e produtos. A manutenção de um índice de satisfação dos clientes superior a 90% nos últimos dois anos, corrobora nosso esforço pela qualidade.

Contatos

Praça Barão de Ladário s/n - Iha das Cobras - Ed. 8 do AMRJ - 3o andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20091-000

Tel: (21) 2178-6386 (Divisão de Relacionamento com o Cliente)

Fax: (21) 2178-6332

e-mail: info@casnav.mar.mil.br

internet: www.casnav.mar.mil.br

A SOCIEDADE BRASILEIRA

Guarda- Marinha Alexandre Lopes de Abreu

Para se delinear a atual configuração de nossa sociedade, faz-se necessário remontarmos às priscas épocas onde a formação social brasileira se deu por intermédio de um processo de amalgamento de raças e culturas, em especial nos séculos XVI, XVII e XVIII. Na busca das raízes da formação nacional, vamos ao encontro de três povos, principalmente, - português, indígena e africano - cujas culturas complementares conferem um caráter particular à sociedade nacional. Deve-se mencionar, também, os processos imigratórios estrangeiros que deram uma configuração especial ao povo brasileiro. Em uma nação de proporções continentais, é extremamente difícil definir a cultura, pois a mesma varia a cada região que tem sua peculiaridade oriunda dos processos históricos ocorridos. Procuraremos delinear esse processo dissertando sobre o tema exposto, dividindo-o em fases distintas de acordo com a nossa História.

Para começar, trataremos de expor o início de tudo, com a colonização portuguesa. Por intermédio da idiossincrasia de Gilberto Freyre, que aborda de modo profícuo o estruturamento das características de nossa sociedade, partimos de um traço aparentemente ingênuo dos portugueses vindos ao Brasil: a rusticidade. Fato este evidenciado pela estirpe dos primeiros a chegar aqui para estabelecer a dominação portuguesa, face à crise do comércio das especiarias, pois Portugal necessitava de novas formas de obtenção de riquezas para o sustento da sua dispendiosa corte. Esses portugueses eram da pior espécie, na sua maioria bandidos que procuravam refúgio em solo brasileiro, assim como outros europeus que vieram para cá, como os franceses de Villegagnon que foram retirados das cadeias francesas devido à indisponibilidade de cidadãos distintos que se dispusessem a tal empreitada. As condições daqui eram muito diversas das européias, o clima tropical, de calor insuportável, somado ao terrível incômodo dos mosquitos e condições selvagens de sobrevivência, eram grandes empecilhos ao estabelecimento da colonização para a extração do pau-brasil e, mais tarde para o estabelecimento da empresa açucareira. O não

interesse inicial de Portugal pelo Brasil, devido à não localização de metais preciosos à primeira vista, deu margem a invasões estrangeiras em busca da valiosa madeira que dava origem à tinta escarlate, tão estimada pela Europa.

A não existência aqui de uma sociedade organizada, como na América Espanhola, e sim de índios que viviam em sistema de comunidade primitiva, foi fator gerador de descontentamento português pelo fato do não conhecimento dos nativos de qualquer técnica de mineração. Um traço típico da convivência entre os indígenas, que definitivamente não herdamos, foi a não diferença entre os seus membros. Todos eram iguais. Homens e mulheres tinham seu papel definido e se completavam mutuamente. O parentesco, base da estrutura e da organização social do índio, podia ser patrilinear (considerados parentes apenas por laços paternos) ou matrilinear (laços maternos) ou, ainda, bilateral. Havia principalmente um respeito total à liberdade individual.

“Desde o século XVI os camponeses de Portugal vêm trazendo para o Brasil uma riqueza de lendas, e através deles mais do que através dos eruditos ou dos homens de educação muito fina, é que os valores místicos ou populares dos índios e dos negros foram assimilados pelos portugueses da América, e tornaram-se, afinal fonte para uma nova cultura: a cultura brasileira de origem principalmente lusitana, com fortes elementos ameríndios e africanos”. (Freyre, 1947, p.72).

O povoamento se fez a partir do litoral. Em toda costa os europeus geraram uma legião de mestiços; a expansão do domínio português terra adentro, na constituição do Brasil, é obra dos mamelucos. A miscigenação com os indígenas se deu devido, principalmente, ao único interesse de Portugal para com o Brasil, o de explorar suas riquezas naturais. Assim, homens portugueses almejando enriquecer se lançavam ao mar em busca de novas perspectivas. A cultura indígena naturalista somada ao clima tropical fez as relações estreitarem com mais facilidade. A poligamia permitida na sociedade indígena facilitou, no início, a obtenção de mão-de-obra para a extração do pau-brasil. Se o português, ou europeu, se

relacionasse sexualmente com uma moça indígena, passava a ter sogro, sogra, genros, etc. Assim, contrariamente ao que se diz, o sabido do português conseguia pôr milhares de índios a serviço dele. E da união das índias com os europeus nasceu uma gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil.

Uma sociedade de passado colonial e de solo oligárquico. As relações estabelecidas inicialmente foram fundamentais para a atual conjuntura. A relação entre Metrópole e Colônia é o cerne da herança de uma sociedade patriarcal em que vivemos atualmente. Para o estabelecimento da cultura canavieira voltada para a exportação a natureza do Nordeste deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas sobre outras, do pequeno grupo de homens brancos – ou oficialmente brancos – donos dos canaviais. A sociedade colonial como um todo era o reflexo da estrutura econômica escravista. Nesta sociedade a mulher, assim como os escravos e os demais da casa, além de subordinada ao homem (senhor de engenho), era considerada um ser inferior. Foi neste Nordeste híbrido em que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que, junto com as africanas e indígenas, constituíram aquele Brasil profundo, que hoje se sente mais brasileiro, segundo Gilberto Freyre.

Os ingleses e holandeses foram, efetivamente, os primeiros ocupantes e exploradores das riquezas naturais do Amazonas, as chamadas drogas do sertão. No final do século XVI, os holandeses e os ingleses fundaram ali algumas feitorias e organizaram fazendas para cultivar alguns produtos, inclusive cana-de-açúcar e tabaco. O cultivo desses produtos, embora pequeno, é prova incontestável da intenção daqueles estrangeiros em se fixar no Amazonas.

Há nessa época um progresso urbano que era ocorrência nova na vida brasileira, e que ajuda a melhor distinguir os processos colonizadores de “flamengos” e portugueses. Ao passo que, em todo o resto do Brasil, as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana “vivia por si”. População cosmopolita, instável, de caráter predominantemente urbano, essa gente ia se apinhar no Recife, estimulando, assim, de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenho e a cidade, entre o senhor rural e o mascate, divisão que encheria, mais tarde, quase toda a história pernambucana. O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em

verdade, mais uma justificativa para a opinião, hoje corrente entre alguns antropologistas, de que europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. Ao contrário do que sucedeu com os portugueses, o holandês não entrou em contato íntimo e freqüente com a população de cor e indígena. O que não impediu os holandeses de aprender toda a cultura da cana para depois dominar todos os processos até a distribuição do açúcar nos mercados europeus sem necessitar de intermediários, aumentando assim seus lucros.

Um dos primeiros núcleos povoadores surgiu em São Paulo. A população paulista dos primeiros tempos vivia numa economia de subsistência onde o regime de trabalho, voltado para o sustento, e não para o comércio, era quase o mesmo da aldeia tribal. Em suas andanças, os paulistas foram aumentando o tamanho do Brasil. Na esperança de encontrar minérios, eles buscavam no fundo das matas a única mercadoria que estava ao seu alcance: os indígenas. Os bandeirantes partiam de São Paulo levando mais de duas mil pessoas. Eram homens e mulheres, famílias inteiras de mestiços que iam fazendo roça de milho e feijão pelo caminho, fundando vilarejos, caçando e pescando para comer. Eles ignoraram as fronteiras portuguesas para aprisionar os habitantes da terra e depois vendê-los como escravos aos engenhos do nordeste. E não pouparam sequer os índios convertidos à fé católica que habitavam as missões jesuíticas do sul do país e do Paraguai. Com a destruição das missões jesuíticas do Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII, o gado criado naquelas reduções ficou abandonado e passou a viver sem dono e a se reproduzir livremente nos extensos campos entre Curitiba e Rio Grande do Sul. As condições físico-geográficas favoráveis e a abundância de gramíneas e leguminosas facilitaram a proliferação dos rebanhos e possibilitaram a ocupação da região com as instalações de fazendas de gado.

No final do século XVII, a descoberta de ouro pelos paulistas nas terras do interior mudou os rumos do Brasil Colônia. Em menos de dez anos, chegaram à região das Minas mais de 30 mil pessoas, vindas de todo país. Eram paulistas, baianos, senhores de engenho falidos, e principalmente, escravos. A economia mineira abriu também um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia. Dadas suas características, a economia mineira brasileira oferecia possibilidades a pessoas de recursos limitados, pois não se exploravam grandes minas – como ocorria com a prata no Peru e no México – e sim o metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios. Não

se conhecem dados precisos sobre o volume da corrente emigratória que, das ilhas do Atlântico e do território português, se formou em direção ao Brasil no correr do século XVIII. A mineração desbancou a indústria açucareira, que era então a principal atividade econômica, e alterou profundamente o aspecto rural e desarticulado do país. Até então, os brasileiros viviam isolados uns dos outros devido às grandes distâncias. Mas a rede de intercâmbio comercial que começava a se formar entre as capitanias daria uma bela base econômica à unidade nacional com a transferência da sede do governo de Salvador para o Rio de Janeiro, devido à proximidade do estado de Minas Gerais. A sociedade estava estruturada nos moldes da fazenda – da casa-grande e da senzala – vivendo ao redor do senhor de engenho. O açúcar começava a sofrer, então, concorrência das Antilhas, levando à bancarrota a empresa açucareira nordestina.

No começo da exploração das minas muitos morriam de fome com ouro nas mãos, já que não existia o que comer. Não havia infra-estrutura para dar suporte à explosão demográfica originada pela corrida do ouro. Assim dá-se o surgimento da classe média na sociedade brasileira, formada por comerciantes, artesãos, ferreiros, carpinteiros e artistas, criando os prestadores de serviços. Mulatos e negros libertos conseguiam comprar sua liberdade nas terras ricas em ouro e em diamante, também se inseriam nessa nova classe social. Os tropeiros, em particular, garantiam a sobrevivência vendendo comida e panos de algodão. A mineração nas minas transformou o gado do Sul numa mercadoria economicamente rentável para os paulistas tropeiros. Além da importância do couro para uso da população, o gado servia como meio de transporte e tração, em substituição ao trabalhador escravo índio ou negro. Atraídos pelo ouro, muitos deles acabaram se fixando no cruzamento das rotas de comércio e estabeleceram as primeiras povoações. Desse modo abriram caminho para a ocupação do interior do país.

Nesse contexto, uma grande mudança aconteceu na vida cultural e no desenvolvimento intelectual da sociedade, que foi decisivo na história da colônia. Devido aos estudos superiores serem proibidos no Brasil, muitos senhores endinheirados mandavam seus filhos para estudar em universidades européias, principalmente em Coimbra entrando, assim, em contato com as idéias filosófico-liberais dos iluministas europeus e as trouxeram para o Brasil,

incrementando a vida intelectual, política, administrativa e científica no século XVIII e parte do XIX. Com essas novas idéias, pôs-se a questionar os profundos contrastes sociais e a dominação portuguesa, surgindo movimentos libertários em muito influenciados também pela independência dos Estados Unidos.

No início do século XIX, acontecimentos na Europa vieram a influenciar diretamente na vida da colônia. A Revolução Industrial promoveu o recrudescimento da secular disputa hegemônica entre França e Inglaterra, agora marcada pela disputa por mercados consumidores. A guerra entre as duas potências era inevitável. A não adesão de D. João ao bloqueio continental imposto por Napoleão à Inglaterra tornou iminente a invasão francesa ao território lusitano. Assim, assessorada pela Inglaterra, a Corte portuguesa transfere-se para o Rio de Janeiro, que se modificou em muito com a instalação da mesma. Modernizou-se e transformou-se num centro social, político e econômico que atraía pessoas de diferentes camadas sociais. Os hábitos e costumes se alteraram. Elementos da aristocracia rural e das classes médias endinheiradas, ávidos por mostrar importância e status, passaram a morar no Rio de Janeiro. O luxo e a ostentação começavam a caracterizar o comportamento das camadas ricas, que passaram a se vestir de acordo com os modelos europeus, a habitar ricos palacetes e a se cobrir de jóias importadas.

O aumento das despesas, oriundo da presença da Corte portuguesa no Brasil, acarretou crescente tributação sobre a população brasileira, o que, somado ao anseio de liberdade política e às dificuldades econômicas vivenciadas pelo Nordeste e pela região das minas devido ao declínio da mineração, acelerou ainda mais o processo de independência, que já se havia iniciado com o fim do pacto colonial quando houve a transferência da família real para o Brasil. Como o processo de independência foi dirigido pela aristocracia, sem a participação da grande massa da população, o fim do período colonial não implicou mudanças nem na estrutura produtiva nem na sociedade brasileira. A oficialização da independência foi acompanhada da manutenção não somente da dependência econômica, livre, sem dúvida, das amarras do pacto colonial, como também das estruturas de predomínio socioeconômico e político da aristocracia rural e da subjugação da grande maioria dos brasileiros aos interesses dessa elite. Houve sim uma transferência das obrigações do Brasil

com Portugal para a Inglaterra. Vale lembrar que a instituição escravista permaneceu intocada.

Ao iniciar-se o período republicano, durante anos viveu ainda patriarcado semi-escravocrata e república federativa quase tão simbioticamente como outrora patriarcado escravocrata e império unitário. Várias sobrevivências patriarcais ainda hoje convivem com o brasileiro das áreas mais marcadas pelo longo domínio do patriarcado escravocrata-agrário e mesmo pastoril – e mesmo afetado pela imaginação neo-européia ou pela industrialização da vida nacional brasileira. O Brasil só se tornou independente com a abolição da escravatura, ao menos no papel. Emancipados, mas sem a terra que cultivaram por quase quatro séculos, os ex-escravos abandonaram as fazendas e logo descobriram que não podiam ficar em nenhum lugar. A maior parte dos escravos concentrou-se na periferia das cidades. Se por um lado a Lei Áurea legitimava a libertação do negro, por outro o abandonava à própria sorte. Sem reais condições de auto-sustento, sem possibilidades de se instruir profissional e intelectualmente, a maioria dos negros não tinha e ainda não tem condições de concorrer com o branco no mercado de trabalho. Daí a perpetuação de sua marginalização e de sua submersão no universo da mão-de-obra não-qualificada, vítima que é da competição desigual. E dessa forma se formou a atual configuração das favelas, devido à não existência de um programa para receber essa nova classe, não havia uma infraestrutura para absorver essas pessoas que não tinham onde morar e onde trabalhar. Então, as encostas não habitadas dos morros circundantes às cidades foi a solução encontrada, pois além da proximidade com o centro urbano eram lugares onde eles não haveriam de pagar impostos.

Na segunda metade do século XIX, o café foi o fator responsável pelas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil. Reintegrou a economia brasileira nos mercados internacionais, contribuiu decisivamente para o incremento das relações assalariadas de produção e possibilitou a acumulação de capital que, disponível, foi aplicado em sua própria expansão e em alguns setores urbanos como a indústria, por exemplo. A empresa cafeeira foi estruturada no mesmo modelo da empresa açucareira, isto é, na grande propriedade monocultora e escravista. A crescente expansão da lavoura cafeeira se deu por diversos fatores como: crise da empresa açucareira com a concorrência Antilhana; sua

instalação exigiu um montante de capital inferior ao exigido na montagem da empresa açucareira, já que os equipamentos usados eram mais simples e menor sua necessidade de reposição; aumento do consumo de café nos mercados da Europa e dos Estados Unidos; e disponibilidade de mão-de-obra escrava desde a desagregação da economia mineradora e de abundantes tropas de mulas que foram utilizadas como meio de transporte do produto até os portos de embarque. Com a extinção do tráfico negreiro, a expansão cafeeira esbarrou em um sério problema de mão-de-obra. A extinção do tráfico decorreu, em grande parte, de exigências inglesas, já que a Inglaterra – berço da Revolução Industrial – se opunha à escravidão porque estava interessada em transformar o negro em consumidor dos produtos industrializados em suas fábricas. Para os cafeicultores tornou-se urgente buscar uma solução para o agravamento da carência de mão-de-obra após a eliminação da fonte africana. A solução encontrada foi o incremento da imigração estrangeira. Já no final do século XIX, a crise de desemprego que ocorreu na Europa trouxe para o Brasil sete milhões de imigrantes. Os europeus se fixaram principalmente em São Paulo e no sul do país, onde renovaram a vida local e promoveram o primeiro surto de industrialização do país. Por intermédio de diversas formas que ora encontravam entraves nos produtores de café, ora na intensa exploração dos estrangeiros, o governo trouxe imigrantes italianos, suíços, alemães, poloneses e até japoneses que tornaram a cultura brasileira uma grande miscelânea até os dias de hoje.

Apesar dos percalços ocorridos no processo de configuração da sociedade moderna brasileira, o Brasil é um país de dimensão continental que vive sob a égide do mesmo idioma, que é de extrema importância para sua unidade nacional. A integração da população também é advinda desse fator. O Brasil soube absorver todas as peculiaridades de cada povo sem afetar sua configuração territorial. Tornou-se o resultado da soma de todas essas raças distintas que aqui foram acolhidas. Em todo o país fala-se uma mesma língua, só diferenciada por sotaques regionais, diferentemente de outras nações, de grande dimensão territorial, como Índia e China onde são falados centenas de dialetos. Assim, concluindo, mais do que uma simples etnia, o Brasil é um povo nação, assentado num território próprio para nele viver seu destino.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO CAPITAL INTELECTUAL

CT (T) Andréa Paula Fernandes Delduque

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo comprovar a existência de portadores de altas habilidades (PAH) inseridos nas escolas de ensino regular, com ênfase nas escolas de formação militar, foco de nossa pesquisa e, a partir de então, apresentar uma proposta de trabalho educacional que vise ao desenvolvimento pleno de suas habilidades ou talentos. Apresentando metodologia pioneira, tendo por fundamentação as premissas preconizadas pelo Ministério da Educação (MEC), os PAH foram identificados na Escola Naval (EN) e tiveram sua existência comprovada. Consideramos as seguintes características num sujeito para que seja identificado como PAH: a) habilidade acima da média; b) persistência com a tarefa; e c) criatividade¹. Tais características devem, necessariamente, ser observadas em três grupos sociais primários distintos: escola, família e grupo de amigos. A partir de então propusemos a adoção de metodologias de ensino diferenciadas para o atendimento educacional dos PAH, a fim de permitir que os futuros oficiais da Marinha do Brasil (MB) apresentem maior rendimento no desempenho de suas missões, em funções de chefia e comando ou como membros de equipes de projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) desenvolvidos nos grandes centros de excelência em pesquisa e produção de CT&I da MB, considerando, portanto, a dimensão estratégica do Capital Intelectual dos indivíduos PAH.

1 - CARACTERÍSTICAS DO PORTADOR DE ALTAS HABILIDADES

Concordamos que existem “diferentes formas de expressão da inteligência” (METRAU, 2000, p.45) e “não múltiplas inteligências”, sendo necessário, pois, perceber a *inteligência em ação*.

A definição “portadores de altas habilidades” não se restringe às capacidades intelectuais/acadêmicas, mas amplia as possibilidades da manifestação de

talentos acima da média nas várias áreas da produção humana. E, desde meados da década de 70, já não mais se admite que a avaliação diagnóstica deste grupo de indivíduos portadores de características especiais seja realizada com base, apenas, em testes psicométricos, dissociada do contexto histórico-socioeconômico-cultural onde esses estão inseridos.

De acordo com esta linha de pensamento, Sternberg (1986) concebeu a *Teoria Triárquica da Inteligência* que considera não somente o meio social (externo), mas também o meio interno do indivíduo e a inter-relação entre os dois. Os estudos deste pesquisador apontaram para uma série de tipos de habilidades, além das cognitivas, como a capacidade social (que ele chamou de inteligência social ou prática), que possuem diferentes expressões e intensidades.

Continuando os estudos sobre o tema, sob a mesma perspectiva considerada, a teoria proposta por Renzulli (1985), com o título de “o Modelo dos Três Anéis”, apresenta-nos as três características significativas manifestas pelos portadores de altas habilidades, que os distinguem de seus pares ditos “normais”:

a) capacidade acima da média: comportamentos observados que atestam seus “traços superiores” em relação à média do grupo, em qualquer área do saber ou fazer (*savoir-faire*);

b) criatividade: traços criativos (com traços de *inovação*) expressos de diversas maneiras (em atividades artísticas, desportivas, acadêmicas etc); e

c) envolvimento com a tarefa: comportamentos que expressam interesse, determinação, dedicação, persistência e motivação, enfim, nas atividades realizadas.

2 - A EXISTÊNCIA DE PORTADORES DE ALTAS HABILIDADES NA MARINHA DO BRASIL

Iniciamos nosso trabalho realizando uma série de palestras junto aos “quartos” (sinônimo de turmas ou classes) na EN, aos docentes e militares que atuavam diretamente com o Corpo de Alunos (oficiais do Comando do Corpo de alunos – COMCA), com o

propósito de *ensinar a este público a reconhecer as características que compõem o espectro daquelas entendidas como as características básicas identificadoras de sujeitos PAH*. Deste modo, trabalhamos com os respondentes “companheiros” (pares dos alunos PAH posteriormente reconhecidos), “colégio” (docentes e oficiais do COMCA), para mais adiante realizarmos a nossa pesquisa também com o respondente “família”.

Num primeiro momento, os alunos (doravante chamados Aspirantes) aprenderam a reconhecer as características manifestas nos PAH e preencheram um questionário construído com este propósito, a partir do qual foi selecionado um grupo de indivíduos que passaram pela avaliação dos docentes. Este grupo selecionado pelos respondentes “companheiros” e pelo respondente “colégio” foi observado quanto ao seu rendimento acadêmico e nas variadas formas de manifestação da inteligência (artística, lingüística, lógico-matemática etc) – achamos por bem esclarecer, neste momento, que procuramos abordar a inteligência como um conjunto de habilidades, unidas às experiências anteriores e à capacidade do indivíduo em interpretá-las e adotar as condutas mais apropriadas/produtivas, quer fossem pré-estabelecidas e aceitas pelos padrões da sociedade vigente, quer fossem inovadoras e questionadoras desta sociedade. Na verdade, nos importava perceber se os sujeitos PAH nitidamente manifestavam um comportamento capaz de propor soluções para os problemas que se apresentavam a cada momento, de maneira a tentar solucioná-los de maneira exequível e, preferencialmente, inovadora. E se suas capacidades acima da média do grupo eram percebidas por todos os respondentes: companheiros, escola e família. É interessante observar que, mesmo sendo este modelo o preconizado pela legislação vigente no país, não temos notícia do registro de utilização de metodologia semelhante realizada anteriormente.

Após a seleção de um grupo de Aspirantes supostamente PAH (de acordo com a avaliação dos três respondentes anteriormente citados), enviamos a listagem destes sujeitos ao Serviço de Seleção de Pessoal da Marinha (SSPM), que atua como o grande órgão de excelência em psicologia na MB, extrapolando os limites da seleção de pessoal. Depois de um período de troca de informações entre esta pesquisadora e o SSPM, obtivemos os dados dos exames psicométricos realizados pelos sujeitos selecionados em nossa amostragem, e estes *ratificaram a identificação anterior: 99% da amostragem pré-selecionada*, com nosso método pioneiro,

apresentou capacidade acima da média estabelecida pelo “ponto de corte” dos exames psicométricos, notadamente na área da inteligência geral (sem contar com as diferentes habilidades apresentadas por estes sujeitos nas variadas formas de manifestação da inteligência, também reafirmadas em sua grande maioria percentual).

Faz-se mister registrar que não pensamos que estes dados que ratificam a existência de sujeitos PAH inseridos em classes regulares de ensino sejam “exclusividade” de escolas militares, como os que aqui se apresentaram na EN – pensamos que a realidade das escolas brasileiras, de maneira geral, não seja muito diferente – mas, na verdade, nos faltam dados específicos que corroborem o que ora aqui foi suposto em projeção, já que são tão raros em nosso país quanto as instituições de nível de ensino superior que formam pessoal especializado no atendimento a esta clientela. Fato é que não podemos “fechar os olhos” a este *Capital Intelectual*, o que poderia ser entendido como verdadeiro desperdício de imensa fonte de “propulsão” ao desenvolvimento científico, tecnológico e social do país, por conseguinte, a partir da excepcional contribuição qualitativa, diferenciada e necessária que estes indivíduos poderiam apresentar, alavancando o progresso não somente dos seus pares mais próximos, mas também da sociedade brasileira de maneira geral – sendo esta considerada a *dimensão estratégica do Capital Intelectual dos indivíduos PAH*.²

3 - A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DOS PAH NAS FORÇAS ARMADAS

Sabemos que, de maneira geral, é basicamente da Educação que depende o desenvolvimento de um país, notadamente o desenvolvimento daquelas regiões e países que ainda estão “em vias de”. Não apenas de suas riquezas naturais ou científico-tecnológicas de maneira geral, mas sim *da capacidade de seu povo em aproveitar os recursos existentes*, dentro da realidade que se lhes apresenta, com o instrumental intelectual e material de que dispõem. Diante do exposto, consideramos fundamental a utilização plena das capacidades, habilidades e talentos manifestos nos indivíduos PAH, como sendo aqueles capazes de compor um potencial de excepcional: diferencial entre o “permanecer estagnado” e o “ir adiante”; capaz de “fazer a diferença” entre o “estar periférico” e o “ser desenvolvido”, *de maneira sustentável*. Apresentamos, então, deste modo, a *dimensão estratégica da inteligência* como aquela capaz de constituir-se mola mestra para

o desenvolvimento sustentável do país e de inseri-lo no rol daqueles denominados “do primeiro mundo”.

Dentro desta visão, temos que a Marinha do Brasil, assim como o Exército e a Força Aérea, possuem reconhecidos centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento de CT&I, além de administrarem e promoverem a Educação de uma clientela discente de qualidade inegável (por conta, no mínimo, de terem passado por um processo seletivo extremamente acirrado, aliado ao resultado obtido por meio de dados colhidos em nossa pesquisa - que ratificaram a existência de indivíduos PAH entre os “ditos normais”).

Concluimos afirmando a real necessidade de promover um trabalho diferenciado voltado a uma clientela que *é diferente*, de acordo com o preconizado pelo MEC e em consonância com as mais diversas e contemporâneas linhas de pensamento educacional: dentro da perspectiva da Educação Inclusiva, não podemos deixar de focar o trabalho diferenciado, visando ao atendimento dos indivíduos que apresentam características fora dos padrões da maioria dita normal, de acordo com as suas necessidades.

No caso do portador de altas habilidades, muito se tem negligenciado em nosso país, até porque o Estado é muito mais pressionado a promover políticas públicas que atendam aos portadores de necessidades educativas especiais - portadores de limitações físicas, sensoriais e de capacidade mental - do que aos PAH. Afinal estes, via de regra, são bons alunos e passam pelos bancos escolares sem apresentar problemas. No entanto, temos também, aqueles que “desistem” da escola, já que para estes ela não apresenta qualquer desafio interessante, ou apresentam problemas de adaptação e de comportamento – por não terem um tratamento que lhes foquem a satisfação com a instituição e lhes apresente um conteúdo a ser descoberto/construído com vieses de projeto pessoal útil e atraente.

Enfim, devemos “cuidar” desta clientela discente com maior atenção, não somente por serem cidadãos brasileiros e merecerem Educação de qualidade, mas também porque estes representam um potencial latente de “virem-a-ser” os grandes inovadores, nas mais variadas áreas do conhecimento, capazes de “fazer a diferença” num país periférico como o nosso, dentro do que sabemos que podem vir a contribuir com seu potencial criador/inovador.

Na Marinha do Brasil e nas demais Forças Armadas, a importância da contribuição dos PAH não

teria impacto diferente, pois que sabemos que o patriotismo existente nestas singulares Forças as torna celeiros de uma produção de desenvolvimento dual que *sempre* está voltado para o desenvolvimento pátrio. Portanto, finalizamos com a certeza de que, assim como os grandes expoentes da história mundial foram imprescindíveis na construção dos saltos qualitativos que trouxeram a humanidade à realidade atual, os PAH que temos atualmente em nossas classes regulares dos cursos de formação militar serão os grandes expoentes do amanhã, mas, para tanto, necessitam de atendimento educacional diferenciado, mesmo que inseridos em classes regulares, a fim de que, tendo desenvolvido ao máximo as suas habilidades e talentos, contribuam:

1- para o engrandecimento do meio no qual irão atuar enquanto oficiais, colaborando para o enriquecimento do grupo em geral, e, por conseguinte, com o da própria Força, e;

2- para o crescimento sustentável do nosso país, alçando-o ao patamar dos países desenvolvidos (por meio da tecnologia *dual* que é desenvolvida nos centros de excelência em pesquisa das Forças Armadas brasileiras), promovendo o bem-estar da população e a qualidade de vida da nação em geral.

Resumidamente, esta é a importância estratégica dos PAH inseridos nas escolas de formação militar brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (Orgs.). Múltiplas Leituras da Nova LDB. Rio de Janeiro: *Dunya*, 1997.

BRASIL. Diretrizes gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotação e Talentos. *Série Diretrizes, n° 10. Brasília/DF: MEC/SEESP, 1995 b.*

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: *a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.*

_____. Inteligência. *Um Conceito Reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.*

KIRK, Samuel e GALLAGHER, James J. Educação da criança excepcional. São Paulo: *Martins Fontes, 1987.*

KLEIN, David A. A gestão estratégica do Capital Intelectual: recursos para a economia baseada em conhecimento. Rio de Janeiro: *Qualitymark, 1998.*

MARINHA DO BRASIL. Política de Ensino da Marinha – POENS, 2004. *Portaria n° 288, de 19 de novembro de 2004.*

METTRAU, Marsyl Bulkool. Inteligência: Patrimônio Social. Rio de Janeiro: *Dunya, 2000.*

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA

Uma Diretoria dedicada à Família Naval: Assistência Integrada em todo o Território Nacional



PROGRAMAS SOCIAIS

Educacional
Missões Especiais
Orientação Social
Qualidade de Vida
Maturidade Saudável
Atendimento ao Especial
Prevenção à Dependência Química
Carteira de Empréstimo Financeiro
Movimentação por Motivo Social
Necessidades Financeiras
Recreação e Desporto



Locais de Atendimento

Área Rio: AMRJ, BAMRJ, CIAA, CIAMPA, CIAW, ComDivAnf, ComemCh, ComTrRef, CPesFN, DHN, HCM, HNMD, PM, PNNSG, SASM e UISM.

Demais Áreas: Com2DN, Com3DN, Com4DN, Com5DN, Com6DN, Com7DN, Com8DN, Com9DN, CN, ComForAcrNav, CTMSP, EAMCE, EAMPE, EAMES, EAMSC e HNSa.

DASM - Praça Barão de Ladário, s/n - Edifício Almirante Tamandaré - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20091-000
Intranet: www.dasm.mb Internet: www.dasm.mar.mil.br e-mail: contato@dasm.mar.mil.br Telefone: (21) 2104-5340

NOSSAS RAÍZES

CMG (Ref) José Gustavo Poppe de Figueiredo

A estratégia do infante D. Henrique em achar outro caminho para chegar às especiarias que não a rota habitual entre Gênova e Veneza podemos dizer ter sido a causa da descoberta de parte do Novo Mundo por Portugal. Entretanto, a parte que lhe coube pelo Tratado de Tordesilhas, nos primeiros 30 anos após a descoberta, foi deixada de lado. Nem mesmo a riqueza do litoral brasileiro em termos de pau-brasil o atraiu. Deixou-a quase que inteiramente para os franceses de Francisco I, o qual, esse sim, a aproveitou, valendo-se da grande demanda daquele corante nas cortes de Paris.

Mas, a partir de 1523 a atuação portuguesa vai mudar. Os altos custos para se ir às Índias, a eterna luta com os muçulmanos, os gastos irresponsáveis da nobreza portuguesa e a falta de investimentos na cadeia produtiva, fez com que D. João III percebesse que seus cofres estavam ficando vazios e algo teria que ser feito. A corte portuguesa, então, passou a considerar a colônia Brasil como a sua “tábua de salvação”, a qual, como já foi dito, tinha sido deixada de lado em função das riquezas das Índias.

Sabia a corte que não tínhamos controle do litoral brasileiro; nele só existiam pequenas feitorias para exploração do pau-brasil (com grande vantagem para os franceses) e a população era indígena, de náufragos e degredados.

“Vamos para o Brasil”, foi a decisão de D. João III. “Vamos lá deixar um núcleo de portugueses que crie raízes, que trabalhe a terra em pequenas propriedades, explore de forma sustentada as nossas riquezas naturais, que produza uma agricultura diversificada, que incentive o artesanato e as manufaturas e faça aparecer um conseqüente comércio interno. Teremos, assim, uma colônia de povoamento que nos dará um grande retorno.”

De tudo escrito acima acerca do planejamento português, somente a criação de um único núcleo de povoamento no litoral brasileiro foi planejado e aconteceu.

Então, em 1531, Martim Afonso de Sousa fundou a primeira vila no Brasil, não sem antes tentar uma incursão pelo rio da Prata em busca de metais preciosos.

Esse núcleo, é claro, nada tinha a ver com o que foi relatado três parágrafos acima. A intenção era a

de explorar as nossas riquezas naturais (o que é provado pela incursão ao rio da Prata) e tentar proteger o nosso litoral das investidas estrangeiras, principalmente francesas.

Percebeu-se rapidamente que tal iniciativa seria infrutífera devido aos nossos, aproximadamente, 7000km de costa (a linha de Tordesilhas está computada) e que somente um núcleo de nada adiantaria, em termos de exploração efetiva.

A experiência das ilhas do Atlântico levou o rei à decisão de implantar em nosso território sistema de Capitania Hereditárias (deve ser notada a diferença de área entre as ilhas do Atlântico e o Brasil da época).

Está, sem dúvida, nessa decisão de D. João III, a origem da nossa industrialização tardia.

“Vamos integrar a colônia, vamos fixar o homem à terra; com isso vamos povoá-la...”. Era essa a decisão de Portugal; bastante simpática, por sinal, se não fosse o que estaria escrito no final da decisão: “a fim de explorar a terra, suas matérias-primas, em função da renda da metrópole e, sem nunca deixar de lado a busca de metais preciosos.” É claro que forma-se com essa missão recebida a base para se iniciar no Brasil uma colônia de exploração.

As Capitania Hereditárias chegaram ao Brasil com o fito de cumprir o dever dado pela metrópole. Fracasso quase que total: distância da metrópole, especulação com a terra doada, os índios como inimigos, a serra do Mar como barreira para o interior, falta de um projeto de colonização, etc, foram parcelas desse fracasso.

Mas, em Pernambuco, Duarte Coelho reverteu esse quadro para a sua capitania e deve ter planejado, junto com a corte, o seguinte: qual o único fator de produção disponível em grande quantidade na colônia? É claro que a terra. Vamos explorá-la, então, de forma racional. Temos que ter um produto com grande demanda na Europa (à época os holandeses já refinavam a matéria-prima do açúcar em suas refinarias em Amsterdan, mas careciam de uma oferta mais consistente); o solo de massapê é propício ao plantio do açúcar e as grandes extensões de terra servirão perfeitamente para o tipo de agricultura extensiva que esse produto necessita.

Duarte Coelho vai agir corretamente: instalou-se na capitania, pacificou os índios que se tornaram

seus aliados, recebeu apoio de D. João III; precisava também de mão-de-obra e por isso, paulatinamente, os negros começaram a chegar ao Brasil.

O “ciclo” do açúcar tem início, e com ele as mazelas de uma colônia de exploração.

A doação de sesmarias para os futuros senhores de engenho vai formar um cancro que vai nos acompanhar por séculos: o **latifúndio**. Nessa grande propriedade, vai se instalar a **monocultura** do açúcar que vai gerar uma **produção totalmente voltada para a exportação**, que dava renda para a metrópole e a concentrava nas mãos do latifundiário. É evidente que **atividades artesanais com fins de troca e de lucro inexistiam** (havia aquela necessária ao vestuário), e portanto um **comércio interno não havia**. O fantasma da **concentração de renda**, que nos assola até os dias de hoje, começou nessa época. E, finalmente, dentre todos os males políticos, sociais e econômicos que surgiram com o açúcar, sem dúvida o mais grave foi a **mão-de-obra negra** (gente que não consome).

Percebe-se então por que a nossa industrialização iniciou-se tão tardiamente.

Fracasso das Capitânicas Hereditárias em termos de colocar gente em nossa terra e em termos de se dar uma identidade ao Brasil.

O planejamento de D. João III passa a ter então novas linhas de ação: um subordinado direto na colônia o qual teria que fundar uma cidade para ser a capital (Salvador), implantar “a lei e a ordem”, o poder burocrático e o braço do fisco (renda para a matriz). Junto com esses segmentos vieram um funcionalismo público corrupto e ineficiente, um sistema tributário pesado e injusto, e também as sementes da igreja jesuíta (Manoel da Nóbrega), em plena atividade de Contra-Reforma. Esse cenário vai se alastrando e aumentando em suas imperfeições com o passar dos anos, fincando em nossa terra a ineficiência e a corrupção.

Vai se formar então, a partir daí, e por muito tempo, uma terra onde o interesse em levantar quem aqui vivia inexistia e onde a exploração era a única realidade. Tínhamos uma colônia sem livros, sem universidades, sem cultura, sem imprensa, sem o nascente humanismo renascentista. O conhecimento brasileiro ficou por muito tempo submetido à Companhia de Jesus.

A indústria brasileira se viu, portanto, na sua infância, duramente cerceada.

A indústria manufatureira que tentou surgir aqui nos tempos coloniais não teve uma evolução

sistemática. As poucas e pequenas atividades que aqui apareceram utilizando as nossas inesgotáveis matérias-primas se viram sujeitas a toda uma série de empecilhos, e portanto, não conseguiram se sustentar.

Temos, também, que levar algo em conta em relação ao nosso dito cerceamento industrial: são as nossas raízes. As origens brasileiras pertencem obviamente à Península Ibérica. Absorvemos a sua cultura que vai se sedimentar com o passar das décadas, principalmente, com a colaboração de Portugal, na aventura.

Essa aventura portuguesa vai jogar suas fichas em alguma coisa totalmente diferente de, por exemplo, um investimento que iria gerar uma produção, uma propensão a consumir, um comércio. Vai, portanto, de encontro a qualquer iniciativa parecida com artesanato, manufatura, industrialização. Esse tipo humano, o aventureiro, vai ter um objetivo; para alcançá-lo vai passar por cima do que estiver à sua frente, ignorando fronteiras, matando, escravizando; todos esses obstáculos vão, para ele, se transformar em trampolim. O que importa é ele, a sua riqueza; o sentimento de nação, de divisão, passa longe.

A energia e os esforços, que vão ao encontro de uma recompensa imediata, são altamente enaltecidos pelo aventureiro; ao contrário, o longo prazo, a paz, a sua segurança e a dos outros, se não o conduzirem a um proveito material rápido, são totalmente desprezados por ele; tem sempre a seu lado, como paradigma, a audácia, a irresponsabilidade, a vagabundagem, etc.

Esta figura (do aventureiro) descrita acima nos acompanhou, fazendo parte integrante da nossa vida política, social e econômica por dois séculos e meio.

O que poderíamos esperar, então, da colônia Brasil?

Bem, estamos na segunda metade do século XVII.

O açúcar, praticamente a única renda da metrópole, está em declínio, “surpreendido” que foi pela concorrência antilhana.

Mas o cenário vai piorar: em 1661 a Inglaterra como mediadora (evidentemente pensando em causa própria) interfere na querela entre Portugal e Holanda, a qual se arrastava desde 1654, com a expulsão dos holandeses de Pernambuco. É celebrada a Paz de Haia, onde a Holanda recebe milhões de libras de indenização. É claro que, sem recursos, as libras vieram da Inglaterra na forma de empréstimo. Inicia-se aí a dependência econômica portuguesa em relação à ilha.

Dessa forma mais um obstáculo aparece contra a nossa produção de bens de consumo. Portugal vai com tudo em cima da colônia, apertando mais ainda o malfadado pacto colonial. Mas haverá o agravamento da situação. A Inglaterra, evidentemente sabendo da descoberta de ouro e diamante nas Minas Gerais, vai sugerir a Portugal a assinatura do famoso Tratado de Methuen, em 1703. O referido tratado forneceu à ilha uma balança comercial altamente favorável. Com isso foram definidos claramente a rota e o destino das riquezas extraídas do Brasil colônia. Assim, os enormes recursos obtidos do solo das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso serviram, sim, para alavancar o desenvolvimento industrial inglês.

Em contrapartida firmaram-se entraves ao desenvolvimento econômico interno português, inviabilizando qualquer tentativa de se promover o desenvolvimento do capitalismo industrial de Portugal.

Logicamente, a penúria da metrópole vai refletir na colônia por meio de mais exploração, deixando qualquer projeto manufatureiro e industrial sem chance de surgir.

Entretanto, o século XVIII vai se apresentar para a colônia como sendo diferente e poderia sê-lo, caso não fôssemos uma colônia de exploração.

Em 1698 vai acontecer a descoberta do ouro, que vai servir como um fator de integração; aos poucos vai se dar a transferência do eixo econômico para as Minas Gerais (principalmente com a mudança da capital para o Rio de Janeiro) e a articulação, também econômica, entre várias regiões da colônia, tudo por causa do tráfico interno de escravos e a necessidade de apoio logístico para o centro político, econômico e social. Também, sem qualquer comprometimento econômico e social, pequenas indústrias artesanais e manufatureiras vão surgir para atender a demanda criada.

Agora, o que tem que ser ressaltado nesse pequeno processo industrial que se iniciou é a indústria do charque, surgida nos pampas gaúchos, que tomou corpo devido à necessidade de se alimentar a região das minas com proteínas. No princípio, a carne que lá chegava, mais da metade, estava deteriorada devido ao longo percurso efetuado pelos tropeiros. Com o salgamento do produto, isto é, com o charque, esse problema deixou de existir, incrementando a produção do mesmo.

Deve ser enfatizado que essa pequena indústria começada a essa época, o charque foi, inclusive, o principal motivo da Revolução Farroupilha, no século seguinte.

Acontece que, quando o ciclo do ouro perdeu o ímpeto, tudo que foi feito em termos de produção industrial foi abandonado. A indústria do charque, todavia, ganhou força, tendo mais tarde, inclusive, abastecido as principais cidades do país. A prova disso foi a renda que passou a dar para o Estado por meio de exportações e de tributos, e também pelo enriquecimento dos estancieros gaúchos.

Mas essa indústria poderia dar mais ao país e aos produtores. Bastava ter maior produtividade (mão-de-obra era escrava), bem como receber algum subsídio da corte, para poder concorrer com a produção platina, que tinha a referida produtividade bem acima da nossa (mão-de-obra assalariada). É bom lembrar que essa falta de apoio do Estado provocou a Revolução Farroupilha.

Chegamos então às últimas duas décadas do século XVIII, com o ciclo do ouro iniciando o seu declínio, mas enchendo os cofres da Inglaterra e conseqüentemente impulsionando a sua Revolução Industrial (lembrar da Paz de Haia e do Tratado de Methuen).

Mas metrópole e colônia terão um pequeno alento com o ministro de D. José I, o Marquês de Pombal. Sua obra, que durou 27 anos (1750- 1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento metrópole-colônia. O arrocho colonial continuou como nunca, materializado na criação das Companhias de Comércio, que procuravam controlar o comércio colonial, com a finalidade de aumentar a renda da coroa. Entretanto, incentivou as manufaturas em Portugal e também as permitiu na colônia.

Seria um começo que poderia dar ao Brasil condições de produzir bens de primeira necessidade e também incentivar um pequeno comércio.

Tudo veio por água abaixo quando D. José morreu e Pombal abandonou o ministério. A sucessora do trono, D. Maria I, extinguiu de imediato as Companhias de Comércio e o pior: proibiu a instalação e funcionamento de manufaturas na colônia. As poucas existentes foram fechadas, e a população viu-se novamente obrigada a recorrer às caras manufaturas importadas (a maioria da população não podia).

O período colonial está chegando ao fim e com ele um ressurgimento agrícola, a partir de 1790. O algodão (independência americana e a necessidade de matéria-prima para a Revolução Industrial), o açúcar (conhecendo uma renovação em áreas de

plântio –Campo dos Goitacases e São Paulo – e também ajudado pela revolução dos escravos no Haiti), e o tabaco (essencial para a satisfação da comunidade africana).

Mas o Brasil vai mudar. O Bloqueio Continental, decretado por Napoleão em 1806, vai fazer com que o Rio de Janeiro se torne a capital do Império luso. Aqui vai chegar, em 7 de março de 1808, o príncipe regente D. João, grande responsável pela transformação.

A Abertura dos Portos às Nações Amigas em 1808, o primeiro Tratado de Comércio e Navegação de 1810 e a criação do Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815 vão dar, é claro, outra dimensão ao Brasil, levando-o à independência e ao Império.

Parece que bons ventos vão começar a soprar por aqui. Tal fato não se constituiu em realidade.

Não se pode esquecer que, por trás de tudo isso, havia os interesses ingleses, que dominavam política e economicamente, há mais de um século, a nação

portuguesa. Com a transferência da corte para cá, de forma premeditada, a Inglaterra eliminou a metrópole intermediária (Portugal), beneficiando sobremaneira o seu comércio em termos de redução de custos, o que era desejável para a sua Revolução Industrial.

À Inglaterra o que menos interessava era se ter um Brasil industrializado.

Essas são as nossas raízes. Aos poucos estamos deixando para trás o mal que elas nos causaram e vamos esperar que, em breve, sejam somente páginas da nossa história.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10.ed. São Paulo, USP, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO Gianpaolo. *História do Brasil*. 1.ed. São Paulo, Scipione, 1999.

**Mares Agitados.
Controle completo.**

Powered by MTU.

www.mtu-online.com

MTU - A Tognoli Brand

MTU do Brasil Ltda.
Via Athangara Km 29 - São Paulo - SP
05276-000 - SP - Brasil
Tel.: (11) 3915-6900
Fax: (11) 3915-8901
E-mail: mtu@mtu.com.br

UM CAMINHO PARA A LIDERANÇA

Aspirante Leonardo Gomes de Araújo

INTRODUÇÃO

O presente texto visa, por meio de um estudo de caso, compartilhar e discutir o modo de pensar e agir do General Norte-Americano H. Norman Schwarzkopf, comandante da operação Tempestade no Deserto, durante a guerra do Golfo Pérsico, tendo também atuado por duas vezes no conflito do Vietnã, além de ter participado de outras experiências de combate não citadas. O foco deste estudo está baseado em sua liderança e em como os líderes agem, buscando “um caminho para a liderança”.

Para desenvolvê-lo, fez-se uso de uma entrevista de 26 de junho de 1992. Esta citada entrevista pode ser encontrada (em inglês) no site “Academy of Achievement”, através do link: <http://www.achievement.org/autodoc/page/sch0int-1>.

Por se tratar de uma entrevista muito extensa e por abordar temas relacionados à liderança apenas em parte de seu conteúdo, optou-se por selecionar trechos que favoreceram sua análise, a partir de tópicos como o Fenômeno da Liderança, a Profissão Militar e a Liderança Militar, procedendo-se a algumas adaptações gerais.

Ressalta-se que alguns trechos que não foram incorporados versam sobre características mais pessoais do General Norman, passando a imagem de uma pessoa séria, determinada e com grande senso de gratidão aos seus pais pelos ensinamentos passados a ele ao longo de sua vida.

Antes de expor as partes selecionadas da entrevista, há um pequeno resumo histórico dos dois conflitos mais citados (guerra do Vietnã e guerra do Golfo), visando dar um maior embasamento ao caso estudado.

RESUMO HISTÓRICO DOS CONFLITOS

GUERRA DO VIETNÃ

“No século XIX, a região do Vietnã era ocupada pelos franceses e conhecida por Indochina (incluía também o Laos e o Camboja). Durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses ocuparam a região. Com o final da guerra e a derrota dos japoneses, a França



voltou a ocupar o Vietnã. Na parte norte, porém, um movimento de libertação, que já existia desde antes da Segunda Guerra e que havia lutado contra os japoneses, expulsou os colonialistas franceses em 1954. Com o final da guerra de libertação, foi realizada uma conferência em Genebra para os acordos de paz. Neles se estabeleceu que o Vietnã ficaria dividido em dois: o do Norte e o do Sul. Essa divisão, no entanto, deveria durar até 1956, quando seriam realizadas eleições gerais e os dois Vietnãs, reunificados. Os Estados Unidos, temendo a unificação do Vietnã sob liderança comunista, intervieram e impediram as eleições. O Vietnã continuou dividido. Como as eleições não se realizaram, um grupo de patriotas do Vietnã do Sul fundou a Frente Nacional de Libertação, que passou a combater o governo sul-vietnamita. A Frente armou um grupo de guerrilheiros, que ficou conhecido como Vietcong. O Vietnã do Norte passou a apoiar a Frente e o Vietcong.

No Vietnã do Sul, a corrupção e a fraqueza das Forças Armadas eram enormes. Elas não tinham

condições de enfrentar o inimigo interno, somado às forças do Norte que o apoiavam. Foi aí que os Estados Unidos entraram em ajuda ao Sul. Inicialmente, ajudaram enviando armamentos. Em seguida, passaram a mandar pequenos contingentes de forças militares auxiliares. Por fim, começaram a mandar tropas em quantidade cada vez maior. Em 1965, os Estados Unidos chegaram ao nível máximo de envolvimento no Vietnã, em termos de tropa: 500.000 soldados.

Os Estados Unidos despejaram no Vietnã mais bombas do que tudo que foi gasto por todos os países na Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, os vietnamitas, por meio da guerrilha no sul e das tropas regulares do norte, conseguiram resistir e venceram os americanos. Em 1975, com a invasão da capital do Vietnã do Sul, Saigon (hoje Ho Chi Minh), pelos vietnamitas do norte e pelos guerrilheiros (vietcongues), os últimos americanos deixaram o país.

As imagens de guerra transmitidas ao vivo pela TV, mostrando as batalhas em que os soldados americanos eram mortos, exerceram forte influência na opinião pública dos Estados Unidos. A maioria da população passou a pedir o fim da guerra. Ao mesmo tempo, milhares de norte-americanos deixavam o país para escapar do serviço militar. Morreram no Vietnã 58.000 norte-americanos. Muitos outros ficaram feridos ou mutilados. Quanto ao Vietnã, as perdas foram imensas e o país ficou arrasado.”

GUERRA DO GOLFO

“Em agosto de 1990 o Iraque invadiu o Kuwait, alegando as seguintes razões:

O governo do Iraque, chefiado por Saddam Hussein, acusou o Kuwait de prejudicá-lo na venda de petróleo. Segundo a acusação, o Kuwait estaria vendendo o petróleo a preços muito baixos. Com isso, o Iraque estaria perdendo clientes e sendo obrigado a baixar também o preço, saindo prejudicado. Saddam Hussein aproveitou para reivindicar partes do território do Kuwait. Segundo ele, antigamente o Kuwait fazia parte do Iraque.



Saddam exigiu do governo kuwaitiano que indenizasse o Iraque pelos prejuízos com a venda de petróleo a preços baixos. Como não foi atendido,

invadiu e ocupou o Kuwait. Seu objetivo era apoderar-se das riquíssimas jazidas de petróleo do vizinho.

Com o Kuwait nas mãos de Saddam Hussein, diversos países ocidentais, inclusive os Estados Unidos, deixaram de receber quantidades significativas de petróleo. O Conselho de Segurança da ONU condenou a invasão e ordenou ao Iraque que se retirasse. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos mobilizavam tropas do seu exército, além de aviões de combate e navios de guerra, deslocando-os para a Arábia Saudita, vizinha do Iraque.

Saddam Hussein recusou-se a retirar seu exército do Kuwait. A ONU autorizou então que um grupo de países, encabeçado pelos Estados Unidos, agisse militarmente para libertar o Kuwait.

O ataque iniciou-se em janeiro de 1991 e durou seis semanas. No final do conflito, o Iraque estava derrotado e o Kuwait, libertado.

A destruição no Iraque foi grande. Muitos poços de petróleo no Kuwait acabaram sendo incendiados. Enormes quantidades de petróleo acabaram sendo derramadas nas águas do Golfo Pérsico. A reação do Iraque foi fraca. Alguns foguetes foram lançados contra a Arábia Saudita e contra Israel, causando a morte de alguns civis.”

ENTREVISTA COM NORMAN SCHWARZKOPF



Que evento ou experiência particular mais o influenciou em seu crescimento?

(...) Não há nenhuma dúvida sobre o fato de que a adolescência passada no exterior teve um impacto tremendo em minha vida inteira (...) conheci povos de muitas nacionalidades, de culturas diferentes, de muitas etnias. Conhecer todos estes povos (...) ensinou-me que há mais de um modo de encarar um problema, e que todos eles podem estar certos. (...) Deu-me a

habilidade de ser flexível, de entender-me com povos de diferentes nacionalidades.

Sua carreira é terrivelmente exigente: horas longe da família, sem mencionar pôr sua vida, e muita outras, em perigo. O que o atrai para esta vida, General?

As tropas. As pessoas que você conduz. O dever que você está executando. (...) West Point deu-nos um lema para seguir: "Dever, Honra, País". (...) transformei-o em um estilo de vida para mim.

Quais são as coisas que tornam isto tão apaixonante para você?

O desafio e o senso do serviço. Talvez o senso do serviço mais do que o desafio. Saber que está a serviço de algo além de si mesmo. Sentir-se gratificado pelo fato de que você está dedicando sua vida a servir a seu país. (...) E o desafio da liderança quando você está conduzindo um número enorme de pessoas. Tudo isso junto é o porquê de permanecer nesta carreira.

Não há perigo de que um General com seu treinamento, perícia e responsabilidade possa sentir desejo de sangue? Desejo de ir guerrear?

(...) Um verdadeiro General importa-se muito com suas tropas. (...) Sabe que a guerra é lutada por soldados, por pessoas. Essa liberdade é comprada pelo sangue dos soldados, e pelos sacrifícios destas pessoas.

(...) os generais modernos (...) farão esforços extremos para evitar a guerra, porque sabem o quanto a guerra é ruim. (...) Em meu caso, passei por duas vezes pela experiência do Vietnã (...) nós sabemos os horrores da guerra. (...) você perceberá que nós somos grandes pacifistas (...). Por outro lado, há o senso do dever. E quando vem o tempo em que você deve ir guerrear, nós compreendemos também que a melhor maneira de acabar com isso é o fazer tão rapidamente quanto possível. (...) é uma outra maneira de salvar vidas (...).

Vamos falar um pouco sobre seu serviço no Vietnã. Em sua segunda incursão, você testemunhou (...) incidentes muito trágicos. Eu queria saber se você poderia nos falar um pouco sobre eles. O livro Friendly Fire, de C.D.B. Brian, relata que você perdeu oito homens.

(...) uma das coisas que nos deu vantagem sobre o inimigo foi o apoio da nossa artilharia. Assim, nunca quisemos estar fora do alcance dela. Uma noite, quando a artilharia atirava, alguns tiros caíram perto de nós e mataram homens de minha unidade. É uma coisa terrível quando acontece. É duas vezes difícil explicar às tropas, e três vezes difícil de explicar às famílias das tropas. Foi um incidente (...).

Qualquer um que diz que não tem receio da guerra é um mentiroso ou louco. E não há nada de errado com medo. (...) medo é bom. O medo nos mantém vivos na guerra. (...) ele tende a fazer com que a adrenalina funcione (...)

Parece que você sentiu muito profundamente estas perdas.

Sim. Se você conduz homens numa batalha, não importa se são sargentos, ou segundos tenente, ou generais de quatro estrelas, são seus homens. A perda de cada pessoa que esteve sob meu comando na batalha sempre me atingiu. (...) E eu aflijo-me ainda por cada uma delas. Eu queria que nós não tivéssemos perdido ninguém.

Eu tenho um velho amigo (...) que disse que você inspira uma incrível moral entre as tropas. Ele o viu profundamente emocionado pelas mortes ocorridas devido ao fogo amigo. Ele considerou muito comovente você demonstrar sua emoção.

Eu penso que se você acredita em algo, você deve acreditar intensamente. Para ser um bom líder você tem que liderar apaixonadamente. E eu sou uma pessoa apaixonada. Eu sinto muito fortemente as coisas. (...) A tragédia de perder vidas de jovens homens e mulheres é dura de engolir (...).

Em maio de 1970, houve um resgate muito dramático num campo minado. Você foi condecorado por isso. Poderia nos contar o que aconteceu? O que você fez?

(...) Nós tivemos muitos incidentes terríveis com minas quando nós nos movíamos pela primeira vez na área. Era uma área fortemente minada e minha tropa não estava adestrada em minas ainda. (...) Um soldado estava gritando deitado no solo, e eu estava receoso de ele acionar outra mina. Pior ainda, estava com um pé quebrado, e eu temia que ele cortasse uma artéria de seu pé e morresse. Então, eu tive que ir até lá e acalmá-

lo. Não havia ninguém mais para fazê-lo, assim, tive que andar através do campo minado. Acredite em mim, isto não era um ato heróico naquele momento, era algo que alguém tinha que fazer; e eu era o responsável. (...) Ninguém diz no campo de batalha, “bem, eu penso que eu serei agora um herói” (...) Dizem apenas, “eu estou fazendo meu trabalho”.

É permitido a um General sentir o medo?

Eu acredito que sim. Qualquer um que diz que não tem receio da guerra é um mentiroso ou louco. E não há nada de errado com medo. (...) medo é bom. O medo nos mantém vivos na guerra. (...) ele tende a fazer com que a adrenalina funcione (...). Mau é quando você permite que esse medo gere o pânico, e permite que esse medo o congele ao ponto de não poder executar o que você tem que fazer. (...) A coragem verdadeira é estar receoso, e seguir adiante e fazer seu trabalho (...).

Eu o ouvi falar de forma comovente sobre o que faz um grande líder. Você falou sobre a regra 13. Pode você explicá-la? Que sistema de regras é este?

Pessoas precisam entender que liderança envolve tudo. (...) A liderança é motivar pessoas. A liderança é sobre pessoas. Não há nenhuma dúvida de que você tem que ter a competência para ser um líder, mas você também tem que ter caráter. Os líderes bons são homens de competência e de caráter. O caráter muitas vezes é mais importante. (...) o segredo da liderança moderna vem de duas regras (sistema de regra de Norman Schwarzkopf !): Regra 13, quando estiver no comando, assuma a responsabilidade. (...) Regra 14: Fazer o que é certo. (...) Assim, o verdadeiro líder de hoje é aquele que quer assumir responsabilidade e quer fazer o que é certo. Esse é o segredo da liderança.

O que houve de errado com a maneira com que os EUA lutaram a guerra de Vietnã?

Eu não sei onde começar. (...) Algumas pessoas diziam que nossos objetivos não estavam claros. Eu não sei, mas eu sinto que nossos critérios para esta guerra nunca ficaram claros para nenhum de nós. Era a maneira errada de ir lutar em uma guerra.

Como os erros da guerra do Vietnã influenciaram seus planos de batalha no Golfo Pérsico?

Influenciaram muito. De maneira positiva e negativa. (...) se aprende mais com a liderança negativa do que com a liderança positiva (...). A guerra nunca é a coisa certa a se fazer, mas (...) existe a maneira correta

de fazê-lo. Esta maneira minimizará suas vítimas, salvará as vidas das pessoas que estão lutando. Deve-se acabar com ela o mais rápido possível.

Qual era sua estratégia para retirar os Iraquianos do Kuwait?

Era muito simples. Eu tinha estudado o Iraque em detalhes em suas batalhas com o Irã. Eu conhecia suas forças e fraquezas. Eu conhecia também a tropa sob meu comando, e sabia quais eram minhas forças e fraquezas. Eu adotei um plano que se baseava em usar nossas forças de encontro às fraquezas deles. Evitando suas forças e evitando nossas fraquezas (...).

Algum dilema moral sobre esta guerra?

Não. Você sabe por quê? O mundo inteiro disse-nos que nós estávamos certos. Havia 40 países diferentes envolvidos nessa coalizão, de um modo ou de outro. Nós recebemos cartas do mundo todo. (...) e quase 100% dessas correspondências eram mensagens positivas, dizendo “você está fazendo a coisa certa”. Depois que a guerra acabou, um de meus comandantes disse, “Se nós tivéssemos os equipamentos deles e eles os nossos, nós ainda assim ganharíamos, por causa da vontade dos nossos soldados”. Nossos soldados sabiam que faziam a coisa certa (regra 14).

Uma outra realização desta guerra foi a maneira com que você fez árabes, franceses, ingleses, americanos, e outros, trabalharem juntos. Suas habilidades diplomáticas vieram à tona.

Comecei a afiar estas habilidades quando eu era um jovem na Europa. Sei trabalhar com povos de todas as nações e todas as crenças. Mas (...) tivemos um objetivo comum. Todos sabiam exatamente o que queriam fazer (retirar os Iraquianos do Kuwait). Era fácil focalizar o objetivo (...).

O que forma um grande líder? Quais são as qualidades que são absolutamente necessárias?

Caráter, competência, abnegação, importar-se com as pessoas. (...) Todas essas coisas entram na equação de um líder. E, (...), importar-se apaixonadamente com a causa, qualquer que seja.

(...) Ao ouvir que você é o seu maior crítico, (...) percebo que isto é uma coisa positiva sob seu ponto de vista.

Sim. (...) Todos nós devemos reconhecer que não somos infalíveis. Somos passíveis de cometer erros.

Isso é aceitável, porque somos humanos. O que é importante é aprender com os erros.

Este é um conselho muito bom. Há muitas pessoas que são muito críticas consigo mesmas, não se permitem cometer erros. São muito rígidas.

(...) Quantas pessoas aprendem como fazer algo de seu trabalho errando na primeira vez? Como dizer a estas pessoas para não cometerem erros? ... Como alguém pode não se permitir cometer erros? Assim, não se está dando a liberdade de falhar, (...) A maioria das coisas que sei fazer muito bem hoje foram aprendidas através de erros na primeira tentativa.

O que você pode dizer aos jovens sobre o lado positivo de servir nas Forças Armadas?

A primeira coisa (...) é que você está servindo a algo além de você. Isso é muito importante. Eu acredito que se ganha uma grande sensação de satisfação quando se serve a algo maior do que você mesmo. Em segundo lugar, é uma carreira emocionante. Eu viajei pelo mundo inteiro, vivi pelo mundo inteiro, aprendi muitas coisas. (...) encontrei-me com alguns povos maravilhosos, e mantive contato com grandes pessoas. (...) Apreciei minha carreira militar. Minha família apreciou minha carreira militar.

(...) O que você sabe agora sobre liderança que você não aprendeu em West Point?

O mundo não é perfeito. Quando eu me graduei em West Point, (...) exigia muito de mim mesmo. Tinha que fazer tudo certo, nada poderia sair errado. A vida não é assim.

Mas eu aprendi que a coisa mais importante de tudo é a auto-realização. (...) sentir-se bem com o que você está fazendo é o maior segredo da vida (...). Você pode ter todo o dinheiro do mundo, você pode ter todo o poder do mundo, você pode ter todo o prestígio do mundo, nada disso é importante. O que é importante é o que você faz com isso quando o tem (...).

Que conselho você daria a um garoto inseguro sobre o futuro, sobre como ser bem sucedido na vida?

Confie em você mesmo. Viver vale a pena, e a vida deve ser vivida. Há mais coisas boas do que ruins. As pessoas são basicamente boas. (...) aproveite sua vida.

ANÁLISE CRÍTICA DA ENTREVISTA APRESENTADA

Com base no relato, pode-se notar características que levaram o entrevistado a ser reconhecido como um líder perante suas tropas e seu país. Assim, vemos sua identificação com o grupo e seu interesse por ele. Há notável preocupação com o bem-estar, busca por não diferenciar os homens pela patente, emoção com as baixas em combate e preocupação com as famílias. Acredita-se que estas características elevam o moral do grupo e unem seus integrantes. Sua presença passava a noção de seriedade, responsabilidade

e competência. Ele passava à tropa a certeza de que os conduziria ao local correto. Ressalta-se aqui a importância do caráter íntegro, que atua como pilar de sustentação de uma liderança de referência.

Outro aspecto notável foi o constante estudo das forças e das fraquezas do grupo que comandava. O diagnóstico do grupo ajudou a por suas forças contra as fraquezas de seu inimigo, evitando os pontos fortes do inimigo e também seus próprios pontos fracos. Em resumo, General Norman usou o diagnóstico do grupo para preservar suas características positivas e minimizar as negativas.

Sob a ótica da fragmentação grupal, vimos que as baixas e o pânico vividos no combate eram motivos suficientes para desunir a tropa, mas a firme liderança interveio. Norman não proibia seus subordinados de sentirem medo e, até mesmo, assumia que o sentia. Isso passava a sensação de normalidade para a tropa. Vale ressaltar que Norman repetia uma frase relacionada a este aspecto: "A verdadeira coragem é sentir medo e seguir em frente, cumprir seu dever".

**Sistema de regra de Norman Schwarzkopf:
Regra 13, quando estiver no comando, assuma a responsabilidade. (...)
Regra 14: Fazer o que é certo. (...) Assim, o verdadeiro líder de hoje é aquele que quer assumir responsabilidade e quer fazer o que é certo. Esse é o segredo da liderança.**

Desejando caracterizar o estilo de liderança do General Norman, observamos que o mesmo apresentava uma liderança transformacional. Isto está baseado no fato de que na liderança transformacional as pessoas se engajam e elevam-se a altos níveis de motivação, há um poder de referência (carisma), há comunicação, as metas e o sentido do dever são divulgados e há consideração individualizada. Todos estes itens anteriormente citados estão presentes na forma em que Norman conduz sua tropa.

Outro ponto importante é sua visão a respeito do erro. Norman considera o erro como parte da aprendizagem, combatendo a mentalidade de “zero erro”. Isso é um fator de grande importância, uma vez que não inibe atitudes e promove a iniciativa, gerando um ganho para a instituição e um crescimento individual por meio de acúmulo de experiências.

Sob o enfoque organizacional e cultural, viver sob o lema de West Point (Dever, Honra e País) demonstra que Norman está completamente inserido nos pressupostos da cultura militar, isso facilitou sua condução eficiente de todas as unidades que lhe foram entregues, uma vez que sua crença na instituição sempre se destacou. Ninguém lidera sem estar identificado com os valores do grupo. Viver desta forma criava um tripé de sucesso: o mantinha motivado, cumpria as necessidades organizacionais e fazia os subordinados se identificarem com a causa que ele abraçava.

Mencionando novamente as guerras do Vietnã e do Golfo, surge uma frase de Nietzsche: “O homem é capaz de suportar quase qualquer COMO desde que exista um PORQUÊ”. Esta frase pode ser utilizada para explicar o motivo do insucesso dos EUA no Vietnã. Como pôde ser visto no resumo histórico, a guerra não foi apoiada pelo povo americano. Isto fazia os soldados combaterem sem acreditarem no motivo da luta. Por outro lado, pode-se ver que o apoio recebido no Golfo Pérsico fez um dos comandantes de Norman afirmar que eles venceriam, mesmo se possuíssem apenas os equipamentos inimigos, devido à vontade de cada soldado e à certeza que possuíam de estar fazendo a coisa certa.

Quando questionado sobre o que forma um grande líder, Norman respondeu que era caráter, competência, abnegação e importar-se com as pessoas. Os líderes bons são homens de competência

e de caráter, onde o caráter muitas vezes é mais importante. Soma-se a essas características a capacidade de assumir responsabilidade, o autoconhecimento e a flexibilidade, a capacidade de entender que existe mais de um ponto de vista correto. Essas qualidades despertam nas pessoas aquilo que poderiam ter sido ou que podem vir a ser. Isto desperta uma vontade de crescer, de melhorar, fazendo do exemplo uma grande necessidade.

Por último, sua ideologia o protegia também. Acreditar que faz parte de algo maior, que há uma causa maior a ser defendida, que se perde uma vida para salvar milhares torna um indivíduo mais apto a resistir a todas as pressões que um campo de guerra promove. Em suma, sua força vinha de si próprio (automotivação). Isso aliado ao seu senso de dever e a sua coragem moral o tornou um líder respeitado e um grande general de seu país.

COMENTÁRIOS FINAIS

Buscando identificar e analisar o fenômeno da liderança, as características militares e as relações humanas, vimos parte do relato da vida de um general americano que passou por diversos conflitos e pôde testar e aplicar esta arte de conduzir pessoas. Retiramos do exemplo de vida do General Norman inúmeros conceitos relacionados ao modo de agir dos líderes, como viver apaixonadamente, preocupar-se com os subordinados, aceitar o desafio de liderar e permitir a aprendizagem com os erros, destacando que embora sejamos pacifistas, somos profissionais da guerra, e quando o momento chega, devemos cumprir com nosso dever.

Espera-se que esta leitura tenha gerado uma pequena reflexão sobre o que é liderar, tornando “Um caminho para a Liderança” um verdadeiro caminho, que mostra os passos básicos dessa imensa caminhada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

Nelson Piletti, Claudino Piletti, História & Vida Vol.4 ed. Ática. 15ª edição. 1997. SP.

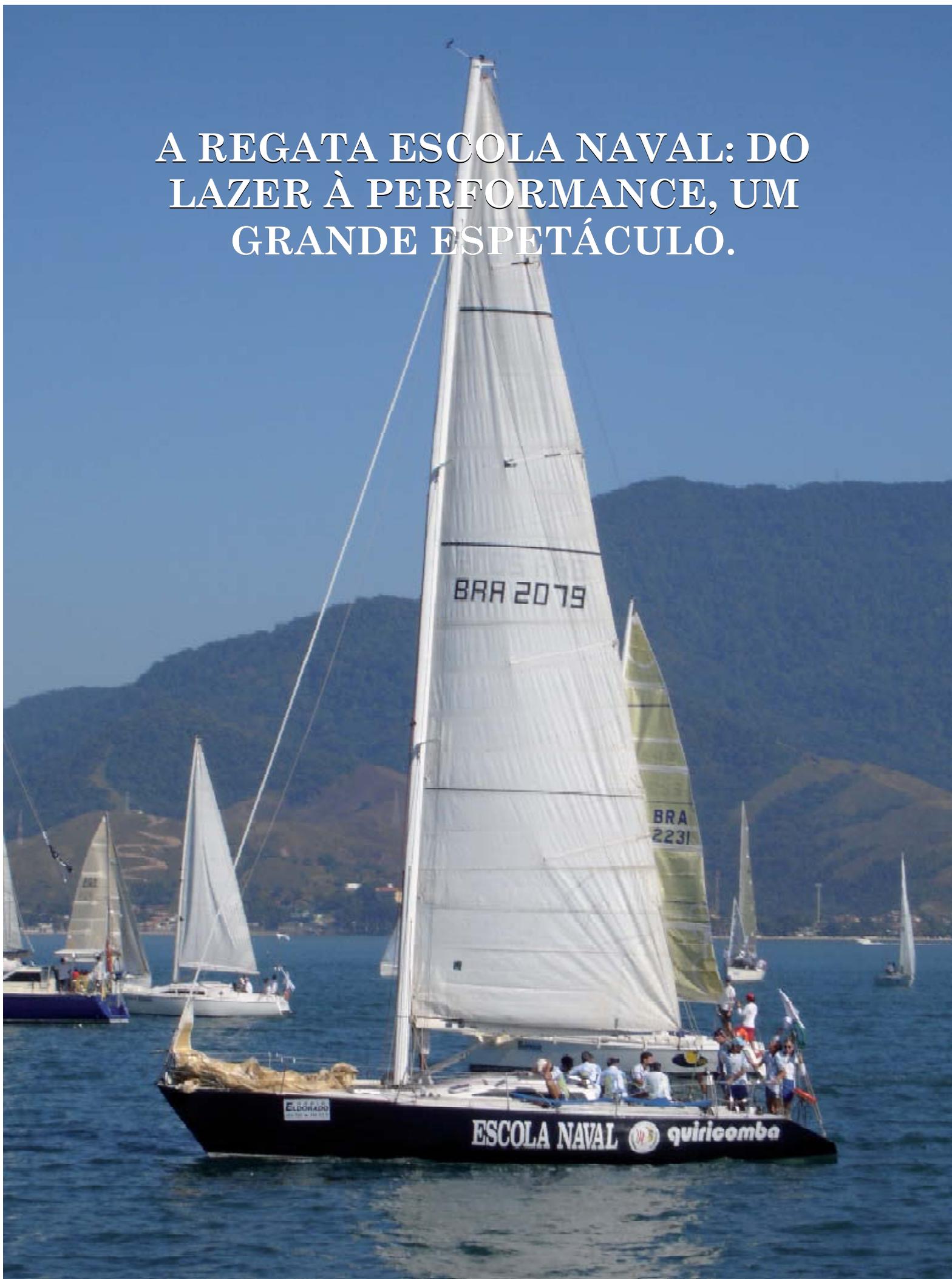
Coletânea de Liderança, Escola Naval – Organizada por CF (T) Érica Barreto Nobre. 2005.

Sites:

www.wikipedia.org

www.achievement.org

A REGATA ESCOLA NAVAL: DO LAZER À PERFORMANCE, UM GRANDE ESPETÁCULO.



Os primeiros registros de regatas na cidade do Rio de Janeiro são encontrados no tempo das marinhas a vela em princípios do século XIX, onde habitualmente a força física faz-se nas manobras de pano dos navios, nas lutas pela Independência do Brasil (expulsão dos portugueses) e regenciais, nos treinamentos de rotina, visando à preparação para a guerra e tarefas diárias, nas viagens de instrução e circunavegação dos Guardas-Marinhas e nos desafios. Os desafios conhecidos como disputas festivas marítimas de caráter esportivo acontecem desde 1841. Partem da Fortaleza de São João e chegam à enseada de Botafogo, em frente ao solar do Marquês de Abrantes de onde assiste a eles a família real. Essas disputas ocorrem em baleeiras e escaleres da Alfândega e em navios de guerra a vela brasileiros e estrangeiros. Os futuros e famosos Almirantes Tamandaré e Barroso julgam as regatas tendo em disputa cobijados troféus. Tais desafios ajudam a forjar o espírito marinho, o líder, o militar e o técnico. As manobras a vela exigem grandes sacrifícios dos marinheiros: *de robustez física, de agilidade, só pode imaginar quem viu um homem apoiado com a barriga na verga do mastro, a 40 metros de altura, os pés pouco pousados em estribos, que eram cabos finos e oscilantes, as mãos ocupadas em colher enormes extensões de lonas grossas e molhadas, com o navio dando balanços e caturros, o vento zunindo, a chuva encharcando-o e tirando-lhe a visão* (Martins, 1988:85).

As regatas nos navios a vela e escaleres a remo, disputas de caráter esportivo, respondem de forma análoga à guerra, representada nas lutas de independência e regenciais do Brasil Imperial. Nesse sentido, o esporte e a guerra: *envolvem formas de conflito que se encontram entrelaçadas, de maneira sutil, com formas de interdependência, de cooperação e com a formação do nosso grupo e do grupo deles. Aliás, tanto um quanto outro podem desencadear quer emoções de prazer quer de sofrimento e compreendem uma mistura complexa e variável de comportamento racional e irracional. A existência de ideologias diametralmente opostas que sublinham, por um lado, que o desporto pode constituir um substituto da guerra e, por outro, que este fenômeno é o veículo ideal de treino militar, devido à dureza e à agressividade demonstradas pelos que nele participam – é também muito sugestiva quanto ao caráter homólogo e, talvez, da inter-relação das duas esferas* (Norbert Elias, 1992:16).

O crescimento da importância do esporte náutico ocorre com o remo e o iatismo. O iatismo desponta em 1906 com a fundação do Yacht Club Brasileiro [sic],

ambos auxiliados pela Marinha do Brasil. A influência militar faz-se no desenvolvimento do esporte e do clube, que tem como primeiro Comodoro o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar. Nessa ocasião, o Alm. Alexandrino Alencar institui taça com seu nome objetivando chamar a atenção da juventude para as coisas do mar.

A estreita relação entre o meio militar e o civil é percebida na Educação Física e Esportes pela ocupação de cargos de direção em entidades desportivas na sociedade brasileira. Por exemplo, com a presença do Almirante Lemos Bastos, diretor da Escola Naval à frente da Confederação Brasileira de Vela e Motor (CBVM) na década de 1940. Isto gera estímulo à prática esportiva e conduz a mocidade ao mar. Por sinal, a Vela da Escola Naval, ganha o incentivo do Alm. Lemos Bastos ao criar a Volta à Ilha Rasa em 1940 regata na qual participam grandes veleiros de cruzeiro, hoje veleiros de oceano.

Lemos Bastos cria, também, a regata de ida e volta à Ilha Grande, com contorno no farol de Pau a Pino, em 1941, num total de 120 milhas de percurso. Esse evento é a primeira regata de oceano do Brasil. O Alm. Lemos Bastos torna-se de forma decisiva o iniciador das regatas de oceano no Brasil.

Ainda na década de 1930, o iatismo considerado elitista cobra altas taxas de inscrição nas regatas. A Escola Naval participa a convite dos clubes e da Federação de Vela e Motor da cidade do Rio de Janeiro isenta da taxa de inscrição. A criação do Grêmio de Vela da Escola Naval em 1943 permite a retribuição da gentileza com a instituição da própria regata. Convidam-se os clubes filiados à entidade desportiva estadual para competir livres de taxas e sem a necessidade de filiação a clube ou a federação. O apoio do Iate Clube do Rio de Janeiro – ICRJ, na figura do Dr. Sérgio Carneiro, é fundamental na organização da 1ª Regata Escola Naval, segundo relata Luiz Carlos Peixoto Garcia Justo.

O entusiasmo pela prática esportiva é visto na juventude, em especial no iatismo o que favorece a criação do Grêmio de Vela na gestão do Contra Almirante Mário Hecksher, diretor da Escola Naval, tendo como primeiro Comodoro o então Aspirante e hoje Almirante Sabóia. O propósito era “manter aceso, entre os Aspirantes, o espírito de marinharia e esportividade indispensáveis a qualquer Oficial de Marinha” (Anuário CBVM, 1946:110 - 112).

As práticas físicas e o aprimoramento intelectual desenvolvem-se juntos, na Escola Naval, desde o início

do século XIX, como atividades imprescindíveis à formação militar. As atividades físico-esportivas como integrantes do desenvolvimento social auxiliam na aprendizagem do autocontrole dos indivíduos, na superação de limites, no poder de decisão, no espírito de equipe, no cumprimento às regras e na apreensão de valores éticos, morais e sociais.

Na visão de Lyra Filho (1941:11), “o esporte já proporciona diversões ativas para a juventude e passivas à população, ativando sentimentos e emoções” na sociedade brasileira. O Estado organiza socialmente a vida pública com a criação de instituições centrais. Surgem a institucionalização básica do esporte (a primeira lei esportiva em 1941) e o Conselho Nacional de Desportos – CND, com a atribuição de fiscalizar, orientar e incentivar a prática de esportes no Brasil.

Neste contexto, surge em 8 de setembro de 1946, a “Regata Escola Naval”, com o nome “Taça Escola Naval”, que se torna uma das maiores, mais

importantes e tradicionais competições do iatismo brasileiro e da América Latina, sendo exigência à sua participação apenas o cruzamento da linha de partida. Na presença do Almirante Jorge Dodsworth Martins, então Ministro da Marinha, do Almirante Braz Vellozo, Diretor da Escola Naval e do Contra Almirante Lovett, Chefe da Missão Militar Naval Norte Americana, além de outras autoridades, tem início a regata às 14 horas, com a presença de mais de 70 embarcações e vento sul fraco.

Na oportunidade, a Confederação Brasileira de Vela e Motor retrata a primeira “Regata Escola Naval” como “gentil retribuição aos convites e boa camaradagem dos Clubes da Federação de Vela e Motor, um grande sucesso de concorrência e bom desporto” (Anuário da C. B. V. M 1946:81).

Do evento constam provas das classes Guanabara, vencendo “Itapacis”, com Pedro Capeto do Iate Clube Brasileiro; na classe Star, vencendo “Chovisco” do Iate Clube do Rio de Janeiro, com Jorge Ferrer e Antonio



Ferrer; na classe Carioca, vencendo o “11”, com Roberto Fineberg; na classe Sharpie 12m, vencendo “Bounty”, com João Pinho Filho e Mauro Pinho Gomes; na classe Hagen-Sharpie, vencendo “1” do Iate Clube do Rio de Janeiro, com Roberto Bueno e na classe Dinghy, vencendo “Tico”, da própria Escola Naval, com o Aspirante José Guimarães Matos e na classe Snipe, vencendo “Ley”, com Oto Dias. A partir da terceira “Regata Escola Naval”, a competição adquiria cunho nacional pela presença de iatistas de outros estados.

As primeiras “Regatas Escola Naval” alcançam mais de uma centena de barcos. A 7ª edição ultrapassa a expectativa da organização do evento com a presença de 126 embarcações, um número de participações recorde. O iatista Anchises Lopes, uma das maiores autoridades da Classe Star na América do Sul, frisa na ocasião: *“espetáculos como da Regata Escola Naval pela sua grandiosidade somente poderiam ser presenciados na Inglaterra e nos Estados Unidos”* (Revista de Vela, 1953: 3-8). Nas primeiras regatas concorrem apenas monotipos, inclusive os clássicos 6 metros R.I.

Segundo conta o Comandante Justo, a chegada de novas classes de embarcações nos anos de 1960, entre elas: veleiros júnior, five-0-five, flying, dutchman, pinguins, etc, promove o aumento do número de inscrições na “Regata” de forma extraordinária, atingindo uma quantidade jamais imaginada, principalmente com o advento dos barcos de oceano e dos optimists no final da década.

Na década de 1970, o Grêmio de Vela da Escola Naval proporciona o grande salto qualitativo no esporte. Os fatos determinantes do desenvolvimento da vela são a chegada dos Comandantes Oscar Mattoso Maia Forte e Robinsson Hasselmann, um dos mais credenciados velejadores do país, o apoio incansável dos Diretores da Escola, e a aquisição dos barcos da classe oceano CAL - 40 Villegagnon e Coligny construídos nos EUA, a expansão da classe oceano que incorpora os grandes barcos de quilha e cabinados, e o surgimento de estaleiros e de velerias no país. Diante disso, as competições de iatismo tornam-se acirradas com a Escola Naval disputando as primeiras colocações na classe oceano. Na opinião do Comandante Justo, as extraordinárias mudanças despertam inusitado interesse do gabinete ministerial. Às segundas-feiras, o Ministro da Marinha passa a querer saber dos resultados das regatas e cumprimentar o Diretor da Escola Naval e as tripulações.

O “boom” do iatismo da Escola Naval acontece no aparecimento das classes laser, optimist e catamarans; na importação de embarcações esportivas com isenção de impostos favorecida pelo Estado e na aquisição do Veleiro “Cisne Branco”, nome dado ao Ondine IV, embarcação incorporada à flotilha da Marinha do Brasil para viagens de instrução de guardas-marinha a partir de 1981. O “Cisne Branco” chega a realizar seis viagens transatlânticas de instrução. As doações de embarcações também contribuem para incentivar a prática do iatismo, como a do “Procelária”, nome dos barcos da família do Dr. José Candido Pimentel Duarte e batizada de “Grazina” pela Escola Naval.

O esporte nas décadas de 1980/1990, como uma força viva da população cada vez mais presente na sociedade brasileira alcança abrangência social (esporte-educação, esporte-desempenho e esporte-participação). Todos os segmentos da sociedade têm a obrigação de desenvolvê-lo (variedade de instituições e locais) colocando-o ao dispor da população em geral. Surge nova configuração esportiva, principalmente, em função do aumento dos investimentos das empresas; da implantação de projetos sociais, mesmo que ainda longe do ideal, se comparado com os EUA e a Europa; da ampliação do envolvimento da mídia apresentando um número cada vez maior e de novos esportes na tela; do aumento das transmissões esportivas ao vivo e diária e do número de horas de inserção com a utilização de novos recursos tecnológicos. O esporte mostra-se excelente produto e um produto a vender outro produto, crescendo a sua comercialização numa indústria altamente diversificada, em especial na mídia televisiva que demonstra um maior interesse em sua inserção na tela.

Nesse sentido, a “Regata”, um grande evento sócio-cultural aberto à participação de todos, exige grandes esforços do Grêmio de Vela e da Escola Naval em face dos altos custos à sua realização. A “Regata Escola Naval” atinge recordes de número de barcos e chama a atenção da mídia e das empresas. A grandiosidade alcançada pela Regata desperta dedicação do Grêmio de Vela da Escola Naval na busca de parcerias junto às empresas públicas e privadas.

A “Regata” já mobiliza a sociedade brasileira para dela participar, o que aumenta sua abrangência social, quer como prática (forma ativa) quer como espetáculo (forma passiva). Dessa forma, atende a conceituação moderna do esporte em suas manifestações de

desempenho /rendimento (competição-espetáculo), de participação (lazer ativo e passivo) e de educação (sentido formativo) ajudando a forjar uma mudança de hábito em favor da prática esportiva ao longo da vida.

A 46ª edição da “Regata” realizada em 1992 tem a parceria do BANCO DO BRASIL e das CASAS SENDAS. Os dois anos seguintes às embarcações da Escola Naval passam a estampar os logotipos (marcas) da “BR”, da “DELTA” e do BANCO DO BRASIL. O primeiro barco a ter logotipo é o “Villegagnon” da classe Oceano.

Em 1995, na 50ª edição – após meio século de regata estão presentes 817 barcos e em 1999, atinge-se o recorde do evento com 852 barcos, em classes e número de participantes. Dentre as dezenas e dezenas de classes (mais de setenta classes em 1999, participando com pelo menos três barcos no momento da largada) e de embarcações encontram-se desde os antigos Guanabaras e Cariocas aos modernos 49ers, os pequenos Optimists e as grandes máquinas da Classe Oceano. A participação de campeões olímpicos e dos principais veleiros oceânicos do país vem reforçar a importância alcançada pelo evento esportivo. A dimensão incontestável de grande espetáculo apoia-se também no crescimento da assistência, de maior inserção na mídia e de investimentos das empresas públicas e privadas.

O maior aporte de verbas favorece o desenvolvimento de setores na Regata EN, principalmente voltados à divulgação (aumento da inserção de imagens na mídia) e na profissionalização da assessoria de imprensa, dentre outros aspectos. Isto proporciona o aumento da visibilidade da “Regata”, levando ao seu crescimento como espetáculo.

A edição de meio século da “Regata Escola Naval” conta com o patrocínio do BANCO DO BRASIL estampado nas embarcações de Oceano “Sargaço”, “Villegagnon” e “Brekelé”. Daí em diante, essa instituição financeira marca a sua efetiva presença no evento em geral. Na visão do Comandante Justo, o crescimento do número de concorrentes da “Regata” não traz a perda da qualidade técnica da disputa. A presença dos melhores velejadores do país com seus modernos barcos e equipamentos, muitos deles campeões mundiais e olímpicos, e a formação de Comissões de Regatas criteriosamente escolhidas possibilitam eficiente organização, escolha, montagem dos percursos e execução das regatas sob

regras internacionais, promovendo gradativa melhoria do desempenho técnico dos participantes.

O grande número de empresas envolvidas nos últimos dez anos (1996 até 2006) no evento como anunciante-patrocinador (entre variadas formas de envolvimento) favorece o desenvolvimento da “Regata Escola Naval”. A importância da “Regata” é ressaltada nas imagens e fotografias extraídas das embarcações de apoio e de helicópteros, direitos exclusivos da Escola Naval e dos patrocinadores que usam o costado das embarcações com o nome do patrocinador.

A “Regata Escola Naval” em 1999 (54ª edição) demonstra, de forma contínua, o seu crescimento como espetáculo em função do aumento do interesse da mídia, do número de patrocinadores, da assistência e das cifras investidas por empresas. Os investimentos passam a atender de forma efetiva os custos da realização da “Regata”, evento de caráter multifuncional com despesas em: transporte, alimentação, hospedagem, prêmios, divulgação (TVs, rádios, jornais, revistas, outdoor, internet, helicóptero e etc.) e promoção (merchandising em variados materiais), stands, impressos, exposições, logomarcas (materiais e equipamentos), seguros (de barcos e pessoas), serviços médicos, de salvamento, de segurança e de recepção, de direção e suporte técnico da competição, material e equipamento técnico e administrativo. O evento apresenta, também, entretenimentos como: animação infantil, planetário, cães amestrados, Banda dos Fuzileiros Navais, gincana de pintura, passeio de barco, exposição de carros antigos e de tecnologia naval, sonorização e locução, filmes e teatros, nautimodelismo (demonstração e competição) e além da tradicional feijoada.

A “Regata” amplia seu raio de ação, abrangendo uma programação esportiva que alcança a “Regata a Remo” na Lagoa Rodrigo de Freitas, a “Regata de Windsurf” na Lagoa de Marapendi e a “Meia Maratona de Canoagem” além da “Regata Ecológica e da Regata de Optmist”.

Lars Graef explica a importância da “Regata” por ocasião da sua 54ª edição (1999). Participante do evento desde 1980, Lars acredita que a comemoração se sobrepõe à competição afirmando: *“É claro que vencê-la tem um sabor especial, mas o legal é que é uma festa muito bonita onde participam desde os grandes profissionais até o marinheiro de primeira viagem”* (Jornal do Brasil. 11.10.1999:8).

A 54ª edição da “Regata” apresenta grandes novidades. Aparece a classe “Escaler”, desenvolvida no Brasil pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, uma embarcação para ser utilizada nas escolinhas de vela. Essas embarcações confeccionadas em fibra de vidro têm a capacidade para 8 tripulantes. Dezesesseis barcos participam da competição na categoria que, inclusive conta com a presença de quatro delegações estrangeiras da Itália, do Chile, do Uruguai e da Suécia. A classe é vencida pelo barco “Paula” tripulado pelos Aspirantes da Escola Naval. Tal fato caracteriza o início da internacionalização da marca “Regata Escola Naval”. As inscrições da Regata, em seu segundo ano, continuam a ser feitas pela Internet. Na ocasião, o público pôde ver a regata de uma arquibancada de 500 lugares instalada pela Prefeitura do Rio, entre as praias do Flamengo e Botafogo (altura do Morro da Viúva), com as embarcações passando a 100 metros da praia. Isto traz a lembrança dos “Pavilhões de Regatas” construídos no início do século XX pela Prefeitura da Cidade, com a finalidade de abrigar a assistência às regatas a remo, um grande evento social na época.

Na 55ª edição da “Regata”, no ano 2000, competem 832 barcos, distribuídos em 70 classes, com a presença de velejadores olímpicos como Lars e Torben Grael, Marcelo Ferreira e Kiko Pelicano. Um dos fatos marcantes do evento é a apresentação do novo “Cisne Branco”, veleiro de instrução armado em galera (três mastros) construído na Holanda em 1999 e incorporado à Marinha do Brasil. Em paralelo à Regata, ocorre o 1º Simpósio de Segurança do Navegador Amador. O Simpósio idealizado pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) tem como propósito de revisão da NORMAM 03 (Normas da Autoridade Marítima). Pela primeira vez, sentam-se lado a lado os velejadores, profissionais ligados a náutica, proprietários de estaleiros e marinas e os oficiais da DPC, encarregados de elaborar a legislação. O resultado do evento supera as expectativas e atrai ainda para a “Regata” novas empresas patrocinadoras/apoiadoras.

O destaque no evento é do seu mais antigo velejador, o alemão Karl Henrich Boddener, com 85 anos (2000), presença constante desde 1947 (2ª edição) e vencedor na classe Guanabara em 1999, com o veterano Itacibá (G97). Outro grande esportista da “Regata” é o velejador Benjamin Sodré Júnior, de 85 anos, com seu J24 e 57 participações na 61ª edição em 2006.

A presença de novos patrocinadores do Grêmio de Vela da Escola Naval sobressai com marcas estampadas nos cascos e velas das embarcações. Isto favorece os custos de manutenção, de treinamentos e participações em competições. Na ocasião, a Gazeta Mercantil faz a seguinte referência sobre a “Regata” na época: *“Pelo visto, o marketing da Marinha vai de vento em popa” (21/9/00:6)*. A importância alcançada pela Regata no cenário nacional proporciona a sua inclusão no calendário da cidade do Rio de Janeiro.

Na passagem do século XX para XXI, a Regata alcança o recorde de público nas instalações da Escola Naval, com a presença de 15.000 pessoas e, na água, 848 barcos – 56ª edição em 2001. Ela conquista novas parceiras. Amplia a sua internacionalização pela presença das Marinhas Amigas da Itália, Portugal, Holanda, Chile, Uruguai, Reino Unido e dos Estados Unidos. Conta com a presença constante de alguns dos melhores iatistas do país em sua 61ª edição em 2006, entre eles: Henrique Pelicano, Nelson Falcão e Ronaldo Senf. Integra-se no desenvolvimento de projetos sociais de organizações não governamentais e públicas como: o “Instituto Rumo Náutico” idealizado por Lars Grael, Torben Grael e Marcelo Ferreira no início dos anos 1990 e o “Navega São Paulo” idealizado pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo a partir de 2006. Isto favorece seu entendimento focado na responsabilidade social e ambiental devido ao treinamento oferecido por oficiais e aspirantes aos jovens. Oportuniza-se a formação de cidadãos pela participação dos jovens no atendimento aos visitantes, no conhecimento das embarcações da Marinha e das tradições marinheiras, na promoção da difusão da vela, no auxílio à formação profissional, na consciência da importância do mar e da ecologia e no espírito de equipe despertado pela presença nas competições, todas tarefas compatíveis com a idade e qualificação.

O desenvolvimento do esporte no país traz benefícios a todos os segmentos envolvidos. Leva ao aumento do interesse da população de assistir ao evento nos locais de competição. A mídia, como a maior responsável pelo crescimento do público e dos investimentos das empresas no esporte, atinge maiores índices de audiência. O atleta apresenta maior dedicação aos treinos e à competição; e as empresas, na função de anunciante-patrocinador, trazem a seriedade ao setor. A conjugação de forças entre os meios de comunicação, as empresas e o esporte determinam diretamente o seu

desenvolvimento, principalmente pelo alargamento das formas de aproximação beneficiando o setor com investimentos, organização e profissionalização.

A “Regata”, por sua vez, projeta em dimensão exponencial imagens da Escola Naval, a mais antiga instituição de ensino superior do país, encravada na Ilha de Villegagnon, na Baía de Guanabara. A Escola Naval, com tripulação de cerca de 1500 pessoas entre civis e militares, alcança na “Regata” contingente populacional flutuante em torno de 3000 velejadores e 5000 convidados e mais algumas centenas de trabalhadores indiretos, o que perfaz cerca de 10000 pessoas presentes no evento esportivo. O evento, tradicionalmente realizado no segundo domingo de outubro, é visto na Baía de Guanabara sob os mais variados ângulos em função da localização geográfica e estratégica da EN. O trabalho árduo da tripulação da EN, da organização do Grêmio de Vela e do apoio da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval favorece o sucesso da Regata.

Nessa perspectiva, a Escola Naval oferece por meio de um planejamento estratégico, excelentes instalações a todos os tipos de eventos, entre elas: campo de esportes, pista de atletismo, piscinas, alojamentos, ginásio coberto (quadras), biblioteca, salões de eventos, praças de alimentação, estacionamento, auditórios, inclusive de 1000 lugares e recursos tecnológicos de última geração. Desse modo, garantem-se às empresas patrocinadoras melhores oportunidades de retorno institucional - marca reconhecida como aliada ao esporte, de lançamento

de produtos e serviços, de retorno de imagens, de capitais e de sedimentação de modelos de consumo. Sedimentam-se conceitos e reasseguram-se consumidores no amplo, atraente e competitivo mercado brasileiro e mundial, através do retorno de mídia espontânea, patrocínio, merchandising, licenciamentos, entre outros.

BIBLIOGRAFIA

ANUÁRIO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VELA E MOTOR. (1946). Rio de Janeiro: 81,110-112.

GARRIDO, F. A. C. (1999). *Tendências da Cultura Esportiva no Rio de Janeiro: Uma Análise da Mídia e da Prática de Esportes. (Tese de Mestrado).* Rio de Janeiro. Universidade Gama Filho.

———. (2004). *As Práticas Físicas na Marinha do Brasil. Monografia (Doutorado em Ciências Navais) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro.*

GEORGE SETTE MUNIZ – CMG/FN-RRm. (2001). *Comunicação Pessoal.* Rio de Janeiro.

JORNAL DO BRASIL. (2000). Rio de Janeiro, 18 de fevereiro.

LINDENBERG, P. (1944). *Revista Yachting Brasileiro. Escola Naval: Jovens Cultuam a Vela.* Rio de Janeiro. nº 2: 30-31.

LUCIANO LUNARDELLI SALOMON – CF/FORMAR/EN. (2001). *Comunicação Pessoal.* Rio de Janeiro.

LUIZ CARLOS PEIXOTO GARCIA JUSTO – CMG/IM-REF. (2001). *Comunicação Pessoal.* Rio de Janeiro

MARTINS, Hélio Leôncio. (1988). *A Revolta dos Marinheiros.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.

NORBERT, Elias; ERIC, Dunning. (1992). *A Busca da Excitação.* Lisboa: Difel.

REVISTA YACHTING BRASILEIRO. (1946). Rio de Janeiro: nº 24: 9.

REVISTA DE VELA. (1953). 7ª Regata Escola Naval. Rio de Janeiro. nº 2: 3-8.

RICARDO DONDEO – CC/FORMAR/EN. (2001). *Comunicação Pessoal.* Rio de Janeiro.

TUBINO, M. J. G. ; GARRIDO, F. A. C. ; TUBINO, F. M. (2007). *Dicionário Enciclopédico Tubino do Esporte.* Rio de Janeiro: Senac.





INVESTIGANDO A METÁFORA “A VIDA É UMA GUERRA” NO LINGUAJAR MARINHEIRO

Professora Giselle Trajano Ignácio Castro

INTRODUÇÃO

Foi com um misto de alegria e curiosidade que em setembro de 2004 recebi o convite da Escola Naval para a Cerimônia de Posse dos novos professores aprovados em concurso público realizado naquele mesmo ano.

Alegria, porque eu fazia parte do grupo de professores; curiosidade, porque essa seria a primeira vez trabalhando em uma instituição militar, o que me fazia acreditar que encontraria algumas surpresas e muitas novidades neste meu caminhar na profissão.

Conforme imaginei, as surpresas surgiram logo na semana seguinte, quando fomos convidados para uma semana de adaptação, na qual teríamos oportunidade não só de conhecer todas as instalações da escola bem como nos familiarizarmos com a cultura naval. A intenção era a de que nos sentíssemos parte daquela comunidade, algo que mais tarde pude perceber é bem presente nas organizações da Marinha do Brasil, esse sentimento de união, de pertencer ao grupo, essencial à sobrevivência da instituição como um todo.

Após conhecermos os prédios da Escola, que na verdade ocupam toda a ilha, e ficarmos maravilhados com o belíssimo visual que a circunda, fomos levados, já no terceiro dia, à biblioteca, onde tivemos uma série de encontros com oficiais militares que estariam mais diretamente envolvidos com o nosso trabalho, tanto nos aspectos administrativos quanto nos aspectos pedagógicos.

Devo dizer que, apesar de temer o rigor da sua disciplina, sempre nutri um sentimento de admiração pela Marinha, principalmente no tocante à sua

organização e ao senso de patriotismo. No entanto, foi a partir desses encontros que passei a entender melhor a importância da disciplina e da hierarquia em uma organização militar. Não se trata de um jogo de poderes, mas sim de um sistema complexo de relações no qual cada componente tem um papel importante a desempenhar, onde é preciso haver confiança mútua entre os participantes, uma vez que o bom desempenho de um significa o sucesso do outro. Sendo assim, traduzindo em imagens a forma como entendi a Marinha, a disciplina e hierarquia seriam como o óleo que permeia as engrenagens de uma máquina, garantindo o seu bom funcionamento, enquanto que o espírito de grupo, de comunidade e até mesmo de família, eu diria, atuaria como o combustível, sem o qual a máquina não teria condições de trabalhar.

Dando prosseguimento a nossa semana de adaptação, chegou a vez de sentirmos um pouco mais de perto como é a vida do marinheiro. No último dia da programação, embarcamos num AVIN, aviso de instrução, para um passeio de algumas horas, até a saída da Baía de Guanabara. Aviso de instrução é uma embarcação pequena, utilizada para exercícios no mar com os aspirantes. Neste tipo de navio, tem-se uma idéia do que acontece durante viagens em embarcações de maior porte.

Já me sentindo parte da família Naval, iniciei neste dia uma jornada de aprendizado na qual venho caminhando até hoje. Refiro-me ao linguajar marinheiro, a gíria utilizada entre os homens do mar. Durante aquela viagem reparei que os homens se comunicavam de maneira muito peculiar, usando termos que só eles entendiam, muitas vezes engraçados ou exóticos, dos quais nós, “marinheiros



de primeira viagem”, ávidos por legitimar a nossa aceitação pelo grupo, esforçávamos-nos para aprender os significados. Quem iria recusar uma “jacuba” de boas vindas? Só se o navio estivesse “jogando” muito e o sujeito “mareado”, o que não aconteceu a nenhum de nós! Fizemos a viagem toda “na marca” e ainda no final recebemos um “Bravo Zulu” do Comandante.

Termos como os descritos acima aguçaram meu interesse nesse falar típico do pessoal de Marinha. Primeiro, o desejo de aprender os significados das expressões assim como seu uso no contexto. Depois, a vontade de interagir com os aspirantes (meus alunos) e oficiais (companheiros de trabalho) de forma mais próxima ao seu cotidiano, me inserindo assim, cada vez mais, em sua comunidade.

Muito tempo antes de me tornar professora, os estudos das linguagens sempre me chamaram a atenção pelo aspecto sócio-cultural que há por trás do uso de uma determinada língua, dialeto ou linguajar. No caso específico da Escola Naval, esse antigo interesse se somou a minha crença de que o

aprendizado ocorre de maneira mais eficaz num ambiente em que todos se sentem parte de uma mesma comunidade.

Portanto, motivada por interesses pessoais e profissionais é que venho observando e coletando as expressões marujas que chegam até mim no meu cotidiano de trabalho e convivência na Escola Naval.

Ao dar início aos meus estudos sobre Metáfora Conceitual com a professora Solange Vereza na Universidade Federal Fluminense, outros interesses vieram se juntar a este processo de aprendizagem do falar marinho: o desejo de investigar, a partir da teoria da metáfora conceitual de Lakoff e Johnson (1980 [2002]), os conceitos subjacentes às expressões usadas pelos marinheiros, tendo em mente que o sistema conceitual do homem emerge da sua experiência com o próprio corpo e o ambiente físico e cultural em que vive.

Segundo essa perspectiva, a metáfora lingüística só é possível porque existem metáforas no sistema conceitual humano. Como elas são geradas a partir de experiências corpóreas em relação ao ambiente

físico e cultural, compreendê-las significa entender o próprio modo de pensar e agir inerente ao homem. É exatamente na busca do entendimento deste homem, pertencente a um determinado grupo cultural, que nasceu a proposta da investigação que o presente trabalho pretende realizar.

A TEORIA DA METÁFORA CONCEITUAL

A teoria da metáfora conceitual, proposta por Lakoff e Johnson (1980/2002), no contexto da psicologia cognitiva, provoca uma ruptura paradigmática nos estudos tradicionais da metáfora, que, durante mais de dois mil anos, a considerou como mero ornamento lingüístico. A contribuição da referida teoria para a compreensão das metáforas consiste em lhes atribuir um valor cognitivo, colocá-las no seio da vida cotidiana, e demonstrar que elas orientam nossa forma de pensar e agir no mundo. Para Lakoff e Johnson (op.cit. p.47-48), “a essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos da outra.”

Tomemos como exemplo expressões no cotidiano escolar:

“Não consigo tirar essa idéia da cabeça.”

“A minha cabeça está cheia de idéias confusas.”

“Agora tente botar essa idéia na sua cabeça oca!”

As metáforas lingüísticas — “tirar” , “botar idéias”, “encher de idéias” — só produzem sentido na interação por que se estruturam com base em duas metáforas conceituais: “A MENTE É UM RECIPIENTE” ; “AS IDÉIAS SÃO OBJETOS”. Mente e recipiente, idéias e objetos são coisas completamente diferentes. Mas é porque podemos experienciá-las como semelhantes é que nos atribuímos, cognitivamente, o “poder” ou o “dever” de tirar, colocar, recheiar de idéias a “cabeça oca de alguém.”

O que reteremos como relevante é a hipótese segundo a qual a atividade cognitiva seria metaforicamente estruturada. O seu estudo nos possibilitaria, portanto, tomarmos consciência de como se organiza o nosso sistema conceptual.

No processo de apropriação de um objeto, idéia ou noção ainda imprecisa, quando não somos capazes de conceituá-los e dar-lhes um nome, as metáforas, a partir de nossa experiência corpórea, colocam em interação figura e sentido, apresentando-se como uma forma eficiente de categorizar o objeto desconhecido e integrá-los a conhecimentos anteriores.

INVESTIGAÇÃO

OBJETO DE INVESTIGAÇÃO

Para investigar o papel das metáforas conceptuais na gênese e transformação das representações sociais do grupo em questão, tomei como objeto de investigação o resultado de um questionário envolvendo algumas das expressões pertencentes ao falar marinho coletadas no decorrer da minha prática profissional na Escola Naval.

O questionário é constituído de quatro perguntas e /ou reflexões a respeito de dezessete expressões escolhidas para a investigação.

Tal escolha teve como critério dois aspectos que foram considerados relevantes: o primeiro refere-se à questão da frequência com a qual me deparo com as expressões relacionadas no meu cotidiano de trabalho na instituição; o segundo diz respeito ao fato de tais expressões estarem registradas em duas publicações sobre o tema: “Gíria Maruja” de Gastão Penalva” e “Rolo de Japona - Dicionário, Contos e Crônicas do Linguajar Marinheiro (Praças)” de Roberto Souza Maior.

As perguntas visam basicamente investigar as relações corpo-mundo subjacentes às expressões utilizadas pelos marujos tanto em suas interações profissionais como em seu convívio social no grupo.

Colaboraram nesse inquérito um grupo de 20 aspirantes da Escola Naval e mais 10 oficiais da Marinha do Brasil, respondendo sempre às mesmas perguntas em relação a dezessete expressões do linguajar marujo:

Para cada expressão relacionada¹, elaborei as quatro perguntas que se seguem no exemplo a seguir:

Tendo em mente a expressão “na marca” (O uniforme está na marca.), responda:

1-O que “na marca” quer dizer em seu sentido literal? Ou seja, o que “na marca” normalmente significa para os civis que não conhecem a gíria maruja?

2-O que significa a expressão “na marca” num contexto de Marinha?

3-Que imagens você associa à expressão nesse contexto?

4-Dê um exemplo de uso desta expressão no seu dia-a-dia de Marinha.

A VIDA É UMA GUERRA

A partir da compilação das respostas dadas ao questionário mencionado acima, é interessante



examinar a metáfora conceptual A VIDA É UMA GUERRA subjacente a algumas expressões do linguajar marinho.

No exemplo “Antônio tá de guerra. Isso não pode ser sério”, segundo as respostas do questionário, a palavra “guerra” no contexto de Marinha está sendo usada de forma figurada, no sentido de “zombaria”. Há de fato elementos do domínio-fonte (guerra) que caracterizam o domínio-alvo (a idéia de zombaria), o que significa que o marujo tem condições de experienciar a zombaria através de alguns conceitos de guerra que são semelhantes a tal situação. Ou seja, viver uma situação de escárnio como se estivesse em guerra, onde ele precisa se defender dos “ataques” (o deboche, neste caso) e contra atacar também (revidando as brincadeiras) de forma que o “inimigo” (aquele que está zombando) não saia vitorioso (deixando-o irritado ou sem resposta).

Em outro exemplo, “O uniforme do tenente está na marca”, a expressão “na marca” pode traduzir a idéia de posicionamento correto, o que na guerra é fundamental. Sendo assim, na cultura Naval, “na marca” é entendido como “de acordo com as recomendações do comando”.

A palavra “paiol”, para o pessoal de Marinha, traz a imagem de algo que é normal, básico, comum. Se levarmos em consideração que “paiol” é um lugar no quartel onde se guardam armas e munições, e tais itens são básicos para enfrentar uma batalha, podemos entender melhor o significado da palavra “paiol” na gíria marinha. Vejamos alguns exemplos retirados do questionário:

–“O fuzil é paiol para os guerreiros da selva”; ou seja, para esses guerreiros, o fuzil não apresenta nenhuma novidade.

–“Ficar na marca é fácil, é só fazer o paiol”; ou seja, para ficar tudo certo, é preciso apenas fazer o básico,

sem complicações nem extravagâncias.

– “A prova veio paiol”; em outras palavras, a prova estava simples.

A expressão “Bravo Zulu” é utilizada como cumprimento ou elogio feito a um militar, navio ou organização da Marinha em terra após a execução de um determinado trabalho ou tarefa. “Bravo Zulu” tem como origem o significado de um código de bandeiras americano, onde BZ é o mesmo que “Well Done”, o equivalente a “bom trabalho” em português. A partir do uso do alfabeto radiotelefônico internacional, onde B é identificado pela palavra “Bravo” e Z por “Zulu” é que a expressão ganhou a força de um grande elogio no meio naval. Entretanto, existe na Marinha uma outra explicação para a gênese da expressão “Bravo Zulu”. Quem relata a pequena estória é um dos oficiais da Marinha que respondeu ao meu questionário:

“Na Antigüidade, a vida marinha era cercada de particularidades que sofreram algumas transformações e, o que vemos, atualmente, nos leva a refletir. Em uma roda de campanhas em uma missão no mato, nós Fuzileiros Navais, estávamos reunidos conversando vários assuntos. Dentre estes, o que mais me surpreendeu foi a origem da expressão “BRAVO ZULU”.

Nas caravelas que faziam parte das frotas na Antigüidade somente o Comandante do navio possuía um local para repouso separadamente do restante da tripulação. Mesmo os outros oficiais e praças mais graduadas se alojavam em único compartimento, obviamente com algumas diferenças, inclusive o Imediato. A única distinção que existia era entre o Comandante e sua tripulação. Sendo assim, desde àquela época, já se usava o famoso alfabeto fonético (A de ALFA, B de BRAVO, C de CHARLIE...), e assim por diante...

Nas diversas atividades que eram desenvolvidas a bordo existiam aquelas que exigiam mais da tripulação (Oficiais e Praças, incluindo aí o Imediato do navio). Quando a tripulação executava uma dessas atividades ou fainas com ótimo desempenho, o Imediato, como responsável perante o Comandante, dava o “pronto” do trabalho executado ao mesmo. O comandante então expressava a satisfação ou a insatisfação referente ao trabalho da seguinte forma: se o trabalho fosse mal executado e percebido pelo comandante, a tarefas seriam continuadas até que tudo estivesse perfeito, porém, se o Comandante gostasse do que foi feito, por este era determinado ao Imediato que fosse distribuído rum (bebida) de

BRAVO a ZULU, como forma de recompensa à tripulação pelo trabalho bem realizado.

Conclusão: ALFA=Comandante, BRAVO=Imediato e, até ZULU=toda a tripulação.... (“Ordem do Comandante :” Rum de BRAVO A ZULU”).”

Podemos observar aqui que a distribuição de rum ao Imediato e a toda tripulação está relacionada ao dever cumprido e a tarefas bem sucedidas. Logo, o aspecto de recompensa presente na distribuição de rum no navio – estando tal aspecto totalmente inserido na cultura de Marinha – é transferido à expressão “Bravo Zulu”. que passa a funcionar como elogio entre os membros de Organizações da Marinha.

Temos um outro aspecto a ser considerado em

relação a expressões como “Bravo Zulu” e a outras como “P.S” (problema social), ou “Afi” (afirmativo) na Marinha, onde a motivação para a abreviação se dá pela necessidade de comunicação clara, rápida e eficiente num momento de conflito onde um minuto que seja pode fazer a diferença. O ingrediente básico desta motivação reside no fato de que, com guerra ou sem guerra, o militar deve estar sempre pronto para a batalha, e, para tanto, toda a sua formação deve estar voltada para este fim.

Outra evidência lingüística da metáfora A VIDA É UMA GUERRA aparece neste texto, retirado da internet, postado na página de um site de relacionamentos do qual um dos respondentes do questionário faz parte:





Embora seja possível identificar outras metáforas subjacentes às expressões marujas, a metáfora conceptual A VIDA É UMA GUERRA se realiza em vários exemplos onde eventos que fazem parte do cotidiano de todo ser humano estão relacionados às idéias de guerra, luta, agressividade e destruição, como por exemplo, “Marujo não vai à festa, vai para o soco” ou “Marujo não recua, da meia volta e avança” ou ainda “Marujo não entra, faz uma incursão”.

CONCLUSÃO

A análise de alguns exemplos do linguajar marinho evidencia a metáfora conceptual A VIDA É GUERRA como elemento gerador daquelas expressões metafóricas, criadas a partir da interação social, como um sistema conceptual estruturado e estruturante da realidade.

As metáforas configuram-se, de fato, como mecanismo constitutivo do pensamento, orientado por uma lógica de imputação de significados aos objetos e aos acontecimentos.

Para Lakoff e Johnson (1980 [2002]), os conceitos governam o nosso pensamento nos detalhes mais triviais. Eles estruturam o que percebemos, a maneira como nos comportamos no mundo e como nos relacionamos com o outro. No caso específico do pessoal de Marinha, a prontidão para a guerra é a razão primária da sua existência enquanto grupo e organização militar.

A hierarquia, a disciplina e a ordem presentes têm como objetivo principal preparar os homens para o combate e defesa da sua nação.

A linguagem concebida como práxis social nos exemplos apresentados nos permite evidenciar como se constrói e se reconstrói a rede de metáforas conceptuais escondidas por trás das metáforas lingüísticas verbalizadas no curso das comunicações interpessoais. Foi possível também observar como se entrelaçam as histórias míticas da instituição militar, do sujeito e do grupo reflexivo através do sentimento de pertença no uso da gíria naval _como de fato, o uso

do linguajar específico funciona como um elemento de coesão e de identidade de um determinado grupo. No caso da instituição em questão, a união entre seus membros exerce um papel fundamental no enfretamento de um conflito, no sentido de promover a confiança e o trabalho em conjunto entre eles.

As metáforas conceptuais enraizadas no contexto cultural dos participantes da interação servem de pistas importantes para o estudo dos processos de organização do nosso sistema conceptual.

Elas tecem os fios que entrelaçam indivíduo, sociedade e cultura; linguagem, cognição e emoção.

A prática educativa, como agente transformador dos conceitos sociais, deve atentar para uma conscientização das metáforas conceptuais, subjacentes às atividades discursivas e ao que elas nos revelam ou nos escondem em nossas vidas.

O estudo das representações sociais como rede de metáforas nos engaja num processo permanente de ver e de fazer a vida por meio de novas metáforas alternativas.

REFERÊNCIAS:

GIBBS, R.W. *Taking metaphor out of the heads and putting in into the cultural world.* In GIBBS, R. and STEEN, G. *Metaphor in cognitive linguistics.* Amsterdam: John Benjamins, 1999.p.145-166

KÖVECSES, Z. *Metaphor in Culture: Universality and Variation.* Cambridge: Cambridge University Press. 2005

LAKOFF, G. e JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana.* Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

MAIOR, R. S. *Rolo de Japona-Dicionário, Contos e Crônicas do Linguajar Marinheiro.* Edição independente, 2003.

PENALVA, Gastão. *Gíria Maruja.* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1982

WIKIPEDIA. *Alfabeto Radiotelefônico.* Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfabeto_radiotelef%C3%B4nico. Acesso em: 25 de fevereiro de 2007

(Footnotes)

¹ *Arvorar; Bravo Zulu; cocha; dar volta; guerra; jacuba; marcar; onça (safari a); paiol; pau; pegar; reforma; safar; suspender; voga*

SICAR CONSTRUÇÕES

**OBRAS CIVIS
REFORMAS
ENG. ELÉTRICA
HIDRÁULICA
ARQUITETURA**

**AJUDANDO A CONSTRUIR UM BRASIL
MELHOR**

Av. dos Democráticos, 1.625 - sala 311 - Bonsucesso - Rio de Janeiro - RJ - 21050-000
Telefax.: (0XX21) 2437-0849 CNPJ 42.582.916/0001-47 - E-mail: sicacom@uol.com.br

PALAVRAS DE NOSSO OFICIAL DA MARINHA DOS ESTADOS UNIDOS

LT G. Alan Hester Jr

A maioria dos aspirantes já conhece um pouco sobre a minha vida, mas deixe-me tomar algumas linhas para falar sobre minha carreira na Marinha Norte-Americana. Eu me alistei na Marinha em 1991, como parte da Força de Reserva. Meu batismo de fogo e treinamento inicial como maquinista foram em Great Lakes, Illinois. Depois, transferi-me para o Centro da Reserva Naval em Cleveland, Ohio, a fim de esperar por uma vaga para realizar treinamento na escola de mergulho, na unidade móvel de Mergulho e Salvamento. O treinamento da Força de Reserva é conduzido somente uma vez por mês e durante duas semanas no período do verão. No restante do tempo, estudei Comunicações na Universidade de Findlay, em Ohio. Depois do meu primeiro ano de estudos, decidi ingressar no Serviço Ativo da Marinha. Casei com minha namorada de faculdade, e nos mudamos para Virginia Beach, Estado de Virginia, onde estudei por



três meses, a fim de tornar-me Especialista de Operações. Depois disso, fui mandado para meu primeiro navio, USS (United States Ship) "LA MOURE COUNTY" - LST 1194, na Base Naval Anfíbia de Little Creek, situada em Norfolk, que fica perto de Virginia Beach. Durante o tempo em que fiquei embarcado, participamos de muitos exercícios, incluindo a Operação UNITAS, que me deu oportunidade de conhecer o Rio de Janeiro pela primeira vez. Eu não sabia, naquele momento, que um dia moraria e trabalharia nesta bela cidade.

Em janeiro de 1996, pedi para ser transferido para a costa Oeste e fui mandado para o navio USS "MONSOON" - PC 4, em San Diego, Califórnia. Nesta época, passamos muito tempo nas águas do Caribe e na região norte da América do Sul, fazendo operações de combate ao tráfico de drogas. Trabalhávamos para a Joint Interagency Task Force (JIATF) Oeste e Leste. Passamos pelo canal do Panamá 21 vezes e fizemos, também, muitos exercícios com Marinhas de vários países como Venezuela e Colômbia.

Enquanto estava embarcado, fiz minha inscrição em um programa de elite no qual ganharia dois anos para estudar em uma faculdade. Depois de muitos anos servindo à Marinha do meu país, estava pronto para concluir os estudos e procurei um jeito de fazê-lo. Baseado em meu bom histórico no mar, fui escolhido com 50 outros, dentre um grupo de muitos candidatos, para estudar em tempo integral, incluindo salário e benefícios normais. Cursei a Califórnia State University San Marcos (CSUSM), localizada 40 km ao norte de San Diego. Estudei Psicologia e Biologia, e, em dois anos, concluí o bacharelado em Psicologia. Isto só foi possível porque já havia cursado um ano de faculdade antes da minha entrada na Marinha e porque tinha aulas durante as férias de inverno e verão. Logo em seguida, inscrevi-me na Escola de Candidatos a Oficiais em Pensacola, Flórida, que era o único meio de praças já formados na faculdade se tornarem oficiais. Fui aceito no programa de aviação e comecei em março para me formar em junho de 2000.

Formei-me como 2º Tenente no dia 23 de junho e, em agosto, comecei seis semanas de “Doutrinação de Aviação”. Depois disso, fui morar com minha família a 60 km da Base Aérea Naval de Whiting Field, um dos dois lugares onde a Marinha dos EUA oferece treinamento primário em aviação. Treinei na sala de aula e no ar por quase quatro meses e, então, encontrei um obstáculo: as alergias. Pela primeira vez na minha vida, eu vivia num lugar onde a mistura de pólen, mofo e outros agentes no ar causaram a destruição das minhas cavidades nasais, o que me deixou incapaz de voar durante um longo período. Isto trouxe um fim a minha “ilustre” carreira na aviação, e me foi dada a opção de retornar à Comunidade de Superfície, como oficial combatente a bordo de um navio. Aceitei e nunca olhei para trás.

Gostaria de fazer uma breve observação sobre algo com que os aspirantes podem se identificar. A Escola de Aviação era bastante difícil academicamente e trouxe obstáculos pela primeira vez na minha vida. Apenas os melhores dentre os melhores são aceitos lá, assim como no Colégio e na Escola Naval. Mas o único problema é que, quando colocamos todos os melhores juntos, nem todo mundo pode ser o melhor. Alguns vão ficar na média e outros abaixo dela. Na Escola de Aviação, pela primeira vez na minha vida, tive um desempenho acadêmico médio, mas nunca desisti. Trabalhei duro até não poder mais continuar.

Como parte do treinamento da Comunidade de Superfície, fui mandado à Escola de Guerra de Superfície para Oficiais (Surface Warfare Officer School - SWOS) em Newport, Rhode Island, para cursar por alguns meses antes de embarcar. Meu primeiro navio como oficial foi o USS “GUNSTON HALL” - LSD 44, sediado em Little Creek. Assim, voltei à base do meu primeiro navio, só que desta vez como oficial. Isso era importante porque, embora tivesse tido todo treinamento de liderança necessário em OCS (Officer Candidate School) e SWOS (Surface Warfare Officer School), como praça eu já tinha aprendido muito sobre liderança. Notei que muitos oficiais vêm e vão; os bons e os maus. Eu sabia o que constituía um bom oficial e estava determinado a provar isto naquela comissão.

No USS “GUNSTON HALL”, servi como Oficial do Centro de Informação de Combate por alguns meses e

depois como Oficial da Divisão de Eletricidade, de modo a balancear meu treinamento e experiência. Participei de outra Operação UNITAS, desta vez com início no lado do Oceano Pacífico. No Peru, tive a oportunidade de trocar de navio com um oficial peruano e passei três dias a bordo do navio “PAITA” - DT 141. Rapidamente, vou contar um caso pitoresco que me fez interessar pela questão da barreira da linguagem. Quando estava a bordo do “PAITA”, eu dividia o camarote com um peruano que era fuzileiro e mergulhador. Este oficial tinha histórias intermináveis sobre seus dez anos na

selva lutando contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), mas era bastante amigável. O navio iria conduzir um exercício de assalto anfíbio na manhã seguinte, e a missão de meu companheiro de camarote era nadar até a praia com os mergulhadores de combate americanos (“SEALS” – Sea, air



and Land, Força de Operações Especiais da Marinha dos EUA) na fase pré-assalto, para informar as condições do lugar. Às 02h30min ele acordou e tentou usar a pia para se barbear, mas o navio estava em racionamento de água, e não havia água disponível. Ele logo desistiu e foi embora, deixando, porém, a torneira aberta. Acordei duas horas mais tarde com o som de água chapinhando de um lado para o outro. Abri os olhos e rapidamente percebi que havia um pouco mais de meio metro de água no piso. Levantei e fechei a torneira. Desci para contatar o pessoal de serviço e explicar que meu camarote estava inundado, mas com o espanhol muito limitado isto ficou difícil. Primeiro, o vigia me trouxe um copo de água; então, finalmente, consegui transmitir minha mensagem e ele acordou um grupo para me ajudar. Eu me lembro como rapidamente a equipe do navio partiu para a ação. Eles não somente drenaram a água, mas tudo que estava molhado foi retirado, limpo, seco e recolocado no lugar depois de duas horas. Fiquei impressionado com o profissionalismo demonstrado, do marinheiro da lavanderia ao chefe da equipe de inundação. Eu me perguntei se isto era algo comum em todas as Marinhas Sul-americanas ou era um procedimento exclusivo da Marinha Peruana. Minhas experiências no Brasil me convenceram de que o mesmo nível existe em ao menos duas Marinhas na América do Sul. Em geral, depois de duas Operações UNITAS, fiquei impressionado com o

que eu vi em todas as outras Marinhas, mas seria difícil saber com certeza sem ter vivido e trabalhado nos outros países. Isto é algo que não pode ser visto de fora e que pode ser atrapalhado pela barreira da linguagem.

Mais tarde, ainda no Peru e já a bordo do meu navio, algo aconteceu que mudaria a mim e todos os militares dos Estados Unidos para sempre: o atentado de 11 de setembro 2001. O navio estava atracado em Lima, e eu estava voltando de uma viagem a Machu Picchu com um terço da tripulação. Logo depois de nossa chegada, o navio partiu imediatamente para águas desconhecidas. Passamos as duas semanas seguintes sem nenhuma ordem além de permanecer no mar. No restante da viagem, fomos obrigados a abandonar os planos de visitas aos portos regulares e visitamos somente as bases navais ao longo de nossa rota, incluindo a de Mocanguê, aqui no Rio.

Em janeiro de 2003, o USS "GUNSTON HALL" suspendeu de novo, desta feita para o Iraque, como integrante de uma Força Tarefa Anfíbia composta por sete navios da costa Leste e sete da costa Oeste. Ao chegarmos ao nosso destino, desembarcamos os fuzileiros e conduzimos operações caça-minas durante seis meses, utilizando golfinhos e baleias-piloto. Uma coisa que me marcou profundamente nesta viagem, além de nossa posição numa zona de conflito, foi o fato de meu navio ter conseguido retornar com todos os fuzileiros que havia deixado na praia, no início da guerra. Depois da chegada de outro navio para nos substituir, partimos para a costa Leste dos Estados Unidos, a fim de desembarcar os fuzileiros e equipamentos na base de fuzileiros navais na Carolina do Norte. Lembro-me bem de ter pensado que alguns fuzileiros que estavam a bordo, a caminho do Iraque, poderiam não voltar da guerra. Fiquei feliz por isso não ter acontecido. Infelizmente, o mesmo não ocorreu em todos os navios da Força Tarefa e nem nas tropas



que foram mandadas ao Iraque, com a missão de apoiar o treinamento da polícia iraquiana e das forças de segurança.

Em setembro de 2003, desembarquei do "GUNSTON HALL" e retornei à SWOS para três meses de treinamento. A seguir, voltei para Norfolk, onde embarquei no USS "ANZIO" - CG 68, como Oficial de Controle de Avarias. Não fizemos nenhuma viagem durante seis meses, mas participamos de muitos exercícios que nos mantiveram no mar freqüentemente. Fizemos, então, uma viagem à Europa para adestramento com as Marinhas Britânica e Escocesa. Se já estive em algum lugar onde não consegui entender minha própria língua, foi, certamente, na Escócia. Os escoceses têm sotaques muito fortes. Algumas pessoas na Escola Naval me contaram que às vezes é difícil compreender o Português falado em Portugal. Eu posso entender isso muito bem.

Até agora, comentei grande parte da minha carreira. Deixe-me, então, contar a história de como vim para a Escola Naval. O roteiro de treinamento para oficiais de superfície é o seguinte: todos passam três anos em navios, seguidos por dois ou três anos de serviço em terra. Em maio de 2005, recebi uma lista de opções de onde servir depois de desembarcar. Eu, especificamente, procurava servir fora do país e fiquei feliz ao saber que havia oportunidades na Inglaterra, Holanda, Arábia Saudita, Japão, Alemanha e Brasil. Sim, Brasil. Fiquei surpreso, porque não sabia que tínhamos oficiais no Brasil. Já tinha encontrado um oficial Fuzileiro Naval americano fazendo intercâmbio no Peru, em 2001, mas nenhum no Brasil. Para ser mais específico, o local que estava na lista era o Rio de Janeiro. Eu me lembrei bem dos meus pensamentos sobre o Rio e imediatamente solicitei este trabalho. Houve um concurso com 21 oficiais participantes, que venci no final. O oficial que se classificou em segundo lugar também está servindo no Rio, mas a bordo de vários navios brasileiros sediados na Base Naval do Rio de Janeiro, em Mocanguê.

Primeiro, tive que ir para a cidade de Monterrey, localizada aproximadamente 160 km ao Sul de São Francisco, Califórnia, para aprender Português no Instituto de Línguas. Estudei por seis meses, de segunda a sexta, das 07h30min às 16h30min. Havia três professoras. Uma do Rio, uma de São Paulo e outra de Portugal. Quem já me ouviu falando Português provavelmente percebeu que meu sotaque é um pouco misturado. Por ser uma língua bastante diferente, tive que me esforçar muito. Frequentemente sentia medo de não ter aptidão para falar Português, mas, por fim, completei o curso e me formei. Passei os feriados de fim de ano em Ohio visitando minha família e a da minha esposa e, logo depois, viemos para cá.

Uma coisa que me esqueci de mencionar foi o nascimento dos meus filhos. Minha esposa e eu somos pais orgulhosos de quatro crianças: Gregory III - 12 anos, Laurah - 11, Mason - 7 e Emma, com 2 anos. A maioria dos brasileiros geralmente fica chocada com isto, embora eu goste de lembrar que ter bastantes filhos não é algo tão incomum nos EUA. Na verdade, quando cheguei no Rio, vieram também outras seis famílias de militares, cada uma com pelo menos quatro crianças, uma com cinco e a outra com seis. Na minha casa, além das crianças, temos dois cães, um gato, um caranguejo, um porquinho-da-índia e peixes. Geralmente, falo, brincando, que nós temos uma fazenda em casa.

Cheguei em janeiro de 2006 para servir na Escola Naval por dois anos, como instrutor de Inglês. A minha estada aqui tem trazido diversas experiências. A primeira coisa sobre o Brasil que me chamou a atenção quando cheguei foi a língua. Sim, estudei Português por seis meses em um curso com horário intensivo, mas ele não me preparou para o que eu enfrentaria no primeiro dia. Quando saí do avião alguém me disse algo, e não entendi quase nada. A moça do aeroporto falava bem rápido, coisa típica dos cariocas, e isso me surpreendeu. Eu me adaptei logo depois e tenho melhorado diariamente desde então. Lembro que, nos primeiros meses, não conseguia falar ao telefone ou entender o que se dizia no rádio, porque é mais fácil entender alguém pessoalmente do que apenas ouvir. Mas isso também melhorou. A segunda coisa que me impressionou foram as pessoas. Em geral, os brasileiros são bem amáveis, felizes e muito espirituosos. Percebi isso imediatamente. Os meus vizinhos, colegas e alunos me deram apoio e tudo o que eu e minha família precisávamos. Ficamos muito gratos por isso.

Levei muito tempo para me adaptar à Marinha Brasileira, mas tanto os oficiais como meu assistente no

Laboratório de Línguas, Sílvio, me ajudaram a entender o Português e a me adaptar ao horário da Marinha. Na sala de aula, me sentia em casa porque podia falar em inglês, mas às vezes ficava em frente a uma turma que não parecia tão motivada. Eu não conseguia entender isso até me familiarizar com a rotina dos aspirantes. Agora, consigo compreender porque alguém colocaria Inglês em último plano em relação às outras disciplinas em que o nível de dificuldade é talvez maior. Mas ao mesmo tempo, eu queria mudar esta opinião sobre Inglês e imediatamente comeci as aulas com um jeito diferente e interessante. Desde então venho tentando sempre fazer isso. Só quero que os alunos entendam o valor que o aprendizado de outra língua tem para as pessoas. Infelizmente, apenas o Inglês é oferecido para os aspirantes, mas, como sabemos, é uma língua bastante usada na comunicação entre navios, entre aviões e mesmo em terra, o que será bastante útil para os futuros oficiais. Além disso, o conhecimento de uma língua estrangeira ajuda muito quando surgem oportunidades de servir em outros países, em programas de intercâmbio ou missões das Nações Unidas. Conheço muitos aspirantes e oficiais que têm interesse nisso.

Das minhas mais memoráveis experiências, tenho que falar, primeiramente, da Copa do Mundo e dos Jogos Pan-americanos. A energia e o nacionalismo demonstrados no Rio de Janeiro e no restante do país me impressionaram muito. Em segundo lugar, estão as outras cidades que visitei: Búzios, Cabo Frio, Petrópolis, Itaipava, Angra dos Reis, Salvador, São Paulo e Ouro Preto. Estas cidades são muito bonitas e interessantes. Finalmente, está a 61ª Regata Escola Naval. A preparação e a organização estavam perfeitas. Os coordenadores trabalharam muito bem. O evento inteiro estava magnífico. Fiquei feliz por fazer parte de um evento como este.

Foi muito boa a minha vida no Brasil nestes dois anos. No entanto, ficarei muito feliz por voltar para o meu país em dezembro, onde não terei dificuldade para entender o que as pessoas falam e onde estão minha família e meus melhores amigos. Mas também fiz muitos amigos aqui, e espero que todos mantenham contato. O meu substituto é o Capitão-Tenente Shane Durkee, que chegará nos últimos dias de dezembro ou no início de janeiro para servir na EN também por dois anos. É um oficial submarinista e solteiro. Espero que a sua acolhida aqui seja igual a minha, pois ele está muito entusiasmado com esta oportunidade.

Muito obrigado.

OS PREPARATIVOS PARA O DIA D



Eisenhower com soldados pára-quadistas, poucas horas antes da Hora H, Dia D menos 1.

Aspirante Esley Rodrigues de Jesus

INTRODUÇÃO

Eisenhower com soldados pára-quadistas, poucas horas antes da Hora H, Dia D menos 1.

A maioria das pessoas que assistem a filmes sobre o Dia D pensa que toda a operação *Overlord* consistiu simplesmente em um grande contingente de navios de desembarque e tropas de assalto em praias da Normandia, com uma massiva operação de saltos noturnos em pontos estratégicos, que abririam rotas mais seguras para que os tanques e tropas desembarcadas pudessem seguir para as cidades mais próximas e daí para Paris. Certamente essas pessoas desconhecem o grande esforço realizado pelos órgãos de inteligência britânicos e norte-americanos, com o intuito de diminuir a resistência nas áreas de desembarque e de salto, aumentando a possibilidade de êxito na operação *Overlord*.

O presente trabalho pretende apresentar uma parte do planejamento, detalhando algumas táticas utilizadas que, apesar de um pouco arcaicas, mesmo para a primeira metade do século XX, ainda hoje podem ser utilizadas.

BOMBARDEIOS TÁTICOS – O PLANO DE TRANSPORTES

No ano de 1943, quando Eisenhower assumiu o

comando supremo das Forças Aliadas, a Luftwaffe foi posta sobre a Alemanha como uma ação defensiva, caso os russos conseguissem penetrar a frente oriental. Este fato foi de grande importância no desenrolar dos fatos, pois, além de diminuir significativamente o poderio alemão no ar na França, dando aos aliados a supremacia aérea, possibilitou que houvesse tempo bastante para o reaparelhamento da força aérea britânica e norte-americana com bombardeiros, que deveriam ser usados no Dia D (mais precisamente, algumas horas antes da Hora H), defendendo postos avançados na praia e destruindo casamatas alemãs. Entretanto, havia certa disputa quanto ao seu emprego durante os dois meses que precediam ao ataque.

BOMBARDEIROS SOBRE A ALEMANHA.

O general Karl Spaatz da Oitava Força Aérea dos Estados Unidos e o marechal-do-ar Sir Arthur Harris do Comando de Bombardeiros da Royal Air Force acreditavam piamente que, se usados em territórios muito além das linhas de frente (no caso, na própria Alemanha) atacando alvos estratégicos, os bombardeiros causariam p e r d a s significativamente maiores que se usados mais próximos à linha de frente, atacando alvos táticos, como pregavam Eisenhower e o Estado Maior do Quartel General das Forças Aliadas (SHAEF - Suprem Head-Quarter Allied Expeditionary Forces). Porém mesmo Spaatz e Harris discordavam quanto ao uso dos bombardeiros no espaço aéreo alemão – o primeiro pensava em destruir indústrias, o segundo, cidades. Mas tanto o SHAEF quanto Eisenhower sabiam que a guerra só poderia ter seu fim com a capitulação de Berlim ou do OKW (Ober Kommando Wehrmacht – Estado Maior das Forças Armadas



Bombardeiros sobre a Alemanha.

Alemãs) por terra, e, para tal feito, era imprescindível uma operação de desembarque bem sucedida. A Operação *Fortitude* (que consistia em disseminar falsas informações a fim de que os espiões alemães remetessem dados errados sobre o lugar de desembarque, assim como a data e a hora do ataque, por meio até mesmo de encenações em treinamento prático e falsas mensagens por rádio) já estava operando e, somada ao Plano de Transportes, tornaria o Dia D impossível de ser combatido pelo Eixo.

Foi posto em prática, por ordem de Eisenhower e do SHAEF, o Plano de Transportes, que visava paralisar o sistema ferroviário francês, impedindo que, no Dia D, os alemães mandassem reforços para a área da Normandia. O Comandante Supremo acreditava que uma pequena *blitz* de dois ou três dias de *raids* aéreos poderia não ser suficiente para acabar com “pátios de ferrovia, desvios, abrigos, oficinas de concerto, rotundas, plataformas giratórias, sistemas de sinalização, comutadores, locomotivas e material ferroviário rodante”.

Neste ponto, surgiu certa oposição de Spaatz e Harris, que alegavam serem os bombardeiros de área de menor precisão que a requerida para a missão. Também alegavam que o Plano do Petróleo, que consistia em um ataque sistemático às refinarias e depósitos de petróleo do Reich, seria de maior eficácia para impedir o reforço alemão nas praias no Dia D, além de mais duradouro, que o Plano de Transportes.

ARTHUR TEDDER - O “LÓBULO DA AVIAÇÃO”.

O marechal Arthur Tedder, que foi colocado por Eisenhower como “lóbulo da aviação”, fez uma lista com mais de setenta alvos ferroviários estratégicos na França e na Bélgica, com o intuito de causar confusão aos órgãos de espionagem alemães quanto ao local exato da invasão (parte da *Operação Fortitude* era fazer de tudo para que os alemães acreditassem que o local escolhido para a invasão era Pais-de-Calais), entrando inclusive no sistema de mensagens alemão “*Enigma*” para fazê-los acreditar ainda mais na farsa. O grande número de perdas civis estimado foi um pretexto para que os britânicos retirassem seu apoio ao plano. Segundo Anthony Eden, Secretário das Relações Exteriores Britânico, no pós-guerra, a Grã-Bretanha teria de viver em uma Europa que já estava contando com a Rússia “mais do que ele desejava”, logo, não seria muito esperto, diplomaticamente, ter o povo francês considerando os britânicos com ódio.

Churchill escreveu a Eisenhower: “As razões para a concentração sobre estes alvos particulares estão muito satisfatoriamente equilibradas em alvos militares... (o gabinete) teve uma concepção um tanto grave, e, no todo, adversa da proposta”. Churchill somente apoiaria o ataque se os franceses fossem consultados. O general B.



Arthur Tedder

Smith, Chefe-do-Estado-Maior de Eisenhower, falou com o Representante do Conselho Francês de Libertação Nacional de Charles de Gaulle, general Pierre-Joseph Koenig. Segundo Smith, “Koenig assume um ponto de vista muito mais insensível que o nosso. Sua observação foi: ‘Isto é guerra, e é de se esperar que haja extermínio de pessoas. Nós assumiremos as perdas antecipadas para nos vermos livres dos alemães.’”.

Com o plano de Transporte em prática, cerca de 58.000 toneladas de explosivos foram jogadas em solo francês sobre 90 alvos, infligindo grandes danos e perdas para os alemães que, infelizmente, eram hábeis em consertos. Das nove pontes ferroviárias existentes do Sena de Paris para o Mar, oito tinham sido destruídas.

Apesar dos êxitos, o SHAEF, em um relatório, na véspera do Dia D, chegou a conclusão de que os efeitos do Plano de Transportes não pareciam ter sido muito sérios. Muitos historiadores colocam em cheque a eficácia do Plano de Transportes, fazendo uma “solene pergunta sobre se os resultados do plano estavam em conformidade com o custo em esforço aéreo e com a ruína infligida às cidades francesas e belgas”. Os próprios comandantes de bombardeios jamais ficaram convencidos de que o plano era sensato ou eficaz. Entretanto, o próprio general Alfred Jodl Josef Ferdinand Baumgärtler, Chefe de Operações da Wehrmacht (Forças Armadas Alemãs), disse, em uma entrevista em 1946, que “a construção completa das defesas costeiras não estava terminada e nunca o seria porque a areia e o cimento necessários já não podiam ser trazidos”. Isso somado ao fato de que os aliados já dominavam todo o processo de codificação de mensagens alemãs e graças à *Fortitude*, que levou o grosso da defesa atlântica para Pais-de-Calais, deixou o portão da Normandia aberto, ou, pelo menos, mais

fácil de ser penetrado.

LEVANTAMENTO DE DADOS

Se há uma lição que aprendemos com o desenrolar da segunda guerra mundial é que nenhum ataque deve ser mal planejado. Um bom levantamento de informações é imprescindível para obtermos um ataque bem sucedido. No caso do Dia D, que representaria um ponto de inflexão no transcurso da guerra, essa obtenção de dados deveria ser feita de forma discreta, por pessoas extremamente



General Jodl, chefe de operações da Wehrmacht

especializadas em coleta de informações, que impedissem qualquer tipo de suspeitas por parte do exército alemão, em especial da Gestapo. Por isso, qualquer coisa que pudesse comprometer a operação deveria ser rapidamente descartada.

Nascida em 1940, a Resistência Francesa já demonstrava ser uma força muito importante para a derrota dos alemães, principalmente no que concerne às sabotagens e aos levantamentos de dados. Chefiada por Charles de Gaulle (que se encontrava na Argélia), mantinha sua ligação com os Aliados pela Executiva de Operações Especiais (SOE) dos britânicos e com o Departamento Americano de Serviços Estratégicos (OSS) dos Estados Unidos.

Apesar da bravura e do intenso patriotismo demonstrados pelos combatentes da RF, o grosso da população não via com bons olhos sua atuação, principalmente porque não achavam interessante a existência de franceses mal-armados, ou completamente desarmados, lutando contra soldados do exército alemão e tropas blindadas da SS. Mas a RF mostrava-se de vital importância no recolhimento de dados para o serviço de inteligência britânico e para a força de bombardeiros, graças ao fato ímpar

de estar localizada atrás das linhas inimigas. Fornecia informações com grande exatidão, além de praticar atos de sabotagem às linhas ferroviárias que transportavam material bélico e poder servir como “exército subterrâneo na retaguarda deles”, retardando a mobilização de forças alemãs para o campo de batalha.

A coleta de informações precisas era no que a Resistência mais podia cooperar, principalmente porque muitos de seus agentes haviam feito parte da mão-de-obra para a construção da muralha atlântica. M. Clement Marie de Port-em-Bessin, nos Calvados, foi forçado a trabalhar na construção de uma fortificação em Point-du-Hoc (a oeste do que seria chamado *praia Omaha*): “Não havia qualquer tipo de equipamento pesado, tudo era feito com pá, carrinhos de mão, constituindo-se a força de cavalos e homens”. O mesmo agente também trabalhou Pointe-de-la-Percée (a margem ocidental de *Omaha*), construindo posições de radar para a *Kriegsmarine*, que logo no início do Dia D já haviam sido destruídas.

A SOE possuía muitos meios de receber as informações coletadas pela Resistência. Um deles era o envio de pombos-correio. Eles eram colocados em uma gaiola e lançados durante a noite, presos em um pequeno pára-quadras. Na gaiola havia comida para o pássaro, instruções de como remetê-lo, e tubos para as mensagens.

Os alemães construíram baterias em quatro



Desembarque em Omaha

canhões, protegidas por grandes fortificações. Os canhões de 155mm eram tão bem camuflados que não conseguiam ser avistados pela RAF em seus vôos de bombardeio às estradas e ferrovias ou de reconhecimento. O fazendeiro em cujas terras os canhões haviam sido construídos, muito furioso pelo fato de não poder mais apascentar seu gado ou cultivar seu campo, resolveu “demarcar a distância entre os *bunkers*, dos *bunkers* até o posto de observação bem na margem do rochedo, do rochedo aos *bunkers*, e assim por diante”. Com as informações coletadas, ele tinha a única preocupação de como enviá-las para a Inglaterra. Para tanto, usou seu filho cego de oito ou nove anos de idade. Com “uma memória fabulosa, à semelhança de muitas pessoas cegas”, o garoto pegou uma carona até Bayeux, lá entrando em contato com André Heintz, um jovem de dezoito anos membro da RF, que conseguiu retransmitir as informações do garoto à Inglaterra, através de um transmissor de rádio, improvisado em uma lata de Sopas Campbell. Foi desta forma que a Royal Navy conseguiu a posição exata dos *bunkers*, em uma época que não existia GPS e o sistema de posicionamento radar não dava localização de alvos terrestres camuflados com muita exatidão.

Na aldeia de Benouville, a senhora Thérèse Gondrée tinha um café muito freqüentado por soldados alemães que, além de comprar vinhos e lanches, falavam muito, sem sequer desconfiar que sua anfitriã falava alemão. A vendedora passava o que conseguia das conversas à senhora Vion, chefe do hospital-maternidade (e da Resistência local), que repassava a informação para seus superiores na Resistência em Caen, que a repassava para os agentes do SOE na área, que a repassava para a Inglaterra via rádio ou por meio de um avião pequeno.

Foi graças à Resistência Francesa que o tenente Richard Winters da Companhia Easy do 506º foi capaz de cumprir seu objetivo na aldeia Santa Maria do Monte. O tenente sabia, entre outras coisas, que “o comandante alemão estará visitando o professor local e todo o dia leva seu cão para passear às 17 horas”.

Um vendedor de bicicletas, M. Guillaume, de Bayeux, que havia sido ciclista profissional antes da guerra, declarou: “Eu podia me deslocar pelas redondezas sob o pretexto de treinar”. Graças à



Desembarque em Utah

política do trabalho compulsório, ele recolhia facilmente informações sobre o levantamento de pontes, ferrovias e fortificações, localização de tropas, paióis de munição e armamento, além de obstáculos costeiros e coisas do gênero. Continua Guillaume: “A pessoa com quem mantinha contato era o comandante Morvin, chefe da subdivisão da Resistência. Todas as semanas eu me encontrava com ele na Rua Saint-Jean 259, em Caen, de modo que podia passar-lhe informações solicitadas”.

SABOTAGEM PREVENTIVA

Os bombardeios aliados não foram a única forma de garantir que a *Overlord* funcionasse. Havia um fator de extrema importância que ajudou o Plano de Transportes em dismantelar a malha ferroviária francesa: a Resistência Francesa, que, segundo grande parte dos historiadores, foi muito mais eficaz “por libra de explosivos” que os bombardeios.

A sabotagem, outra especialidade da Resistência, também foi de extrema importância para o sucesso da operação de desembarque. Entre os anos de 1941 e 1943, a RF apenas fazia sabotagens sem grande importância em indústrias bélicas, ferrovias, canais e sistemas telefônicos e telegráficos, o que não chegava a causar grande preocupação aos alemães. Este panorama só mudou em 1944, quando o SOE passou a ser subordinado ao SHAEF, e a sabotagem foi ligada ao Plano de Transportes, acelerando consideravelmente a sabotagem ferroviária. Nos



Tigre utilizado na África pelos Afrikakorps de Rommel

primeiros meses de 1944, a resistência colocou 808 locomotivas fora de ação, em comparação com as 387 dos bombardeiros. Este número só foi invertido após a adoção do Plano de Transportes: 292 para a Resistência contra 1437 para os aviões.

O *Plan Vert* tinha por intuito usar a RF para preparar demolições que explodissem linhas-tronco principais que conduzissem à área de ocupação na praia. Em maio, já havia cerca de 570 alvos prontos para serem demolidos.

Os explosivos eram mandados pelos órgãos aliados via-aérea. Cabia aos franceses escondê-los dos alemães. Anthony Brooks, um inglês criado na Suíça de fala francesa, era um dos agentes do SOE em Toulouse. Brooks relatou que os membros da Resistência escondiam explosivos em fossas sanitárias, cisternas de lavatório ou em locomotivas quando os maquinistas eram da RF. Recordou-se ele:



Derrota dos navios aliados para o desembarque no Dia D
1-praia Utah; 2-praia Omaha; 3-praia Gold; 4-praia Sword; 5-praia Juno.

“Costumávamos esconder os explosivos em uma locomotiva elétrica e nenhum soldado alemão ia abrir uma coisa que diz que tem nela 16.000 volts e que tem uma chave”. A impaciência dos recrutas da Resistência, junto com sua ansiedade por ação, foi responsável por vários erros. Por vezes “descarrilávamos os trens errados”, diz Brooks, “e um trem que descarrilávamos era da Cruz Vermelha Suíça e estava cheio de ovos. Daí as pessoas ficavam tentando pegar as gemas do rio com uma concha para fazer omeletes, enquanto nos amaldiçoavam”.

Em abril de 1944, a 2ª Divisão *PanzerSS* (Das Reich) se deslocou para uma cidade perto de Toulouse chamada Montauban. Por consumirem muita gasolina, os Tigres (melhores carros de combate da 2ª Guerra) tinham de ser transportados por meio de ferrovias. Os vagões que os conduziam ficavam escondidos em desvios ferroviários de aldeias, sem nenhuma vigilância por parte dos alemães.

Graças à máquina *Ultra* (a contra-espionagem da *Enigma* alemã), o SOE recebeu algumas informações antecipadas, mobilizando seus contatos na Resistência. Brooks colocou uma bela jovem chamada Terry, filha do chefe local, para participar da missão. Durante aquele mês, Terry, seu namorado, sua irmã de quatorze anos e mais alguns amigos saíam a passeio de bicicleta em direção aos vagões, que ficavam escondidos atrás de dois caminhões franceses. Eles foram responsáveis por trocar o combustível dos vagões por um pó abrasivo lançado pela SOE.

No Dia D, quando os navios já podiam ser vistos de cima das rochas na Normandia, a *Das Reich* recebeu ordens para se deslocar para a Normandia, o que não foi possível, pois os vagões pararam de funcionar antes mesmo de saírem de Montauban. Os eixos foram de tal forma corroídos que não puderam ser consertados. Apenas uma semana depois, vagões alternativos, que estavam a cerca de cem quilômetros de distância, em Perigueux, foram disponibilizados para o transporte dos Tigres, que sofreram considerável perda de mobilidade graças às suas lagartas de aço combinadas aos cem quilômetros de distância, isso sem contar com o combustível (os Tigres consumiam 2 galões por milha). Por isso, os tanques que Rommel esperava que estivessem na Normandia no Dia D mais quatro, só apareceram no Dia D mais dezessete.

CONCLUSÕES

Considerar o Dia D como um golpe de sorte, ou

um puro ataque de desembarques e saltos, é um grande erro. Jamais devemos olhar para aquele dia da história mundial sem perceber as condições iniciais de preparação dos aliados, tanto no que tange ao treinamento, quanto nas táticas utilizadas para dissuadir o inimigo. Por volta das 22:00 o desembarque nas praias cessou. Cerca de 175.000 soldados haviam desembarcado nas praias da Normandia, por ar ou mar, com o custo de 4.900 baixas.



O Dia D foi a primeira batalha na história das guerras em que os soldados deviam avançar para procurar maior proteção.

O fato comprovado é que tanto o Plano de Transportes quanto a Operação Fortitude e a decodificação da máquina de decifração alemã para mensagens secretas *Enigma*, por meio do Projeto Ultra, além, obviamente, da brava e impetuosa ajuda da Resistência Francesa e dos soldados na frente de batalha, foram os grandes responsáveis pelo êxito antecipado da *Overlord*.

A maior operação de desembarque já realizada desde a invasão romana à Bretanha pode ser considerada, certamente, como o ataque em que foram utilizadas as melhores informações sobre as disposições e sobre as tropas do inimigo do que qualquer força atacante na história. Dos cientistas responsáveis pela decodificação da máquina Enigma, até o mais simples soldado que naquele seis de junho se lançou em solo francês, passando pelos civis franceses que se arriscaram em operações da Resistência, todos contribuíram para o sucesso da operação.

“Tudo bem, vamos em frente.”

General Dwight David Eisenhower, Comandante Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas, Dia D menos um, Inglaterra

“Não há muito, camaradas, que possamos fazer agora. O sucesso desta invasão cabe a vocês, rapazes. Planejamos um bocado: gostaria que vocês pudessem saber o quanto de preparação entrou em tudo isso. Trata-se do maior esforço militar que o mundo já viu. E todos vocês sabem o que está em jogo, o curso da história depende de nosso sucesso. É uma grande satisfação saber que nenhuma unidade jamais foi mais bem preparada para entrar em combate; eis por que recebemos esta missão.”

General Eugene Slaphey, comandante do 115º Regimento, Hora H menos 5

“A única coisa necessária para o triunfo do mal é que os homens de bem cruzem seus braços”
Edmund Burk

*Oh a impetuosa investida que eles fizeram!
O mundo inteiro maravilhou-se.
Honrai a investida que eles fizeram!*

“Mas é uma coisa maravilhosa lembrar o motivo pelo qual aqueles indivíduos estavam lutando e se sacrificando, o que eles fizeram para preservar o nosso estilo de vida. Não para conquistar qualquer território, não por ambições pessoais. Mas para assegurar que Hitler não podia destruir a liberdade do mundo.

“Penso que é simplesmente esmagador. Pensar nas vidas que foram doadas por este princípio, pagando um terrível preço: só nesta praia, naquele dia, 2000 baixas. Mas eles o fizeram para que o mundo pudesse ser livre. Isso mostra exatamente o que os homens livres farão para jamais serem escravos.”

General Dwight David Eisenhower, ex-Presidente dos Estados Unidos, Dia D mais 20 anos, praia Omaha

Bibliografia

“A Alemanha de Hitler – Origens, Interpretações, Legados.”;Autor: Stackelberg, Roderick ;Editora: Imago

“Ike: O Dia D” ;Diretor: Robert Harmon ;Sony Pictures

“O Dia D, 6 de junho de 1944 – A batalha culminante da Segunda Guerra Mundial.”;Autor: Ambrose, Stephen E.; Editora: Bertarand Brasil

“The rise and fall of the Third Reich – A history of Nazi Germany.”;Autor: Shirer, William L. ;Editora: Simon & Schuster Paperbacks

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: UMA INICIAÇÃO

CMG (RM1) Alberto Bento Alves
CC Paschoal Mauro Braga Mello Filho

No decorrer dos últimos anos, em virtude de diversos Conflitos Armados, muito se tem comentado sobre Direito Internacional Humanitário. Do que se trata? Para que serve? Estas e outras questões é o que procuraremos responder neste artigo.

O CONCEITO

O Direito Internacional Humanitário (DIH), anteriormente conhecido como Direito da Guerra, é um ramo do Direito Internacional Público aplicável aos conflitos armados e que se traduz por um conjunto de normas que procura limitar os efeitos destes conflitos, protegendo as pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades, bem como garantir o respeito pelos seres humanos, na medida em que seja compatível com as exigências militares e da ordem pública, aliviando assim as privações causadas pelas hostilidades.

O Direito Internacional Humanitário, também chamado Direito Internacional dos Conflitos armados (DICA), faz parte do DI (Direito Internacional) que rege as relações entre Estados e que é constituído por acordos concluídos por estes Estados, geralmente designados por Tratados ou Convenções, que deverão seguir o Princípio Jurídico do *Pacta Sunt Servanda*, ou seja, os acordos são firmados para serem cumpridos pelas partes contratantes.

SUAS ORIGENS

As origens do DIH podem ser encontradas nos códigos e regras de religiões e nas culturas do mundo inteiro. O desenvolvimento moderno do Direito teve início em 1864, ano em que foi celebrada a primeira Convenção de Genebra (Suíça), que estabeleceu as normas que protegeriam os feridos e doentes nos campos de batalha.

Em resumo, pode-se afirmar que, na atualidade, o DIH representa um conjunto de normas de proteção dos indivíduos nos conflitos armados, além de disciplinar o comportamento dos Estados em tais conflitos, no tocante aos métodos e meios permitidos



pelo Direito, na condução das hostilidades.

As principais Fontes do DIH são as Convenções de Genebra de 1949, com seus Protocolos Adicionais de 1977 e as Convenções de Haia de 1907. Além destas, existem vários acordos que proíbem o uso de certas armas e procedimentos militares, entre os quais: a Convenção das Armas Bacteriológicas (Biológicas) de 1972, a Convenção das Armas Convencionais de 1980, a Convenção das Armas Químicas de 1983 e a Convenção para Proteção da Propriedade Cultural em caso de Conflito Armado, Haia, 1954.

Atualmente, muitos Tratados e Convenções sobre o assunto são aceitos por muitos países como normas internas de seu Direito Consuetudinário. Já o Brasil possui uma outra forma para concluir e ratificar Tratados na Ordem Jurídica Internacional.

Para que um Tratado seja aceito e tenha eficácia no território nacional, este deverá passar pelo crivo do Congresso Nacional na forma de um Projeto de Lei. Ao final deste processo, o Presidente da República, com o aval do Poder Legislativo, irá ratificar o aludido diploma legal na Ordem Jurídica Internacional, passando tal Tratado a ser considerado uma Emenda Constitucional.

SEUS PRINCÍPIOS

Como todo ramo do Direito, o DIH possui alguns princípios básicos, quais sejam:

- Limitações: o direito das partes beligerantes na escolha dos meios para causar danos não é ilimitado;

· Proporcionalidade: a utilização dos meios e métodos de guerra deve ser proporcional à vantagem militar concreta e direta;

· Humanidade: proíbe que se provoquem sofrimento às pessoas e destruição de propriedades, se tais atos não forem necessários para obrigar o inimigo a se render. Sendo assim, são proibidos ataques exclusivamente contra civis, o que não impede que, ocasionalmente, algumas vítimas civis sofram danos; mas todas as precauções devem ser tomadas para minimizar este “dano colateral”; e

· Necessidades Militares: permite o uso proporcional da força durante um Conflito Armado, para obter a rendição do inimigo. Todavia, existem limites aos métodos e meios empregados na Guerra. Não se admite comportamento desumano justificado pelas necessidades militares.

Cabe ressaltar que o Direito Internacional Humanitário consiste em limitar e aliviar tanto quanto possível as calamidades da guerra, mas nunca restringir ou impedir a condução das operações militares que fazem parte do conflito e, para tal, isto será alcançado seguindo os Princípios Básicos acima elencados.

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS

Apesar do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos advirem da mesma raiz, que são o respeito à dignidade humana e proteção da pessoa humana, há diferenças fundamentais, que são, principalmente, quanto à sua aplicabilidade, pois o DIH é utilizado em caso de conflito armado, porque consiste na proteção às vítimas deste e nas regras relativas aos meios e métodos empregados no combate na condução das hostilidades.

Já os Direitos Humanos têm como propósito garantir a cada indivíduo, em tempo de paz, o respeito pelos seus direitos e liberdades civis, políticas, econômicas, sociais e culturais, assegurando ao cidadão a proteção contra o abuso das autoridades de seu país, sendo tais direitos encontrados nas Constituições dos Estados soberanos.

O DESENVOLVIMENTO DO DIH E SUA APLICAÇÃO

O primeiro instrumento de Direito Internacional Humanitário nasceu da iniciativa *Henry Dunant*, próspero comerciante suíço que, ao passar próximo à

cidade de *Solferino* (Itália) em meio a uma batalha sangrenta, mobilizou-se e, junto aos cidadãos, promoveu assistência aos feridos, independente do partido a que pertenciam.

Posteriormente escreveu um livro, intitulado *Lembranças de Solferino*, onde firma a convicção de que a guerra só permite, no tocante ao ser humano, comportamentos compatíveis com a sua dignidade, especialmente quando ele já não tem participação ativa no conflito, ou seja, quando já não é considerado combatente. Com tais argumentos, concebeu a idéia do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Direito Internacional Humanitário. Desde então a Cruz Vermelha, com sede na Suíça, vem difundindo tais princípios pelos diversos países do mundo, possuindo a missão exclusivamente humanitária de proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados, assim como de prestar-lhes assistência.

Infelizmente continuam ocorrendo inúmeros casos de violações do Direito Internacional Humanitário em várias partes do mundo. As populações civis encontram-se em número cada vez maior entre as vítimas destas hostilidades. No entanto, existem casos importantes onde, devido à existência do DIH, foi possível uma efetiva proteção de populações, prisioneiros, doentes e feridos, bem como a redução do uso de armas com grande efeito colateral.

Com o propósito de disseminar e consolidar os conhecimentos, foram elaboradas algumas medidas para promover o respeito do Direito Internacional Humanitário.

Os Estados têm por obrigação preparar suas Forças Armadas, assim como o público em geral acerca das normas de DIH. Devem também promulgar leis para punir com rigor todas as violações ocorridas, que sejam enquadradas como genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão, em consonância com o Estatuto de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional.

Assim, seja por intermédio do governo, organizações ou como cidadãos, todos nós podemos contribuir significativamente para a aplicação do Direito Internacional Humanitário.

Fontes:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

As Convenções de Genebra de 1949 com seus Protocolos Adicionais de 1977; e

As Convenções de Haia de 1907.



PASSAGEM DE COMANDO DA ESCOLA NAVAL



No dia 10 de abril de 2007, o Contra-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira recebeu do Vice-Almirante Arnon Lima Barbosa o Comando da Escola Naval. A cerimônia foi presidida pelo Diretor de Ensino da Marinha, VA EDUARDO MONTEIRO LOPES.

CERIMÔNIA DE ENTREGA DO ESPADIM AOS NOVOS ASPIRANTES

No dia 5 de maio de 2007, foi realizada na Escola Naval a cerimônia de Juramento à Bandeira e Entrega dos Espadims da Turma "Almirante FRONTIN". A turma é composta por 244 Aspirantes, sendo 224 oriundos do estado do Rio de Janeiro, 3 do Rio Grande do Norte, 3 de São Paulo, 2 do Ceará, 1 da Bahia, 1 do Espírito Santo, 1 do Maranhão, 1 do Mato Grosso, 1 do Pará, 1 do Paraná e 1 de Santa Catarina, 3 do Rio Grande do Sul e 2 de Brasília.

A cerimônia foi presidida pelo Diretor-Geral do Pessoal da Marinha,

o AE AURÉLIO RIBEIRO DA SILVA FILHO, e contou com a presença do Diretor de Ensino da Marinha, VA EDUARDO MONTEIRO LOPES, de diversas autoridades civis e militares e de Oficiais da Turma



"ELMO", que completaram 50 anos de recebimento do espadim. Prestigiou também a cerimônia a sobrinha do Almirante Frontin, patrono da turma, a Sra. HELOÍSA MARIA DE FRONTIN WERNECK MOSET.

DA ILHA DE VILLEGAGNON

XXVI COMPETIÇÃO MAC-NAV



Acendimento da Pira Olímpica

No período de 17 a 19 de maio, foi realizada na Escola Naval a XXXVI MAC-NAV, a tradicional competição entre a Escola Naval e a Universidade Mackenzie. As seguintes modalidades esportivas foram disputadas: Atletismo, Futebol, Pólo Aquático, Judô, Basquete, Voleibol, Natação e Remo. A Universidade Mackenzie sagrou-se campeã de mais uma edição da MAC-NAV.



Juramento dos Atletas

VISITA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA MARINHA DA ESPANHA



No dia **21MAI2007**, a EN recebeu a visita do Chefe do Estado-Maior da Marinha da Espanha (AJEMA) Almirante-General SEBASTIÁN ZARAGOSA SOTO, acompanhado do Chefe do Estado-Maior da armada, AE Julio Saboya de Araujo Jorge. Nessa ocasião, foi entregue à EN o busto da herói espanhol, Dom Fadrique de Toledo y Osório, Capitán General de la Armada del Mar Océano y de la gente de guerra del Reino de Portugal e Espanha. Dom Fadrique, dentre outros feitos, foi o comandante da Força que libertou Salvador da ocupação holandesa, em 1625.

ENTREGA DO PRÊMIO “AMAZÔNIA AZUL”



Foram entregues, no dia 26 de junho, prêmios aos aspirantes vencedores do Concurso de Redação do Clube Naval sobre o tema “AMAZÔNIA AZUL”. A cerimônia contou com a presença do AE (RM1) GUIMARÃES CARVALHO, ex-Comandante da Marinha, AE (Ref) PEDROSA, Presidente do Clube Naval, VA MONTEIRO LOPES (DENsM).



LIDERANÇA MILITAR:

ANALISANDO ASSUNTOS DA ATUALIDADE

Aspirante Raphael Mello Leão

Com o intuito de realizar considerações a respeito de liderança militar, recorreremos a uma categoria de conflitos que atualmente vêm se tornando uma realidade na vida de muitos profissionais brasileiros: o combate à violência.

A situação escolhida transcorreu no presídio Hélio Gomes no Rio de Janeiro em julho de 2004, onde uma rebelião que podia se tornar um desastre, ou até mesmo uma chacina, foi contornada em questão de minutos sem que nenhum refém fosse morto e com o mínimo de rebelados feridos possível.

RETOMADA DO CONTROLE DE UM PRESÍDIO APÓS REBELIÃO

Após uma tentativa de fuga em um presídio do Rio de Janeiro, iniciou-se uma rebelião de porte que há muito não se via no estado. A rebelião já durava 14 horas quando entrou em ação o Grupamento de Intervenções Táticas (G.I.T.), grupo recém-formado no Rio de Janeiro.

Os dez homens que invadiram e retomaram o controle do presídio, integrantes do G.I.T., foram selecionados dentre os agentes do Serviço de Operações Especiais da Secretaria de Administração Penitenciária e foram treinados por agentes da Gerência de Operações Especiais do Distrito Federal (GPOE-DF), em Brasília.

Apesar desta ter sido a sua primeira situação real, o grupo mostrou-se apto a entrar no presídio e retomar o controle deste em um tempo não superior a dez minutos sem que nenhum dos 5 reféns fosse morto pelos rebelados.

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM O COMANDANTE DO G.I.T. :

Como foi o período do curso de formação e qual a rotina de treinamento do grupo atualmente?

Foi um período que exigiu muito do físico, mas o que foi mais exigido foi o psicológico, tendo em vista as diversas etapas a serem cumpridas ao longo do curso onde fomos expostos a diversos agentes químicos e a diversas ambientações da natureza. Atualmente, o grupo treina diariamente e está apto a atuar no menor espaço de tempo em qualquer das unidades prisionais

localizadas no estado do Rio de Janeiro utilizando inclusive para isso, helicópteros como meio de apoio.

Como o senhor definiria o grupo? É um grupo unido?

Sim. Pois atuamos sempre em formação de time tático, o que significa que a vida de cada um dos integrantes do grupo é responsabilidade dos demais criando com isso um inabalável espírito de equipe.

Vocês se submetem constantemente a situações de risco. O salário de vocês é suficiente pra compensar o risco de vida?

Não. Com certeza, não. Quando a missão nos é apresentada, a executamos, com a certeza de que só nós estamos aptos a cumpri-la e que no final, o maior pagamento para o nosso grupo é a libertação de reféns e a libertação de vidas que muitas das vezes se encontravam ameaçadas por rebelados dentro das unidades prisionais.

O que o senhor acha ser o mais importante para o sucesso em missões deste tipo?

O estudo de caso do sinistro em andamento, o adestramento diário do grupo como um só elemento e o emprego correto do material adequado.

Qual é a sua relação com seus subordinados dentro do grupo?

Muito boa. Pois da mesma forma que eles me ouvem e executam as minhas determinações, eu também os ouço e procuro atender as necessidades e avaliar as sugestões de cada um deles. É isso que os faz sentir parte de algo importante: saber que suas sugestões são recebidas e muitas vezes postas em prática pelo grupo.

O que podemos tirar como lição de tudo isso?

Primeiramente, percebemos aqui a importância dos mecanismos de sustentação do grupo: os membros do grupo possuem um símbolo (revelado após a entrevista em um bate-papo mais informal com o comandante do G.I.T.) que consiste numa máscara de gás com duas armas cruzadas. O salário, que nós sabemos não ser um fator motivacional e sim higiênico, não é o que impulsiona esses homens ao cumprimento da missão.

O valor que esses homens possuem para a sociedade é o que os motiva a prosseguir.

Façamos, ainda, considerações sobre o estilo de liderança exposto pelo comandante. O comandante mostrou-se consciente da necessidade de se aplicar um estilo autocrático de liderança em algumas situações mais extremas, mas mostrou-se de fato, um adepto da liderança transformacional ao levar seus homens a arriscarem suas vidas, voluntariamente, em prol do cumprimento da missão. Deixou claro para nós o quanto ele motiva seus homens a se superarem a cada dia, treinando arduamente e fazendo cursos em vários setores operacionais na polícia e nas Forças Armadas.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi que o comandante foi escolhido para essa função após ter sido o primeiro colocado no Curso de Operações Especiais do qual todos participaram para ingressar no seletivo grupo. Isso nos mostra que sua liderança não é apenas legítima, baseia-se, principalmente, na referência e na competência, o que facilita a adesão do grupo às suas propostas.

Para encerrar, chamamos atenção ao momento em que o comandante afirma dar total atenção às necessidades e às sugestões de seus homens. Temos que ressaltar aqui dois aspectos importantes: primeiramente, a atenção dada às necessidades dos subordinados. Não falamos em momento nenhum em atender as vontades dos subordinados, mas sim, suas necessidades, provendo todos os meios necessários ao cumprimento da missão. O outro aspecto aqui é que os seus homens se sentiam à vontade para sugerir, propor e inovar, pois sabiam que seriam ouvidos e teriam suas opiniões avaliadas com a atenção do comandante, criam-se assim, liderados comprometidos, leais e participativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisarmos o fato ocorrido e a entrevista que nos foi concedida, algumas considerações merecem ser feitas.

A primeira delas diz respeito à necessidade do contínuo adestramento das Forças Armadas nos tempos de paz. Esse adestramento não deve ser entendido apenas como algo específico ao combate propriamente dito, pois além de se adestrar quanto à arte da guerra há, ainda, a necessidade de se gerar o espírito de corpo que, surgindo no grupo durante o adestramento, poderá se revelar como fator decisivo do sucesso do grupo no “front” de combate.

O espírito de corpo e o clima de cooperação não são características que aparecem de uma hora pra outra,

são fruto de uma liderança centrada e consciente da necessidade de se formarem outros líderes.

Observamos também que os mecanismos de sustentação do grupo podem se tornar importantes ferramentas na mão do líder, o que nos permite concluir que a debilidade destes mecanismos pode ocasionar a fragmentação do mesmo e a conseqüente perda dos objetivos primários do grupo. Esta é a função do líder: decodificar os símbolos e torná-los acessíveis aos seus orientados, criando sentido em todos os objetivos que são propostos à equipe.

As bases de poder social, segundo French e Raven, repousam sobre cinco pontos principais: legítimo, recompensa, coerção, referência e competência. Notamos, com isso, que em situações de combate, o poder social baseado nos três primeiros pontos citados, nem sempre se mostra o mais eficaz. Os líderes precisam se basear no exemplo, liderando através da referência e da competência, principalmente, pois aqui reside a diferença entre o líder e o chefe.

É importante perceber também a preocupação que o líder deve ter com as conseqüências oriundas da era da globalização: o individualismo tem prevalecido, as pessoas têm perdido os vínculos e o comprometimento, têm vivido em uma constante busca de felicidade imediata, não reconhecem mais a autoridade e não querem ver limites sendo impostos a elas. Esses aspectos devem nortear a liderança militar do nosso tempo: precisamos, enquanto líderes, incentivar o coletivismo em nossos homens tornando-os um grupo coeso, mas sabendo tratar cada um como um ser único. Devemos ser indutores do sentimento de poder nos subordinados, já nos ensinava o Alte. Kleber, mostrando a estes o quanto são capazes e importantes para a organização. Devemos impor nossa autoridade, não na base do autoritarismo, mas com sabedoria e através do exemplo. E para isso, obviamente, devemos nos desafiar a cada dia, tornando-nos intelectualmente estimulantes para nós mesmos e para aqueles que nos cercam.

Referências bibliográficas:

- Doutrina de Liderança da Marinha - EMA-137*
Escola Naval, Coletânea de Liderança, diversos
Escola Naval, Manual de liderança, 1ª.ed., 2006
James C. Hunter- O Monge e o Executivo
Jornal O Globo, 4 de julho de 2004, Artigo: Ação hollywoodiana põe fim à rebelião em presidio no Rio.
Military review, 3º trimestre, 2002 Artigo:Liderança Transformacional
Raymond Aron- Paz e Guerra entre as nações

DA CASA DAS FORMAS A VILLEGAGNON

Professor Luiz Fernando Lago Bibiani

Este trabalho foi planejado para tratar da docência e dos currículos da escola de formação dos oficiais de marinha em Portugal com a Academia Real de Guardas-Marinha e, no Brasil, com ela e até a nossa Escola Naval. Todavia, a riqueza de informações e, principalmente, a consciência do perfil do leitor de “Villegagnon” nos levaram a parcelar o texto em períodos, tratando este primeiro até o entorno da independência do Brasil, em relato que busca ser digestivo e não acadêmico, estando indicadas na bibliografia as fontes para um aprofundamento aos interessados.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos pontuais e agradecemos as críticas visando o prosseguimento deste trabalho.

PARTE I - A COMPANHIA E SUA ACADEMIA

Nas nações, com o fortalecimento do poder central, aflora a necessidade deste ter à disposição quadros que, no mar, aliem à arte e à ciência a obediência ao poder em terra. Um capitão é senhor de seu barco e de como empregá-lo na vastidão das águas, capaz de engajá-lo escoteiro ou em manobra conjunta. Representa um poder bem mais escorregadio e livre que seu correspondente de armas que atua em terra.

Aprende-se a navegar, aprende-se a combater. E mesmo os que possuem o dom de fazê-los bem sempre podem fazê-los melhor. E nisto o surgimento de uma instituição específica para instrução – a escola - tem papel marcante, não só como acelerador do processo, mas principalmente para inculcar escala de valores nos que adiante vão comandar.

Na França, Luiz IX cria o Almirantado e seus Guardas, que se ocupavam da Navegação e do Comércio (que crescia então de importância entre as nações) e logo Richelieu, em 1626, os subordina, transformando-os na Companhia dos Guardas (ou Arqueiros) do Cardeal: eram 16 fidalgos, tirados da elite e que tinham

o que preservar em privilégios. Adiante, (1669) Colbert institucionaliza, ainda com nobres, uma Academia de Guardas-Marinha e os instrui e forma em navegação e matemáticas.

A Espanha, em 1717, cria o Real Corpo de Cavalheiros Guardas-Marinha, na sombra da França. A Inglaterra faz o mesmo em 1729 ao institucionalizar o Colégio Real da Marinha.

Portugal em 1761, sob D. José I, cria a classe dos Guardas-Marinha (lá os cadetes nas forças de terra já tinham surgido em 1757). Esta classe de Guardas-Marinha não chegou a ter vida face disputas entre a nobreza e o Marquês de Pombal, sendo extinta em 1777.

Mas em 1779 é criada por decreto a Academia Real de Marinha, que em curso de 3 anos ensinava ciências e navegação. A dita Academia, instalada no Colégio Real dos Nobres em 1780, destinava-se, basicamente, a formar pilotos, capitães, que eram voltados para o comércio em expansão e que episodicamente podiam servir à Armada Real, após dois anos de embarque depois do curso e de uma viagem à Índia ou ao Brasil. Seus alunos eram civis e não necessariamente nobres, inclusive porque à época trabalhar não era senso comum entre fidalgos, ainda mais em lide extenuante e arriscada. Aquela Academia existiu até 1837, quando foi transformada em Escola Politécnica.

Em 14/12/1782 D. Maria I, através decreto, cria a Companhia Real de Guardas-Marinha (CRGM), especificamente para formar oficiais para a Armada Real, instalando-a na Casa das Formas, dentro do Arsenal de Marinha em Lisboa.

“ Considerando o muito que convém ao regular serviço da Marinha

que nelle haja educação de Officiaes que se fação dignos pela sua

instrucção e préstimo de subirem aos postos maiores ...”

Ressalto que seus integrantes, ao sentar praça na CRGM (militar), necessariamente passavam a alunos da Academia Real de Guardas-Marinha (ARGM) (acadêmica), que de início nem este nome tinha (era

“Academia” da Companhia Real de Guardas- Marinha); a Academia só existiu formalmente em 23/09/1796. “Academia” tinha então o sentido de “aula” ou “conjunto de aulas”. Houve inúmeros casos de alunos da ARGGM que não pertenciam à CRGM – eram civis e até segundos-tenentes do mar comissionados anteriormente pelo Rei. Na verdade, a Academia sempre teve um efetivo maior que a Companhia. Também houve casos de praça na CRGM por menores de 14 anos, certamente para receber o soldo a que passaram a fazer jus os Aspirantes depois de 1800: em 1818 Luiz da Cunha Moreira sentou praça como Aspirante quando contava 3 anos; em 1823 passou a Guarda-Marinha e em 1828 matriculou-se na Academia. Seguiu a carreira, chegando a Vice-Almirante e falecendo em 1893. Era filho do Visconde de Cabo Frio, que foi o primeiro-ministro da Marinha pós-independência. A CRGM tinha inicialmente um Comandante, um secretário, um guarda-livros, um porteiro e dois guardas. A ARGGM tinha o Diretor (cargo acumulado por muito tempo com o de Comandante) e os lentes. Ao longo do tempo ocorreram diversos choques entre os lentes e o Comandante/Diretor, pois aqueles não se consideravam subordinados deste (s). Lembro que os lentes, pelos Regulamentos Provisionais, adiante citados, tinham os privilégios dos lentes da Universidade de Coimbra e nesta existia a autonomia da cátedra.

O primeiro comandante da CRGM foi Manoel Carlos da Cunha Silveira e Lorena, sexto Conde de São Vicente, que era Marechal de Campo dos Reais Exércitos; foi nomeado no mesmo posto para o serviço no mar e colocado como Ajudante de Ordens do Marquês de Angeja, Capitão General da Armada Real. Foi Comandante de 14/12/1782 até 1795, quando faleceu. Substituiu-o seu vice, o qual, além de oficial de marinha, era também o lente que especificamente supervisionava os estudos na ARGGM: o Capitão de Fragata José Maria Dantas Pereira de Andrade. Este, que acompanhou a vinda da Família Real, permaneceu de 1796 até 1817 quando, já Chefe de Divisão, foi comandar uma esquadra em Portugal. Substituiu-o o Chefe de Divisão Francisco Maria Telles até 1823. É de notar-se o posto elevado daqueles que comandavam a CRGM.

A Academia, que formalmente passou a existir em 1796, tinha sua direção exercida cumulativamente pelo comandante da CRGM, mas só em 1807 Dantas Pereira foi nomeado diretor. Também em 1796 foi feita a primeira reforma nos cursos e estatutos da CRGM.

A CRGM era constituída por três brigadas,

inicialmente cada uma com até 20 GM, cada uma com um chefe de brigada, um brigadeiro e um sub-brigadeiro (eram os então oficiais-alunos). Para os “faccioens” (serviços) na parte da manhã (quando eram dadas as aulas) corria escala entre as três brigadas, sendo o serviço da tarde (guarda no portão principal da Casa das Formas) prestado pela brigada “a que tocar a lição de esgrima ou de arma de mão”. Daí a origem das “Classes” de então e das “Turmas” de nossa Escola Naval.

Enquanto em 1782 eram previstos 48 Guardas-Marinha, em 1796 o quantitativo passou a 60, sendo a Companhia e a “Academia” reguladas por três documentos: “Regulamento Provisional que por Ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. Marquês de Angeja Capitão General da Armada devem observar os Guardas-Marinha dentro e fora da Academia” (25/03/1783), “Regulamento Provisional para Serviço e Instrução dos Destacamentos de Guardas-Marinha embarcados em os Navios e Fragatas da Rainha Minha Senhora” (25/04/1783) e o “Regulamento Provisional da Companhia de Guardas-Marinha (talvez em 09/1785).

Em 1820 a ARGGM passa a chamar-se Academia Nacional e Real de Marinha; ao ser proclamada a independência passou a ser a Academia Nacional e Imperial de Guardas Marinha. Em 07/04/1824, com seu novo comandante, Chefe de Divisão Diogo Jorge de Brito (que o era desde 29/10/1823), prestaram juramento à Constituição de 25/03/1824 4 lentes, 3 mestres, 1 cirurgião, 1 porteiro, 1 professor de desenho, 1 encarregado da biblioteca, 1 guarda, 14 GM e 19 Aspirantes.

Por ocasião da independência, diversos lentes, GM e Aspirantes deixaram a Academia, regressando alguns a Portugal.

PROFESSORADO

As aulas iniciaram-se em 24/03/1783, sendo todos os professores portugueses.

Havia então:

3 lentes de matemática (ditos proprietários) e 2 lentes substitutos;

1 lente de artilharia e 2 mestres;

1 lente de aparelho;

1 lente de construção naval prática e desenho.

Os lentes, nomeados pelo monarca (o primeiro concurso seja em Portugal, seja no Brasil, foi realizado em março de 1859), por vezes eram transferidos para a Universidade de Coimbra, tendo sido lentes diversos brasileiros (o primeiro foi Antônio Pires Silva Pontes,

em 1791), oficiais de marinha e até um frei (Pedro de Marianna, em 1817). Por ser exaustivo, remetemos à obra do CMG Boiteaux citada na bibliografia (e que existe em nossa Biblioteca), o rol dos lentes.

Os programas eram elaborados pelos lentes, dando ciência ao Diretor da Academia, este encaminhando-os via Conselho do Almirantado à Rainha; na realidade eram dois blocos de aulas – matemáticas (Aritmética, Geometria etc) e artes (Aparelho, Manobra, Armas)

Para ser nomeado lente (proprietário ou substituto) era necessário ou ter sido aprovado pela Universidade de Coimbra ou ter feito o Exame Geral do Curso Matemático da Real Academia de Marinha ou ser conluente da Academia Real de Guardas-Marinha e se mostrado capaz;

Os lentes substitutos eram promovidos a proprietários por antigüidade e gozavam dos privilégios dos lentes da Universidade de Coimbra.

ALUNADO

Para ser admitido na CRGM (e sentar praça como Aspirante) era necessário ser fidalgo de “dois costados” (até 1800), ter mais de 14 e menos de 20 anos, não ser deficiente físico, apresentar declaração por qualquer dos lentes da ARGM de ser apto em aritmética e língua francesa, além de outras exigências.

Além dos candidatos fidalgos, teriam preferência na admissão os filhos de oficiais gerais, de capitães-de-mar-e-guerra, de capitães-de-fragata e capitães-tenentes, em especial dos mortos em ação. A seguir, os filhos de oficiais do exército nas mesmas condições. No Brasil, já sem exigências de fidalguia, a matrícula na ARGM exigia apenas “saber ler, escrever e contar” e contabilizam-se, entre os civis que a cursaram, tenentes do mar, religiosos, além de muitos portugueses e brasileiros, alguns angolanos, italianos, espanhóis e franceses.

Estudavam (1796) Aritmética, Geometria, Trigonometria e Aparelho de Navios no primeiro ano; Álgebra até equações do segundo grau, aplicações dela à Aritmética, Geometria seções cônicas, Mecânica aplicada ao Aparelho e à Manobra, Desenho e rudimentos de Construção de Navios no segundo ano; Trigonometria Esférica, Navegação teórica e prática; rudimentos de Tática Naval; rudimentos de Artilharia e exercício de fogo; Tática Militar e Artilharia Prática no terceiro ano.

Eram estudos destinados a capacitá-los em pilotagem, aparelho, artilharia, construção, calafete e manejo de armas (branca e de fogo), currículo mais

extenso e especializado que o da Real Academia de Marinha, citada no início. Todavia encontramos na documentação, por vezes, a Academia Real de Guardas-Marinha (instalada na Casa das Formas e que veio para o Brasil em fins de 1807) nominada Academia Real de Marinha (que é anterior, instalada no Colégio Real dos Nobres e que permaneceu em Lisboa quando da vinda da Família Real). A comparação dos currículos das duas Academias evidencia suas destinações.

Os alunos do primeiro ano (já em 1783 citados como Aspirantes, mas formalmente só em 1788), tinham uniforme semelhante ao dos Guardas-Marinha (segundo e terceiro anos). Inicialmente os Aspirantes embarcavam no início do primeiro ano (o primeiro embarque foi em 25/04/1783), mas a partir de 1788 o faziam ao final do primeiro ano do curso como requisito para Guarda-Marinha; e a partir de 1799 o embarque passou ao final do curso, sendo condição necessária para promoção a segundo tenente do mar. Isto porque, face às condições da época, inclusive estado de guerra, ocorreram casos de embarques demorados e ao retornarem e recomeçarem as aulas alongavam o curso, levando a permanências de até 7 anos na ARGM.

A ROTINA NA CRGM/ARGM OBSERVAVA:

- o curso era de 3 anos letivos, externo, com 3 horas de aula pela manhã, sendo as primeiras hora e meia destinadas às matemáticas; intervalo de 15 minutos e outras hora e meia para as demais artes navais (aparelho, artilharia, calafate), “devendo metade seja destinada para a repetição que os estudantes devem fazer da lição antecedente e a outra metade para os lentes explicarem a lição daquele dia”;
- o ano letivo ia de 01/10 a 30/06, destinando-se julho para os exames;
- o início das aulas era às 9 horas (outubro – março) e 8 horas (abril – julho);
- férias em agosto e setembro, além de folga (soeto) no Natal, na Páscoa, além das folgas às quintas-feiras, se não houvesse naquela semana dia santo ou de gala, quando esta substituiria aquela;
- aos sábados eram realizados exercícios presididos pelos lentes, sendo sorteados alunos argüentes e alunos defendentes dos assuntos lecionados na semana (avaliação contínua?);
- os exames em julho eram realizados perante banca (matemáticas) de três lentes (sendo presidente o da disciplina), a matéria sendo sorteada 24 horas antes, com o conceito de aprovado ou reprovado; a banca de artes navais tinha dois lentes, sendo as questões

apresentadas pelo lente da disciplina e também com o conceito de aprovado ou reprovado;

- quem não tivesse feito exames em julho o faria de 1 a 10 de outubro à tarde, para não prejudicar as aulas da manhã;

- era admitida uma repetência; na segunda reprovação, exclusão da Academia;

- era necessária a aprovação em embarque (para os da CRGM) em viagem à Índia ou Brasil para ser comissionado segundo tenente do mar;

- se o aluno faltasse sem causa por 30 dias era considerado reprovado, perdendo o soldo dos dias (dobrado nos sábados, dia de exercícios); se faltasse 60 dias com motivo justo perderia o ano, mas não seria considerado reprovado nem perderia o soldo;

- quem faltasse ao exame (julho) sem causa justa ou não quisesse prestá-lo seria considerado reprovado;

- os GM (e depois os Aspirantes) recebiam soldo mas não “comedorias”, exceto quando embarcados;

- a praça de Aspirante era dada pelo comandante da CRGM;

- entre os alunos ilustres, da criação até a independência, citamos o poeta Manoel Maria de Barbosa du Bocage, matriculado na classe de 1783; o brasileiro Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois Marechal do Exército e Marquês de Barbacena, que teve papel importante na introdução aqui da navegação a vapor bem como na contratação de Cochrane e outros oficiais ingleses que auxiliaram na consolidação da independência.

No Brasil, tabulando por ano, os matriculados no primeiro ano da Academia e os que seguiram a carreira como oficiais, temos o mostrado abaixo.

Da chegada ao Brasil até a independência, inclusive, foram matriculados 264 alunos, tendo servido como oficiais 74 (estes totais não batem com os totais da tabela, face às discrepâncias nas fontes consultadas).

É preciso notar as condições da época, com quase nenhuma oferta de cursos superiores e a evasão elevada, pois muitos desistiam durante o curso ou não seguiam a carreira naval.

Ao término do curso o GM recebia uma carta de aprovação que era assinada pelo Comandante do CRGM e por todos os lentes da Academia Real de GM (em 1804 o Ministro da Marinha cessou esta prática, respondendo a consulta do Comandante da CRGM, motivada provavelmente pela situação de autonomia dos lentes, visto que continuavam a ocorrer confrontações, mesmo depois que surgiu a figura de Diretor da ARGM. A seguir, se proposto pelo Comandante da CRGM ou pelo Conselho do Almirantado, o Rei podia comissioná-lo como segundo tenente do mar e embarcá-lo. Se não o fizesse, permaneceria como GM, em serviço ou demitia-se. Na carreira (que ia se estruturando), os concluintes pela ARGM passaram a ter preferência nas promoções aos postos vagos e, em 1800, o Príncipe Regente determinou que as promoções fossem três quartos por antigüidade e um quarto por merecimento, com razões que justificassem.

| ANO | MATRICULADOS | CARREIRA NA MARINHA REAL | OBSERVAÇÕES |
|------|--------------------------------------|---|-------------------------------------|
| 1808 | 14 | 5 | Nenhum brasileiro |
| 1809 | 31 | 6 | 15 brasileiros, 3 oficiais |
| 1810 | 23 | 5 | 6 brasileiros, nenhum oficial |
| 1811 | 14 | 3 | 5 brasileiros, um oficial |
| 1812 | 5 | 0 | 2 brasileiros, nenhum oficial |
| 1813 | 14 | 0 | 3 brasileiros, nenhum oficial |
| 1814 | 9 | 2 | 4 brasileiros, nenhum oficial |
| 1815 | 14 | 3 | 7 brasileiros, nenhum oficial |
| 1816 | 15 | 3 | 5 brasileiros, um oficial |
| 1817 | 21 | 7 | 10 brasileiros, dois oficiais |
| 1818 | 141 cabo de esquadra | 7 | 12 brasileiros, cinco oficiais |
| 1819 | 18 (inclusive 1 furriel português | 11 | 10 brasileiros, quatro oficiais |
| 1820 | 10 | 3 | 9 brasileiros, dois oficiais |
| 1821 | 32 | 8 (inclusive os portugueses Francisco Manoel Barroso da Silva, Barão de Amazonas e Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma | 20 brasileiros, nenhum “ oficial |
| 1822 | 32 | 12 | 23 brasileiros, 6 oficiais |

Os segundos-tenentes embarcados funcionalmente apresentavam relatórios (variação da agulha, latitudes, marés, configuração das cartas etc) aos lentes que, após análise, reportavam ao Conselho do Almirantado, dependendo disto a promoção a primeiro tenente do mar.

VINDA PARA O BRASIL

Mas a situação política e militar, resultado das guerras napoleônicas, levou a que, previdentemente, a Corte portuguesa se preparasse para deixar Lisboa rumo ao Brasil. Ao contrário do que alguns acreditam, a transmigração da Família Real e seu enorme séquito foi preparada tempestivamente e não ocorreu retirada atabalhoada.

Dentre as instituições escolhidas para a mudança estava a CRGM e sua Academia. Assim, em 29/11/1807, a nau “D. Henrique”, que a trouxe, largou do Tejo, chegando à baía de Guanabara em 17/01/1808, junto com as naus “Rainha de Portugal” e “Príncipe do Brasil”, desgarradas do resto da esquadra. Essa nau “D. Henrique” fora lançada ao mar em 1763, com o nome de “N.Sra. do Pilar”, fora construída com madeiras brasileiras, tinha sido docada e reparada em 1793, tendo então seu nome trocado para “D. Henrique”.

Na época da vinda, 29/11/1807, a CRGM tinha 25 GM e Aspirantes (dos quais 14 vieram, sendo que 3 ou 4 com seus pais em outros navios).

É de citar-se ainda que em 1/4/1802 o Príncipe Regente D. João criou a biblioteca da Academia para uso dos alunos. Quando da vinda da ARGM para o Brasil, acompanharam-na manuscritos e a documentação cartográfica, mas as obras impressas só vieram em 1809, a bordo da charrua São João Magnânimo, quando também ocuparam parte da hospedaria do mosteiro de São Bento. Em junho de 1810,

o Infante Almirante General D. Pedro Carlos mandou abri-la ao público, já que não havia na Corte biblioteca; a isto opôs-se o diretor da ARGM Dantas Pereira, o que a fez permanecer exclusiva dos militares. Logo depois, em novembro de 1810, foi criada a atual Biblioteca Nacional, com obras da Biblioteca Real da Ajuda de Portugal. Assim, a primeira biblioteca pública no Brasil deixou de ser a nossa.

Finalizando, cabe lembrar que a CRGM e sua Academia, criada em 1782 e instalada em Lisboa em 1783, transferida para o Brasil em 1807 com a maioria de seus lentes, oficiais, GM e Aspirantes, chegou ao Rio de Janeiro em 17/1/1808. Foi instalada, por ordem do Conde de Anadia (primeiro Ministro da Marinha e Ultramar no Brasil), nas hospedarias do Mosteiro de S. Bento em 05/05/1808 e vem funcionando ininterruptamente, desde então, em terras brasileiras, sendo a nossa Escola Naval a mais antiga instituição de ensino superior no Brasil.

Em Portugal ficou a Real Academia de Marinha (civil), e lá sua Escola Naval data de 1845, durante o reinado de D. Maria II, irmã de D. Pedro II.

Desta maneira, a criação da Escola Naval data de 14/12/1782, e a data de 05/05/1808 é apenas a de sua instalação em terras brasileiras, no Mosteiro de São Bento.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. Da Companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval – 1782-1982. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1982.

BOITEUX, Lucas Alexandre. A Escola Naval (seu histórico) – 1761-1937. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. Primeira Parte: Da fundação à maioria de D. Pedro II.



Representação exclusiva:



DECISÃO CERTA

CONDOR



www.condornaletal.com.br - Info@condornaletal.com.br - Tel/Fax: ++55(21)2886-8747

INTERCÂMBIO COM A UNITED STATES NAVAL ACADEMY (USNA)

Mother Nature Welcomes Brazilian Guests



*Aspirantes: Luiz Marcelo Noce Romano
e Vitor Rodrigues de Moura*

O intercâmbio com a United States Naval Academy (USNA) é um tradicional evento que nos últimos anos tem ocorrido no mês de janeiro e, desde nosso primeiro ano nessa escola, alimentou nossas imaginações de como poderia ser essa magnífica oportunidade. Porém, antes de tudo, precisamos sobrepujar os inúmeros obstáculos que se apresentaram à nossa frente. Enfim, no início de nosso 4º ano, tivemos a honra de sermos escolhidos para essa inesquecível experiência.

Chegamos à USNA, localizada na cidade de Annapolis, estado de Maryland, no dia 18 de janeiro e



nela permanecemos até o dia 29 desse mesmo mês. Uma das primeiras coisas que impressionam ao se chegar à academia é a sua grandiosidade. Seu complexo vai além de uma simples instituição de ensino, possuindo dimensões de uma verdadeira base naval. Nela encontram-se, além das instalações de ensino, as casas dos oficiais e praças, uma pequena base para a manutenção dos veleiros e avisos de instrução, um supermercado “Navy Exchange” (supermercado que oferece isenções tributárias aos militares), restaurantes e hotel de trânsito.

Ao longo de nossa visita, pudemos perceber inúmeras diferenças ao estabelecermos uma comparação com nossa Escola. A começar com a forma de organização do curso, que lá mais se assemelha à de uma grande faculdade pública.

Durante o período em que permanece na USNA (4 anos), o aspirante faz um curso completo de nível superior, recebendo o diploma de engenharia, física, química, ciências contábeis, história, entre outros, que ao todo somam 27 especialidades. Assim, devido a essa diversidade de cadeiras, o aspirante consegue escolher e administrar, muitas vezes, o horário de suas aulas e seu tempo livre. Como em nossa Marinha, eles também têm um prazo mínimo de 5 anos de permanência na instituição depois de formados, porém lá é comum que depois desse período um grande número de oficiais peçam baixa e sigam carreira fora da vida militar. Ao final desse período, a instituição também pode não querer renovar seu contrato com o oficial, dispensando-o.

A produção científica em Annapolis também é muito incentivada. Percebemos uma imensa quantidade de laboratórios (um de acelerador de partículas, outros possuem microscópios eletrônicos e existe até mesmo um laboratório com um reator nuclear) de desenvolvimento de projetos pelos aspirantes nas mais diversas áreas. Laboratórios de Física, Química, Mecânica Naval, Tanques de Prova para modelos de embarcações, Aerodinâmica, etc. E como resultado de todo esse incentivo à pesquisa, vimos inúmeros projetos desenvolvidos por aspirantes, como os veleiros de 40 pés utilizados pelo grêmio de vela. Vale ressaltar que todos os alunos do curso de engenharia desenvolvem um projeto inovador e que funcione na prática para, então, poderem se formar.

Para entrar em qualquer faculdade nos EUA, o candidato tem que mandar o currículo, mas para entrar na USNA o sistema de admissão é diferente.



Além desse currículo, o candidato deve conseguir uma carta de indicação, podendo ela ser de um senador, deputado, governador ou vice-presidente, que atente para o fato de ele ser um bom cidadão. Cada um desses representantes do povo envia uma seleção de 10 candidatos à academia, a qual escolhe um ou dois de cada lista.

Como em nossa Marinha, eles possuem um período de adaptação chamado “Plebe Summer”. Os demais anos também têm estágios de verão, como viagem nos veleiros e embarques em navios, submarinos e nos avisos de instrução (que costumam, nessa época, navegar até o Canadá).

Quanto à organização administrativa, percebemos que é praticamente igual à nossa, embora seja muito maior (para se ter uma idéia a USNA possui 30 companhias enquanto que aqui só possuímos 6).

Organização e divisão do Corpo de Aspirantes da USNA:

- 1 Brigada
- 2 Regimentos
- 3 Batalhões por Regimento
- 5 Companhias por Batalhão
- 4 Pelotões por Companhia
- 3 Esquadrões por Pelotão
- 3 Equipes de Fogo por Esquadrão

O comissionamento de Oficiais Alunos ocorre semestralmente e não obedece ao critério de antiguidade como aqui. Esses militares são voluntários para tais funções e para isso devem apresentar uma proposta aos oficiais (que irão fazer a escolha) daquilo que pretendem fazer caso sejam comissionados. Como exemplo, podemos citar o fato

TABELA 01: ROTINA PRATICADA PELOS ASPIRANTES DA USNA

| HORÁRIO | EVENTO | OBSERVAÇÕES |
|-------------|---|---|
| 0630 | Alvorada | |
| 0700 | Formatura e Café | O café somente é obrigatório 2 ^a e 6 ^a |
| 0755 - 1145 | Aulas | |
| 1205 | Formatura e Almoço | A inspeção de uniforme ocorre apenas na 5 ^a . |
| 1330 - 1530 | Aulas | |
| 1530 - 1730 | EDF/Treinamento de Equipes. | |
| 1730 - 1900 | Jantar | A exceção da 4 ^a -feira, dia em que todos devem comparecer a uma formatura as 1830 e depois ir jantar, não há formatura e não é obrigatório. |
| 2000 | Estudo obrigatório para 1 ^o e 2 ^o anos nos camarotes. | |
| 2200 | Silêncio | |
| 2300 | Horário limite para o 1 ^o ano estar dormindo. | |
| 2400 | Todos de volta na área dos camarotes | |

O licenciamento ocorre de maneira bastante diferente do nosso. Enquanto aqui vamos para casa praticamente todo final de semana e algumas vezes durante a semana de acordo com nossos méritos, lá os aspirantes têm menos liberdade e oportunidade de ir para suas casas, como abaixo representado (tabelas 2, 3, 4,5).

TABELA 02: LICENCIAMENTO DO 4^o ANO

| DIA | SAÍDA | CHEGADA | OBSERVAÇÕES |
|----------------------|-------------------------|---------|--------------------------------|
| 3 ^a feira | 1800 | 2400 | O aspirante deve sair fardado. |
| 5 ^a feira | 1800 | 2400 | O aspirante deve sair fardado. |
| 6 ^a feira | Término da última aula. | 2400 | |
| Sábado | 1000 | 0200 | |
| Domingo | 0800 | 2400 | |

TABELA 03: LICENCIAMENTO DO 3^o ANO

| DIA | SAÍDA | CHEGADA | OBSERVAÇÕES |
|----------------------|-------|---------|--------------------------------|
| 3 ^a feira | 1800 | 2400 | O aspirante deve sair fardado. |
| 6 ^a feira | 1600 | 2400 | |
| Sábado | 1000 | 0100 | |
| Domingo | 0800 | 2000 | |

TABELA 04: LICENCIAMENTO DO 2^o ANO

| DIA | SAÍDA | CHEGADA | OBSERVAÇÕES |
|----------------------|-------|---------|--------------------------------|
| 6 ^a feira | 1800 | 2200 | O aspirante deve sair fardado. |
| Sábado | 1000 | 0100 | O aspirante deve sair fardado. |
| Domingo | 0800 | 2000 | O aspirante deve sair fardado. |

TABELA 05: LICENCIAMENTO DO 1^o ANO

| DIA | SAÍDA | CHEGADA | OBSERVAÇÕES |
|--------|-------|---------|--------------------------------|
| Sábado | 1200 | 2200 | O aspirante deve sair fardado. |

OBS: Os aspirantes ganham um determinado número de finais de semana por semestre, nos quais eles podem ficar sem voltar para a escola.



de, no período de nosso intercâmbio, o Comandante Aluno ser uma mulher Fuzileiro Naval. A rotina do Corpo de Aspirantes, em muito se assemelha à nossa, como mostrado na tabela ao lado.

Na USNA, a opção de corpo é feita no início do 4º ano, podendo o aspirante escolher entre Fuzileiros Navais, Armada superfície, Submarinos, Mergulhadores de combate e Aviação, sendo os Fuzileiros Navais em maior proporção do que em nossa Marinha. Apenas depois da formatura eles são considerados parte do corpo que escolheram.

No corpo de aspirantes são admitidas mulheres, que correspondem a cerca de 20% do efetivo total (4500). Seus camarotes ficam no mesmo corredor dos camarotes masculinos e a elas é dispensado o mesmo tratamento dado aos homens, inclusive com as mesmas opções de corpo (exceto algumas restrições de habilitação – mulheres não podem ser submarinistas, por exemplo). Outro fato importante

é o de não haver separação física entre os diferentes anos, pois como todos possuem camarotes, eles são divididos por companhias e, assim, encontramos camarotes do 1º ano adjacentes aos do 4º ano.

Uma tradição que é bem diferente das nossas é que os aspirantes não possuem espadins, nem nada parecido. Quando se formam, ao invés de receberem uma espada de oficial, eles recebem (compram) um anel de formatura, igual para todos os formandos da mesma turma e diferente do anel das demais turmas. Fato curioso é que, na cerimônia de “batismo” dos anéis, os formandos devem mergulhá-los numa mistura das águas dos sete mares do mundo. Como oficiais, eles também utilizam espadas, mas tal uso depende da função que estejam exercendo.

Pudemos perceber o altíssimo valor que eles dão ao esporte. Todas as instalações esportivas que visitamos apresentavam-se altamente atualizadas. Era comum observarmos inúmeros aspirantes praticando atividades físicas ao ar livre à noite e a temperaturas

de -10º C! Porém, eles não possuem uma competição entre academias militares, como a nossa NAVAMAER. Em vez disso, todas as equipes participam da liga universitária nacional. A grande rivalidade existente é entre o Exército e a Marinha, rivalidade esta que fica evidente tanto nas frases espalhadas pela academia como pelas atitudes dos aspirantes. É comum vermos e ouvirmos frases como “Go Navy, beat Army” (Vai, Marinha; vence o Exército).

Outro aspecto observado foi que, embora a rotina de licenças seja bastante rígida, eles possuem uma infraestrutura de lazer e conforto muito desenvolvida. A “Midshipmen Store” (loja do aspirante) vende uma grande variedade de produtos como de higiene, alimentícios, eletrônicos, roupas, tênis, artigos esportivos, acessórios, lembranças, artigos de papelaria, dentre outros. Existem lanchonetes com diversos tipos de comida. Todo aspirante possui um computador (com acesso à internet), que é obrigado a comprar assim que ingressa na USNA e a efetuar o pagamento através de descontos em seu soldo. As instalações esportivas permitem a prática de esportes sob quaisquer condições climáticas. Às segundas-feiras os militares do último ano podem colocar o traje civil e dirigirem-se ao First Club (bar que serve bebidas e petiscos) para confraternizarem com seus companheiros de turma e ouvirem o grêmio de música tocando. Todas essas possibilidades de recreação, lazer e conforto tornam a vida do aspirante a bordo mais agradável.

Um fato que nos chamou muito a atenção também é que cerca de 20% do orçamento da USNA é patrocinado pelas diversas associações de turmas de ex-alunos (Alumni), que não somente contribuem financeiramente, mas também construindo inúmeros monumentos para a escola. Percebemos uma grande satisfação dos ex-alunos por terem pertencido àquela academia. O “elo” entre essas pessoas - que muitas vezes já estão na vida civil - e a Marinha é muito forte. Tal fato talvez se faça notar pelo imenso nacionalismo e pelo grande valor que a sociedade americana dá para as forças armadas.

Comparativamente com nossa escola, os aspirantes americanos do 4º ano têm muito mais “poder de manobra”, ganham mais responsabilidades, uma vez que os oficiais são menos participativos na condução do Corpo de Aspirantes do que aqui. Também reparamos que eles não têm medo de errar, pois sabem que somente assim é que irão aprender.

O intercâmbio foi uma das melhores experiências de nossas carreiras até o presente momento. Através dele pudemos experimentar a vida de um aspirante americano, vivenciando experiências únicas, aprendendo sobre sua cultura, seu modo de vida, seu jeito de pensar, além de termos tido a oportunidade de verificar como funciona o centro de formação de oficiais mais importante da marinha americana.

Embora não possam passar despercebidas a grandiosidade e a suntuosidade dessa academia, pudemos sair de Annapolis com a certeza de que nossa formação em nada deixa a desejar se comparada à dos aspirantes americanos; e, assim, face às disparidades econômicas e evolutivas existentes entre esses dois países, pudemos perceber o imenso esforço que nossa Marinha faz para nos oferecer tudo o que temos em nossa Escola Naval. Essa constatação nos motiva e revigora a cada dia, pois a partir do momento em que pisamos novamente em solo brasileiro, trouxemos em “nossa bagagem” a certeza do imensurável valor que nossa Marinha dá a seu pessoal, a seus aspirantes e, junto com ela, trouxemos também o sentimento de nos empenharmos ao máximo para tentar retribuir tudo o que essa instituição nos oferece.

Viva a Marinha!



CRIMES ELETRÔNICOS: OS PERIGOS DO MUNDO DIGITAL

CC Paschoal Mauro Braga Mello Filho

O INÍCIO DE TUDO

Com a Guerra Fria no auge e a possibilidade sempre presente de um conflito nuclear em escala global, havia nos Estados Unidos (EUA) a preocupação em montar um sistema logístico auxiliado por computadores que concentrasse toda a informação estratégica, mas que não fosse vulnerável a um único ataque nuclear.

A solução encontrada foi distribuir os recursos de computação por todo o país, mantendo-os interligados na forma de uma grande rede, mas de tal modo que a destruição de alguns não impedisse o funcionamento dos restantes. Uma rede de computadores em que nenhum isoladamente fosse vital para todo o sistema.

O objetivo da rede era permitir às universidades e empresas clientes do governo (geralmente envolvidas em projetos militares) o compartilhamento dos então caríssimos recursos de computação, distribuição de arquivos de dados e programas. Utilizavam também a rede para a transmissão instantânea de mensagens de um computador a outro, dando origem ao hoje essencial correio eletrônico (e-mail).

TEMPOS ATUAIS: A ERA DIGITAL E AS SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Com a disseminação em larga escala da Internet e a evolução tecnológica, hoje as pessoas se comunicam, trocam dados, realizam negócios e se relacionam pela *Web*, o que vem permitindo também a ocorrência de diversos crimes pela rede.

O mundo digital possui características próprias e existem muitas situações nas quais crimes diversos podem acontecer. Já há leis previstas na legislação brasileira que podem ser utilizadas por analogia, mas há necessidade de se criar outras especialmente para contemplar as novas tecnologias que fazem parte da realidade e do dia-a-dia das pessoas.

Atualmente, alguns tipos penais praticados na *Web* são enquadrados por analogia em nosso Código



Penal, dentre eles: Violação de Sigilo Funcional, Violação de Correspondência, Crimes contra a Honra (Calúnia, Injúria e Difamação), Ameaça, Crimes contra o Patrimônio, Falsa Identidade, Falsidade Ideológica, Quebra de Sigilo Bancário, Interceptação de Dados Informáticos, Pornografia Infantil, Tráfico de Entorpecentes, dentre outros.

Alguns dos crimes cometidos na grande rede já estão com proposta de inclusão em nosso Código Penal, a saber: Roubo de Senha, Falsificação de Cartão de Crédito, Falsificação de Telefone Celular, Difusão de Código Malicioso com Dano e Interrupção de Serviço Telefônico.

A grande questão que ainda incentiva o cometimento de tais tipos de crimes é a sensação de que o anonimato impossibilita a punição, justificando a prática de infrações *on-line*. Entretanto, a Justiça brasileira já aceita como prova judicial impressos extraídos da Internet e registrados em cartório. Em alguns casos, como e-mails e *sites* de relacionamento, nem há a necessidade de registro.

OS PERIGOS QUE ESTÃO POR TRÁS DOS SITES DE RELACIONAMENTO

Um dos *sites* de relacionamento mais difundidos hoje no país é o *Orkut*. Um caso em que esse *site* serviu de prova essencial para que um juiz pudesse qualificar o crime de Difamação foi o cometido por duas jovens, que criaram uma comunidade no aludido *site* para ofender e denegrir a imagem de uma terceira jovem,

pois esta havia iniciado um relacionamento com o ex-namorado de uma das infratoras. Após análise das provas, o juiz declarou culpadas as jovens, que responderam penalmente e também na esfera cível por danos morais, tendo que indenizar a vítima.

Outro caso em que o *Orkut* foi crucial para a decisão judicial sobre concessão de pensão alimentícia em ação de divórcio foi o do ex-marido que alegava não ter condições financeiras de custear a pensão requerida pela sua ex-esposa, mas constavam, em sua página pessoal do site em tela, fotos de uma recente viagem feita à Europa após a separação. O juiz entendeu que tais fotos eram provas contundentes da real situação financeira do indivíduo, obrigando-o a pagar a referida pensão.

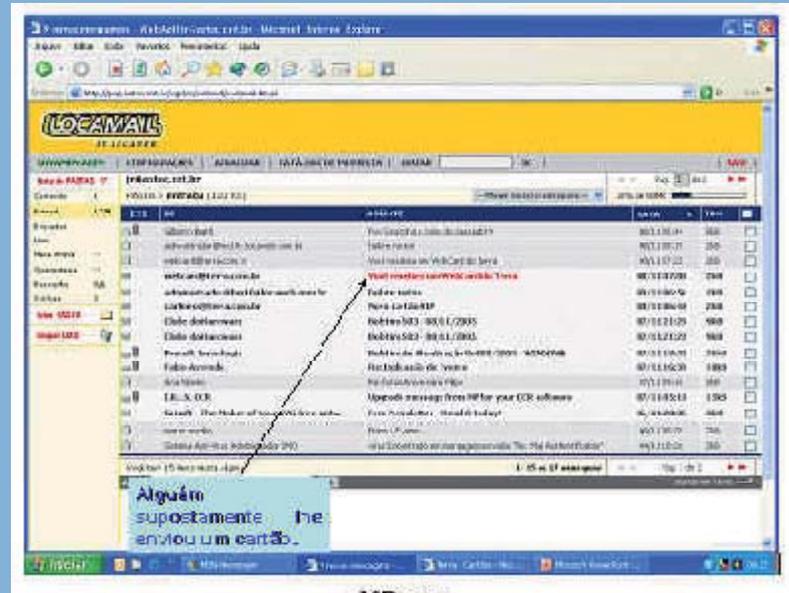
Além disso, ainda há outros tipos penais tão graves quanto os anteriores, que também podem ser praticados por meio do *Orkut*, como o Racismo, a Pedofilia e o Tráfico de Entorpecentes. Nesses casos, não só o dono da comunidade pode ser processado, mas também quem adere a uma comunidade que pratica um crime, mesmo que não tenha deixado mensagem. Isso vale para comunidades que incitam preconceito de raça, religião ou opção sexual (pena de um a três anos de prisão), pedofilia (dois a seis anos) e apologia às drogas (três a seis meses).

Patrícia Peck, especialista em direito digital, explica que as penas são diferentes para quem cria ou participa da comunidade, mas que todos respondem criminalmente.

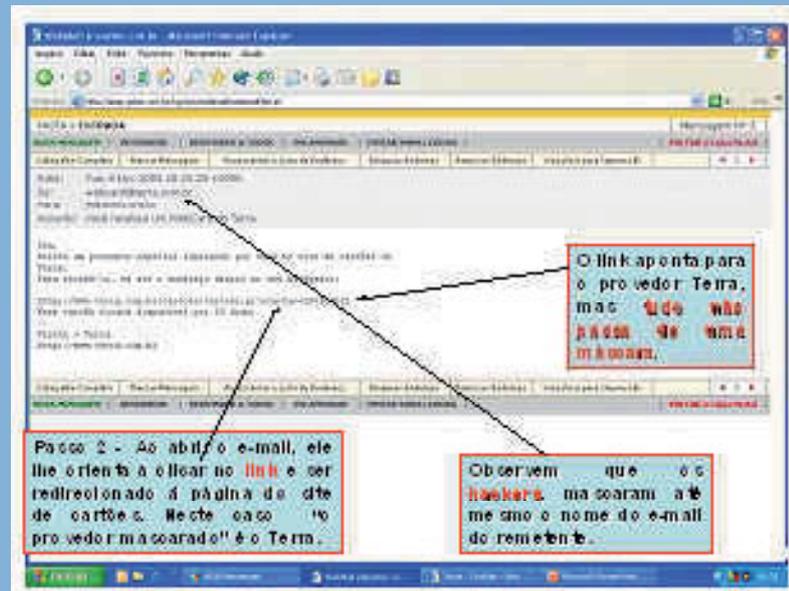
No ano passado, houve a primeira condenação de usuário que cometia pirataria pela Internet, uma decisão contra um funcionário que usava o e-mail da empresa para assuntos pessoais e outra contra um que acessava sites pornográficos do computador do trabalho. O grande problema é que a maioria dos internautas desconhece que, apesar de não haver ainda lei específica, os crimes praticados pela *Web* têm punição.

Recentemente, foi firmado um acordo entre o Google e o Ministério Público (MP), pelo qual a empresa terá uma equipe para atender rapidamente os pedidos da Justiça. Para facilitar a identificação dos criadores e

UM EXEMPLO PRÁTICO PARA SER OBSERVADO

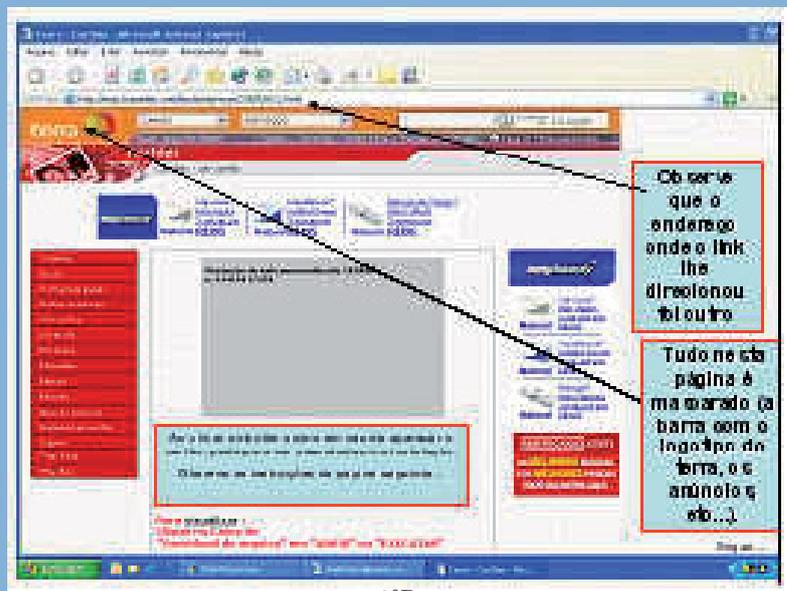


1º Passo

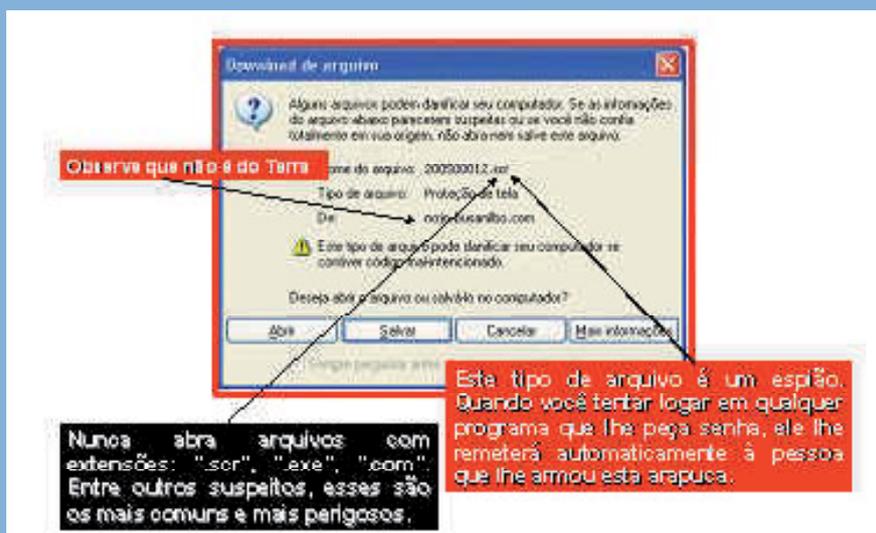


2º Passo

participantes das comunidades ilegais e produzir provas para ações penais, o *Google* poderá guardar por seis meses os endereços IP de usuários do *Orkut*, se assim for pedido pelos promotores do MP. Por enquanto, o acordo não se aplica ao *Youtube*, que também pertence ao *Google*.



3º Passo



4º Passo

ALGUMAS INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA NÃO SER VÍTIMA OU PRATICAR ATO ILÍCITO NA INTERNET

· Escolha senhas que são fáceis de serem lembradas apenas por você. (Fuja de datas

comemorativas, nomes de parentes ou placa de carro);

· Evite deixar seu computador ligado e aberto quando você estiver longe da estação. Pratique o bloqueio do equipamento;

· Cuidado com comunidades *on-line*. Sem saber, você pode se envolver com algum conteúdo que possa gerar problemas legais, tanto no âmbito civil como no criminal;

· Não passe informações de CPF, cartão de crédito e dados de conta bancária por e-mail sem um nível mínimo de segurança da informação. Use, pelo menos, criptografia na mensagem, PGP, assinatura ou certificação digital;

· Evite abrir e-mail de estranhos;

· Cuidado com os vírus em fotos enviadas por e-mail. Sempre utilize um antivírus, um *firewall* e um *anti-spyware*;

· Evite clicar em *links* diretos na mensagem. Sempre verifique se o endereço do site realmente está correto. Na dúvida, se suspeitar que seja um *Scam* ou fraude eletrônica, sempre verifique a informação do e-mail ligando para um "fale conosco", ou entrando diretamente no site da empresa;

· Cuidado com suas senhas, não as empreste para ninguém, nem coloque anotada em papéis ou *post-its*®; e

· Pratique navegação segura.

Fontes:

- *Jornal Gazeta Mercantil*, 15/01/2007;

- *Palestra sobre Crimes Tecnológicos*, ministrada pelo Dr. Rony Vainzof do OPICE BLUM Advogados Associados, na OAB-RJ, em 15/06/2007; e

- *Patricia Peck Pinheiro Advogados* (<http://www.pppadvogados.com.br>).

ORIGEM DAS PALAVRAS

Compilado por CMG (RM1) Pedro Gomes dos Santos Filho

ABALROAR – O termo vem da palavra antiga “abalroa”, uma espécie de arpão com uma amarra a ele talingada, que se lançava a um navio inimigo para atracá-lo a contrabordo e mantê-lo acostado.

AGULHA – As barras de ferro imantadas que indicavam a linha Norte-Sul das primeiras bússolas foram afinando-se, especialmente na extremidade Norte, chegando a ser tão agudas que acabaram levando o nome de agulhas magnéticas.

ALARME – A origem do termo é a expressão italiana “all’ arme”, que significa às armas. O brado era usado para que uma tropa militar se armasse para se defender, diante da iminência de uma investida inimiga. A expressão se transformou na palavra “allarme”, adaptada em português para alarme.

ALMIRANTE – A origem do termo vem do árabe “Al” (o) “amir” (chefe).

ARQUEAÇÃO – Ato de medir o volume dos espaços de uma embarcação. O arco representando o diâmetro do tonel indicava o número de tonéis que podiam ser transportados. A operação de medir os espaços utilizando como medida o arco chamava-se arquear o navio.

ARRIBAR – Entrar em um porto que não seja de escala, ou voltar ao ponto de partida. É, também, desviar o rumo na direção para onde sopra o vento. A palavra vem do latim “ad” (para) e “ripa” (margem, costa).

ARSENAL – Palavra de origem árabe. Vem da expressão “ars sina” e significa o local onde são guardados petrechos de guerra ou onde os navios atracam para recebê-los. A expressão “ars sina” deu origem ao termo arsenal, em português e ao termo “darsena” que, em espanhol, quer dizer doca.

AVISO – Navios auxiliares de pequeno porte, empregados em tarefas de apoio como transporte de pessoal, remoção de feridos, etc. Provavelmente receberam esse nome porque antigamente eram utilizados na transmissão de ordens, despachos e mensagens.

BELONAVE – Navio de guerra. Vem, a palavra, do latim “navis” (nave, navio) e “belium” (guerra).

BOMBORDO – A origem é a palavra escandinava “bak bordhi”, que passou para o espanhol e português como “babor”. Mais tarde, em português se tornou bombordo.

BRAÇAS – A palavra em inglês “fathom” deriva da palavra anglo-saxônica “faetm”, que significa abraçar. Nos velhos tempos a maioria das medidas era baseada ou nas partes do corpo humano tais como pés, polegadas ou em medidas entre dois pontos do corpo. “Fathom” (braças) é a distância média entre a ponta dos dedos quando se abrem os dois braços de um homem como se fosse abraçar alguém. Mede cerca de 6 pés.

BÚSSOLA – O termo bússola é derivado da palavra italiana “bussolo”, que por sua vez, é uma corrupção lingüística das palavras do latim medieval “buxida” e “buxus”, que significam um recipiente de madeira, ambos originários da palavra do latim clássico “pyxis”, que quer dizer caixa. Em 1380, um cidadão chamado Francisco de Buti descrevia a bússola como “uma caixa de madeira com uma cobertura de vidro em que um disco redondo preso a um elemento magnético gira livremente, indicando direções em graus de 0 a 360 e incluindo uma rosa dos ventos”.

CABOTAGEM – Navegação de cabotagem. Provavelmente, o termo origina-se da expressão “Navegar de cabo a cabo” ou “Navegar entre cabos”, que significa navegar próximo de terra, mais ou menos nos alinhamentos das sucessivas pontas ou cabos que existiam na costa.

CALOURO – Originalmente designava os monges da ordem de São Basílio. O termo vem do grego medieval “kalógeros”. A mudança de sentido vem, provavelmente, da semelhança entre as maneiras como viviam estes monges e os estudantes internos, em congregações.

CÂMARA – Câmara do Comandante. A palavra vem do latim “câmera” que significa sala ou quarto. De câmara origina-se camarim e camarote.

CAPITÂNIA – Navio onde está embarcado o Capitão-Mor de uma Armada.

COMANDO – O termo português comando foi herdado do francês “commande”, mas no sentido militar é uma criação portuguesa que foi adotada como “kommando”, pelo exército dos bôeres. Do africâner (idioma dos bôeres) o vocábulo passou para o inglês como “command” e daí para as demais línguas européias.

COMPANHIA – A origem remota é o latim vulgar “compania”, termo em que estão presentes “cum” (com) e “panis” (pão). Uma companhia era um grupo de pessoas que dividiam o mesmo pão.

CUCA; Mestre Cuca – Deriva do inglês “cook”.

EMBARCADO – Barco vem do latim “barca”. Na época dos descobrimentos, barca era uma embarcação média, com velas latinas ou remos, que foi usada até a metade do século XV. Quem está a bordo, está dentro de um barco ou navio. Está embarcado. Entrar a bordo de um barco, é embarcar. E dele sair é desembarcar. Uma construção, que permita o embarque de pessoas ou cargas para transporte por mar, é uma embarcação.

ESTADÍMETRO – Equipamento que mede o “estádio”, medida de comprimento antiga, cujo valor era 125 “passos duplos”, que correspondia a cerca de 0,1 da atual milha náutica.

ESTALEIRO – Estabelecimento industrial onde são construídos navios. Como os navios antigos eram feitos de madeira, o local de construção ficava cheio de estilhas, lascas de madeira, estilhaços ou, em castelhano, “astilias”. Os espanhóis, então, denominaram os estabelecimentos de “astüeros”, que em português derivou para estaleiros.

ESTIBORDO – Vem de “steer” (conduzir) “board” (bordo). Nos primeiros navios o leme ficava à direita de quem olha para a proa e se chamava “staurus”. Os navegantes noruegueses chamavam essa peça de “staurr”, que os ingleses herdaram como “steor”. Daí passou a “steer”. Na Marinha do Brasil, tornou-se boreste; dizem que o autor dessa palavra foi o Almirante Artur Silveira da Mota, Barão de Jaceguai (alguns creditam ao Almirante Saldanha da Gama), pois na Guerra do Paraguai, o ambiente ruidoso confundia as ordens de manobra e de fogo relativas a bombordo e estibordo. Aviso do Ministro da Marinha Alexandrino Alencar oficializou o termo.

FAROL – O farol de Alexandria, construído por Alexandre, O Grande, em 332 a.C. e uma das sete maravilhas do mundo, situava-se na ilha de Pharos. Do nome dessa ilha vieram “phare”, em francês e “faro”, em italiano e espanhol. No espanhol também se formou a palavra farol que originou o equivalente em português.

GALERA – A palavra vem do catalão “galera” (embarcação de guerra movida a remos ou à vela) parente do francês “galère” (antiga embarcação impulsionada por remadores). Da mesma origem vêm: Galé (navio a remo de grande porte usado na guerra e no comércio); galeão (grande navio de guerra parecido com

a nau) e galeota (pequena galé com cerca de 40 remadores).

GOVERNAR – Vem do latim “gubernare” que, por sua vez, deriva do grego “kybernân”, que significa pilotar, dirigir navio ou nau.

GUDE - Boa compra feita no estrangeiro. Vem do inglês “good”, que significa mercadoria.

IMEDIATO – Deriva da expressão Oficial imediato ao Comandante.

JEQUE – Bandeira do cruzeiro içada à proa, distintivo do navio de guerra; possui 21 estrelas. Origina-se do inglês “jack”, que significa marujo.

LEI DE BRUQUE – Lei fictícia da falta de sorte. “Bruque” ou “Brook” vem da palavra inglesa “broken”, quebrado.

MERCANTE – A palavra é derivada do latim “mercans” (comerciante), do verbo “mercari” (comerciar).

MESTRE D’ARMAS – O termo Master-at-arms é do tempo do Rei Charles I, da Inglaterra. Assim eram chamados os “xerifes do mar”, homens que tinham a responsabilidade pela guarda, manutenção e prontificação das espadas, pistolas, carabinas e mosquetões. Além disso, eram especialistas em combate corpo a corpo. Na Marinha do Brasil perdeu esse significado e se refere à praça graduada que dirige o serviço de rancho do pessoal subalterno.

MILHA – Nas estradas romanas, a cada mil passos era colocada uma pequena coluna ou um monte de pedras a que chamavam de “lapis milliarius” (marco miliário). Daí surge “millia”, que em português deu milha.

NAVEGAR – Um navio é uma nave. Conduzir uma nave é navegar, ou seja, a palavra vem do latim “navigare”, “navis” (nave) + “agere” (dirigir ou conduzir).

NINHO DE PEGA – O mesmo do que cesto da gávea ou somente gávea. Pega é um pássaro da família dos corvos. Este tipo de pássaro foi no passado um excelente “instrumento de navegação”, pois os corvos e outras aves são capazes de sentir a proximidade da costa. Os “vikings” levavam corvos consigo e quando supunham estar próximos de terra, soltavam um deles. Se o pássaro saía voando, o comandante do barco o seguia e provavelmente encontrava terra. Se a ave retornava ao barco, o comandante deduzia que não havia nenhuma terra próxima. O ninho do pássaro ficava no mastro principal, local onde o vigia dava o seu serviço e onde hoje fica situado o ninho de pega.

NÓ – Para se medir a velocidade nos tempos antigos era usada a barquilha, ou barquinha, pedaço de madeira em formato de um pedaço de torta, presa em uma linha bem leve, que tinha nós feitos a intervalos regulares. Um marujo atirava a barquilha no mar virava uma pequena ampulheta que permitia contar até 30 segundos e contava quantos nós passavam pelos seus dedos à medida que a barquilha fosse se afastando do navio.

ORIENTE – Vem do verbo latino “oriri”, que significa surgir. O sol surge a leste, daí oriente.

OCIDENTE – Vem do verbo latino “occidere”, que significa cair. O sol se põe a oeste, daí ocidente.

POPA – Deriva de “puppis”, palavra latina que significa imagem. Na popa eram levadas imagens dos deuses protetores, convertendo-se, assim, no santuário dos devotos que a eles confiavam a sua fortuna em cada viagem que empreendiam.

PRAÇA D'ARMAS – A expressão originou-se do fato de, no tempo da Marinha a vela, ser no compartimento reservado à refeição dos oficiais que se guardava o armamento portátil de que dispunha o navio.

PORTALÓ – Nos navios à vela bastante antigos, era comum a existência de duas portas, situadas a ré, uma a boreste e outra a bombordo. Ao manobrar um navio à vela, o comandante ou oficial posicionava-se a barlavento. Estar a barlavento era o mesmo que “estar a ló”. A palavra ló vem do francês “lof” ou “loef”, que significa lado da embarcação voltado para o vento. O oficial que estava manobrando a embarcação ficava, portanto próximo a porta que ficava a barlavento, ou porta a ló. As palavras foram, com o tempo, fundidas aparecendo, então, portaló.

REGATA – O verbo “regatar” significava alcançar em um antigo dialeto falado em Veneza, cidade os canais e das gôndolas. Deste verbo derivou o substantivo regata, para denominar as disputas e corridas de gôndolas, termo que passou para o italiano como “regatta” e depois para o português na forma original.

SARGENTO – O termo vem da palavra alemã “scher”, que era o arqueiro da polícia na Idade Média. Os franceses adaptaram para “sergent” e veio para o português como sargento. Alguns dizem que o formato de flecha das divisas dos sargentos tem a ver com o arqueiro.

SEMÁFORA – Provavelmente corruptela de semáforo, aparelho empregado em estradas de ferro para fazer sinais por meio de lanternas, bandeiras, braços oscilantes, etc.

SEXTANTE – Descendente moderno do antigo astrolábio, é formado por uma parte ótica e um arco graduado que é a sexta parte de um círculo, daí a origem do termo.

SOLDADO – O termo vem do italiano “soldato”, particípio passado do verbo “soldare”, que quer dizer alistar a soldo, assalariar. O soldado, ao contrário dos escravos, se alistava em troca de salário ou soldo.

SOLDO – A história desse termo começa com o latim “solidus”, que significa consistente, rijo, maciço. Daí surgiu solidus denominando uma moeda de ouro de valor correspondente ao peso, por ser feita de material maciço. O termo desembocou no termo soldo, uma espécie de moeda com que se pagavam soldados mercenários na Idade Média.

TAIFA – Palavra árabe que significa grupo. A taifa, na Marinha antiga, era o grupo de marinheiros e soldados que durante o combate guarneciam a tolda e o castelo de proa.

TENENTE – Aquele que tem a posse. Vem do latim “tenens”, do verbo “tenere” (ter).

TONELAGEM - Medida de volume e não de peso. A origem do nome vem de antigamente: os navios eram medidos por sua capacidade em carregar tonéis-padrão. Era a tonelagem, de tonéis. O tonel era um barril normalmente usado para transportar vinho. Foi de “tons”, corruptela do francês “tonneaux” (tonéis) que veio “tonnage”, que deu em Português tonelagem e tonelada. Um tonel equivaleria ao volume de um tonel de seis palmos de comprimento e quatro palmos de diâmetro. No século XVII os navios que carregavam vinho de Bordéus eram comparados pelo número de tonéis que podiam transportar.

TOPE; “Atenção para o tope” – Exclamação dos encarregados de navegação à hora que tomam a altura dos astros ou regulam os cronômetros – Vem da palavra inglesa “stop”.

TURCO – Coluna de ferro tendo a parte superior recurvada para receber um aparelho de içar; serve para içar embarcações e outros pesos. Recebeu este nome porque é curvo como as costas dos mascates, vendedores ambulantes que antigamente percorriam cidades, povoados e casas da zona rural vendendo artigos de armarinho e miudezas em geral. Como muitos pensavam que os árabes que vinham negociar no Brasil embarcavam no porto de Mascate (Masqat, em árabe; situado na cidade que hoje é capital de Omã), esses negociantes ganharam o nome de mascates. É importante notar que a palavra turco, no Brasil, é usada para denominar os naturais de qualquer país árabe.

ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO: UM MECANISMO DE PROMOÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Professora Ana Carolina A. Negrete

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar um resumo da experiência acumulada de alguns países com suas Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs). A evidência disponível sugere que a ZPE pode influenciar positivamente o crescimento econômico de um país, além de afetar outros indicadores importantes.

INTRODUÇÃO

Os últimos sessenta anos testemunharam uma expansão sem precedentes dos níveis mundiais de renda e produção, acompanhados de um crescimento ainda mais rápido do comércio internacional. Vários instrumentos foram utilizados pelos governos dos países para expandir os fluxos de comércio, incluindo a sua liberalização. Uma medida específica para promover as exportações usada em anos mais recentes tem sido o uso de *Zonas de Processamento de Exportação* (ZPEs). A questão fundamental colocada nesse estudo enfoca a experiência internacional no uso do instrumento ZPE. As ZPEs trazem ou não benefícios líquidos aos países que as aplicam, ou seja, contribuem ou não para o crescimento econômico?

O que são Zonas de Processamento de Exportação? São áreas delimitadas pelo governo destinadas à instalação de empresas com fins específicos de exportação. As ZPEs usufruem de benefícios tributários, razão pela qual, muitas vezes, não podem comercializar produtos no país de origem. Por outro lado, as Zonas Francas são áreas delimitadas num país, beneficiadas com incentivos fiscais e tarifas alfandegárias reduzidas ou ausentes, com objetivo de estimular o comércio e acelerar o desenvolvimento de uma região. A exportação pode ser secundária.

Os principais *objetivos* de uma ZPE incluem: (i) a promoção de ganhos de divisas internacionais através da promoção das exportações; (ii) criação de emprego e

geração de renda; (iii) atração de investimento direto estrangeiro; (iv) estimular a produção local de produtos intermediários usados pelas empresas da ZPE; e (v) catalisar empreendedores domésticos visando a produção para exportação.

Quanto às *características* comuns de uma ZPE, podemos identificar como principais benefícios: (i) isenção de taxas de importação relacionadas a insumos intermediários e bens de capital necessários para produção de insumos destinados à exportação; (ii) isenção de taxas indiretas de exportações; (iii) simplificação das regulações governamentais; (iv) as ZPEs podem ser diferenciadas por sua habilidade de vender sua produção no mercado da economia anfitriã. Essa característica não é permitida na classificação tradicional de uma ZPE, mas muitos países adotaram uma flexibilidade nessa postura tal que uma parcela das vendas é comercializada no mercado doméstico depois de apropriada tarifa de importação; e (v) as ZPEs podem ser públicas ou privadas.

O restante deste artigo é organizado da seguinte forma: Seção II discute os recentes avanços da teoria de crescimento econômico, chamada Teoria “Nova” de crescimento ou Teoria *endógena* de crescimento econômico. Um argumento importante é que a existência de uma ZPE funcional pode transferir tecnologia e acelerar a taxa de progresso tecnológico de um país. Seção III analisa a experiência internacional com o uso de ZPEs através de estudos de casos de países que vêm utilizando esse instrumento nas últimas décadas. Seção IV discute a situação atual das ZPEs no Brasil. Seção V discute possíveis implicações para o Brasil.

II. CONTEXTO TEÓRICO

Depois de meados dos anos oitenta, estudos de crescimento econômico sofreram um boom iniciado por Romer (1986) e Lucas (1988), que observaram a importância dos determinantes de crescimento

econômico de longo prazo. As recentes contribuições determinam a taxa de crescimento econômico de longo prazo, junto com o modelo, sendo designados modelos de crescimento endógeno enfatizando a mudança tecnológica endógena, sendo assim chamados de “nova” teoria de crescimento econômico. O avanço tecnológico endógeno pode ser incorporado na economia através de várias fontes, como acumulação de capital humano, P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), etc.

A teoria de crescimento econômico endógeno inclui também possíveis efeitos das ZPEs que afetam o avanço tecnológico ou a eficiência econômica. Em termos gerais, podemos introduzir três elementos consistentes com essa teoria. São eles: (i) os ganhos potenciais de divisas internacionais; (ii) efeitos tecnológicos realizados através dos investimentos diretos estrangeiros; e (iii) efeitos no emprego da economia local.

Duas recentes análises empíricas cross-section [Barro e Sala-i-Martin (2004) (denotado em seguida por BSM) e Loayza, Fajnzylber e Calderon (2005) (denotado em seguida por LFC)] investigam as diferenças de crescimento econômico entre os países. No arcabouço empírico utilizado por esses autores que relaciona a taxa de crescimento per capita, existem dois tipos de variáveis: 1) nível inicial de variáveis de estado, tais como, estoque de capital físico e humano na forma de indicadores de educação e saúde; e 2) variáveis de controle, tais como participação do consumo do governo/PIB, participação do investimento doméstico/PIB, indicadores de estabilidade macroeconômica, medidas de manutenção da democracia, abertura internacional, a taxa de fertilidade, a taxa de inflação, etc. Os resultados econométricos obtidos por BSM e LFC mostraram coeficientes significativos e consistentes com a Teoria de Crescimento Econômico Endógeno. Em outras palavras, a taxa de crescimento de longo prazo foi observada como dependente de políticas estruturais e institucionais apresentadas e das condições externas e a convergência irá ocorrer em parte pelos retornos decrescentes e em parte pela difusão tecnológica.

Seguindo na linha empírica de BSM e LFC, um artigo recente de Tyler e Negrete (2006) utiliza também o arcabouço empírico derivado do modelo neoclássico de crescimento, complementado pelos recentes modelos de crescimento endógeno. A inovação do trabalho foi a incorporação de uma variável independente medindo a existência de ZPEs em 87 países para o período 1961-1999. A presença – ou não – de uma ZPE é incluída

como uma política estrutural. A análise econométrica mostra um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para a existência de ZPE, indicando que as ZPEs impactam positivamente o crescimento econômico.¹ A implicação quantitativa das estimativas é que a presença de ZPE funcional *ceteris paribus* acrescenta mais 0,9% à taxa anual de crescimento do PIB per capita. Em termos gerais, os outros coeficientes estimados da análise foram significativos e muito parecidos com os encontrados nos trabalhos de Loayza *et al.* e de Barro e Sala-i-Martin. Além disso, a análise da introdução de zonas de processamento de exportações está de acordo com a teoria de crescimento econômico endógeno. A implicação, sugerida pela análise econométrica, é que a existência de ZPE num país contribui positivamente para o crescimento econômico.

III. EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL COM AS ZPES

Nos últimos trinta anos observa-se uma grande proliferação de ZPEs no mundo todo. Hoje em dia o uso de ZPEs como instrumento de política industrial para estimular exportações é praticado mundialmente. De acordo com as estimativas do ILO, no ano 2003 existiam aproximadamente mil e duzentas ZPEs espalhadas por todo o mundo, operando em todos os continentes². De acordo com Braga (2000), em 1976 existiam 79 zonas livres que cresceram até as 1200 relatadas acima. Em 1976, 25 países possuíam 79 ZPEs funcionais, passando em 1997 para um número de 93 países com 845 ZPEs. No início de 2003 o total de países era de 116, demonstrando a aplicação desse instrumento de política industrial. Esta Seção examinará a experiência com ZPEs através do estudo de casos de países como Costa Rica e China, numa tentativa de tirar algumas lições.

A) Costa Rica

No início dos anos 1980, o governo da Costa Rica promoveu mudanças de desenvolvimento econômico no país, alterando a estratégia baseada na substituição de importações para orientação da promoção de exportações. Assim, no final de 1981, foi criado formalmente o regime de ZPE como um dos principais instrumentos para estimular as exportações. A Tabela* “A legislação” permite o estabelecimento de firmas ZPEs em qualquer lugar do território da Costa Rica. Empreendimentos que desejem status de ZPEs podem se candidatar mesmo que fora dos parques desenvolvidos especialmente para firmas ZPEs. Entretanto, firmas necessitam de um investimento

*1 resume os principais incentivos oferecidos pela atual legislação de ZPEs na Costa Rica, sendo bem ilustrativo para outros países também.

TABELA 1 - LEGISLAÇÃO SOBRE ZPES DA COSTA RICA

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO |
|--|--|
| Impostos de Importação em Maquinarias, Equipamentos e Matérias Primas. | Isenção de 100% |
| Imposto de Renda | |
| Firmas Manufatureiras | Isenção de 100% até 2008 |
| Outros Tipos de Firmas | a) Regiões Desenvolvidas 100% de isenção para os primeiros 8 anos 50% de isenção para os 4 anos subsequentes |
| | b) Regiões Atrasadas 100% de isenção para os primeiros 12 anos 50% de isenção para os 6 anos subsequentes |
| Impostos de Venda | Isenção de 100% |
| Outros Impostos Municipais | 100% de isenção para os primeiros 10 anos |
| Procedimentos de Importação | Procedimentos menos restritivos p/localização de ZPEs |
| Vendas Locais | 25% da produção para companhias manufatureiras, 50% para firmas de serviços e 0% para empreendimentos comerciais Deve pagar os impostos de importação correspondentes |
| Operações Cambiais | Ausência de Controles. Cambio Livre |
| Repatriação de Lucros e Capitais | Liberdade, ausência de controles e isenção de qualquer taxa |

Fonte: Procomer

mínimo de \$150.000 se operam dentro do parque industrial e \$2.000.000 se operam fora do parque industrial.

Algumas lições podem ser tiradas da experiência com ZPEs na Costa Rica: (i) as ZPEs podem ser um instrumento efetivo de política para ajudar na diversificação da composição industrial das nações anfitriãs; (ii) as ZPEs são importantes instrumentos de atração de investimento estrangeiro, já que durante os anos 1990, a maior parte de IDE recebido pela economia ingressou sobre o regime de ZPEs; (iii) a maioria das firmas ZPEs concentram-se na região central da economia, perto da capital São José, onde possuem acesso maior a infra estrutura. Em relação ao crescimento econômico do país, após a implantação de ZPEs, observa-se que no período de 1980-1990 a economia crescia a uma taxa anual de 3,0%, enquanto que entre 1990-2002 o crescimento foi de 4,9%,

impactado pelo aumento da produção industrial de 2,8% para 5,5% nos mesmos períodos e um aumento significativo das exportações de 4,7% no período de 1980-1990 para 14,8% de 1990-2001 (World Bank 2003).

B) China

Desde a introdução das reformas econômicas (incluindo as Zonas Econômicas Especiais), a economia chinesa vem crescendo rapidamente em comparação ao período pré-reforma (1960-1978). As estatísticas chinesas mostram que o PIB real de 1960-1978 cresceu a uma taxa média anual de 5,3%, enquanto que de 1979-2004 o PIB real cresceu a uma taxa média anual de 9,3%, tornando a China uma das economias que mais crescem no mundo.

O investimento de capital em larga escala e o rápido crescimento da produtividade, explicam o rápido crescimento econômico chinês, de acordo com os

economistas. Desde 1980, a China vem estabelecendo Zonas Econômicas Especiais em várias províncias (que mesmo com outro nome formal, essas zonas são, na prática, ZPEs), para promover exportações, atrair IDE, gerar empregos e transferir tecnologia, abrindo o país ao mercado mundial. Desde então as ZPEs chinesas passaram a se constituir no principal destino dos investidores estrangeiros que procuram se instalar naquele país (mais de US\$ 600 bilhões) e de onde se originou a maior parte dos US\$ 762 bilhões exportados pelo país em 2005³.

Atualmente, estima-se que existam cento e vinte quatro zonas econômicas especiais no país empregando cerca de trinta milhões de pessoas, com o que podemos dizer que esse instrumento de política comercial é eficaz desde que o país introduza as reformas estruturais necessárias como foi o caso da China.

C) Resumo das Lições Internacionais

A Tabela 2 apresenta dados gerais sobre o crescimento da produção e das exportações para países que vêm utilizando as ZPEs, além dos examinados nessa Seção. Podemos observar que a China, que tem baseado sua estratégia de crescimento em volta das ZPEs e equivalentes tem experimentado crescimento do PIB e das exportações em magnitudes excepcionalmente altas. Alguns países (p.e., Costa Rica, Índia e Malásia) têm crescido mais rapidamente no período 1990-2003, quando as exportações se beneficiaram mais das políticas de abertura econômica, inclusive com as ZPEs.

Após o estudo de caso de alguns países no que se refere às suas experiências com ZPEs, algumas lições podem ser retiradas da análise. Uma notável característica das ZPEs é que elas geralmente são especializadas em indústrias têxteis/roupas e eletroeletrônicas, dependendo do grau de desenvolvimento da indústria da nação anfitriã.

IV. A EXPERIÊNCIA DAS ZPES NO BRASIL

Desde 1988, o Brasil tem uma legislação (Decreto-Lei nº 2.452/1988) sobre ZPEs. O principal incentivo trata da isenção da tributação indireta sobre a importação de insumos para a produção destinada à exportação. Depois da aprovação dessa lei foram criadas dezessete ZPEs, em diversas regiões do país. Até o momento, nenhuma dessas ZPEs é funcional. Elas só existem no papel, mas não na prática. Está faltando a autorização operacional final do governo brasileiro.

Nos últimos três governos, o programa não recebeu devida importância. Vários argumentos vêm sendo utilizados contra as ZPEs: (i) promovem a concorrência desigual contra empresas localizadas fora das ZPEs reduzindo as chances de contribuição para criação, desenvolvimento e difusão tecnológica doméstica; (ii) As ZPEs representariam um boom exportador e não uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo; (iii) As ZPEs favorecem o contrabando; (iv) As ZPEs são “anacrônicas” e (v) As ZPEs só

TABELA 2 - CRESCIMENTO DO PIB, DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DAS EXPORTAÇÕES, PAÍSES SELECIONADOS, 1980-2003 (TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL EM %)

| País | PIB | | Produção Industrial | | Exportações (valor) | |
|------------------------------------|---------|-----------|---------------------|-----------|---------------------|-----------|
| | 1980-90 | 1990-2003 | 1980-90 | 1990-2003 | 1980-90 | 1990-2002 |
| México | 1.1 | 3.0 | 1.1 | 3.2 | 5.7 | 14.4 |
| Costa Rica | 3.0 | 4.8 | 2.8 | 5.4 | 4.7 | 13.1 |
| Brasil | 2.7 | 2.6 | 2.0 | 2.1 | 5.0 | 5.6 |
| China | 10.3 | 9.6 | 11.1 | 12.3 | 12.9 | 14.1 |
| Índia | 5.7 | 5.9 | 6.9 | 6.0 | 7.2 | 9.1 |
| Coreia | 9.0 | 5.5 | 11.5 | 5.9 | 15.1 | 8.4 |
| Indonésia | 6.1 | 3.5 | 7.3 | 4.2 | -0.9 | 6.9 |
| Malásia | 5.3 | 5.9 | 6.8 | 7.5 | 8.8 | 10.0 |
| Filipinas | 1.0 | 3.5 | -0.9 | 3.5 | 4.3 | 15.9 |
| Mauritius | 6.0 | 5.2 | 9.2 | 5.3 | 14.3 | 3.2 |
| Senegal | 3.1 | 4.0 | 4.3 | 5.4 | 3.5 | 3.6 |
| Média de Países em Desenvolvimento | 2.8 | 3.5 | 2.6 | 4.2 | 10.4 | 18 |
| Média Mundial | 3.3 | 2.8 | 3.0 | 2.3 | 14 | 13 |

Fonte: World Bank, *World Development Indicators*, 2005, pp. 198-212.

funcionam bem em “países pequenos”⁴

A maior parte dos governos estaduais detentores de autorização para implantar ZPEs mostrou-se interessada na manutenção do programa, mas decidiu que só retomaria os investimentos em suas ZPEs quando o assunto fosse inteiramente definido no âmbito federal, enfatizando que o desinteresse não veio dos investidores privados. A legislação das ZPEs é ainda bastante restritiva e pouco competitiva, existindo sinais de resistências em certas áreas do Governo Federal responsável pela sua implementação. No entanto, após uma tramitação de quase dez anos, o Congresso Nacional está em vias de aprovar uma atualização da legislação (Projeto de Lei 5.456/2001), tornando-a internacionalmente competitiva (o projeto de lei já foi aprovado pelo Senado e por quatro comissões da Câmara).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

O mundo vem testemunhando uma proliferação de zonas de processamento de exportações (ZPEs) nos últimos trinta anos; elas agora existem em todos os continentes e vêm sendo implantadas em mais de 115 países. Os países em desenvolvimento mais bem sucedidos no emprego de ZPEs têm sido os do Sudeste Asiático e da América Central e Caribe.

O contexto econômico brasileiro no período do pós-guerra ao início da década de noventa caracterizou-se por políticas comerciais restritivas como principal componente de política econômica, sendo o mais freqüente instrumento de política a restrição às importações. No início de 1990, com o Governo Collor, iniciou-se uma importante política de liberalização, em que inicialmente barreiras não tarifárias foram drasticamente cortadas. No entanto, esse programa de liberalização não foi contínuo nem gradual, sendo a estratégia do governo atual ainda indefinida. As ZPEs podem ser utilizadas para complementar a liberalização, já que produzem imediata e completa abertura necessária para determinadas atividades e atraem certos investimentos que não poderão esperar a conclusão de uma liberalização que não tem prazo para se completar.

O Brasil não deveria abrir mão de um instrumento comprovadamente eficaz de promoção de crescimento econômico. Certamente, as ZPEs não resolverão todos os nossos problemas de crescimento, entretanto, poderão desempenhar um papel fundamental para acelerá-lo.

Referências Bibliográficas

BARRO, Robert. e SALA-I-MARTIN, Xavier. “Economic Growth”, (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, Second Edition, 2004).

BRAGA, Hélon. “As Zonas de Processamento de Exportação – Teoria, Experiência Internacional e Importância para o Desenvolvimento Econômico do Brasil”, (ABRAZPE, janeiro/2000).

“Alguns Argumentos (Falsos) Contrários às ZPEs”, (ABRAZPE, junho/2001).

ILO. “Export Processing Zones Growing Steadily,” ILO Discussion Paper (Geneva: ILO, setembro/1998).

ILO. “ILO Database on Export Processing Zones”, (2003).

LOAYZA, Norman.; FAJNZYLBER, Pablo. e CALDERÓN, Cesar. “Economic Growth in Latin América and the Caribbean – Stylized Facts, Explanations, and Forecasts”, (World Bank, Washington D.C, 2005).

LUCAS, Robert E. Jr. “On the Mechanics of Economic Development”, (Journal of Monetary Economics, 22:3-42, julho/1988).

NEGRETE, Ana Carolina. “Zonas de Processamento de Exportações Como Política Industrial: A Experiência Internacional”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Dezembro/2005).

NETTO, Delfim A. “ZPEs: Um Instrumento do Crescimento”, (Jornal Valor Econômico, 07/novembro/2006).

ROMER, Paul M. “Increasing Returns and Long-Run Growth”, (Journal of Political Economy, 94: 1002-1037, outubro/1986).

TYLER, William. e NEGRETE, Ana Carolina. “Economic Growth and Export Processing Zones: An Empirical Analysis”, (UERJ, março/2006).

WORLD BANK. “World Development Indicators”, (Washington: World Bank, 2003).

WORLD BANK. “World Development Indicators”, (Washington: World Bank, 2004).

WORLD BANK. “World Development Indicators”, (Washington: World Bank, 2005).

Nota:

¹ Para uma análise mais detalhada da metodologia de estimativa e resultados ver Tyler e Negrete. “Economic Growth and Export Processing Zones: An Empirical Analysis”. (fevereiro/2006).

² ILO Database on export processing zones (2003). Na base de dados da ILO, as zonas adquirem diversas formas como zonas livres, maquiladoras, zonas econômicas especiais, etc.

³ Ver Delfim Netto (2006)

⁴ Ver Braga (2001). Braga argumenta que essas posições são exageradas ou até mesmo erradas. Para uma avaliação positiva ver também Delfim Netto (2006).

A IMPORTÂNCIA DO ESPORTE NAS RELAÇÕES DE LIDERANÇA

Aspirante Paulo Sérgio Bezerra de Matos

INTRODUÇÃO

O desejo do homem de superar seus limites, aliado ao seu elevado extinto de competitividade, fizeram e ainda fazem do esporte quase uma obsessão humana, uma busca contínua da superação dos próprios limites. Para tal, o homem começou a pesquisar e observar seus atributos físicos, levando a área de preparação física e técnica a constantes estudos e aperfeiçoamentos.

Além disso, o esporte também fascina e intriga muitas outras áreas de estudo, quer pela evolução de métodos, quer pelas diversas reações do ser humano aos mais diversos estímulos que este recebe na busca por alcançar o seu máximo.

Do ponto de vista das relações de liderança, vários são os aspectos observados na prática esportiva que ajudam na formação e no preparo do indivíduo, não só como atleta, mas também como um indivíduo racional que convive e produz em sociedade, principalmente no que tange ao trabalho em grupo. Dentre estes aspectos, pode-se destacar a disciplina, o espírito de equipe e a lealdade.

DISCIPLINA

“Disciplina é a ponte que liga nossos sonhos às nossas realizações.”

(Pat Tillman, jogador de futebol americano)

A disciplina, no esporte, é desenvolvida à medida que o indivíduo percebe a importância de sua dedicação aos treinamentos para atingir o sucesso desejado. Com isso, ele percebe que seguir as instruções e recomendações de seus treinadores é fundamental, pois estes são quem detêm o conhecimento dos estudos já realizados para que seja possível atingir seus limites.

Além de ser encontrada no que tange aos treinamentos, a disciplina também se desenvolve em outros momentos do esporte, como na obediência



tática, que faz com que os vários talentos de cada atleta se multipliquem em prol da equipe, e no estrito cumprimento das regras durante as disputas esportivas, que é o que realmente torna a conquista do atleta admirada, não só por quem assiste, como também por seus adversários.

Na liderança, a disciplina também é fundamental. Todo grupo necessita de disciplina na sua preparação e na execução de suas tarefas para alcançar, com êxito, suas metas. Sem esta devida conscientização, o grupo estará fadado ao fracasso.

Dessa forma, faz-se uma ponte entre o esporte e as relações de liderança sob o ponto de vista da disciplina, pois, com a ajuda da prática esportiva, torna-se possível a conscientização do indivíduo quanto à importância da disciplina para que se possa obter sucesso em qualquer coisa que este se dispõe a fazer.

ESPÍRITO DE EQUIPE

“Não importa o tamanho do seu talento se você é incapaz de fazer parte de um grupo, de uma comunidade, e se dá mais importância ao ‘eu’ do que ao ‘nós’.”

(Bernardinho, Transformando Suor em Ouro, p. 113)

Tudo o que se realiza na sociedade humana é baseado na interação entre os indivíduos e na união de seus esforços. Assim, é imprescindível para qualquer um saber lidar com o trabalho em equipe, sabendo reconhecer nos outros membros do grupo habilidades e características capazes de elevar o desempenho próprio.

No esporte, isso pode ser observado desde o primeiro instante. O indivíduo, embora tenha a predisposição para se superar, precisa dos esforços de outro indivíduo, seu treinador, para melhor aprimorar. Dessa forma o trabalho em equipe desenvolvido pelo grupo treinador e atleta, consegue obter melhores resultados que o trabalho de cada um se realizado independentemente.

Outro ponto ainda mais visível ocorre nos esportes coletivos. Nenhuma equipe consegue se defender da equipe adversária se cada um de seus membros não estiver preocupado com sua parte nesta tarefa. Da mesma forma, uma equipe não consegue atacar com êxito seu adversário se todos os seus membros não estiverem preocupados com seus deveres.

Nas relações de liderança, a maior busca do líder é exatamente conseguir unir as performances de cada um da melhor maneira possível, de modo a obter o melhor resultado para a equipe. O espírito de equipe é, logo, o objetivo maior do líder, que, dessa forma, conseguirá atingir as metas do grupo naturalmente.

Assim, cria-se uma ponte entre o esporte e as relações de liderança, pois, para ambos, esse espírito é fundamental para a obtenção do sucesso, e, quanto mais cedo o espírito de equipe for desenvolvido no indivíduo, mais cedo ele começa a ajudar o grupo em que vive e o grupo em que trabalha.

LEALDADE

“Lealdade: o estado de ser leal; o propósito ou devoção de fidelidade a alguma pessoa, a uma causa.” (Definição)

De grande importância para o desenvolvimento tanto de cada indivíduo quanto dos mais variados grupos, a lealdade é fundamental para manter uma equipe coesa, e, desse modo, trabalhando melhor em equipe.

No esporte, desde a primeira competição, o atleta já é ensinado e estimulado a competir respeitando não só seus companheiros, como também seus adversários. Assim, o esporte incentiva o desenvolvimento da

lealdade dentro do indivíduo, através de sua fidelidade ao regulamento e ao adversário, visto que o adversário é alguém que ajuda cada um a chegar um pouco mais perto de seu máximo.

Nas relações de liderança, a lealdade também é fundamental. Primeiro, é muito importante que o subordinado seja leal ao seu superior, de modo que este possa saber exatamente o que está acontecendo com o seu grupo e seja capaz de tomar as melhores decisões para o grupo. Segundo, mas não menos importante, é necessário que o líder seja leal aos seus subordinados, a fim de conseguir conquistar a confiança de seus liderados.

Dessa forma, pode-se criar uma ponte entre o esporte e as relações de liderança, uma vez que a lealdade, desenvolvida no atleta desde o começo de seu preparo, é fundamental para qualquer indivíduo, seja ele atleta, superior, ou subordinado, uma vez que a vida em sociedade é baseada em relações entre indivíduos, onde é necessário, para um convívio harmonioso, o respeito mútuo e a coragem de admitir os próprios erros e tentar corrigi-los, ou seja, é necessário que cada um seja leal ao próximo.

CONCLUSÃO

“O sucesso resulta de cem pequenas coisas feitas de forma um pouco melhor. O insucesso, de cem pequenas coisas feitas de forma um pouco pior.” (Henry Kissinger)

O esporte, com todas as suas características, é capaz de mostrar ao ser humano o quanto sua devida dedicação pode proporcionar o sucesso almejado. Mais do que isso, o esporte é uma grande ferramenta na construção do caráter do indivíduo, no desenvolvimento de certas características, como a disciplina, o espírito de equipe e a lealdade, que são fundamentais para a vida em sociedade.

Assim, pode-se dizer que o esporte é de grande valia no preparo tanto de líderes quanto de liderados, tendo em vista que toda a sociedade é baseada em relações de liderança, ou seja, sempre há alguém que deve estar à frente do grupo e um grupo que deve seguir as orientações de um indivíduo.

Dessa forma, fica estabelecida a ponte que une o esporte às relações de liderança, onde a prática esportiva é uma grande ferramenta que pode ser utilizada para o aprimoramento das relações entre subordinados e superiores.

ATENDIMENTO DE SAÚDE NA ESCOLA NAVAL

CMG(CD) Ricardo de Brito Mendez

“MENS SANA IN CORPORE SANO.”

A Escola Naval, berço da formação dos Oficiais da Marinha do Brasil, possui hoje cerca de 1.500 integrantes, entre militares e civis. Deste total, 760 são aspirantes que cumprem regime de internato, distribuídos pelos 4 anos do ciclo escolar. Neste contexto, é indispensável um serviço de saúde sempre presente, ágil e comprometido não só com o atendimento emergencial mas também com o ambulatorial e, principalmente, o preventivo. O Departamento de Saúde da Escola Naval tem como missão promover a higidez de sua tripulação através do atendimento médico, odontológico, farmacêutico, ambulatorial e de análises clínicas, fisioterapêutico e psicológico a nível primário.

O departamento é composto por 3 divisões: Medicina, Odontologia e Laboratório/Farmácia, possuindo ainda os serviços de Fisioterapia e Psicologia.

DIVISÃO DE MEDICINA

A Divisão de Medicina tem como propósito prestar atendimento médico primário aos Aspirantes e a toda Tripulação da Escola Naval (EN). Conta com um pronto atendimento, enfermaria de combate, dois consultórios médicos, uma enfermaria para baixados com 10 leitos, uma sala de procedimento cirúrgico e uma Junta Regular de Saúde, atualmente com quatro Oficiais (Md) que desenvolvem intenso programa assistencial, preventivo e pericial. Conta, ainda, com ambulatório especializado em traumatologia e serviço de fisioterapia que atuam nas patologias mais prevalentes entre os Aspirantes.



O grande número de atividades esportivas e de instrução extra Escola Naval que compõe a grade curricular dos Aspirantes exige esforço logístico de todo pessoal médico e praças EF, que garantem a segurança de saúde em eventos como a MAC-NAV, competição entre a Universidade Mackenzie e EN, a NAVAMAER, competição entre Marinha, Exército e Aeronáutica, a ASPIRANTEX, viagens de instrução em navios da Esquadra, viagens em avisos de instrução e Adestramento de Tiro entre outras.

A Divisão de Medicina conta com uma psicóloga civil que atua na área do apoio psicológico em parceria com a equipe médica.

A Junta Regular de Saúde da Escola Naval desempenha criterioso trabalho de inspeções periódicas em todos os Aspirantes e Tripulação, reforçando o trabalho de medicina preventiva desempenhado pelo Departamento de Saúde.

A Divisão de Medicina desenvolve projetos especiais como o Projeto Entrando Em Forma na EN, programa que combate o sedentarismo e sobrepeso, e o Projeto Anti-Tabagismo, entre outros. Participa ainda do DSM-1001 – Programa de Prevenção de Saúde da Diretoria de Saúde da Marinha, composto pelo Programa de Hipertensão Arterial, Programa de Diabetes Mellitus, Programa de Saúde Bucal e Programa de Reabilitação.

Esta divisão dispõe de moderna ambulância UTI pronta para remoções para unidades hospitalares terciárias, entretanto, a maioria dos tratamentos médicos são realizados na própria EN.

DIVISÃO DE ODONTOLOGIA

Equipada com 05 consultórios, a Divisão de Odontologia presta atendimento a nível primário a toda Tripulação da Escola Naval, desenvolvendo atividades não só curativas mas, principalmente, as preventivas, através de palestras, distribuição de material educativo e orientação individual.

Hoje, por iniciativa da Divisão de Odontologia, encontra-se disponível a toda Tripulação da EN, incluindo o corpo de Aspirantes, material para higiene oral nos sanitários existentes na Escola Naval. Apoiada pelo Odontoclínica Central da Marinha e Hospital Naval Marcílio Dias nos tratamentos secundários e



terciários, a divisão vem atingindo anualmente seu objetivo maior que é o de prontificar o Corpo de Aspirantes, em especial os do 4º ano, com necessária antecedência para a comissão do “NE” Brasil.

Divisão de Laboratório e Farmácia

O Setor de Laboratório executa os exames solicitados nas consultas médicas, nos atendimentos de emergência e nas solicitações da Junta Regular de Saúde.

Contribui de maneira significativa no combate ao Aedes Aegypti, mosquito transmissor da dengue, e no controle de vetores em geral. No decorrer do ano de 2006, a Escola Naval realizou diversas campanhas de vacinação procurando cumprir, de forma satisfatória, o cronograma proposto.

Realiza ainda programas de imunização, administrando as vacinas Anti-Tríplice Viral, Anti-Influenza, Anti-Difteria/Tétano, Anti-Hepatite B e Anti-Amarílica, inclusive aos Guardas-Marinha a bordo do Navio “Escola” Brasil.

SERVIÇO DE FISIOTERAPIA

O Serviço de Fisioterapia da Escola Naval contribui para o tratamento e a prevenção de doenças diversas, principalmente as traumato-ortopédicas.

O setor está estruturado em um consultório, uma sala de RPG (Reeducação Postural Global), área de cinesioterapia e cinco boxes, todos equipados com aparelhos de eletro-termo-fototerapia e cinesioterapia. A equipe da Fisioterapia é composta de duas Oficiais e duas Praças.

O atendimento é iniciado com uma avaliação, onde é traçado o objetivo do tratamento seqüenciado

das sessões propriamente dito e a reavaliação.

São realizados trabalhos de reabilitação funcional, correção postural, analgesia, fortalecimento e alongamento muscular.

A proposta do setor de Fisioterapia é reintegrar o paciente às suas atividades laborais.

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

No Serviço de Psicologia do Departamento de Saúde, são realizados atendimentos clínicos aos aspirantes e funcionários civis e militares da Escola Naval.

Alguns pacientes procuram espontaneamente a Psicologia, demandando ajuda para lidar com os seus problemas. Outros são atendidos por profissionais do Departamento de Saúde que percebem a necessidade do acompanhamento psicológico e os encaminham para a consulta. Em outros casos, a própria psicóloga oferece o atendimento, ao perceber que uma pessoa pode se beneficiar da terapia.

Os atendimentos são semanais, uma ou duas vezes por semana, conforme a necessidade.

Quando é constatada a importância de aliar o atendimento psicoterápico ao uso de medicação, o paciente é encaminhado ao setor de psiquiatria do HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA (HCM) para uma avaliação, sendo explicado a ele que o acompanhamento medicamentoso deve ser realizado paralelamente às consultas com a Psicologia, no Departamento de Saúde da Escola Naval.

MODERNIZAÇÃO

A EN tem passado por um processo de modernização com o objetivo de acompanhar o crescimento tecnológico e de melhoria das condições de trabalho e conforto de sua tripulação.

Dentro do processo de modernização da EN, o Departamento de Saúde já passou por um processo de renovação com novas instalações, como o 5º consultório odontológico, a nova enfermaria e a reforma do SPA (Serviço de Pronto Atendimento) com novos leitos. Sofrerá, ainda, ao final do ano de 2007, a mudança para o Edifício 12, que funcionará com instalações novas e modernas para melhoria do atendimento.

SEMANA DE ATENÇÃO À SAÚDE

Em contribuição à melhoria da qualidade de vida do seu pessoal, o Comandante da Escola Naval autorizou o Departamento de Saúde a promover um evento que foi denominado "Semana de Atenção à

Saúde". Transcorreu no período de 21 a 25 de maio de 2007, realizando atendimentos médicos/odontológicos aos tripulantes e seus dependentes. Este projeto foi implementado através do agendamento prévio de consultas, diretamente no setor de atendimento. A realização das consultas oportunizou esclarecer, orientar e encaminhar para o Sistema de Saúde da Marinha (SSM), quando necessário, os militares e dependentes que procuraram os benefícios deste evento.

O Departamento procura não só oferecer serviços ambulatoriais, emergenciais e periciais, mas, também, detectar preventivamente situações de risco à saúde e identificar pessoal que necessite de sua intervenção, mantendo, assim, uma situação de equilíbrio físico, mental e social tão necessária para o bem estar do indivíduo.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Dentre as iniciativas em prol da saúde física e mental, criou-se uma disciplina chamada "Higiene e Primeiros Socorros (HPS)" de caráter informativo, a ser ministrada aos Aspirantes do 1º Ano por Oficiais deste Departamento (Md/CD), com o objetivo de esclarecer quanto aos danos físicos, psíquicos e sociais decorrentes do uso de drogas lícitas e ilícitas; identificar as doenças sexualmente transmissíveis (DST), formas de contágio e profilaxia; aplicar primeiros socorros a acidentados e, ainda, desenvolver bons hábitos de higiene. As unidades de ensino a serem abordadas são Primeiros Socorros e Hemorragias; Asfixia; Queimaduras; Traumatismos e Sobrevivência no Mar; Educação Sexual; Programa de Prevenção (DST/AIDS); Higiene e Saúde e Drogas, Alcoolismo e Fumo.

PROJETOS E PROGRAMAS NA ÁREA DE SAÚDE

Destacamos, a seguir, os Projetos e Programas implantados e gerenciados pelo Departamento de Saúde como forma de acompanhamento da saúde de toda a tripulação:

I – **Programa de apoio e reabilitação médica** - tem o objetivo de apoiar e acompanhar os militares da EN portadores de recomendações médicas. Para isso, foi implantado o Grupo de Apoio e Reabilitação Médica composto pelo Chefe do Departamento de Saúde, Membro da JRS/EN, Capelão Naval/EN e Psicóloga do Departamento.

II – Projeto entrando em forma da EN - programa criado pelo Departamento de Saúde e pelo Departamento de Educação Física (DEFE) para identificação e controle de peso de toda a tripulação da EN, com o objetivo de orientar, apoiar e executar atividades que contribuam para uma melhor forma física, saúde e bem-estar. Este programa é composto por uma equipe multidisciplinar de médicos, psicólogos, nutricionistas e professores de Educação Física. O projeto é de caráter voluntário para Oficiais, Praças e Civis assemelhados, e de caráter obrigatório para os Aspirantes.

III – Programa de combate ao Vetor da Dengue – Um grupo de militares foi treinado no Departamento de Saúde para realizar o combate ao mosquito, tarefa que consta de aplicação de larvicida, “fumacê”, identificação e eliminação de possíveis focos.

IV – Programa de Saúde Mental - o Serviço de Psicologia do Departamento de Saúde da Escola Naval realiza atendimentos a Aspirantes, Oficiais, Praças e Civis assemelhados. De janeiro a dezembro de 2006 foram efetuados 685 atendimentos, sendo constatado que as questões que mais afligem os pacientes escutados são “insegurança”, “ansiedade”, “medo”, “tristeza”, “falta de sono”, “depressão” e “estresse”.

V – Programa Anti-Tabagismo - As pessoas inscritas no programa têm acompanhamento psicológico neste Departamento e são encaminhadas à Psiquiatria do HCM, para avaliação da necessidade do uso de medicação. Na primeira entrevista com a Psicologia, os pacientes responderam a um questionário e os dados estatísticos obtidos através destas respostas demonstram que todos os pacientes fumam há mais de 10 anos, todos aumentaram o consumo desde que começaram a fumar e todos têm uma boa expectativa com relação ao programa.

VI – Censo de tipagem sanguínea de toda a tripulação da EN, mantendo um cadastro permanente de doadores.

A EN possui um cadastro de tipagem sanguínea atualizado de todo o seu pessoal a fim de agilizar e

identificar doadores quando necessário.

Além desses programas voltados para a tripulação da EN, o Departamento de Saúde se preocupou em implantar também um Programa de Adestramento para o pessoal EF do Departamento, com temas específicos à especialidade EF, a fim de manter a qualificação necessária de todo o pessoal para o desempenho da função.

OUVINDO O USUÁRIO

Com o objetivo de aprimorar cada vez mais o atendimento à saúde de toda a tripulação, foi implantada pelo Departamento de Saúde uma pesquisa de opinião, de caráter permanente, para que, dessa forma, os usuários pudessem classificar o atendimento/procedimento recebido, bem como sugerir alterações que venham agregar valor ao atendimento. Os resultados obtidos através da referida pesquisa de opinião nos mostram que as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Saúde têm sido bastante valorizadas por toda a Tripulação da EN.

O Departamento de Saúde encontra-se em instalações provisórias e adaptadas, aguardando obras de modernização. Entretanto, todas as atividades previstas vêm sendo cumpridas, norteadas pelo propósito de contribuir para a formação dos futuros Oficiais da Marinha.

“Aqui mantemos a higidez física e mental do futuro da Marinha do Brasil”.





IV CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL



A Escola Naval sediou, no período de 20 a 24 de agosto de 2007, o IV Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional, patrocinado pelo Ministério da Defesa e organizado em parceria com a Marinha do Brasil.

O evento contou com a participação de duzentos congressistas, dentre professores universitários e estudantes de instituições civis e militares de ensino superior de diversas regiões do país.

O foco do encontro residiu na discussão de temas relacionados à defesa nacional, num contexto amplo, pragmático e avaliativo. O objetivo primordial era de possibilitar a integração entre os segmentos civil e militar, sensibilizando-os da importância da formulação de metas e ações estratégicas voltadas para a manutenção e salvaguarda dos interesses nacionais.

A agenda acadêmica foi composta de ciclo de conferências, grupos de discussão e apresentação de trabalhos de grupo sobre os seguintes temas: Amazônia Verde e Amazônia Azul; Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa; e a Importância das Forças Armadas no Contexto Político-Estratégico da América Latina.

A programação sócio-cultural incluiu diversas atividades como: concerto da Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais, e visitas ao Espaço Cultural da Marinha, a Divisão Anfíbia e ao Navio- Aeródromo São Paulo.

O sucesso do evento foi assim traduzido no discurso de agradecimento da estudante Samires Nasser, do Curso de Relações Internacionais, do Centro Universitário de Brasília: *“Para nós, agora, a Marinha do Brasil pode ser vista como um farol que, em meio a imensidão do mar, surge como um guia, uma luz a ser seguida, rumo ao crescimento de cada um aqui presente”*



10 anos passam rápido quando você não tem com o que se preocupar.

Todo
seu 



o BB Seguro Auto está fazendo 10 anos.

Foram 10 anos inovando nos serviços e no atendimento, fortalecendo o relacionamento com os clientes e construindo um seguro de automóvel cada vez melhor. Mas sabe do que realmente nós temos orgulho? De participar de todas as etapas da vida da família Martins. BB Seguro Auto. Há 10 anos todo seu e do seu carro.

CNPJ: 01.306.870/0001-81. SUSEP AUTOM: 15414.02837204-31. 81. sep. Mensat: 5414.028362004-85. JUNHO 2007.

Um produto da Brisa Veículos Cia. de Seguros, comercializado pela BB. Cessão de Seguros e Administração de Riscos S.A. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autoridade, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

 **BANCO DA FAMÍLIA MARTINS**